Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Centro de Ciências do Homem
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Rafaella Lopes Martins Jaeger

Democracia de partidos, eleitores sem partido: os riscos do apartidarismo na América latina

Campos dos Goytacazes - RJ
2026

Rafaella Lopes Martins Jaeger

Democracia de partidos, eleitores sem partido: os riscos do apartidarismo na América Latina

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito para a obtenção do título de doutora em Sociologia Política.
Orientador: Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto

Campos dos Goytacazes - RJ
2026

FICHA CATALOGRÁFICA
UENF - Bibliotecas
Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

J22 Jaeger, Rafaella Lopes Martins.

Democracia de partidos, eleitores sem partido : os riscos do apartidarismo na América Latina / Rafaella Lopes Martins Jaeger. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2026.

206 f. : il.
Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2026.
Orientador: Vitor de Moraes Peixoto.

1. Não partidarismo. 2. Democracia. 3. Partidos. 4. Comportamento político. 5. América Latina. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

Democracia de partidos, eleitores sem partido:
os riscos do apartidarismo na América Latina

Rafaella Lopes Martins Jaeger

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito para a obtenção do título de doutora em Sociologia Política.

Aprovada: 29/05/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
VITOR DE MORAES PEIXOTO
Data: 21/09/2026 11:40:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto (Sociologia Política UENF)

Documento assinado digitalmente
gov.br
HUGO ALBERTO BORSANI CARDOZO
Data: 21/09/2026 23:00:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Hugo Alberto Borsani Cardoso (Sociologia Política - UENF)

Prof. Dr. Jairo Marconi Nicolau (Ciência Política - FGV)

Documento assinado digitalmente
gov.br
JAIRO CESAR MARCONI NICOLAU
Data: 12/09/2026 10:37:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga (Ciência Política - UFSCar)

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARIA DO SOCORRO SOUSA BRAGA
Data: 08/09/2026 15:56:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (Ciência Política - UFSCar)

Documento assinado digitalmente
gov.br
GABRIEL AVILA CASALECCHI
Data: 08/09/2026 10:37:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Campos dos Goytacazes - RJ
2026

Agradecimentos

Estes agradecimentos constituem uma forma de reconhecer e dividir essa conquista com todos aqueles que contribuíram para que eu chegasse até aqui. Dedico a vocês:

Ao Vinícius, meu companheiro, que no primeiro ano do doutorado, em 2022, tornou-se também meu esposo e, ao longo de toda essa jornada foi meu maior incentivador. Esses últimos quatro anos fizeram com que aquele casal que iniciou o namoro na graduação amadurecesse no sentido mais fiel da palavra: valorizando a rotina, o cuidado um com o outro e com o nosso lar. Sem dúvida viver com você deixou todo esse processo mais leve. Agradeço aqui, especialmente, por todas as vezes em que você me levantou em um momento de crise com a tese e me levou/ buscou no laboratório (rsrsrs).

À minha avó, Marisa, grande referência de humanidade, bondade e generosidade, além de inspiração para a minha trajetória acadêmica. À minha irmã gêmea, Marcella, que divide (desde 1996) todas as fases da minha vida e esse ano também finaliza essa grande tarefa que é um doutorado (no seu caso em políticas públicas). À minha mãe, Janine, reflexo de toda a minha força. Aos meus sogros, Silvia e André, por todo o apoio e parceria.

À memória dos meus avós, José e Denise, que me ensinaram, dentre tantas coisas, a valorizar os estudos.

Aos meus amigos, em especial a Iris Jaccoud, Letícia Almeida e Sthefany Oliveira. À Iris, minha amiga de infância e madrinha de casamento, por ser meu apoio em todas as etapas da minha vida das quais tenho lembrança; à Letícia, minha amiga de juventude e madrinha de casamento, por ser presença e afeto em todas as horas; e à Sthefany Oliveira, minha amiga da fase adulta e comadre, por toda a conexão que construímos. Vocês me fortalecem!

Ao meu orientador, Vitor, que me auxiliou com mais do que a confecção desta pesquisa, mas também no meu desenvolvimento como professora e pesquisadora. Foi no NERD, sob o seu comando, que aprendi mais sobre trabalho colaborativo e análise de dados, desenvolvi artigos, tive oportunidade de ministrar disciplina, participar de bancas e, até mesmo, de orientar trabalhos de conclusão de curso. Além de tudo isso, sempre me aconselhou sobre o futuro acadêmico e suas possibilidades. Agradeço infinitamente a parceria e confiança!

Aos meus colegas do Núcleo de Estudos em Representação e Democracia (NERD), Bruna, Davi, Myllena e Kaio que foram fundamentais para o desenvolvimento e o amadurecimento desta pesquisa. Em especial, agradeço ao Davi Athaydes, com quem dividi não apenas a produção e publicação de artigos, mas também valiosas trocas acadêmicas.

Aos professores da banca examinadora pelo aceite e leitura atenciosa. À Socorro e ao Gabriel, meus professores durante o mestrado, cuja contribuição foi muito além das disciplinas que ministraram (que, por si só, já seriam mais do que suficientes). Socorro, em especial, por sua dedicação como minha orientadora, desempenhando papel central na minha formação acadêmica. Gabriel, por sua vez, foi fundamental para minha inserção na pesquisa quantitativa, ampliando de forma decisiva meus horizontes metodológicos. Ao Jairo, referência nos estudos sobre partidos e comportamento eleitoral, coautor com a Socorro do artigo que despertou minha inquietação com o apartidarismo: afinal, “os partidos brasileiros realmente importam?”. Ao Hugo, professor da casa, pela disponibilidade, apoio e contribuições valiosas desde a qualificação desta pesquisa doutoral.

À Universidade Estadual do Norte Fluminense, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, pela oportunidade e estrutura oferecida para a realização desta pesquisa. Agradeço também as instituições de fomento, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ/ Nota 10), pelo financiamento do doutorado.

Esta tese só foi possível graças ao apoio de todos aqui mencionados. Muito obrigada!

Resumo

JAEGER, Rafaella Lopes Martins. **Democracia de partidos, eleitores sem partido**: os riscos do apartidarismo na América Latina. 2026. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2026.

Enquanto teóricos nacionais e internacionais se dividem em análises pessimistas e otimistas sobre o distanciamento entre eleitores e partidos políticos, estudos específicos sobre a América Latina apresentam, em ambas abordagens, uma mesma constatação: o alto índice de apartidarismo na região. Diante disso, investigações sobre quem são esses eleitores e como se comportam vem sendo elaboradas, mas sempre em diálogo com características de antipatia a partidos, aspectos democráticos, cognitivos, entre outras. Na presente pesquisa, pretende-se avançar nesse entendimento à medida em que busca-se compreender a influência desse eleitor na democracia a partir de uma categorização que corresponda apenas ao seu vínculo partidário. A tese tem como objetivo geral analisar se o eleitor apartidário é um risco para a democracia latino americana. Como objetivos específicos pretende-se: i) identificar o eleitorado entre três categorias partidárias (ativo, inativo e não ativo), ii) investigar multidimensionalmente aspectos políticos (envolvimento político), democráticos (atitudes democráticas) e eleitorais (referentes ao voto) e iii) analisar tais efeitos para a democracia da região. Para sua realização, utiliza-se o material empírico da pesquisa World Values Survey (WVS), na rodada sete, que marca o período de 2017 a 2022, com foco apenas nos países da América Latina. Desta maneira, a pesquisa divide-se em quatro capítulos, o primeiro para apresentar a categorização partidária e os três posteriores para desenvolver as cada uma das três dimensões investigadas. A reflexão sobre os riscos do apartidarismo para a democracia da região e suas consequências, encontra-se nas considerações finais. Os resultados indicam que os riscos para a democracia na região parecem estar menos concentrados na condição de ser ou não partidário e mais associados à baixa mobilização política, ambivalência democrática e distanciamento do processo eleitoral, fenômenos fortemente condicionados pelos contextos nacionais e pela fragilidade histórica da representação partidária na América Latina.

Palavras-chave: Não-partidarismo, democracia, América Latina.

Abstract

JAEGER, Rafaella Lopes Martins. **Democracia de partidos, eleitores sem partido**: os riscos do apartidarismo na América Latina. 2026. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2026.

While national and international theorists are divided between pessimistic and optimistic analyses of the growing distance between voters and political parties, specific studies on Latin America present the same finding across both approaches: the high prevalence of non-partisanship in the region. In light of this, investigations into who these voters are and how they behave have been developed, but always in dialogue with characteristics such as antipathy toward political parties, democratic dimensions, cognitive aspects, among others. This research seeks to advance this understanding by examining the influence of non-partisan voters on democracy through a categorization based exclusively on their party affiliation. The general objective of this thesis is to analyze whether non-partisan voters pose a risk to democracy in Latin America. More specifically, it aims to: i) identify the electorate according to three categories of party affiliation (active, inactive, and non-active); ii) investigate, in a multidimensional manner, political aspects (political engagement), democratic aspects (democratic attitudes), and electoral aspects (voting-related behavior); and iii) analyze the implications of these effects for democracy in the region. To this end, the study draws on empirical data from the seventh wave of the World Values Survey (WVS), covering the period from 2017 to 2022, focusing exclusively on Latin American countries. Accordingly, the thesis is divided into four chapters: the first presents the party-affiliation categorization, while the following three develop each of the three dimensions investigated. The discussion of the risks posed by non-partisanship to democracy in the region and its consequences is presented in the final considerations. The results indicate that the risks to democracy in the region appear to be less concentrated in the condition of being partisan or non-partisan and more closely associated with low levels of political mobilization, democratic ambivalence, and disengagement from the electoral process. These phenomena are strongly conditioned by national contexts and by the historical fragility of party representation in Latin America.

Keywords: Nonpartisanship; Democracy; Latin America.

Sumário

Introdução: (não) partidarismo na América Latina

Capítulo 1 - Relacionamento partidário na América Latina: conceito e medidas

Introdução

1.1 Partidarismo na América Latina: foco no apartidarismo

1.1.1 Importância dos partidos: função instrumental

1.1.2 Partidarismo: relação entre eleitores e partidos

1.2 Classificações partidárias

1.2.1 Revisão e problematização das classificações existentes

1.3 Análise sociodemográfica dos ativos, inativos e não ativos

1.4 Considerações parciais

Capítulo 2 - Relação entre partidarismo e envolvimento político na América latina: dimensão política

Introdução

2.1 Envolvimento político

2.1.1 Participação e engajamento: análises unidimensionais e multidimensionais

2.1.2 Definições conceituais: delimitação da medida de envolvimento político

2.2 Dados e métodos

2.3 Determinantes do envolvimento político entre ativos, inativos e não ativos

2.3.1 Dados descritivos

2.3.2 Modelos de regressão

2.4 Considerações parciais

Capítulo 3 - Relação entre partidarismo e atitudes democráticas na América Latina: dimensão democrática

Introdução

3.1 Atitudes democráticas

3.1.1 Adesão à democracia: análises unidimensionais e multidimensionais

3.1.2 Diagnósticos de crise da democracia representativa: declínio do partidarismo e estabilidade democrática

3.2 Procedimentos metodológicos: gráficos e modelos

3.3 Determinantes das atitudes democráticas entre ativos, inativos e não ativos

3.3.1 Dados descritivos

3.3.2 Modelos de regressão

3.4 Considerações parciais

Capítulo 4 - Relação entre partidarismo e voto na América Latina: dimensão eleitoral

Introdução

4.1 Comportamento eleitoral

4.1.1 Teorias clássicas e evidências empíricas

4.1.2 Contexto eleitoral do período

4.2 Procedimentos metodológicos: gráficos e modelos

4.3 Determinantes do comportamento eleitoral entre ativos, inativos e não ativos
4.3.1 Dados descritivos
4.3.2 Modelos de regressão
4.4 Considerações parciais
Conclusões: discussão sobre os riscos da não vinculação partidária para a democracia
5. Referências Bibliográficas
6. Apêndices

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Lapop: Simpatia partidária na América Latina em 2019 (por país)

Gráfico 2 - WVS: atuação nos partido na América Latina entre 2017 a 2022 (por país)

Gráfico 3 - Interesse por política entre os ativos, inativos e não ativos

Gráfico 4 - Busca por informação entre os ativos, inativos e não ativo

Gráfico 5 - Conversa com amigos sobre política entre os ativos, inativos e não ativo

Gráfico 6 - Participação em manifestação pacífica entre os ativos, inativos e não ativo

Gráfico 7 - Assinatura em abaixo-assinado entre ativos, inativos e não ativo

Gráfico 8 - Frequência de voto entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 9 - Índice de envolvimento político entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 10 - Representação gráfica dos modelos multiníveis das variáveis de envolvimento político na América Latina (nível 1)

Gráfico 11 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de interesse por política na América Latina

Gráfico 12 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de busca por informação na América Latina

Gráfico 13 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de conversa sobre política na América Latina

Gráfico 14 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de participação em manifestação pacífica na América Latina

Gráfico 15 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de assinatura em abaixo assinado na América Latina

Gráfico 16 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de frequência de voto na América Latina

Gráfico 17 - Representação gráfica do modelo linear multinível do índice de envolvimento político na América Latina (nível 1)

Gráfico 18 - Representação gráfica do modelo linear multinível do índice de envolvimento político na América Latina (nível 2)

Gráfico 19 - Opinião sobre a importância da democracia entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 20 - Opinião sobre a melhor forma de governo entre os ativos, inativos e não ativos

Gráfico 21 - Opinião sobre o estado da democracia entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 22 - Livre escolha entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 23 - Opinião a líder forte entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 24 - Opinião a Forças Armadas assumirem o poder em caso de incompetência do governo entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 25 - Índice de democratismo entre os ativos, inativos e não ativos

Gráfico 26 - Representação gráfica dos modelos multiníveis das variáveis de democratismo na América Latina (nível 1)

Gráfico 27 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de líder forte na América Latina

Gráfico 28 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de melhor forma de governo na América Latina

Gráfico 29 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de livre escolha/eleições livres na América Latina

Gráfico 30 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de forças armadas na América Latina

Gráfico 31 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de importância da democracia na América Latina

Gráfico 32 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de estado da democracia na América Latina

Gráfico 33 - Representação gráfica do modelo linear do índice de democratismo na América Latina (nível 1)

Gráfico 34 - Representação gráfica do modelo linear do índice de democratismo na América Latina (nível 2)

Gráfico 35 - Peso eleitoral do partido entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 36 - Convencimento do voto entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 37 - Satisfação com o sistema político entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 38 - Confiança nos partidos entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 39 - Confiança nas eleições entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 40 - Ser governado por leis religiosas entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 41 - Índice de envolvimento eleitoral entre ativos, inativos e não ativos

Gráfico 42 - Representação gráfica dos modelos multiníveis das variáveis eleitorais na América Latina (nível 1)

Gráfico 43 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de convencimento de voto na América Latina

Gráfico 44 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de ser governado por leis religiosas na América Latina

Gráfico 45 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis satisfação com o sistema político na América Latina

Gráfico 46 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de confiança nas eleições na América Latina

Gráfico 47 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de confiança nos partidos na América Latina

Gráfico 48 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de voto por partido na América Latina

Lista de tabelas

Tabela 1 - Analise descritiva e comparativa de variaveis sociodemograficas: sexo, idade e escolaridade na America Latina

Tabela 2 - Percentuais de resposta as variáveis da dimensão política na América Latina

Tabela 3 - Testes Qui quadrado com o cruzamento da categorização partidária com as variáveis dependentes

Tabela 4 – Correlação entre os itens do índice de envolvimento político na América Latina

Tabela 5 – Alfa de Cronbach do índice de envolvimento político na América Latina

Tabela 6 – Cargas fatoriais da Análise Fatorial Exploratória (1 fator) na América Latina

Figura 1 - Distribuição do índice de envolvimento político por categorização partidária

Tabela 7 - Médias ajustadas e comparações entre categorias partidárias no envolvimento político

Tabela 8 - Percentuais de resposta as variáveis da dimensão democrática na América Latina

Tabela 9 - Testes Qui quadrado com o cruzamento da categorização partidária com as variáveis dependentes

Tabela 10 – Correlação entre os itens do índice de democratismo na América Latina

Tabela 11 – Alfa de Cronbach do índice de democratismo na América Latina

Tabela 12 – Cargas fatoriais da Análise Fatorial Exploratória (1 fator) na América Latina

Figura 2 - Distribuição de democratismo por categorização partidária

Tabela 13 - Médias ajustadas e comparações entre categorias partidárias nas atitudes democráticas

Tabela 14 - Percentuais de resposta as variáveis da dimensão eleitoral na América Latina

Tabela 15 - Testes Qui quadrado com o cruzamento da categorização partidária com as variáveis dependentes

Tabela 16 – Correlação entre os itens do índice de envolvimento eleitoral na América Latina 148

Tabela 17 – Alfa de Cronbach do índice de envolvimento eleitoral na América Latina

Tabela 18 – Cargas fatoriais da Análise Fatorial Exploratória (1 fator) na América Latina

Lista de quadros

Quadro 1 - Especificações das categorias partidárias que não tem vinculação com as agremiações partidárias: nomenclaturas, variáveis utilizadas e autores

Introdução: (não) partidarismo na América Latina

A literatura internacional acerca do declínio do partidarismo apresenta-se dividida em duas abordagens principais: pessimista e otimista. A primeira argumenta que o distanciamento entre os eleitores e os partidos políticos representa uma ameaça à democracia, uma vez que esse fenômeno indicaria uma diminuição no interesse pela política, o que poderia resultar em uma menor participação eleitoral e no aumento do ceticismo em relação ao sistema político (Putnam, 2002). Em contrapartida, a segunda sugere que esse afastamento reflete um crescimento da mobilização cognitiva dos eleitores, impulsionado por maiores níveis de educação e interesse por política. Nesse sentido, tal mudança seria benéfica para a democracia, pois resultaria em eleitores mais críticos e melhor informados, elevando assim a qualidade política dos eleitores (Dalton, 2013).

Estudos específicos sobre a América Latina apresentam conclusões semelhantes. No que concerne à visão negativa, Baquero (2012, p. 12) argumenta que, se a estabilidade democrática depender da institucionalização dos partidos políticos, a região está longe de atingir esse objetivo. Em um trabalho posterior, o autor reforça essa posição, destacando o aumento da indiferença política entre os latino-americanos como uma tendência preocupante (Baquero, 2013).

Sob a perspectiva otimista, Gimenes (2017) investiga as consequências da evolução do partidarismo para o regime democrático na região. O autor identifica múltiplos perfis eleitorais e aponta uma distinção entre eles na adesão à democracia. Contudo, esta diferenciação não é referente a vinculação ou não aos partidos, mas sim quanto a sua mobilização cognitiva (Dalton, 2013). Ou seja, dos quatro tipos que ele investiga, não seriam os dois partidários ou os dois não partidários os mais democráticos, mas sim os dois que, independente do partidarismo, apresentam maior mobilização cognitiva.

Apesar das diferenças nos diagnósticos, há um ponto de convergência entre os estudos sobre a democracia na América Latina: a persistência de baixos níveis de partidarismo na região. Somam-se a esse achado interpretações que associam o afastamento dos eleitores em relação aos partidos a processos mais amplos de crise da representação (Mair, 2013) e até mesmo a riscos de erosão ou colapso democrático (Przeworski, 2019; Ziblatt e Levitsky, 2018). Contudo, apesar da expressiva presença de eleitores não partidários, as democracias latino-americanas seguem organizadas e operando por meio de sistemas políticos estruturalmente partidarizados. Diante dessa aparente contradição, entre o enfraquecimento dos vínculos partidarios e a centralidade dessas organizações no funcionamento do regime,

esta pesquisa busca investigar em que medida o apartidarismo constitui, de fato, um risco para a democracia na região analisada.

A visão negativa afirma que esses eleitores são um risco para a democracia e a visão otimista, aplicada por Gimenes (2017) na região, apesar de parecer que não, a medida em que está mais ligada à mobilização cognitiva, acende um alerta. Isso porque, ainda segundo o autor, mais de 60% dos eleitores na América Latina são não partidários e entre estes a maior parte apresenta baixa mobilização. Logo, seria o perfil menos democrático.

Diante desses desafios, faz-se necessário uma investigação mais profunda sobre esse segmento. Trata-se de uma parcela significativa do eleitorado, que é apontada por parte da literatura como risco à democracia e quando não, deixa evidente que essa ligação pode estar sendo influenciada por outros fatores, a exemplos do último estudo que leva em consideração os recursos cognitivos. A questão que surge é como realizar essa investigação sem a interferência de outros externos (escolaridade, interesse por política e etc), que não os partidários.

O presente estudo propõe uma abordagem baseada em uma categorização de partidarismo que se limita à relação entre eleitores e partidos políticos. Dessa forma, os eleitores são classificados de acordo com o vínculo que mantêm com essas instituições: ativo, inativo e não ativo.

Com o objetivo de responder o problema de pesquisa exposto, considera-se necessário adotar uma análise multidimensional, sob aspectos atitudinais e comportamentais das seguintes dimensões: política (envolvimento político), democrática (atitudes democráticas) e eleitoral (voto). Com destaque a última, coração empírico da pesquisa, que evidencia aspectos relacionados à prática eleitoral dos latinos americanos.

A escolha das referidas dimensões é justificada pelas formas de análise que variam entre questões relacionadas à participação política, adesão à democracia e questões eleitorais. Especificamente, estudam apontam que a identificação partidária exerce influência positiva na participação, na estabilidade do sistema partidário e na orientação do voto (Campbell et. al., 1960). Em contrapartida, os apartidários são apontados como menos participativos (Dalton, 2008), menos democráticos (Inglehart e Norris, 1977), com maiores tendências eleitorais antissistema (Lupu, 2015) e, por isso, representariam um risco para a democracia.

Contudo, estudos também demonstram que o partidarismo nunca foi significativamente forte na região (Mainwaring, 1999). Ponto que igualmente justifica a importância de tal pesquisa, à medida que mostra fragilidade na afirmação. Desta maneira, o

presente trabalho, avança ao identificar, testar e comparar os riscos em cada dimensão nas três possibilidades de vínculo partidário.

Desenho metodológico é traçado pelos seguintes objetivos específicos: i) identificar o eleitorado entre três categorias partidárias (ativo, inativo e não ativo); ii) investigar os graus de adesão ou não nas dimensões (política, democrática e eleitoral) entre categorias; e iii) analisar tais efeitos para a democracia da região.

Partindo da literatura acima, as hipóteses são de que i) quando analisado somente o relacionamento (vínculo) entre eleitores e partidos, os números referentes ao afastamento são ainda mais pessismistas; ii) eleitores que tem e já tiveram relação com os partidos apresentam aspectos mais positivos nas três dimensões se comparado aos que nunca tiveram; e, por isso, iii) o apartidarismo é considerado um risco para a democracia.

Empiricamente utiliza-se a pesquisa World Values Survey[1] (WVS), na rodada sete, que marca o período de 2017 a 2022[2], com foco apenas nos países da América Latina. Nesta base, encontra-se doze dos vinte países pertencentes ao território território, a saber: Argentina (2018), Bolívia (2017), Brasil (2018), Chile (2018), Colômbia (2018), Equador (2018), Guatemala (2020), México (2018), Nicarágua (2020), Peru (2018), Uruguai (2022) e Venezuela (2021)[3].

A tese divide-se em quatro capítulos. O primeiro refere-se ao conceito e medidas de partidarismo utilizadas na pesquisa. E os três seguintes, as dimensões investigadas. Além disso, todos os capítulos englobam a observação teórica e analítica. Teórica no sentido de apresentar a literatura pertinente ao eixo discutido e analítico, dado que se propõe a discutir tais questões com a própria base de dados utilizada.

Quanto às variáveis selecionadas, com ressalva do primeiro capítulo, que compreende a construção da categorização de partidarismo e, portanto, a variável independente (de agrupamento) manipulada pela pesquisa. Os demais, fundamentam seu objetivo a partir da análise de algumas variáveis dependentes (explicadas), descritas a seguir na explicação da estrutura de cada um deles. Também acrescenta-se variáveis de controle, como: sexo, idade e

[1] O World Values Survey (WVS) é um projeto de pesquisa global que explora os valores e crenças das pessoas, como estes mudam ao longo do tempo e que impacto social e político eles têm. Desde 1981, uma rede mundial de cientistas sociais conduziu pesquisas nacionais representativas como parte do WVS em quase cem países. Para pesquisa em questão foram selecionados apenas os países da América Latina contemplados na rodada sete. Especificamente, cita-se os referidos países com o número de respondentes em cada, a saber: Argentina (1003), Bolívia (2067), Brasil (1762), Chile (1000), Colômbia (1520), Equador (1200), Guatemala (1229), México (1741), Nicarágua (1200), Peru (1400), Uruguai (1000) e Venezuela (1190).

[2] A escolha do período se refere a rodada mais recente da pesquisa durante a confeccação desta tese.

[3] Variáveis selecionadas adicionadas em tabela com código, pergunta, resposta e, quando necessário, recategorização em apêndice.

escolaridade[4]. Todas foram previamente selecionadas e estão descritas conforme redigidas no questionário da WVS, no formato de tabela, em apêndice.

O capítulo 1 compreende a análise do relacionamento entre eleitores e partidos políticos. Como mencionado, o mesmo tem como objetivo apresentar a categorização partidária utilizada pela tese. Assim, apresenta-se em um primeiro momento a literatura de partidarismo na região, especificamente: a importância dos partidos, os debates sobre afastamento dos eleitores, classificações desenvolvidas para segmentar-los entre partidários e não partidários e as problemáticas que incentivam a formulação de uma categorização específica para a pesquisa, baseada no vínculo partidário. A partir dessa divisão, pretende-se demonstrar sua distribuição no material empírico e a incidência das três categorias entre as variáveis sócio demográficas (controle) através de uma análise descritiva. Depois, utiliza-se as categorias partidárias nos demais capítulos como variável independente (explicativa).

Posto isso, o capítulo 2 tem como objetivo compreender como essas categorias partidárias se relacionam com a política. Desta maneira, é visitada a literatura sobre participação e engajamento político na América Latina, demonstrando: abordagens uni e multidimensionais, estudos convencionais e não convencionais, e a classificação dos dois conceitos, constatando-se uma imprecisão. Em vista do último ponto, constrói-se a medida de envolvimento político, como a somatória de engajamento (atitudes) e participação (comportamento). Trata-se de observar dois blocos de variáveis: i) atitudes, composto por interesse por política, conversa sobre política e busca por informação política e ii) comportamento, composto por participação em manifestação, assinatura abaixo assinado e frequência do voto. Além disso, cria-se uma índice de envolvimento, que tem como finalidade medir as variáveis selecionadas de maneira agregada para a compreensão da dimensão em questão. O índice segmenta os eleitores entre os que mais respondem positivamente a todas as respostas do segundo bloco até os menos para ser analisado sob as categorias partidárias. Por fim, analisa-se os resultados dos modelos de regressão hierárquicos em dois níveis (individual e contextual) com as variáveis dependentes selecionadas nos dois blocos.

Posteriormente, no capítulo 3, objetiva-se analisar aspectos atitudinais na democracia. Assim, expõe-se a literatura sobre democracia na região a partir de trabalhos referentes ao tema, com reflexões sobre atitudes democráticas na América Latina (Casalecchi, 2018) e diagnósticos de crise (Baquero, 2000). Em seguida, indica-se os procedimentos usados na

[4] A inclusão da variável etnia não foi possível por problemas no código de respostas do banco de dados.

análise da pesquisa, exatamente visita-se as variáveis ligadas ao tema, como: importância da democracia, se a democracia é a melhor forma de governo, estado da democracia, se acreditam na necessidade de fazer livres escolhas eleitorais, opinião sobre líder forte e forças armadas assumirem em caso de governo incompente. Para mais, desenvolve-se uma índice de democratismo que comporta a somatória de todas as respostas, segmentando entre mais democráticos (aqueles que responderam democraticamente todas) até os menos. Ao final, analisa-se os resultados dos modelos de regressão hierárquicos em dois níveis com as variáveis dependentes selecionadas.

Assim, é no capítulo 4 que se objetiva demonstrar o comportamento eleitoral. Em vista disso, inicialmente apresenta-se a literatura sobre comportamento político no território, contemplando as definições clássicas sobre a decisão do voto (Figueiredo, 2008) e seus determinantes (Veiga; Gimenes; Ribeiro, 2018). Também são considerados trabalhos que analisam disputas eleitorais recentes nos países da região, a fim de situar os contextos políticos nos quais os eleitores estão inseridos. Em seguida, indicam-se os procedimentos adotados na análise empírica, com a apresentação das variáveis que compõem a dimensão eleitoral investigada. São examinadas as percepções sobre o convencimento do voto, a satisfação com o sistema político, a confiança nos partidos, a confiança nas eleições, peso eleitoral do partido e a preferência por um sistema regido por leis religiosas em vez de partidos e eleições. Tais variáveis são agregadas em um índice eleitoral para uma compreensão geral da dimensão. Por fim, analisam-se os resultados por meio de modelos de regressão hierárquicos em dois níveis, nos quais essas variáveis são utilizadas como dependentes, permitindo compreender como características individuais e fatores do contexto nacional influenciam percepções e posicionamentos relacionados ao funcionamento das eleições e das instituições representativas.

Nas considerações finais, discutisse os riscos da não vinculação partidária para a democracia, evidenciando os efeitos multidimensionais nas categorias partidárias analisadas. Bem como a reflexão sobre os temas tratados e consequências dos achados .

Resumidamente, cada um dos capítulos destinam-se à compreensão de um objetivo específico, estruturando-se entre referencial teórico, procedimentos metodológicos e análise dos resultados da pesquisa. A proposta é que, ao identificar os eleitores e examinar suas atitudes e comportamentos nas dimensões apontadas pela literatura como de risco, política, democrática e eleitoral, seja possível avaliar seus efeitos sobre a questão central da tese.

Capítulo 1 - Relacionamento partidário na América Latina: conceito e medidas

Introdução

Este capítulo tem como objetivo desenvolver uma categorização partidária a partir da problematização de categorizações já existentes para o tratamento do relacionamento partidário nas diferentes dimensões investigadas pela tese. Especificamente, o mesmo é estruturado em três partes.

A primeira seção é intitulada “Partidarismo na América Latina: foco no apartidarismo”, é apresentado a literatura de partidarismo na região. Notadamente, desenvolve-se os referenciais de função instrumental dos partidos políticos no funcionamento das democracias da região, discutindo seu papel como mediadores entre a sociedade e o governo e aborda-se o debate sobre o relacionamento dos eleitores com os partidos.

Na segunda seção o foco recai sobre as classificações adotadas no tema. Assim introduz-se as diferentes classificações existentes para segmentar o relacionamento dos eleitores e os partidos, apontando as limitações desses modelos na captura do vínculo partidário. A partir disso, justifica-se a necessidade de uma categorização partidária própria para a pesquisa, que leva em consideração apenas o vínculo dos eleitores com os partidos políticos. Com essa finalidade, explora-se dois bancos de dados (LAPOP e WVS) disponíveis na região estudada e faz uma análise crítica sobre a formulação da questão de partidarismo no questionário e sua distribuição no material empírico. Posteriormente, opta-se pelo banco da WVS, visando superar algumas das limitações das classificações tradicionais e obter sentido mais adequado à presente pesquisa.

E, na terceira seção, realiza-se uma breve análise sociodemográfica das categorias partidárias definidas na seção anterior. Para a análise, verifica-se a distribuição dessas categorias entre as seguintes variáveis sociodemográficas: sexo, escolaridade e idade. A ausência da variável etnia é justificada por problema na codificação dos resultados no referido banco de dados. Assim, o objetivo é identificar se essas variáveis influenciam o tipo de vínculo que os eleitores estabelecem com os partidos políticos.

A categorização partidária escolhida será utilizada como uma variável independente nos capítulos subsequentes, servindo como base explicativa para a análise das atitudes e comportamentos políticos dos eleitores. Essa estrutura permite que o estudo avance com uma compreensão sólida do partidarismo na região.

1.1 Partidarismo na América Latina: foco no apartidarismo

Esta seção divide-se em duas partes. A primeira levanta a literatura institucionalista sobre os partidos políticos a fim de evidenciar o papel de tais instituições, definidas como indispensáveis para a democracia (Carvalho, 1990). Bem como, a aderência do partidarismo na América latina, apresentando as abordagens sobre o tema e como ocorre a relação entre os eleitores e as siglas.

1.1.1 Importância dos partidos: função instrumental

Os partidos políticos desempenham um papel fundamental para o funcionamento da democracia, conforme apontado por diversos autores clássicos da teoria política. Schattschneider (1942, p.1) argumenta que "uma democracia moderna é impensável sem partidos", destacando a centralidade dessas organizações na estruturação da política e na mediação entre o eleitorado e o governo. De maneira semelhante, Bryce (1921) afirma que os partidos são uma necessidade inevitável nas democracias representativas, sendo instrumentos que garantem a expressão de múltiplos interesses e ideias. Já Schumpeter (1942) oferece uma perspectiva distinta, enfatizando o papel dos partidos como mecanismos para a seleção de líderes em um processo competitivo. Em sua concepção, os partidos políticos são responsáveis por organizar a competição pelo poder, sendo o foco principal a escolha de líderes capazes de governar, mais do que a representação direta da vontade popular.

Assim, embora apresentem diferentes ênfases, esses autores convergem na ideia de que os partidos são essenciais para a viabilidade de um regime democrático, seja por sua capacidade de estruturar a política, organizar o eleitorado ou garantir a competição pelo poder.

Estudos posteriores evidenciam a relação entre as agremiações partidárias e os eleitores, sistematizada no conceito de *identificação partidária* (Campbell et. al., 1960). Segundo a definição, a identificação com partidos exerce influência na orientação do voto, na participação e na estabilidade do sistema partidário. Isso porque, conforme os teóricos, a mesma produz *atalhos informacionais* para o mundo político, reduzindo os custos da

obtenção de informação política (Campbell et. al., 1960[5]; Lupia, 1994[6]; Dahl, 1999[7]). Sua importância também foi destacada por Weisberg e Greene (2003) ao definir a identificação partidária como base da compreensão moderna de democracia. Por este motivo, o termo foi vinculado como principal fator para explicação do comportamento eleitoral (Dalton, 2000 p 20).

Ao se tratar sobre os efeitos da identificação partidária, a literatura se divide entre visões negativas e positivas. A visão crítica sugere que a identificação partidária prejudica a qualidade da informação disponível para os eleitores e distorce o processo democrático. Isso porque, defende-se que esta seleciona a informação oferecida, reduz o pensamento crítico, personaliza a política e verticaliza a tomada de decisões. Converse (1964) caminha nessa direção ao defender que muitos eleitores possuem estruturas de crença limitadas e são facilmente influenciados por elites partidárias, o que pode levar a um processamento de informações enviesado. Essa teoria já foi revisitada por outros autores que apontam, a partir de recursos econômicos e psicológicos, que o sistema de crença é abrangente e, devido a isso, argumenta-se aparente incoerência do eleitor (Rennó, 2001).

Em contrapartida, análises positivas, como as de Druckman e Lupia (2000) argumentam que a identificação partidária não necessariamente prejudica a racionalidade dos eleitores. Em vez disso, ela pode servir como uma ferramenta eficaz para obter informações, sem que seja necessário examinar todas as alternativas disponíveis. Essa identificação permite que os eleitores recebam informações de uma fonte confiável, sem que isso signifique aceitar cegamente as posições do partido. Dessa forma, a identificação com um partido, que possui determinadas ideologias e características, ajuda os eleitores a tomarem decisões baseadas nas informações fornecidas pelo partido, geralmente alinhadas com seus próprios interesses. Isso sugere uma forma de racionalidade em que o uso de informações partidárias é uma estratégia eficiente para tomar decisões complexas, maximizando os interesses pessoais dos eleitores.

Apesar das críticas, os estudos mostram que os partidos políticos permanecem sendo o meio pelo qual a democracia pode funcionar. Nesse contexto, a função instrumental dos

---

[5] Para Campbell et al. (1960), atalhos informacionais referem-se a estratégias de aquisição de informações complexas. Em vez de realizar uma análise detalhada de todas as informações disponíveis, as pessoas recorrem a fontes de confiança que lhes permitem tomar decisões de maneira mais eficiente e rápida. Esses atalhos ajudam a economizar tempo e esforço cognitivo.

[6] De acordo com Lupia (1994), esses atalhos permitiriam que os indivíduos se informassem sobre questões mais complexas sem precisarem investir tempo e esforço em uma análise detalhada dos eventos, conhecimento que foi chamado pela autora de conhecimento "enciclopédico".

[7] Segundo Dahl (1999), ao recorrer a esses atalhos de informação, os cidadãos com menor nível de conhecimento podem adotar atitudes políticas que estejam alinhadas com suas opiniões.

partidos é discutida por seu caráter prático e utilitário, desempenhando um papel essencial na viabilização de metas e resultados políticos. As atividades que compõem essa função instrumental incluem a mobilização do eleitorado (Lipset e Rokkan, 1967), a mediação entre diversos interesses sociais (Sartori, 1976), a legitimidade e a estabilidade democrática (Huntington, 1968). Bem como, a captação de recursos (Epstein, 1980) e a organização de campanhas eleitorais (Katz e Mair, 1995). Tais funções são consideradas cruciais pela literatura, pois garantem o funcionamento eficiente dos partidos e o alcance de seus objetivos políticos.

Notadamente, Lipset e Rokkan (1967) argumentam que a organização da competição política e, portanto, da estruturação dos sistemas políticos e eleitorais pode ser destacada como sua função básica. Através desta organização os partidos agregam interesses diversos e articulando-os em plataformas coerentes. Os autores argumentam que os partidos não só facilitam a representação de diferentes grupos e perspectivas dentro do sistema político, mas também promovem a estabilidade e a eficiência na governança democrática ao oferecer escolhas claras aos eleitores e definir alternativas políticas viáveis.

No escopo da representação política, Dahl (1971) defende que os partidos políticos desempenham um papel fundamental na representação democrática, servindo como um canal essencial pelo qual os cidadãos podem expressar suas preferências políticas. De acordo com o autor, os partidos não apenas agregam e articulam as demandas e interesses dos eleitores, mas também ajudam a estruturar o processo decisório democrático, garantindo que as escolhas políticas reflitam as vontades coletivas da sociedade.

Essa função de facilitação democrática também foi pensada por Sartori (1976), que defendeu que os partidos influenciam na mobilização política e na canalização de demandas sociais para o sistema político, atuando como intermediários entre os cidadãos e o governo. Segundo o autor, os partidos não apenas representam interesses variados da sociedade, mas também organizam e articulam esses interesses em plataformas políticas coerentes.

Além disso, Schattschneider (1960) observa que os partidos organizam o conflito político de uma forma que torna a participação política mais acessível e significativa para os cidadãos comuns. Ao estruturar o debate e canalizar interesses diversos, os partidos oferecem uma plataforma onde os cidadãos podem efetivamente expressar suas preocupações e influenciar o curso das decisões políticas. Dessa forma, a organização do conflito político não apenas fortalece a representação dos interesses públicos no processo decisório governamental, mas também facilita a participação democrática.

Para mais, a função dos partidos se estende para a governabilidade. De acordo com Duverger (1954), os mesmos estruturam a competição eleitoral e facilitam a formação de governos estáveis. Assim, para além de promoverem a estabilidade política e institucional, permitindo a formação de coalizões e a implementação de políticas públicas, os partidos também desempenham um papel central na socialização política. Isso porque educam os cidadãos sobre processos e questões políticas, contribuindo para o engajamento dos eleitores e para o fortalecimento da democracia representativa.

Em se tratando da estabilidade e legitimidade do sistema político, Huntington (1968) defende que, sobretudo em sociedades que estão em transição para a democracia, os partidos políticos são fundamentais. Para o autor, os partidos políticos desempenham um papel vital ao institucionalizar a competição política, canalizar demandas sociais e articular interesses diversos de maneira estruturada e ordenada. Eles são essenciais para consolidar a governabilidade, evitando a fragmentação e o caos político. Ao fornecer um quadro organizacional para a expressão política, os partidos contribuem significativamente para a criação de uma ordem política estável e legítima, facilitando a transição pacífica e o fortalecimento das instituições democráticas.

Ao que concerne à sustentação das atividades partidárias, Epstein (1980) destaca a captação de recursos como um mecanismo essencial para a garantia da competitividade eleitoral dos partidos. Sem recursos financeiros adequados, os partidos enfrentam dificuldades para organizar campanhas, manter estruturas organizacionais e alcançar eleitores de maneira eficaz. A capacidade de arrecadar fundos, além de assegurar a viabilidade eleitoral, aumenta a visibilidade do partido e potencializa seu impacto no debate público. No entanto, essa dependência financeira pode também trazer desafios, como a influência desproporcional de grandes doadores, comprometendo a equidade e a independência do processo democrático.

Já em relação a organização de campanhas eleitorais, katz e Mair (1995) abordam como uma atividade crucial para a articulação das plataformas partidárias e a conquista do apoio dos eleitores. Segundo esses autores, as campanhas são fundamentais não apenas para comunicar as propostas e ideologias do partido, mas também para mobilizar e engajar o eleitorado. Através da elaboração de estratégias eficazes e da execução de atividades de campanha, os partidos conseguem destacar suas propostas políticas, diferenciar-se dos concorrentes e influenciar a percepção dos eleitores. Dessa forma, a organização de campanhas é vista como um elemento central para o sucesso eleitoral e para a construção de uma base de apoio sólida.

Esse processo de consolidação democrática é apontado por Linz e Stepan (1996). Segundo a argumentação dos autores, os partidos promovem a aceitação das regras democráticas e facilitam a resolução pacífica de conflitos, assegurando que diferentes interesses e demandas sociais sejam canalizados e articulados dentro do quadro institucional democrático. Partidos robustos contribuem para a estabilidade e a governabilidade ao mediar entre a sociedade e o estado, promovendo a confiança pública nas instituições e incentivando a participação política informada.

Quanto à função de mediação, Downs (1957) faz afirmação de que os partidos políticos atuam como mediadores entre a sociedade e o estado, ajudando a agregar interesses e a articular demandas sociais de maneira que possam ser traduzidas em políticas públicas. E Epstein (1967) destaca que os partidos são essenciais para a comunicação política, servindo como canais pelos quais as preferências dos eleitores podem ser transmitidas aos governantes e vice-versa.

Estudos mais recentes, apesar de endossarem a essencialidade dos partidos, apontam também desafios e problemas enfrentados diante das mudanças políticas e sociais. É o caso de Mair (2003) que argumenta que as funções tradicionais dos partidos políticos, como a articulação e agregação de interesses, estão sendo cada vez mais compartilhadas com associações e movimentos não-partidários nas últimas décadas. Ainda que, os partidos continuem desempenhando um papel crucial na educação política dos eleitores, mobilizando a participação e criando símbolos que fomentam a identificação e fidelidade, facilitando o processo de escolha nas eleições.

Posteriormente, na América Latina, Abal e Vieira (2014) ressaltam essa dualidade, entre a essencialidade dos partidos políticos e a crise de legitimidade enfrentada pelas agremiações. Como indicado pelo próprio título do trabalho, os autores identificam uma crise nos partidos políticos da região, decorrente da crescente desconfiança nas instituições e da fragmentação dos sistemas políticos. No entanto, apesar desse cenário de enfraquecimento, os autores destacam que tais instituições continuam a exercer funções essenciais para o funcionamento das democracias representativas, especialmente no que tange à representação, à formação de governos, à educação política, à coesão social e à estabilidade do sistema democrático.

Outro trabalho que expõe as faces positivas e negativas do partidarismo é o do Dalton (2020). Para o autor, o partidarismo está ligado à informação enviesada, ainda que essa vinculação seja mais positiva do que negativa. Isso porque, embora o partidarismo possa ajudar a simplificar a política para os eleitores, também corre o risco de amplificar divisões e

alimentar movimentos políticos que exploram o medo e o descontentamento. O avanço da extrema-direita, nesse contexto, é visto como um exemplo de como a lealdade partidária pode ser manipulada para fins negativos, exacerbando a polarização e ameaçando os princípios democráticos.

Em linha similar, de que o descontentamento provocou apoios mais extremos, Bakker, Jolly e Polk (2020) destacam que os partidos desempenham um papel vital ao transformar a complexidade do cenário político em opções mais compreensíveis para os eleitores. No entanto, os autores observam que o crescente descontentamento com os partidos estabelecidos, muitas vezes por falta de resposta a demandas específicas da população, tem impulsionado o apoio a partidos mais extremos. Esse fenômeno evidencia uma tendência na qual a insatisfação com as opções tradicionais leva os eleitores a buscar alternativas que prometem romper com o status quo e responder de forma mais direta às suas expectativas, refletindo uma busca por soluções mais radicais e, por vezes, menos convencionais no cenário político.

Assim, segundo o referencial exposto, desde a literatura funcionalista até as críticas contemporâneas, há consenso sobre a relevância dos partidos para a democracia. Cabe destacar ainda que enquanto questão de pesquisa a mesma também buscou ser respondida. Em nível nacional, Braga e Pimentel (2011) investigaram e demonstraram que os partidos políticos realmente importam no que diz respeito ao comportamento dos eleitores e a estruturação do sistema partidário[8]. Bem como, Meneguello (2007) desafia, com relação ao papel institucional, a ideia de que os partidos políticos são instituições frágeis e revela que os mesmos tiveram papel significativo na formação de ministérios e na orientação das direções políticas.

Visto sua função, parte-se agora para o entendimento sobre o partidarismo, conexão entre eleitores e essas instituições, a ser verificado na seguinte subseção.

1.1.2 Partidarismo: relação entre eleitores e partidos

A literatura sobre comportamento político se divide entre as abordagens das escolas psicossocial, da escolha racional e do modelo sociológico. A primeira sustenta que a maioria dos eleitores carece de informação, conhecimento político e de um sistema estruturado de crenças, o que explica decisões eleitorais consideradas inadequadas. Por outro lado, a

[8] Isso porque foi constatado a influência de variáveis como representação e preferência partidária, ao menos no que diz respeito ao voto para presidente.

segunda citada reconhece essas limitações informacionais, mas argumenta que os eleitores são capazes de identificar seus próprios interesses e escolher candidatos que estejam mais alinhados com seus objetivos e valores. Já a terceira defende que o comportamento eleitoral é influenciado por três principais fatores: posição socioeconômica, afiliação religiosa e localização geográfica.

No debate sobre o partidarismo, tais escolas oferecem abordagens complementares que destacam diferentes aspectos da identificação partidária. De acordo com a corrente sociológica, os grupos sociais teriam interesses diferentes e por isso se identificariam por partidos distintos. Uma obra que segue por essa linha é o The People's Choice, de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1968 [1944]), que revelou ser possível prever as escolhas eleitorais dos cidadãos ao final de uma campanha apenas com base em características pessoais, como status socioeconômico, religião e local de residência. Assim, as preferências políticas dos indivíduos seriam explicadas por suas características sociais.

Anos depois Campbell, Converse, Miller e Stokes (1967 [1960]), insere aspectos psicológicos a essa discussão no "The American Voter", apresentando um clássico da abordagem psicossocial. Para os autores, a identificação com um partido gera uma espécie de filtro pelo qual "o indivíduo tende a ver o que é favorável à sua orientação partidária" (p. 76). Notadamente, essa abordagem considera, além dos aspectos sociais, a influências das percepções e motivações individuais na participação eleitoral (materializada no voto). Esse trabalho também destaca que tais lealdades são fortes e duradouras.

De maneira geral, a identificação partidária se refere a elementos sociais e psicológicos que interagem na formação das preferências políticas. No entanto, esse conceito foi alvo de diversas discussões, incluindo acerca da sua estabilidade. É o caso do estudo de Downs (1999 [1957]), intitulado "Uma teoria econômica da democracia", no qual a lealdade aos partidos não é compreendida como constante. Neste modelo, a atenção passou a se concentrar na ação concreta do indivíduo, vista como uma manifestação racional de suas preferências, independentemente de como essas preferências foram formadas. Contudo, essa teoria também foi criticada, como afirma Castro (1994, p. 36), a medida em que a escolha racional é útil para explicar a baixa participação eleitoral, mas não a alta.

Independente da perspectiva teórica, os estudos sobre o tema frequentemente destacam diferenças no perfil dos eleitores em termos de partidarismo. A literatura clássica associa o partidarismo a eleitores mais informados, educados e engajados politicamente, enquanto os não partidários são descritos como menos instruídos, pouco informados e menos participativos no processo eleitoral (Campbell et al., 1960). No entanto, essa visão começou a

ser revisada. Dalton (2008), por exemplo, desafia essa compreensão linear ao argumentar que nem o partidarismo nem sua ausência se traduzem em perfis homogêneos de eleitores. O autor identifica a existência de eleitores partidários que não apresentam altos níveis de mobilização e, inversamente, não partidários que demonstram engajamento significativo.

Essa compreensão sobre as diferentes formas de relacionamento dos eleitores com os partidos políticos também foi identificada em estudos referentes à América Latina. Especificamente, estudos apontam tanto para uma perspectiva de que partidários tendem a ser mais mobilizados (Lupu, 2015); quanto para compreensões de que existam não só o perfil partidário mobilizado, como também o não partidário mobilizado, bem como o inverso deles (Gimenes, 2017).

De acordo com a primeira perspectiva, Lupu (2015), analisou os padrões de partidarismo em 18 países da região, entre 2006 e 2012. O autor constatou que o nível de partidarismo varia significativamente entre os países, sendo mais elevado em contextos com sistemas partidários mais institucionalizados e menos fragmentados. De forma agregada, identificou-se que os eleitores mais partidários demonstram maior clareza ao se posicionar em escalas ideológicas, além de apresentarem maior probabilidade de votar em seus partidos e de se engajar em campanhas eleitorais, evidenciando o papel do partidarismo na mobilização política.

Por outro lado, Gimenes (2017) ao investigar a evolução do partidarismo na região entre 2006 e 2014, observou que, salvo exceções[9], a simpatia partidária não é manifestada de maneira regular na maioria da população. Em termos gerais, o mesmo destaca que houve queda nos percentuais de simpatia, após 2012, em 13 das 24 unidades. Contudo, também aponta que a volatilidade ocorre tanto de maneira negativa (queda nos percentuais), quanto de maneira positiva (aumento) e, por esse motivo, sugere que essa variação reflete a influência de múltiplos fatores que explicam o vínculo entre cidadãos e partidos.

Em se tratando desses possíveis condicionantes, o mesmo autor busca compreender os determinantes individuais e de contexto, no mesmo período observado entre a região. Gimenes (2017) encontra que, quanto às variáveis sociodemográficas i) não ha discrepancias entre sexo e faixa etaria, ii) ha concentracão de moderada a alta na zona urbana, iii) os altamente escolarizados representam um pequena parcela e iv) etnia apresenta grande variacoes, devido a maioria da populacao de determinados paises ser formadas por brancos e o contrario em outros. Já no que diz respeito às questões contextuais, apenas em 2014,

[9] República Dominicana e Uruguai.

observou que i) o PIB não surtiu efeito na identificação partidária; ii) o número efetivo de partidos não apresentou efeito significativo e iii) a obrigatoriedade do voto deixou de fazer efeito no referido ano.

Em estudo posterior, Gimenes e colaboradores (2019) encontraram algumas variações ao fazer essa análise em países[10] que se enquadram em distintas categorias de enraizamento partidário, no período de 2006 a 2016, na América Latina. Os principais achados corroboram com a lógica de que o eleitor se interessar por política aumenta as chances do mesmo se identificar com algum partido, ocorrendo o inverso aos que não se interessam; bem como vai na contramão da escolaridade ao revelar que ter cursado ensino superior diminui a chance dessa identificação em alguns anos na Argentina, Brasil e Uruguai. Quanto à faixa etária, há diferença entre Argentina e Uruguai e Brasil e Chile, no qual nos dois primeiros, quanto maior a faixa etária, maiores são as chances de identificação partidária, enquanto nos demais países, esses efeitos são menores. Já quanto a outras variáveis como eficácia política revelou-se que perceber que seus interesses são levados em consideração aumenta a chance de identificação com os partidos. Da mesma forma que se posicionar ideologicamente exerceu impacto positivo no partidarismo, porém significativo estatisticamente em todos os anos apenas no Chile e no Uruguai.

Sobre este último ponto, das concepções ideológicas, Moreno (2015), observa a relação entre partidarismo e ideologia, em 2010, e encontra que o apego partidário varia de forma significativa entre os países pertencentes e que de maneira agregada (todos os países) o partidarismo exerce impacto positivo em questões como: envolvimento político (eficácia política e interesse por política), atitudes pró-democracia, confiança política, preferência eleitoral e satisfação em ir às urnas. Particularmente quanto à ideologia, foi encontrado que a possibilidade de se localizar em uma escala de esquerda-direita aumenta conforme aumenta a intensidade do partidarismo, a partir de 66% entre os não partidários até 89% dos muito partidários.

Já com foco no não partidarismo Dias (2018) buscou identificar que tipo de relação existe entre os indivíduos e as instituições partidárias na América Latina, e encontrou que, entre 2006 e 2012, a região apresentou uma relação mais positiva com os partidos políticos. Isso porque, segundo a autora, apesar de os eleitores não terem laços partidários, não excluem sua importância no funcionamento da democracia. Além disso, o estudo indica que a explicação do antipartidarismo pode ser feita através da idade (medida em faixas), da

[10] Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

centralidade do eleitor na escala ideológica, do seu baixo interesse por política, da alta eficácia política e da sua percepção de que a corrupção é algo comum.

De maneira geral, mesmo os trabalhos com foco no partidarismo versam sobre suas manifestações contrárias a esse sentimento. Entretanto, estes discutem o partidarismo e o não partidarismo de diferentes maneiras, a serem observadas na próxima subseção. Para mais, a título de nota, destaca-se que apesar do ano de publicação dos trabalhos citados, a literatura que contempla o tema abrangendo toda região está datada até 2016. Esse diagnóstico reforça a importância da presente pesquisa que se enquadra neste período de ausência, 2017 a 2022.

1.2 Classificações partidárias

A presente seção é igualmente dividida em duas partes. A primeira, responsável por apresentar as classificações desenvolvidas para segmentar os eleitores entre partidários e não partidários na América Latina; assim como as problemáticas referentes a estas classificações e que justificam a formulação de uma categorização específica para a pesquisa (baseada no vínculo partidário). E a segunda, com a finalidade de tratamento da categorização escolhida e sua distribuição entre as três categorias partidárias e variáveis sociodemográficas no material empírico.

1.2.1 Revisão e problematização das classificações existentes

A literatura sobre partidarismo oferece diversas maneiras de categorizar o segmento partidário: identificação partidária, ideia de que os indivíduos tendem a se identificar com coletividades - sociais, políticas e psicológicas - (Campbel et al, 1960); filiação, que trata-se do vínculo formal entre o eleitor e uma sigla; sentimento partidário, combinação entre medidas de preferência e rejeição aos partidos e simpatia partidária, avaliação favorável do eleitorado (Gimenes, 2017).

Já entre os não partidário, sistematiza-se, no quadro abaixo as categorizações existentes por variáveis utilizadas e seus respectivos autores:

Quadro 1 - Especificações das categorias partidárias que não tem vinculação com as agremiações partidárias: nomenclaturas, variáveis utilizadas e autores

Categorias partidárias	**Variáveis**	**Autores**
Partidários negativo	Não tem partido	Escola de Michigan (1960)

Alienados	Não tem partido e tem rejeição a política	Escola de Michigan (1960)
Rejeição dos partidos políticos	Não tem partido e nega a necessidade dos partidos políticos no sistema democratico	Poguntke; Scarrow (1996) e Baquero; Vasconcellos (2013)
Crítica dos partidos existentes	Não tem partido, reconhece a necessidade da existência dos partidos políticos no sistema democratico, mas questiona seu desempenho	Poguntke; Scarrow (1996) e Baquero; Vasconcellos (2013)
Antipartidarismo cultural	Não tem partido e tem atitudes de ceticismo em relação à utilidade dos partidos e dos políticos no sistema democratico.	Poguntke; Scarrow (1996) e Baquero; Vasconcellos (2013)
Antipartidarismo reativo	Não tem partido e tem atitudes críticas em resposta a insatisfação com a atuação da elite política e instituições	Poguntke; Scarrow (1996) e Baquero; Vasconcellos (2013)
Apartidário	Não tem partido e tem alta mobilização cognitiva (alta escolaridade e alto interesse por política)	Dalton (2013)
Independente apolítico	Não tem partido e em baixa mobilização cognitiva (baixa escolaridade e baixo interesse por política)	Dalton (2013)
Não partidário (escala intensidade)	Não tem partido (na escala partidária - do muito ao não têm)	Moreno (2015)
Não partidários	Não tem partido e considera os partidos importantes para a democracia	Dias (2019)
Antipartidários	Não tem partido e não considera os partidos importantes para a democracia	Dias (2019)
Antipartidarismo específico	Não tem partido e não gosta de algum partido	Fuks; Ribeiro; Borba (2020)
Antipartidarismo Generalizado	Não tem partido e não gosta de dois ou mais partidos	Fuks; Ribeiro; Borba (2020)

Fonte: Elaboração própria.

Dentre as definições apresentadas no quadro acima, observa-se que a primeira distinção ocorreu entre as noções de rejeição e afastamento dos partidos políticos. Desenvolvidas pela Escola de Michigan, entre os anos de 1960, a partir do conceito de *identificação partidária*, as categorias de partidarismo negativo e alienação, retratam essa

diferenciação. Enquanto o partidarismo negativo trata-se da expressão contrária ao partidarismo, a rejeição em si; a alienação, vai além de não se identificar com uma sigla, trata-se de estar alheio, afastados da política.

Mais recentemente surgiram outras interpretações que começaram a complexificar a não vinculação. Segundo Poguntke e Scarrow (1996), o fenômeno ser dividido em quatro categorias: i) rejeição dos partidos políticos, que questiona a necessidade desses partidos no sistema democrático; ii) crítica aos partidos existentes, que reconhece sua importância, mas critica seu funcionamento e desempenho; iii) o antipartidarismo cultural, que envolve atitudes céticas quanto à utilidade dos partidos e políticos na democracia; e iv) antipartidarismo reativo, que reflete críticas dos cidadãos em resposta à insatisfação com a elite política e as instituições. Essas categorias foram introduzidas por Baquero e Vasconcelos (2013) para contextualizar o fenômeno no Brasil, sugerindo que o afastamento dos partidos pode ser atribuído tanto à tradição histórica quanto às atitudes dos cidadãos.

Há ainda autores que desenvolvem diferente enfoque ao antipartidarismo, como Fuks, Ribeiro e Borba (2020), que compreendem essa rejeição sob duas perspectivas, notadamente: antipartidário específico e antipartidário generalizado. Como o próprio nome sugere, o primeiro refere-se à rejeição a um partido específico e o segundo a rejeição a todas as agremiações. Além disso, os autores englobam questões de tolerância política adicionando as dimensões de tolerantes e intolerantes, criando ao todo quatro categorias. Os resultados encontrados demonstram que mais da metade da amostra (56.8%) é não antipartidária, o que não significa que estes sejam partidários, apenas que não rejeitam um ou mais partidos. Quanto às demais categorias, a preponderância é entre os tolerantes, seja antipartidários específicos (14,6%), como também os generalizados (13.2%). Os intolerantes formam 6,4% e 9%, respectivamente.

Outras definições se preocupam com os recursos cognitivos. Por este ângulo, Dalton (2013) segmenta o eleitor não partidário sob duas categorias que se diferem pelo que o mesmo chamou de mobilização cognitiva[11], designadamente: os apartidários, formados por maiores recursos cognitivos[12], considerados benéficos para a democracia por tomarem suas decisões a partir de uma análise ampla e os independentes apolíticos, formados por menores recursos cognitivos, considerados, ao contrário, um risco para o regime em vista que seu afastamento dos partidos resulta na aversão da política. Em análise ao cenário norte

[11] Conceito que como mencionado na introdução, corresponde a junção das variáveis escolaridade e interesse política, desta maneira quanto maior as variáveis citadas, maiores são os recursos e vice- versa.

[12] Leia-se: maiores recursos cognitivos, alta escolaridade e alto interesse por política e menores recursos cognitivos, baixa escolaridade e baixo interesse por política.

americano e em parte da Europa, o autor encontra que os eleitores sem filiação partidária são em sua maioria eleitores altamente escolarizados e interessados na política.

Essa teoria foi replicada em estudos no Brasil (Borba; Gimenes; Ribeiro, 2015, Jaeger, 2022[13]) e na América Latina (Gimenes, 2017) e revelou, no caso das jovens democracias, um quadro parcialmente inverso. Diferentemente do estudo pioneiro, a maior parte do eleitorado não apresenta vinculação partidária e entre eles, a maioria é formada por eleitores com menores recursos cognitivos. Especificamente no caso da América Latina, Gimenes (2017) encontrou que mais da metade se enquadrada no perfil independente apolítico e em média 10% é considerada apartidário, segundo essa tipificação.

Sob outro prisma, a intensidade do partidarismo também foi uma das características verificada pela literatura. Em análise específica da região pesquisada, Moreno (2015) afirma que 51% dos eleitores do território se consideram não partidários, 14% pouco partidários, 22% um pouco partidários e 13% muito partidários. Com relação aos dois primeiros perfis, é apontado pouca diferenciação em temas como: eficácia política, interesse por assuntos políticos, adesão à democracia, satisfação com o funcionamento do regime, confiança no governo e avaliação sobre o país. Isso porque as diferenças encontradas não chegam a 5% entre eles.

Além das classificações citadas, existem trabalhos que estabelecem uma categorização a partir de variáveis que tangem o debate sobre a democracia. É o caso de Dias (2019), que divide o eleitorado sem identificação partidária em dois níveis: não partidários e antipartidários[14]. A categorização é estabelecida pela multiplicação da identificação partidária e do grau de concordância com a democracia poder funcionar sem os partidos. Conforme sugere o nome, ambas são formadas por eleitores que não possuem identificação partidária, a diferença está em que a primeira citada refere-se ao sentimento de que a democracia precisa de partidos políticos para funcionar e a segunda que não precisa. Os resultados ilustram oito países cujo não partidarismo é hegemônico (média de 31% - 45%[15]) e dois em que o antipatidarismo é mais considerável (35% e 43%[16]).

---

[13] No trabalho de Jaeger (2022) foi identificado que entre o perfil independente apolítico, os percentuais variaram entre 54,3%, 61,7% e 56%, nos anos de 2002, 2014 e 2018, respectivamente. Em conjunto com os apartidários (15,3%), a soma percentual, só no ano de 2018, chega a 71,3% (ESEB).

[14] Além desses dois tipos, a autora também trata de um terceiro tipo os apartidários, que não são multiplicados com a segunda variável à medida em que considera-se que aqueles que se identificam com os partidos, os consideram importantes.

[15] Argentina (45,23%), Bolívia (31,61%), Costa Rica (39,49%), Equador (36,69%), Guatemala (35,11%), Guiana (34,04%), Peru (38,86%) e Venezuela (39,85%).

[16] Chile (35,82%) e Haiti (43,45%).

Apesar da classificação de Dias (2019) ser do interesse da presente pesquisa, a medida em que mescla as duas referidas variáveis, considera-se que para medir os efeitos do apartidarismo na democracia é necessário que as questões relacionadas ao regime estejam no corpo de variáveis a serem explicadas (dependentes) e não no agrupamento estudado, que comporta a construção da variável explicativa (independente). Questão similar foi levantada por Gimenes (2017) em suas considerações finais, sobre os desafios metodológicos inerentes à operacionalização da categoria do estudo. O autor pontua como no seu caso, a aplicação de tipologias desenvolvidas para democracias consolidadas - caracterizadas por elevados níveis de escolarização e engajamento político - pode gerar distorções analíticas quando transpostas para contextos de democracias em processo de consolidação.

Assim pretende-se avançar no entendimento sobre o apartidarismo na região de outra maneira, a ser descrita na seguinte subseção.

1.2.2 Construção de uma nova categorização: vínculo partidário

A ideia é apresentar uma categorização de partidarismo que leve em consideração apenas o relacionamento dos eleitores com os partidos políticos. Esse dado é encontrado de diferentes maneiras pela literatura que trabalha empiricamente o partidarismo. Trata-se de questões que indagam se os eleitores têm ou não tem partidos, se são ou não filiados, se tem ou não simpatia partidária, se são ativos, não ativos ou inativos no relacionamento com tais instituições.

Com foco em materiais empíricos que disponham dessa informação na America Latina, apresenta-se duas possibilidades: i) LAPOP[17], redigida como “Atualmente o sr/sra simpatiza com algum partido político? Sim ou não” e ii) WVS[18], redigida como “Agora vou

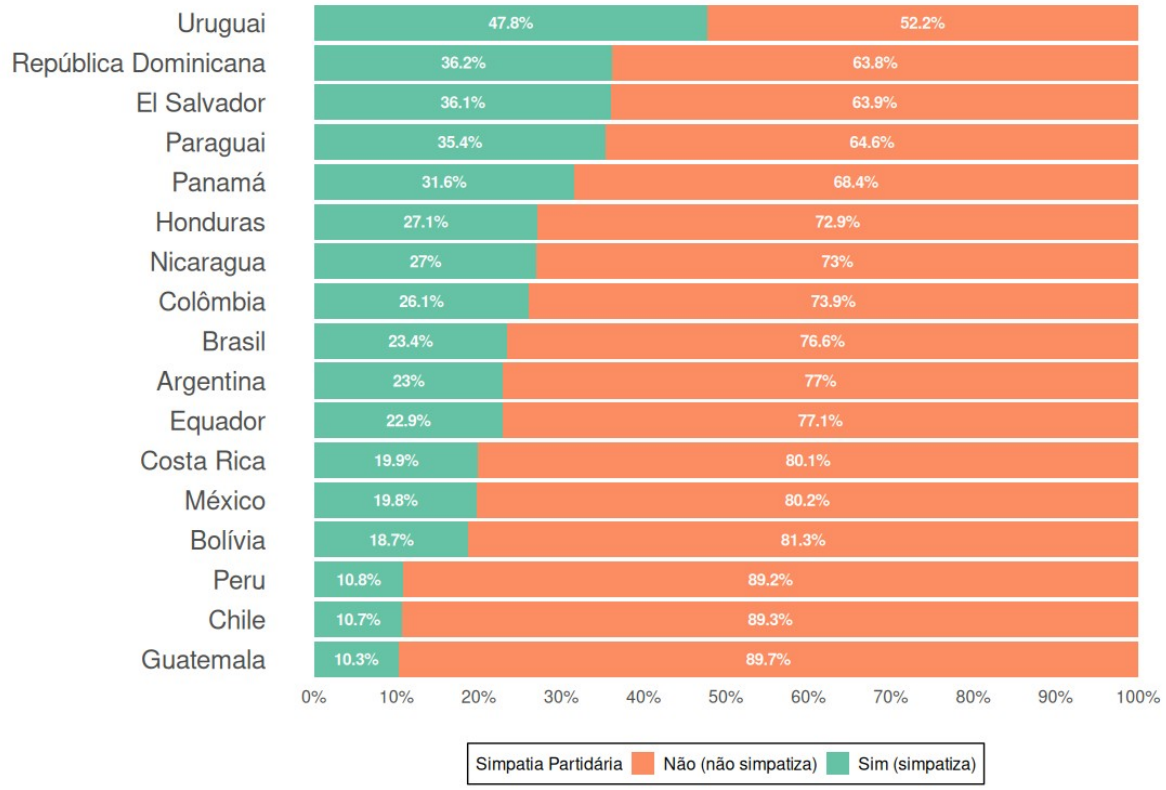
[17] O LAPOP (Latin American Public Opinion Project) é um centro de pesquisa especializado no estudo de opinião pública, focado principalmente nas Américas. Fundado em 2004 por Mitchell A. Seligson, o LAPOP desenvolve e realiza pesquisas sobre comportamento político e opinião pública em diversos países da América Latina e Caribe. Seu principal projeto, o AmericasBarometer, é uma das mais reconhecidas fontes de dados sobre questões como democracia, participação política, confiança nas instituições e valores cívicos. Esses questionários são aplicados regularmente em países da América Latina, além de Canadá e Estados Unidos, permitindo uma análise comparativa entre diferentes contextos políticos e sociais. Especificamente, quanto aos países da América Latina, interesse da pesquisa, encontra-se dados de: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

[18] A World Values Survey (WVS) é um projeto de pesquisa internacional que estuda valores, atitudes e crenças sociais e políticas em todo o mundo. Desde sua criação em 1981, a WVS tem conduzido pesquisas em ondas regulares para medir mudanças nas percepções e valores globais sobre temas como democracia, religião, trabalho, meio ambiente, e gênero, entre outros. Os questionários da WVS são aplicados em mais de 80 países, abrangendo todas as principais regiões do mundo, incluindo América Latina, Europa, África, Ásia e Oriente Médio. Especificamente, quanto aos países da América Latina, interesse da pesquisa, encontra-se dados de:

ler uma lista de organizações voluntárias. Para cada organização, você poderia me dizer se é um membro ativo, um membro inativo ou não é membro desse tipo de organização? Q98 Partidos Políticos".

Desta maneira, enquanto um questionário pergunta se existe uma simpatia, definida como disposição favorável a ter (ou não) relação com um partido, o outro busca compreender o grau de atuação dos indivíduos com os partidos (ativos, inativos ou não ativos). Por se tratar de uma pesquisa empírica, considera-se importante demonstrar a distribuição das duas questões na região pesquisada, ainda que em um próximo passo opte-se por apenas uma delas.

Gráfico 1 - Lapop: Simpatia partidária na América Latina em 2019 (por país)



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do Lapop 2018 e 2019.

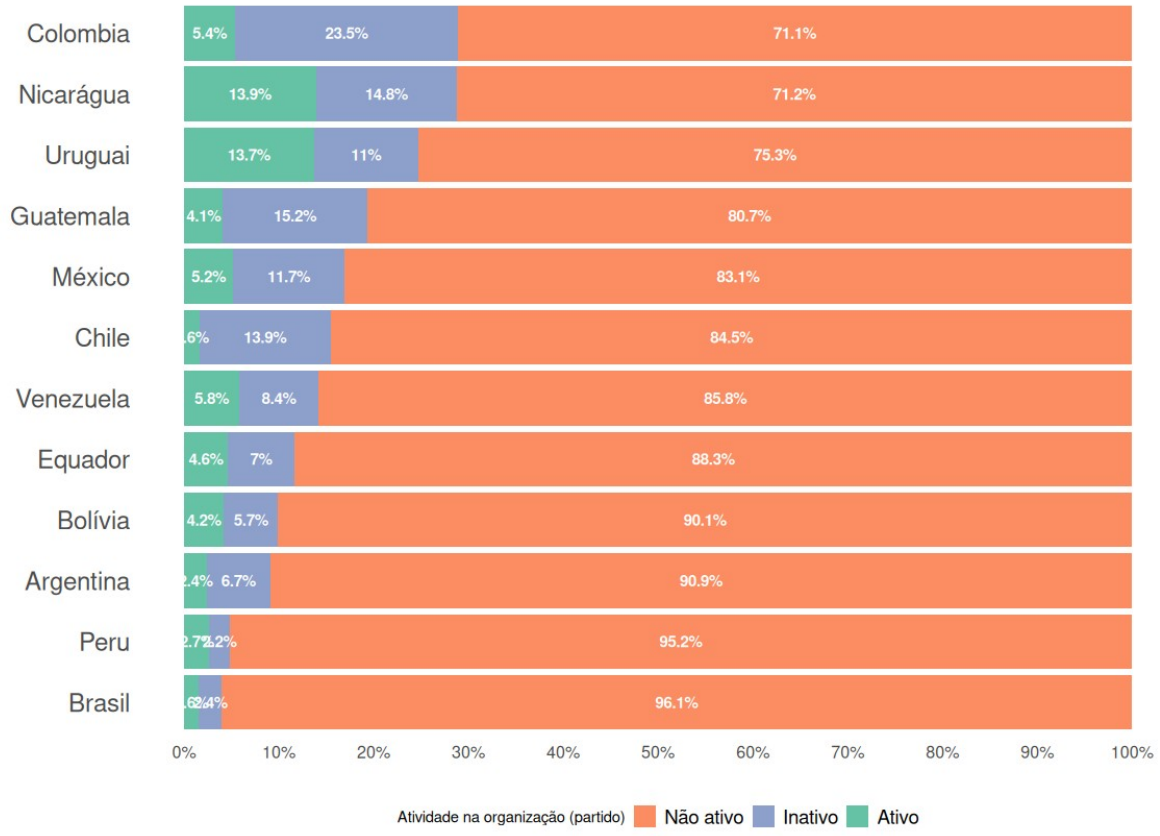
O Gráfico 1 evidencia que, na análise individual por país, há uma ampla variação, ainda que prevaleça a ausência de simpatia partidária na região. Entre os simpatizantes, destaca-se o Uruguai (47%), embora 52% da população afirme não simpatizar com nenhum partido. Outros países com proporções de simpatia acima da média geral são República Dominicana (36%), El Salvador (36%), Paraguai (35%) e o Panamá (31%). Há também

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala,México, Nicarágua, Peru, Venezuela, Uruguai.

países com níveis moderados como: Honduras (27%), Nicarágua (27%) e Colômbia (26,06%).

No que se refere aos indivíduos que não apresentam simpatia partidária, sobressai o Chile, Guatemala e Peru, todos com apenas 10% de simpatizantes, enquanto cerca de 89% da população não simpatiza com partidos. Em seguida, destaca-se a Bolívia, com 18% de simpatizantes e 81% de não simpatizantes. Posteriormente, encontram-se Brasil (23%), Argentina (22%), Equador (22%) e México (19%), cuja falta de simpatia varia entre 76% e 80%.

Gráfico 2 - WVS: atuação nos partido na América Latina entre 2017 a 2022 (por país)



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

O gráfico 2 expressa que, na análise individual por país, há o predomínio da categoria "não ativo", seguida pelos "inativos" e, por último, pelos "ativos". Com exceção da Nicarágua e do Uruguai, ambos com 13% de "ativos", os números dessa categoria na região são inferiores a 10%. Apesar disso, esses países também apresentam taxas expressivas de "não ativos" e níveis ligeiramente acima da média de "inativos".

Em relação às taxas de "inativos", observa-se que metade dos países analisados apresenta valores superiores a 10%, como no Chile (13%), Colômbia (23,5%), Guatemala (15%), México (11%), Nicarágua (14%) e Uruguai (11%). Dentre esses, destaca-se a Colômbia, que ultrapassa quase o dobro do percentual dos demais países mencionados.

Quanto à categoria preponderante, "não ativos", as porcentagens variam de forma mais moderada em países como Colômbia (71%), Nicarágua (71%) e Uruguai (75%). Em contraste, em países como Argentina (90%), Brasil (96%) e Peru (95%), esses números aumentam expressivamente, evidenciando uma diferença de mais de quinze pontos percentuais.

De maneira comparativa, as análises dos gráficos revelam tanto semelhanças quanto diferenças na dinâmica partidária da América Latina. Entre as semelhanças, os gráficos apontam o Uruguai como exceções em suas respectivas categorias: no Gráfico 1, país apresenta as maiores taxas de simpatia partidária (47%), enquanto no Gráfico 2, destacam-se, juntamente com a Nicarágua, por possuir a maior proporção de "ativos" (13%). Ou seja, tratam-se de países com maiores índices de partidarismo. Ademais, destaca-se o Peru nos dois gráficos, com percentuais de 89% e 95%, respectivamente. Já no que se refere às diferenças a Colômbia é um ponto fora da curva, com uma taxa elevada de "inativos" no Gráfico 2 (23,5%) e uma modesta taxa de simpatia partidária no Gráfico 1 (26,06%).

Os resultados comparativos exigem algumas pontuações contextuais do período (2017-2022), a começar pelo Uruguai destacado pelo expressivo partidarismo. O referido país passou por uma transição política significativa com a eleição de Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, em 2019, que encerrou uma história de 15 anos de governos liderados pela coalizão de esquerda Frente Ampla. Esse fato sugere que essa disputa e, posteriormente, alternância de poder criou um ambiente político polarizado, incentivando os eleitores a reafirmar suas identidades partidárias, fortalecendo o partidarismo.

O caso da Nicarágua maior índice de partidarismo segundo os dados da WVS (em destaque com o Uruguai) e em nível moderado no LAPOP (27%), se insere em um contexto de crescente autoritarismo sob o presidente Daniel Ortega. Em um ambiente marcado por prisões de opositores, censura da mídia e fraudes eleitorais, os apoiadores do governo se tornaram mais leais e identificados com o partido no poder, enquanto os opositores se unificaram em torno de uma identidade antagônica. A controversa reeleição de Ortega em 2021, em meio a um clima de repressão, consolidou ainda mais essas divisões.

Em contrapartida, o Peru, citado com alto grau de apartidarismo nos dois bancos, enfrentou uma série de mudanças institucionais com rápidas sucessões de presidentes[19]. Essa instabilidade sugere uma fragilidade e volatilidade intrínsecas ao sistema político do país. A eleição de Pedro Castillo em 2021, como um candidato outsider de esquerda, evidenciou o descontentamento generalizado com os partidos políticos tradicionais - ainda que seu governo também tenha enfrentado oposição. Desta maneira, faz sentido que o contexto de incerteza e desconfiança na classe política tenha contribuído para o aumento do apartidarismo, refletindo o afastamento dos cidadãos.

Em suma, há conformidade entre os resultados. O apartidarismo é um fenômeno presente de forma expressiva em toda região. No entanto, para os fins desta pesquisa, opta-se pelos dados da WVS. Embora a rodada do LAPOP inclua uma amostra mais ampla de países[20], a base selecionada apresenta aspectos importantes que são relevantes para o objetivo da pesquisa.

No que diz respeito à formulação da questão, estudos enfatizam que o conteúdo de um enunciado exerce influência nas respostas dos surveys (Krosnick e Presser, 2010, p.56 apud Casalecchi, 2018). Sob esse aspecto, a medida da questão escolhida já parte de uma inferência prática sobre o relacionamento entre eleitores e partidos. Isso porque a mesma busca compreender aqueles que atuam, não atuam, mas também aqueles que já atuaram (inativos). Ou seja, o grau de atuação dos indivíduos. Destaca-se também a inclusão dessa possibilidade de resposta como mais uma medida a ser considerada pelos entrevistados, indo mais a fundo nessa relação.

A relevância dessa medida torna-se ainda mais evidente quando se observa a distribuição dos indivíduos segundo as categorias de simpatia e de atuação apresentadas nos gráficos anteriores. O caso da Colômbia ilustra bem essa diferença: embora o país apresente um nível intermediário de simpatia partidária (26,06%) no gráfico 1, apenas 5,3% dos entrevistados se enquadram como “ativos” quando analisado o grau de atuação. Em contrapartida, a categoria “inativo” abrange 23,5% dos indivíduos, sugerindo que parte dos simpatizantes, quando avaliados em um esquema dicotômico tradicional, desloca-se para esse grupo intermediário quando a métrica considera práticas e vínculos previamente estabelecidos. Isso indica que, para uma investigação voltada especificamente ao tema do

[19] Renúncia de Pedro Pablo Kuczynski em 2018, a destituição de Martín Vizcarra em 2020, e os breves mandatos de Manuel Merino e Francisco Sagasti.

[20] Ao todo são dezessete países. Especificamente, além de onze dos doze representados na pesquisa WVS, sendo este a Venezuela, inclui-se também os seguintes países: Costa Rica, El Salvador, Honduras, Panamá, Paraguai e República Dominicana.

vínculo partidário, a medida de atuação captura dimensões substantivas que seriam invisibilizadas pelos indicadores clássicos.

É nesse contexto que se insere a escolha metodológica apresentada. A literatura especializada tende a mensurar o partidarismo principalmente pela identificação partidária ou pela simpatia partidária, entendidas como vínculos subjetivos que os eleitores estabelecem em relação às agremiações. Essas abordagens são amplamente consolidadas e têm produzido resultados relevantes ao longo das últimas décadas. No entanto, para os propósitos desta tese, cujo foco recai sobre o comportamento político e sobre como diferentes vínculos com os partidos influenciam atitudes e práticas democráticas, opto por trabalhar com uma medida distinta: a atuação dos indivíduos em relação aos partidos, a partir das categorias ativo, inativo e não ativo - nomenclatura adotada tal como aparece no questionário da WVS.

Essa escolha não implica que a literatura tradicional esteja equivocada, nem que a presente alternativa seja "superior". Trata-se, antes, de uma decisão analítica orientada pelo problema de pesquisa. Diferentemente de medidas subjetivas, a classificação por atuação captura graus de envolvimento comportamental que um eleitor mantém com um partido político. Essa nuance é fundamental para esta tese, que busca investigar se o apartidarismo representa um risco para a democracia latino-americana, analisando sua expressão na participação política, nas atitudes democráticas e no comportamento eleitoral. Indivíduos ativos são aqueles que possuem algum envolvimento concreto; inativos são aqueles que tem ou já tiveram vínculo, mas não atuam no momento; e não ativos jamais estabeleceram qualquer tipo de relação.

Ao adotar uma medida comportamental de vínculo, a análise reduz a interferência de fatores externos que muitas vezes estão embutidos nas medidas tradicionais de simpatia e identificação, conforme reconhecido pela própria literatura (Dalton, 2013; Gimenes, 2017). Isso evita circularidades metodológicas e possibilita testar, com maior precisão, se a ausência de vínculo prático com os partidos, por si só, está associada a menores níveis de envolvimento político, atitudes menos democráticas ou comportamentos eleitorais mais voláteis ou antissistema.

Assim, a categorização proposta oferece um caminho metodológico alinhado ao objetivo de compreender os possíveis efeitos do afastamento partidário na democracia latino-americana.

A seguir aponta-se a incidência das três categorias citadas entre as variáveis sociodemográficas.

1.3 Análise sociodemográfica dos ativos, inativos e não ativos

O objetivo desta subseção é examinar as características sociodemográficas que influenciam o tipo de vínculo que os eleitores latino-americanos estabelecem com os partidos políticos, destacando as categorias "ativo", "inativo" e "não ativo". A análise baseia-se em três variáveis: sexo, faixa etária e escolaridade. A partir dessas, é possível obter uma visão mais detalhada do perfil dos eleitores em relação ao seu relacionamento com os partidos políticos.

Tabela 1 - Analise descritiva e comparativa de variaveis sociodemograficas: sexo, idade e escolaridade na America Latina

Categorias	**Ativo**	**Inativo**	**Não ativo**
Sexo			
Feminino	4,6% (391)	9,0% (771)	86,3% (7338)
Masculino	5,8% (446)	10,9% (838)	90,7% (117)
Idade			
Menor de idade (%)	4,6% (6)	4,6% (6)	90,7%
31 - 45 (%)	39.8 % (234)	6.6 % (496)	53.4 % (3981)
46 - 60 (%)	6.0 % (215)	10.2% (362)	83.7 % (2969)
61+ (%)	5.9 % (137)	9.2% (214)	84.8 % (1967)
Escolaridade			
Sem educação	5.1%	10,2%	84.6%
Ensino primário	6.2%	8.8%	84.9 %
Ensino secundário	5.2%	9.6%	85.1%

inferior			
Ensino secundário superior	3.8%	9.5%	86.6%
Superior ciclo curto	4.2%	10.0%	85.6%
Licenciatura ou equivalente	7.04%	9.91%	83.04%
Mestrado	8,44%	14,14%	77,42%
Doutorado	4,44%	22.22%	73.33%

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

A análise dos dados sobre o sexo dos eleitores revela que, embora não haja uma diferença expressiva entre homens e mulheres no que diz respeito ao apartidarismo, há nuances importantes a serem consideradas. Conforme a Tabela 1, o nao partidarismo é ligeiramente mais comum entre as mulheres, com 86,33% das eleitoras se identificando como "não partidárias", em comparação com 83,32% dos homens. Essa diferença, embora pequena, sugere que as mulheres tendem a se afastar mais dos partidos políticos do que os homens, o que pode estar relacionado a diversos fatores, como menor participação política em geral ou menos oportunidades de engajamento partidário para mulheres em alguns contextos.

Por outro lado, a proporção de homens (5,79%) que se identificam como "ativos" é maior do que a de mulheres (4,60%). Isso indica uma tendência ligeiramente maior de engajamento político formal entre os homens, o que pode ser reflexo de estruturas políticas que historicamente favoreceram a participação masculina. No caso dos "inativos", observa-se uma distribuição semelhante: 10,89% dos homens e 9,07% das mulheres se enquadram nessa categoria.

Acerca da faixa etária, encontrou-se maior concentração de partidários na faixa etária de 31 a 45 anos, com 39,87% dos eleitores dessa faixa se identificando como "ativos". Isso sugere que, nesta etapa da vida, os indivíduos podem estar mais engajados politicamente, possivelmente devido a fatores como estabilidade profissional, maior conscientização sobre o impacto da política em suas vidas e responsabilidades sociais mais amplas.

Em contraste, os eleitores mais jovens (18 a 30 anos) apresentam uma proporção muito maior de "não ativos" (85,88%), indicando uma tendência de distanciamento dos partidos políticos nessa fase da vida. Esse afastamento pode ser reflexo de uma insatisfação

com a política tradicional ou de uma falta de representação de seus interesses nos partidos existentes. Já na faixa etária acima de 46 a 60 anos, observa-se o maior percentual dos eleitores que se identificam como ”inativos” (10,21%). Esse dado pode refletir uma certa frustração acumulada ao longo dos anos com os partidos, resultando em afastamento sem, no entanto, um rompimento definitivo com o sistema partidário.

Em relação à escolaridade, revela diferenças importantes no vínculo dos eleitores com os partidos políticos. Os "ativos" mostram uma distribuição mais uniforme entre os níveis educacionais, com uma leve inclinação para os eleitores com maior escolaridade. Por exemplo, 8,44% dos eleitores com mestrado se identificam como "ativos", enquanto apenas 5,18% dos eleitores com menor escolaridade fazem o mesmo. Essa tendência sugere que eleitores com níveis mais altos de educação têm maior capacidade de se envolver com o sistema político, seja por maior acesso à informação ou por redes sociais mais robustas.

Todavia, os "inativos" apresentam um padrão de distribuição em que a proporção cresce de forma consistente com o nível de escolaridade. Enquanto 8,86% dos eleitores com ensino primário se identificam como "inativos", essa proporção sobe para 22,22% entre aqueles com doutorado. Isso sugere que eleitores mais educados, embora tenham maior probabilidade de se envolver com a política, também estão mais suscetíveis a se afastar dos partidos, talvez devido a uma visão mais crítica do sistema partidário ou à capacidade de identificar alternativas políticas fora do escopo partidário tradicional.

Entre os "não ativos", a distribuição é inversa: quanto menor o nível de escolaridade, maior a proporção de eleitores que se identificam como tal. Cerca de 86,63% dos eleitores com ensino secundário superior e 84,91% daqueles com ensino primário se classificam como "não ativos". Essa porcentagem diminui entre aqueles com mestrado (77,42%) e doutorado (73,33%). Esse dado sugere que eleitores com níveis de escolaridade mais baixos, mostram uma maior propensão ao apartidarismo, isso pode estar relacionado a um menor acesso a informações políticas ou menor capacidade de influenciar o sistema político. Por outro lado, à medida que o nível de escolaridade aumenta, a proporção de eleitores "não ativos" diminui, sugerindo que indivíduos com maior formação educacional tendem a ter mais compreensão do sistema político, o que pode aumentar a possibilidade de alinhamento com partidos. Essa redução entre os que possuem mestrado e doutorado reflete que a escolaridade pode ser um fator chave para a compreensão mais profunda da política e maior interesse em participar ativamente do processo político, mesmo que isso não signifique uma identificação estrita com partidos.

Em resumo, a análise sociodemográfica ressaltam a importância de tais variáveis para se compreender o relacionamento dos eleitores com os partidos políticos na América Latina. Os mesmos indicam que o vínculo com os partidos é influenciado por fatores sociais que afetam tanto o relacionamento quanto o distanciamento dos eleitores.

1.4 Considerações parciais

O presente capítulo enfatiza a importância de compreender o relacionamento partidário na América Latina a partir de uma categorização mais refinada e adequada à realidade regional. Ao longo das seções, foi possível explorar as nuances do partidarismo e do apartidarismo, destacando como as abordagens tradicionais muitas vezes não capturam completamente a complexidade do vínculo entre eleitores e partidos políticos.

A análise dos bancos de dados de partidarismo do LAPOP e do WVS, revelaram que o apartidarismo é amplamente predominante na região, com variações significativas entre os países. Enquanto o LAPOP enfatiza a simpatia partidária, o WVS permite uma análise mais detalhada do relacionamento dos eleitores com os partidos, categorizando-os como "ativos", "inativos" ou "não ativos". Esta distinção foi crucial para a escolha da base de dados da WVS para a pesquisa, uma vez que sua formulação da questão proporciona uma visão mais aprofundada do vínculo partidário.

A escolha das categorias “ativo”, “inativo” e “não ativo” demonstrou ser relevante, especialmente ao considerar que a categoria intermediária representa eleitores que, embora tenham ou já tenham tido uma relação com partidos, não estão mais ativos. Isso adiciona uma camada de complexidade à análise, mostrando que o afastamento dos eleitores pode ser uma transição e não apenas uma condição permanente.

As análises sociodemográficas indicaram que o não partidarismo é predominante em todas as faixas etárias, níveis de escolaridade e gêneros, embora com algumas variações. Homens tendem a ser ligeiramente mais ativos, enquanto mulheres apresentam maior incidência entre não ativos. No que diz respeito à faixa etária, os indivíduos entre 31 e 45 anos se destacam por apresentar maior proporção de ativos, enquanto os mais jovens entre os não ativos. E em se tratando da escolaridade, encontrou-se uma tendência de maior escolarização entre os ativos e menor entre os não ativos. Resultados que apresentam conformidade aos apontamentos da literatura.

Em suma, a categorização partidária proposta oferece uma nova perspectiva para analisar o comportamento político na América Latina, capturando de maneira mais precisa as

diferentes formas de relacionamento entre eleitores e partidos. Essa categorização será fundamental para as análises subsequentes da tese, fornecendo uma base sólida para a investigação das atitudes e comportamentos políticos dos eleitores na região nas três dimensões citadas (política, democrática e eleitoral).

Nos próximos capítulos investiga-se as dimensões política, democrática e eleitoral na categorização elaborada no presente capítulo. A seguir demonstra-se a primeira dimensão.

Capítulo 2 - Relação entre partidarismo e envolvimento político na América latina: dimensão política

Introdução

Este capítulo busca compreender a relação entre as categorias partidárias definidas anteriormente (ativos, inativos e não ativos) e o envolvimento político na América Latina. O objetivo central é investigar como essas categorias se conectam com a participação e o engajamento político na região. O mesmo está dividido em três seções.

Na primeira seção visita-se a literatura sobre participação e engajamento político, abarcando perspectivas unidimensionais e multidimensionais dessa relação. Bem como, também são discutidos estudos sobre formas convencionais de envolvimento, como o voto, e formas não convencionais, como protestos e manifestações. Durante essa análise, é destacada a imprecisão conceitual entre engajamento e participação, apontando a necessidade de um refinamento teórico. A partir dessa constatação, o capítulo propõe a construção de uma medida de envolvimento político que abarca os dois conceitos sob duas dimensões principais: atitudes e comportamentos. No bloco de atitudes, considera-se variáveis como o interesse por política, conversas sobre política e a busca por informações políticas. Já no bloco de comportamentos, o foco está em variáveis como a participação em manifestações, a assinatura de abaixo-assinados e a frequência de voto.

Na segunda seção, detalha-se as variáveis citadas formuladas pelo banco de dados (WVS) e os procedimentos realizados para a confecção dos resultados. Especificamente com relação aos procedimentos, cruza-se as categorias partidárias com cada uma das seis variáveis selecionadas em cada país analisado. Em seguida, discrimina-se a construção do índice de envolvimento político (engajamento e participação), que classifica os indivíduos do maior ao menor nível de envolvimento, com a somatória de todas as variáveis visitadas separadamente. E por fim, descreve-se os sete modelos de regressão desenvolvidos a partir das seguintes variáveis dependentes: seis modelos multiníveis (país), respectivos as variáveis de envolvimento separadamente e, um último modelo linear com o índice, que engloba todas elas. Os sete modelos icluem as variáveis sexo, idade e escolaridade para controle.

Por fim, na terceira seção, o capítulo apresenta os resultados que avaliam os determinantes do envolvimento político na região. Essa análise quantitativa permite identificar os principais fatores que influenciam o nível de envolvimento político entre os eleitores na América Latina considerando as categorias partidárias.

2.1 Envolvimento político

Nesta seção pretende-se desenvolver a medida de envolvimento político a partir da delimitação dos conceitos de participação e engajamento. De início discute-se apresentando a literatura internacional dos mesmos, posteriormente discutindo as delimitações feitas pela literatura e, por fim, construindo a própria medida de análise.

2.1.1 Participação e engajamento: análises unidimensionais e multidimensionais

Contexto europeu e norteamericano

Na literatura clássica, participação e engajamento político, começaram a ser tratados de maneira unidimensional, tendo como foco apenas as modalidades de participação tradicional. Notadamente, o estudo de Milbrath (1965), ficou conhecido pelo modelo da centralidade, no qual define a participação como um conjunto de atividades relacionadas ao momento eleitoral. Notadamente compreendida em três níveis de engajamento, a saber: passivos (não participam), espectadores (envolvimento mínimo) e gladiadores (ativistas).

Esse trabalho, por sua vez, foi questionado por Pizzorno (1966) que apontou reducionismo na definição e propôs uma classificação mais geral, identificando: solidariedade política (profissionalismo político), solidariedade privada dominante (participação civil na política), movimentos sociais (relacionamento entre identidades políticas e privadas) e subcultura (identificação natural do indivíduo no grupo que ele está inserido). O referido autor avança ao inserir variáveis de identidade na análise e abre porta para que abordagens multidimensionais sejam expressas.

Tais noções são retomadas na pesquisa de Verba, Schlozman e Brady (1995), na qual, embora os autores ressaltem a forte correlação entre filiação partidária e níveis elevados de participação política, aprofundam o conceito de engajamento cívico ao incluir atividades não diretamente voltadas para o governo, como o voluntariado. Os autores aplicam o modelo de voluntarismo cívico para explorar a relação entre o engajamento político e as análises de custo-benefício, enfatizando três variáveis principais: tempo, dinheiro e habilidades. De acordo com essa abordagem, a disponibilidade de recursos pessoais e as compensações associadas ao envolvimento influenciam a decisão dos cidadãos de participar ativamente em ações cívicas, que, embora não necessariamente vinculadas ao governo, contribuem para o capital social e a vitalidade democrática.

Esse argumento já havia sido defendido por Putnam (1993), um dos pioneiros da teoria do capital social, que sustentava que o funcionamento eficiente das instituições democráticas está intimamente ligado a uma atuação social ativa. O autor argumentava que uma sociedade com um elevado capital social, caracterizado por altos níveis de engajamento cívico e confiança mútua, tende a promover instituições mais eficazes e uma democracia mais robusta. Posteriormente, os estudos de Norris (2007) e Inglehart e Welzel (2009) expandiram essa discussão ao incorporar a noção de valores pós-materialistas, evidenciando como a mudança nas prioridades e valores das sociedades influenciam a dinâmica do capital social e, consequentemente, a qualidade das instituições democráticas. Esses trabalhos ressaltam que, além do engajamento cívico, as mudanças nas atitudes e valores culturais também desempenham um papel crucial na configuração do capital social e na saúde das democracias contemporâneas.

Outros autores argumentam que o Estado desempenha um papel crucial no estímulo ao ativismo cívico ao oferecer estruturas de oportunidade política. McAdams (1997) exemplifica essa perspectiva ao identificar quatro dimensões principais dessa influência estatal. A primeira dimensão é a abertura do sistema político, que se refere ao grau em que o sistema permite a participação e o engajamento cívico. A segunda é a estabilidade dos alinhamentos de elite, que considera a constância ou mudança nas relações de poder entre as elites políticas. A terceira dimensão aborda as mudanças no apoio que as elites oferecem aos movimentos sociais, o que pode facilitar ou dificultar o ativismo cívico. Por fim, a quarta dimensão é a propensão estatal para a repressão, que descreve como o Estado pode reprimir ou encorajar o ativismo cívico, influenciando diretamente a capacidade dos cidadãos de se engajar em atividades políticas e sociais. Essas dimensões ilustram como a estrutura política e as atitudes estatais podem moldar o cenário do ativismo cívico.

Desta maneira, a partir dos anos 1990, têm-se empregado esforços no sentido de aprofundar essa multidimensionalidade da participação. Outro exemplo é a pesquisa de Sabucedo e Arce (1991) ampliam a análise das modalidades de participação política ao introduzir a dimensão da legalidade, diferenciando entre ações legais e ilegais e entre participações violentas e não violentas. Essa abordagem enriquece o conceito de engajamento não convencional ao considerar não apenas a natureza das ações (convencionais ou não), mas também sua conformidade com as normas legais, proporcionando uma visão mais precisa e abrangente das diversas formas de engajamento político.

Bem como autores têm demonstrado a relação do engajamento político com a desigualdade econômica, se dividindo entre as chamadas: teoria do conflito e teoria relativa

do poder. A primeira defendida por Brady (2003) de que a desigualdade econômica influencia positivamente no engajamento, visto que esta diferença produz divergências políticas que contribuem na mobilização social. E, a segunda, adotada por Dahl (2008) e Solt (2008), na direção oposta. Para os autores, a desigualdade influencia negativamente no interesse, na discussão política e na participação em eleições. Isso porque se os recursos são distribuídos de maneira desigual, assimilou-se um pensamento de exclusão das políticas públicas que resulta no desencorajamento à participação.

Posteriormente, Teorell, Torcal e Montero (2007), investigam diferentes atividades políticas sob as dimensões de canal de expressão (representação ou extra representação) e mecanismos de influência (voto ou voz). Além desses, Mitja Hafner-Fink (2009) analisa a participação selecionando as variáveis sobre o crivo de três níveis, a saber: atividade política, membro de organização e interesse político.

E há ainda autores que apontam os níveis de participação através do partidarismo. É o caso de Dalton (2013) que discute o afastamento dos eleitores com relação aos partidos em um contexto de transformações nas formas de engajamento político. Para ele, há um aumento na participação de indivíduos que não se identificam com partidos políticos tradicionais e que se envolvem em outras formas de participação não institucionalizadas (movimentos sociais, protestos e etc). Segundo o autor, essa mudança reflete uma desilusão com os partidos políticos e as instituições tradicionais, mas não necessariamente uma apatia em relação à política. Em vez disso, esses indivíduos buscam novas maneiras de influenciar as decisões políticas fora do sistema partidário formal.

Dalton (2013) também destaca que essa tendência pode indicar uma evolução na democracia, no qual a participação política se torna mais diversificada e menos dependente dos partidos políticos como únicos mediadores do engajamento cívico. Para mais o mesmo indica que esse fenômeno pode estar associado a um aumento no uso de tecnologias digitais e redes sociais, que oferecem novas plataformas para a mobilização e a participação política.

Contexto latino americano

No caso latino americano, o livro de Ribeiro e Borba (2015b) fazem não só um referencial teórico mais detalhado e completo das classificações apresentadas pontualmente acima (e outras), mas também testam empiricamente algumas dessas classificações. Os resultados encontrados confirmam a hipótese da multidimensionalidade da participação ao indicar que há distanciamento entre as formas de protesto e as demais formas de

envolvimento dos cidadãos. Para mais, os autores discutem os condicionantes da participação no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Seus achados indicaram ausência de padrão homogêneo em termos de atributos individuais quando analisado os meios de participação convencional e efeito distinto nas modalidades não convencionais. Também investigam os determinantes individuais e estruturais da participação na América Latina, usando um conjunto de dezoito países da região, no qual apontam que os protestos são produtos de contextos que oferecem maiores oportunidades e menores custos.

Esse percurso metodológico de replicações empíricas de teorias, é aplicado por Rennó (2003) que testa duas teorias de ativismo cívico, a saber: a teoria de capital social e a de estrutura de oportunidade política. Os resultados encontrados revelam que a estrutura institucional de cada país e a percepção individual sobre o funcionamento das instituições é o principal determinante da participação em associações da sociedade civil. Em suas palavras, vale mais a "existência de aberturas e garantias oferecidas por instituições formais do que os indicadores de capital social".

Outro autor que se propõe a reproduzir teorias norte-americanas/ europeias para o caso da América Latina é Baquero (2008). Em seu estudo, o autor testa a teoria relativa do poder e demonstra que a desigualdade social afeta negativamente tanto o pluralismo cultural quanto às diferenças sociais, ao mesmo tempo que reforça padrões de desigualdade e ameaça aspectos democráticos. Em suas palavras, "os cidadãos percebem que os níveis de desigualdade os afetam diretamente e contribuem significativamente para diminuir suas perspectivas para se envolver em ações políticas" (2008, p.66). Esse resultado é destacado por Baquero como um fator que pode comprometer a democracia na região a médio e longo prazo.

Já Ribeiro e Borba (2010), preocupados com a participação convencional e não convencional, testam a teoria do desenvolvimento humano em quatro países latino americano: Argentina, Brasil, Chile e Peru. Os autores indicam baixa capacidade explicativa para o nível individual quanto às modalidades de participação. No que concerne à participação convencional, foi verificado que existe uma relação de independência entre a mesma e o índice de materialismo/pós materialismo (e não negativa como indica a teoria). Divergência ainda maior foi apresentada quanto à modalidade não convencional, indicando que a escolaridade teve mais significância do que a escala de materialismo/pós-materialismo.

Em artigo Ribeiro e Borba (2015a) se debruçaram em fenômeno pertencente apenas à modalidade não convencional: o protesto. Os autores analisam um conjunto de dezessete países da região verificando as seguintes variáveis: manifestações autorizadas, protestos não

autorizados, bloqueios de tráfego, saques, ocupações de edifícios e fábricas, abaixo-assinados e boicotes. Os achados revelam que o protesto está relacionado ao contexto de instabilidade política e/ou econômica. Contudo, ao analisar apenas a dimensão individual, dimensão pela qual o trabalho concentra-se, o impacto da instabilidade na insatisfação/descontentamento é pouco expressivo.

Ainda sobre protesto, Bonifácio e Fuks (2017) desenvolvem considerações acerca dos impactos desse fenômeno na participação da América Latina. Os autores identificaram quatro modalidades de participação política, sendo estas: contato com atores políticos e governamentais, ativismo comunitário, ativismo partidário e eleitoral e ativismo de protesto. Ademais, destacaram a existência de um padrão de associação positivo entre a exposição à corrupção e engajamento em atividades participativas. Bem como, apontaram que indivíduos que possuem experiência com corrupção têm maior tolerância a este fenômeno - associação já contemplada em outros estudos da área (Almond e Verba, 1963; Putnam, 1996).

Com foco na relação entre a participação e a legitimidade democrática na região, Fuks e Casalecchi (2018) demonstram que o conhecimento político exerce efeito positivo e estatisticamente significativo não apenas sobre a preferência pela democracia, mas também sobre princípios centrais do regime, como o apoio às eleições livres e competitivas, a participação política, o controle e a separação entre os poderes, o primado da lei e a tolerância. Esses resultados indicam que a adesão democrática e o engajamento político dependem, em grande medida, da capacidade dos cidadãos de compreender o funcionamento das instituições políticas, e não apenas de sua disposição em participar.

Há também trabalhos que têm como objeto o fenômeno do partidarismo. Especificamente, o estudo de Rennó (2011) demonstra que a identificação partidária atua como um preditor robusto de maior engajamento demonstra que a identificação partidária é um forte preditor de maior participação política na América Latina, enquanto os apartidários tendem a ser menos engajados. Esse achado é reforçado por Gimenes (2017), que ao testar a teoria de Dalton (2013) no contexto latino-americano, encontra evidências de que, diferentemente do observado em democracias avançadas, a maioria dos eleitores sem filiação partidária, enquadra-se na categoria de menor participação política.

Em observação aos referidos trabalhos, fica evidente, visto a replicação de teorias em diferentes realidades, a divergência de participação política dos contextos europeus e norte americanos para o contexto da América Latina. Bem como, os apartidários são apontados como menos participativos. Por esse motivo, acredita-se ser necessário fazer um aprofundamento sobre o que é tratado como participação. Em particular, na próxima subseção

discute-se as definições existentes e propõe uma medida própria, usada posteriormente para investigar o fenômeno do apartidarismo.

2.1.2 Definições conceituais: delimitação da medida de envolvimento político

Inicialmente, é importante aprofundar as definições de participação política e engajamento político apresentadas. Isso porque embora os trabalhos mencionados apresentem classificações do que compreendem como participação, por vezes utilizam o termo "engajamento" como sinônimo. No entanto, apesar de serem conceitos intimamente relacionados, há distinções importantes entre eles.

Desde as formulações clássicas, a participação política tem sido compreendida como um elemento central para o funcionamento da democracia. Dahl (1956) enfatiza a essencialidade do envolvimento ativo dos cidadãos nos processos decisórios, destacando o voto como expressão fundamental dessa participação. Posteriormente, Huntington e Nelson (1976) ampliam essa noção ao definir a participação política como qualquer atividade que impacte, ou tenha a intenção de impactar, as políticas públicas e a escolha dos governantes. Na mesma direção, Verba, Schlozman e Brady (1995) aprofundam essa abordagem ao incluir o conjunto de atividades por meio das quais os cidadãos buscam influenciar a política, abrangendo tanto modalidades convencionais, como o voto, quanto formas não convencionais, a exemplo de protestos e outras ações que afetam diretamente as decisões políticas. Em estudo posterior, Brady (1999, p. 737) propõe uma definição ainda mais abrangente, ao conceber a participação política como toda ação orientada a “influenciar alguns resultados políticos”.

Enquanto, Almond e Verba (1963), caracterizam o engajamento político como atitudes e comportamentos contínuos dos cidadãos em relação às questões políticas que envolvem um interesse contínuo e uma conexão com as questões políticas, indo além da simples participação. Norris (2002), expande essa definição ao considerar o engajamento como um fenômeno que abrange tanto a participação formal quanto formas informais de envolvimento, incluindo atividades políticas que ocorrem fora das instituições tradicionais e destaca a diversidade das formas de engajamento. Putnam (2000), aborda o engajamento político dentro do contexto do capital social, definindo-o como o envolvimento dos indivíduos em redes sociais que influenciam a política e a vida cívica, destacando a importância das interações sociais na sustentação do mesmo.

Esses autores ajudam a construir uma compreensão abrangente dos conceitos de participação e engajamento político, com abordagens que variam desde a ação direta (comportamento) até as atitudes mais sutis que conectam os cidadãos à esfera pública.

Ao sistematizar essas definições, percebe-se que a participação política diz respeito ao nível de relacionamento dos cidadãos nas instituições políticas e à sua contribuição para a formulação de políticas públicas. Isso inclui ações formais, como votar e assinar petições, bem como outras atividades que afetam diretamente o processo político, como protestos. Por outro lado, o engajamento político vai além dessas atividades práticas, englobando um compromisso contínuo dos cidadãos com a política. Esse conceito abrange não apenas a participação em estruturas formais, mas também os valores e interesses pessoais que influenciam a forma como os indivíduos percebem e atuam no cenário político.

Em síntese, a participação política está associada ao comportamento dos indivíduos em relação a ações que impactam as decisões políticas, enquanto o engajamento político refere-se às atitudes políticas, refletindo as formas como as pessoas percebem e se envolvem no cenário político. Apesar dessas diferenças, ambos os conceitos são essenciais para analisar o envolvimento político do eleitorado latino-americano, pois oferecem diferentes dimensões do tema e contribuem para uma compreensão mais ampla do engajamento cívico na região.

Pensando nisso, reuni-se os dois conceitos, de engajamento (atitudes) e participação (comportamento), para estabelecer uma medida de envolvimento político. Em específico, esse termo já havia sido usado no trabalho de Moreno (2015), no qual o autor refere-se às variáveis de eficácia política e interesse por política. No entanto, com a proposição exposta na presente subsecção, pretende-se dar conta de suas possíveis dimensões a partir de demais variáveis. Na subseção seguinte apresenta-se a operacionalização dessa ideia.

2.2 *Dados e métodos*

Operacionalmente, verifica-se o envolvimento político nos dois seguintes blocos de variáveis: o primeiro, referente às atitudes, representados pelas variáveis interesse por política, busca por informação política e conversa sobre política e o segundo, referente ao comportamento, expresso pelas variáveis participação em manifestações pacíficas, assinatura em abaixo assinado e frequência do voto. Demais variáveis como questões relacionadas a aspectos democráticos e eleitorais, que igualmente poderiam ser aprofundadas aqui, apresentam-se nos capítulos seguintes.

Os dados utilizados foram selecionados na pesquisa World Values Survey (WVS), na rodada sete, que marca o período de 2017 a 2022. Com foco no partidarismo dos respondentes, analisa-se as variáveis citadas sob as categorias partidárias desenvolvidas no capítulo anterior, analisadas aqui de maneira agregada (com todos os países), representadas por: 5,2% de ativos, 9,9% de inativos e 84,9% de não ativos.

Em se tratando das variáveis de envolvimento, expressa-se no gráfico abaixo a distribuição, em dados percentuais, de cada uma delas também de maneira agregada, com todos os países pertencentes à amostra. Cabe destacar ainda que todas as variáveis mantiveram as categorias de resposta sugeridas pelo questionário, incluiu-se apenas uma personalização das possibilidades de respostas que eram destinadas a diferentes perguntas. A exemplo da variável de participação em manifestações, cujas respostas do questionário variável entre “1 Já fiz 2 Poderia fazer 3 Não faria nunca”, que foram reformuladas como “1 Já participei 2 Poderia participar 3 Não participaria”. Mais detalhes sobre cada uma delas em apêndice.

Tabela 2 - Percentuais de resposta as variáveis da dimensão política na América Latina

Variável	**Possibilidades de resposta (%)**				
Interesse por política	Muito interessado	Algum interesse	Pouco interesse	Nada interessado	
	8.82%	23.52%	30.27%	36.80%%	-
Busca por informação	Diariamente	Semanalmente	Menos que mensalmente	Mensalmente	Nunca
	44.70%	10.81%	4.96%	4.22%	32.77%
Conversa sobre política	Já conversou	Poderia conversar	Nunca conversaria		
	13.76%	44.64%	41.00%	-	-
Participação em manifestação	Já participou	Poderia participar	Nunca participaria		
	16.04%	35.65%	46.25%	-	-
Assinatura em abaixo assinado	Já assinou	Poderia assinar	Nunca assinaria		
	20.40%	34.48%	43.49%	-	-
Frequência do voto	Sempre vota	Frequentemente vota	Nunca vota		

	71.08%	15.87%	10.33%	-	-

Fonte: WVS 2017-2022.

No que se refere às variáveis associadas às atitudes, verifica-se que a maioria dos entrevistados (36,80%) se declara "nada interessada" em política, enquanto 30,27% expressam ter "pouco interesse". Aqueles que relatam possuir "algum interesse" somam 23,52%, e apenas 8,82% se consideram "muito interessados". Quanto à busca por informações políticas, 44,70% dos respondentes afirmam fazê-lo "diariamente", contrastando com 32,77%, que indicam nunca buscar informações. Apenas 10,81% realizam essa busca "semanalmente", 4,96% o fazem "menos que mensalmente" e 4,22% "mensalmente". Em relação às conversas sobre política, 44,64% dos entrevistados afirmam que "poderiam conversar" sobre o tema, enquanto 41,00% dizem que "nunca conversariam" sobre o assunto, e somente 13,76% reportam já ter discutido política.

No tocante às variáveis de comportamento político, observa-se que, quanto à participação em manifestações, 46,25% dos entrevistados afirmam que "nunca participariam", enquanto 35,65% declaram que "poderiam participar". Apenas 16,04% já participaram de alguma manifestação. Em relação à assinatura de abaixo-assinados, 43,49% indicam que "nunca assinariam", 34,48% "poderiam assinar" e 20,40% já assinaram. No que tange à frequência de voto, 71,08% dos respondentes afirmam que "sempre votam", 15,87% dizem que "frequentemente votam" e 10,33% "nunca votam". Este último dado pode estar relacionado à obrigatoriedade do voto, e será explorado mais detalhadamente na análise ao incluir as categorias partidárias.

Em suma, os dados apresentados refletem uma complexa relação entre a política e a população da América Latina, evidenciando a predominância da apatia em diversos aspectos, com exceção do ato de votar, no qual deve-se destacar a obrigatoriedade em grande parte dos países. Desta maneira, propõe-se avaliar, como uma das dimensões investigadas, tais aspectos de apatia, comumente associados ao apartidarismo, sob as categorias partidárias descritas no capítulo anterior (ativos, inativos e não ativos).

Acredita-se que as referidas variáveis e suas respectivas justificativas desenvolvidas na parte teórica deste capítulo, não apenas medem aspectos distintos de engajamento e participação, mas também se inter-relacionam, proporcionando um quadro abrangente para investigar o relacionamento dos eleitores com relação à política, dimensão abordada. A

mesma busca elucidar, em conjunto com as dimensões democrática e eleitoral, a compreensão sobre os possíveis riscos para a democracia.

Com a finalidade de analisar a relação entre essas variáveis e a categorização partidária foram realizados testes de qui-quadrado (independência). Esses testes permitem verificar se existe associação estatisticamente significativa entre variáveis categóricas, comparando as frequências observadas com aquelas que seriam esperadas caso não houvesse relação entre elas. A tabela abaixo apresenta os resultados desses cruzamentos, exibindo as frequências absolutas (n), as frequências relativas (%) e o valor de p correspondente a cada teste. As porcentagens foram calculadas por categoria partidária (percentuais por linha), de modo que o total em cada categoria corresponde a 100%, permitindo observar como se distribuem as respostas dentro de cada grupo.

Tabela 3 - Testes Qui quadrado com o cruzamento da categorização partidária com as variáveis dependentes

Categoria Partidária	**Variável**	**Possibilidades de resposta (%)**					**P - valor**
	Interesse por política	**Muito interessado**	**Algum interesse**	**Pouco interesse**	**Nada interessado**		
Ativos		323 (38,6 %)	251 (30%)	161 (19,3%)	101 (12,1%)		
Inativos	(%)	187 (11,7 %)	432 (27,0 %)	516 (32,2 %)	466 (29,1 %)		
Não ativos	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)		
Total (16.118)		1.428	3.802	4.919	5.969		(χ^2 = 1175,76) **0,0001***
	Busca por informação	**Diariamente**	**Semanalmente**	**Menos que mensalmente**	**Mensalmente**	**Nunca**	
Ativos		408 (49,4 %)	92 (11,1 %)	26 (3,1%)	48 (5,8 %)	252 (30,5 %)	
Inativos		781 (49,5 %)	191 (12,1 %)	75 (4,8 %)	94 (6,0 %)	437 (27,7 %)	

Não ativos		6.058 (45,2 %)	1.472 (11,0 %)	582 (4,3 %)	659 (4,9 %)	4.633 (34,6 %)	
Total (15.808)		7.247	1.755	683	801	5.322	(χ^2 = 39,36) **0,0001***
	Conversa sobre política	**Já conversou**	**Poderia conversar**	**Nunca conversaria**			
Ativos		294 (35,2 %)	345 (41,3 %)	197 (23,6%)			
Inativos		312 (19,6 %)	694 (43,5 %)	588 (36,9 %)			
Não ativos		1.627 (11,9 %)	6.206 (45,3 %)	5.855 (42,8 %)			
Total (16.118)		2.233	7.245	6.640			(χ^2 = 432,24) **0,0001***
	Participação em manifestação	**Já participou**	**Poderia participar**	**Nunca participaria**			
Ativos		299 (36,2 %)	235 (28,4 %)	293 (35,4 %)			
Inativos		293 (18,4 %)	604 (37,9 %)	696 (43,7 %)			
Não ativos		2.013 (14,9 %)	4.942 (36,7 %)	6.520 (48,4 %)			
Total (15.895)		2.605	5.781	7.509			(χ^2 = 266,53) **0,0001***
	Frequência do voto	**Sempre vota**	**Frequentemente vota**	**Nunca vota**			
Ativos		682 (83,3 %)	235 (28,4 %)	293 (35,4 %)			
Inativos		293 (18,4 %)	604 (37,9 %)	696 (43,7 %)			
Não ativos		2.013 (14,9 %)	4.942 (36,7 %)	6.520 (48,4 %)			

Total (15.895)		11.523	2.575	1.668			(χ^2 = 88,71) **0,0001***
	Assinatura em abaixo assinado	**Já assinou**	**Poderia assinar**	**Nunca assinaria**			
Ativos		275 (33,4 %)	278 (33,8 %)	270 (32,8 %)			
Inativos		391 (24,8 %)	615 (39,0 %)	571 (36,2%)			
Não ativos		2.638 (19,7 %)	6.006 (44,8 %)	4.757 (35,5 %)			
Total (15.801)		3.304	6.899	5.598			(χ^2 = 114,79) **0,0001***

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Os resultados indicam associação estatisticamente significativa entre a categorização partidária e todas as variáveis analisadas. No caso do interesse por política, indivíduos ativos apresentam maiores níveis de interesse, enquanto inativos e principalmente não ativos concentram maiores proporções nas categorias de baixo ou nenhum interesse ($\chi^2 = 1175,76$; $p < 0,0001$). A busca por informação política também apresenta associação significativa ($\chi^2 = 39,36$; $p < 0,0001$), com ativos e inativos mostrando proporções ligeiramente maiores de busca diária, enquanto não ativos aparecem mais frequentemente na categoria “nunca”. Em relação à conversa sobre política, observa-se associação significativa ($\chi^2 = 432,24$; $p < 0,0001$), com maior proporção de indivíduos ativos declarando já ter conversado sobre o tema, enquanto entre os não ativos cresce a proporção daqueles que nunca conversariam. A participação em manifestações também está associada à categorização partidária ($\chi^2 = 266,53$; $p < 0,0001$), sendo mais frequente entre ativos e menos entre não ativos. A frequência do voto apresenta associação significativa ($\chi^2 = 88,71$; $p < 0,0001$), indicando maior regularidade de participação eleitoral entre os ativos. Por fim, a assinatura de abaixo-assinados também mostra associação significativa ($\chi^2 = 114,79$; $p < 0,0001$), com maior participação entre ativos e maior proporção de recusa ou menor engajamento entre não ativos.

Em conjunto, os resultados indicam que a categorização partidária está associada de maneira consistente a diferentes dimensões do engajamento político, porém com intensidades distintas(χ^2). As associações mais fortes aparecem nas variáveis de interesse e conversa sobre

política, enquanto as relações tendem a ser mais moderadas em variáveis como busca por informação, frequência de voto e assinatura em abaixo-assinado.

Complementarmente aos testes de qui-quadrado, foi adotada uma abordagem descritiva por meio de gráficos para examinar a relação entre as variáveis de interesse e as categorias partidárias na América Latina. Foram elaborados seis gráficos, correspondentes às variáveis analisadas na tabela anterior, organizados segundo as três categorias partidárias. Cada gráfico apresenta a distribuição proporcional das respostas dentro de cada grupo, permitindo observar comparativamente os padrões de posicionamento político identificados nos testes estatísticos. Essa visualização facilita a identificação de tendências de consenso ou divergência, enquanto os gráficos detalhados por país, incluídos no apêndice, oferecem uma perspectiva mais granular das variações nacionais.

Depois desenvolve-se o índice de envolvimento político, com o objetivo de abranger diferentes níveis em uma análise geral do território, a partir da soma das respostas positivas, classificando os indivíduos do mais ao menos envolvidos. Essa construção envolve a recategorização de seis variáveis de interesse no capítulo, diferenciando respostas "positivas" ao envolvimento (valor 1) das "negativas" (valor 0). As respostas classificadas como "positivas" são aquelas que não rejeitam aspectos democráticos. Por exemplo, a variável de participação em manifestação, composta por três opções (Já participou, Poderia participar, Nunca participaria), foi recodificada, atribuindo-se valor 1 às duas primeiras respostas e 0 à última, que é a única considerada negativa. Assim, os níveis do índice foram definidos como: i) Altamente envolvido (seis respostas positivas); ii) Muito envolvido (cinco respostas); iii) Envolvido (quatro respostas); iv) Moderadamente envolvido (três respostas); v) Pouco envolvido (duas respostas); vi) Quase não envolvido (uma resposta); e vii) Não envolvido (nenhuma resposta positiva). Ou seja, um um sistema de sete pontos.

Além da justificativa teórica apresentada na seção anterior, que fundamenta a construção do índice como uma medida capaz de captar diferentes níveis de envolvimento político, buscou-se fortalecer sua robustez metodológica por meio de procedimentos de validação empírica. Para isso, os itens foram previamente padronizados de modo que valores mais altos representassem maior envolvimento político, garantindo coerência na direção das medidas. Em seguida, foram conduzidas análises de correlação entre os itens (matriz de correlações), avaliação da consistência interna por meio do alfa de Cronbach e uma análise fatorial exploratória (AFE), com o objetivo de verificar a coesão dos itens e a estrutura dimensional subjacente ao índice. Os resultados desses procedimentos são apresentados a seguir.

Tabela 4 – Correlação entre os itens do índice de envolvimento político na América Latina

Item	Interesse por política	Busca por informação	Conversa sobre política	Participação em manifestação	Assinatura em abaixo assinado	Frequência de voto
Interesse por política	1.0	0.15	0.31	0.20	0.21	0.10
Busca por informação	0.15	1.00	0.11	0.19	0.21	-0.02
Conversa sobre política	0.31	0.11	1.00	0.17	0.18	0.08
Participação em manifestação	0.20	0.19	0.17	1.00	0.43	0.07
Assinatura em abaixo assinado	0.21	0.21	0.18	0.43	1.00	0.08
Frequência de voto	0.10	- 0.02	0.08	0.07	0.08	1.00

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

A matriz de correlação evidencia associações predominantemente fracas a moderadas entre os itens. Destacam-se duas relações mais consistentes: entre interesse por política e conversa sobre política ($r \approx 0{,}40$) e entre participação em ações coletivas e assinatura de abaixo-assinados ($r \approx 0{,}43$). Esses resultados sugerem a existência de subdimensões internas do engajamento político, distinguindo práticas discursivas e práticas participativas. Por outro lado, a frequência de voto apresenta correlações muito baixas com os demais itens (inclusive ligeiramente negativa com busca por informação), indicando relativa independência. Esse comportamento é consistente com o caráter institucional e, em muitos

países da amostra, obrigatório do voto, o que reduz sua variabilidade e o dissocia das formas voluntárias de engajamento.

Tabela 5 – Alfa de Cronbach do índice de envolvimento político na América Latina

Item	α se item removido	r.drop	Média	Desvio Padrão
Interesse por política	0.49	0.35	0.33	0.47
Busca por informação	0.55	0.23	0.57	0.49
Conversa sobre política	0.51	0.30	0.60	0.49
Participação em manifestação	0.47	0.39	0.53	0.50
Assinatura em abaixo assinado	0.46	0.41	0.56	0.50
Frequência de voto	0.58 *	0.10	0.89	0.31
Alfa total do índice	0.56 *	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

O índice apresentou consistência interna moderada (α = 0,61), valor considerado aceitável em estudos exploratórios que envolvem múltiplas dimensões comportamentais. Os coeficientes *r.drop* indicam que a maioria dos itens contribui de forma consistente para o índice, especialmente participação, assinatura e interesse político. Em contraste, a frequência de voto apresenta baixa correlação item-total (r.drop = 0,07), indicando contribuição limitada para a coesão interna. A remoção desse item elevaria o alfa para aproximadamente 0,66, sugerindo ganho de consistência, embora não substancial. Assim, sua manutenção se justifica mais por critérios teóricos (abranger participação institucional) do que por desempenho estatístico.

Tabela 6 – Cargas fatoriais da Análise Fatorial Exploratória (1 fator) na América Latina

Item	Carga Fatorial	Comunalidade (h^2)	1 - h^2 (u^2)
Interesse por política	0.40	0.16	0.84
Busca por informação	0.32	0.10	0.90
Conversa sobre política	0.35	0.13	0.88
Participação em manifestação	0.61	0.37	0.63
Assinatura em abaixo assinado	0.64	0.41	0.59
Frequência de voto	0.13	0.02	0.98
SS loadings / Var. explicada	1.18 20%	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022

A análise fatorial exploratória com extração de um único fator permite identificar qual dimensão comum ainda assim emerge dos dados. As cargas fatoriais revelam que esse fator é fortemente definido pelas formas de participação ativa, especialmente assinatura de abaixo-assinados (0,60) e participação em manifestações (0,60). Em seguida, aparecem com cargas moderadas o interesse por política (0,50) e a conversa sobre política (0,43), enquanto a busca por informação apresenta carga mais baixa (0,29). A frequência de voto, por sua vez, possui carga muito reduzida (0,16), como dito anteriormente deve ser pelo seu caráter obrigatório em muitos países.

A variância explicada pelo fator único é de aproximadamente 21%, valor considerado baixo, o que indica uma limitação de uma solução unidimensional. Esse resultado está em consonância com os indicadores de ajuste do modelo, que apontam qualidade insatisfatória: o RMSEA (0,107) encontra-se acima dos níveis recomendados, enquanto o índice TLI (0,698) está abaixo do patamar considerado adequado. Embora o RMSR (0,06) apresente valor aceitável, o conjunto dos indicadores sugere que o modelo de um fator não reproduz

adequadamente a estrutura empírica dos dados. Além disso, o teste de qui-quadrado é estatisticamente significativo, o que leva à rejeição da hipótese de que um único fator seja suficiente para explicar as correlações observadas.

A análise das comunalidades reforça essa interpretação. Os itens associados à participação ativa apresentam os maiores valores (em torno de 0,35), indicando contribuição mais consistente para o fator comum. Em contraste, interesse e conversa apresentam valores mais baixos, e a busca por informação apresenta comunalidade bastante reduzida (0,08). A frequência de voto se destaca negativamente, com comunalidade de apenas 0,02, evidenciando que praticamente não compartilha variância com os demais itens do índice.

Em conjunto, esses resultados indicam que o índice capta um fenômeno real de envolvimento político, mas estruturado em múltiplas dimensões relativamente autônomas. O fator identificado na AFE representa principalmente a dimensão de participação ativa, enquanto outras dimensões — como o engajamento cognitivo e a participação institucional — apresentam menor integração entre si. Nesse sentido, a baixa carga da frequência de voto não deve ser interpretada como um erro de mensuração, mas como reflexo de sua natureza distinta, mais institucional e, em muitos contextos, influenciada por regras obrigatórias, o que a diferencia das formas voluntárias de engajamento. Assim, os resultados não invalidam o índice, mas indicam que ele deve ser interpretado como uma medida sintética e multidimensional de envolvimento político, e não como uma escala unidimensional estrita.

Por fim, analisa-se o impacto das categorias partidárias e das variáveis sociodemográficas sobre o envolvimento político por meio de modelos de regressão multinível. Para esse fim, foram estimados sete modelos: seis modelos de regressão logística binária multinível, nos quais cada dimensão do envolvimento político é considerada separadamente como variável dependente, e um modelo linear multinível em que as diferentes dimensões são agregadas no índice de envolvimento político.

Nessa estrutura, a categorização partidária é incluída como principal variável explicativa, adotando-se os não ativos como categoria de referência. Essa opção se justifica pelo fato de que, em contraste com os ativos (que mantêm vínculos partidários correntes) e os inativos (que já apresentaram algum tipo de identificação ou apoio partidário), os não ativos representam o grupo mais distante da esfera partidária. Assim, a comparação com esse grupo permite avaliar em que medida a vinculação partidária, ainda que instável, se associa a diferentes níveis de envolvimento político, bem como se configura (ou não) como um fator de proteção democrática frente aos riscos de um eleitorado estruturalmente desvinculado do sistema representativo.

Em todos os casos, os modelos são especificados em dois níveis hierárquicos. No nível 1 (individual), encontram-se as características dos respondentes, incluindo a categorização partidária e as variáveis sociodemográficas (sexo, idade e escolaridade). No nível 2 (contextual), os indivíduos estão linhados nos países, sendo este nível operacionalizado por meio de efeitos aleatórios por país, os quais permitem captar a variação entre contextos nacionais em torno de uma média geral. Essa especificação possibilita verificar se os países diferem entre si quanto aos níveis médios dos desfechos analisados, bem como controlar a dependência intragrupo decorrente da estrutura comparativa dos dados. Dessa forma, tanto os modelos estimados para cada item de envolvimento quanto o modelo agregado no índice consideram simultaneamente efeitos individuais e variações entre países.

Adicionalmente, a análise empírica do índice foi conduzida em outras duas etapas complementares. Em um primeiro momento, com o objetivo de explorar diferenças entre grupos, realizou-se uma análise descritiva bivariada do índice de envolvimento político em função da categorização partidária. Para tanto, foram utilizadas visualizações que combinam representações de densidade e boxplots, acompanhadas de testes paramétricos de comparação de médias e de comparações múltiplas entre grupos. Esse procedimento permitiu examinar a distribuição dos dados, a tendência central e a variabilidade intra e intergrupos, bem como identificar diferenças estatisticamente significativas entre as categorias analisadas.

Em um segundo momento, visando controlar por potenciais fatores de confusão, foram estimadas médias ajustadas (estimated marginal means) para cada um dos índices, a partir de modelos lineares multivariados que incorporam variáveis sociodemográficas, como sexo, idade e escolaridade. Esse procedimento permite estimar os valores médios esperados dos índices para cada categoria partidária, mantendo constantes as demais covariáveis incluídas nos modelos. A partir dessas estimativas, foram realizadas comparações par a par entre os grupos, com ajuste para múltiplos testes pelo método de Tukey, possibilitando a identificação de diferenças estatisticamente significativas de forma controlada.

Em conjunto, essa estratégia analítica combina evidência descritiva e inferencial, permitindo examinar tanto a distribuição dos índices entre os grupos quanto às diferenças entre eles sob controle de características individuais, contribuindo para a consistência e robustez dos resultados.

A seguir apresenta-se a análise dos resultados obtidos neste capítulo.

2.3 Determinantes do envolvimento político entre ativos, inativos e não ativos

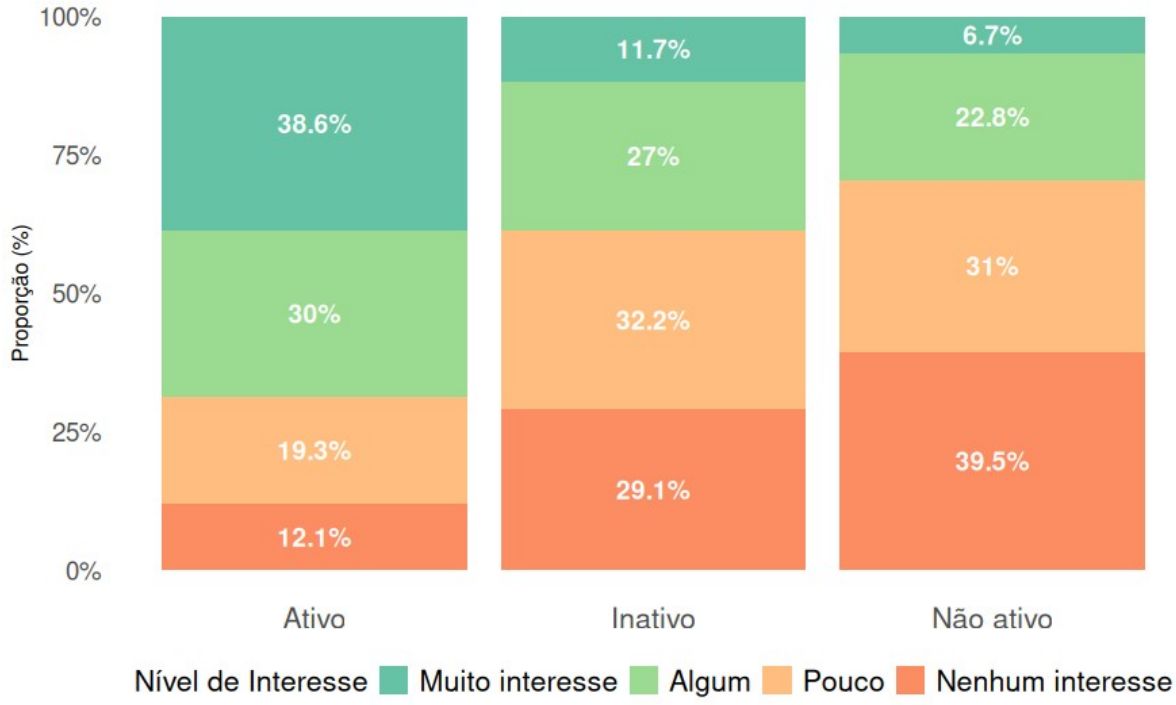
A presente seção tem como objetivo apresentar os determinantes do envolvimento político. Notadamente a mesma é dividida em duas subseções, a saber: análise descritiva, formada pelo cruzamento das variáveis de interesse e as categorias partidárias, bem como a somatória delas em um índice e a análise estatística, por meio de modelos de regressão, submetendo as variáveis selecionadas a aspectos sociodemográficos.

2.3.1 Dados descritivos

Esta subseção visa demonstrar de maneira detalhada como esta a dimensão política entre as categorias partidárias em todos os países da América Latina. Desta maneira, os gráficos apresentam a proporção de cada categoria partidária entre as possibilidades de resposta. Para tal, demonstra-se nos seis gráficos apresentados a seguir as proporções em cada variável de interesse. Especificamente, cada um deles contém uma faceta para cada categoria partidária e as cores representam possibilidade de resposta.

Bloco I - Atitudes

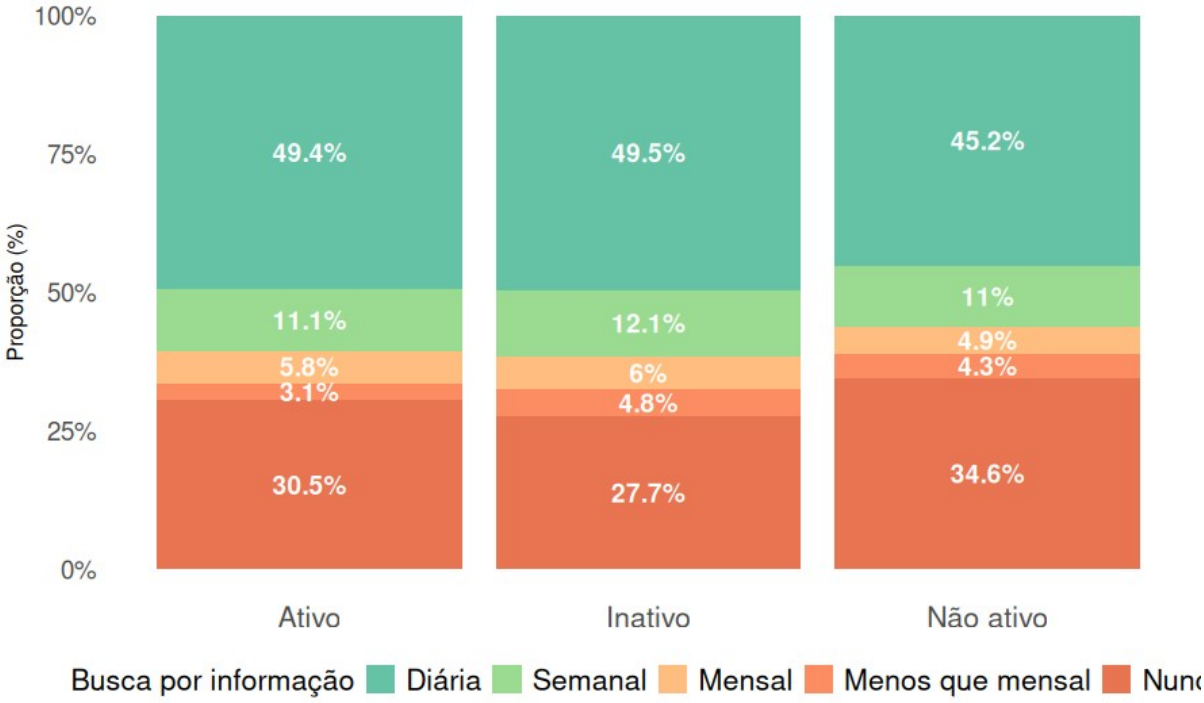
Gráfico 3 - Interesse por política entre os ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Iniciando a análise dos aspectos atitudinais, especificamente do interesse por política, observa-se um gradiente claro entre as categorias partidárias. Entre os ativos, predomina o nível de “muito interesse” (38,6%), seguido por “algum interesse” (30%), indicando um padrão consistente de maior engajamento subjetivo com a política. Em contraste, os não ativos concentram-se majoritariamente nos níveis de “nenhum interesse” (39,5%) e “pouco interesse” (31%), evidenciando um distanciamento mais acentuado em relação à esfera política. Os inativos ocupam uma posição intermediária: embora apresentem proporções relevantes em “algum interesse” (27%), destacam-se também nos níveis de “pouco interesse” (32,2%) e “nenhum interesse” (29,1%). Esse padrão sugere que, apesar de não totalmente alheios à política, os inativos demonstram menor disposição para o engajamento político quando comparados aos ativos, aproximando-se, em parte, do comportamento observado entre os não ativos.

Gráfico 4 - Busca por informação entre os ativos, inativos e não ativo

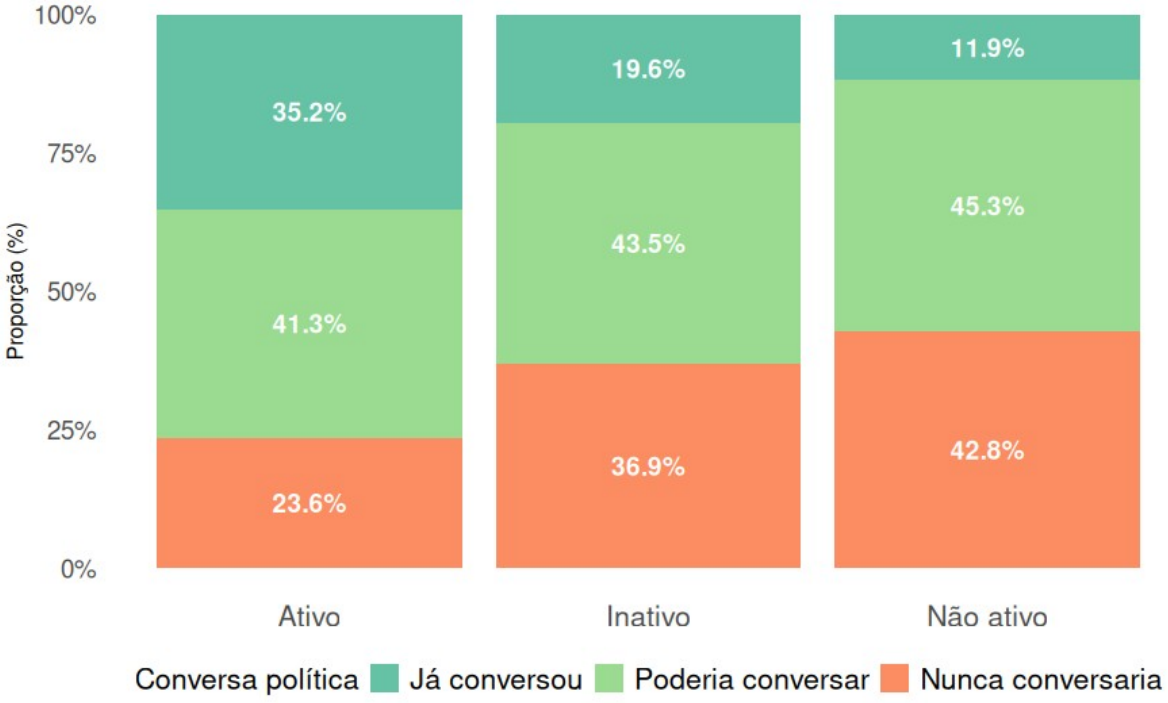


Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Em relação à busca por informações políticas nas redes sociais, observa-se uma distribuição bastante semelhante entre as três categorias partidárias, com concentração nos extremos “diariamente” e “nunca”. Entre os ativos, cerca de 49,4% afirmam buscar informações diariamente, enquanto 30,5% declaram nunca fazê-lo. Os inativos apresentam

proporções muito próximas, com aproximadamente 49,5% no nível diariamente e 27,7% no nível nunca. Já entre os não ativos, a busca diária corresponde a cerca de 45,2%, ao passo que 34,6% afirmam nunca buscar informações. As categorias intermediárias (semanalmente, mensalmente e menos que mensalmente) mantêm proporções semelhantes entre os três grupos, variando em torno de faixas estreitas. Em conjunto, os dados indicam que, embora existam pequenas variações entre ativos, inativos e não ativos, o padrão geral de busca por informação política é amplamente compartilhado entre as categorias, sem evidências de diferenças substantivas que permitam caracterizar um grupo como significativamente mais ou menos engajado do que os demais nesse aspecto específico.

Gráfico 5 - Conversa com amigos sobre política entre os ativos, inativos e não ativo



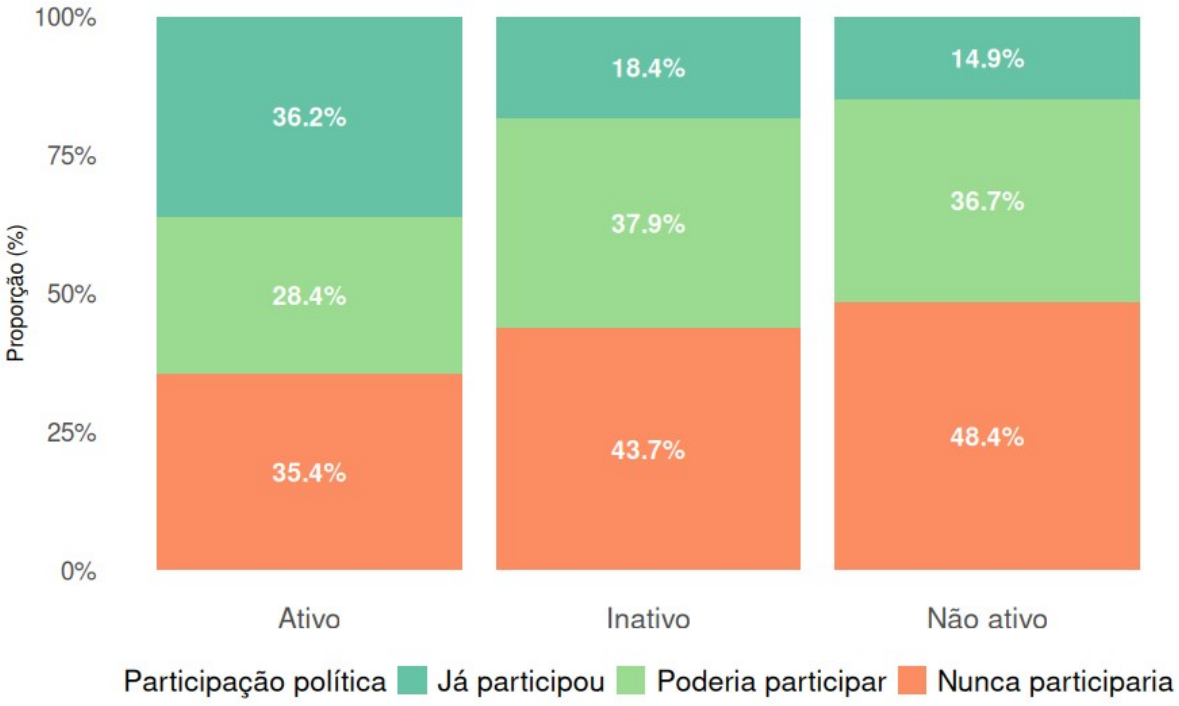
Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

No que tange à conversa sobre política com amigos, observa-se que a categoria dos ativos apresenta maior concentração entre aqueles que afirmam já ter conversado sobre o tema, alcançando aproximadamente 35,2%. Entre os inativos, esse percentual é menor, em torno de 19,6%, enquanto entre os não ativos a proporção cai para cerca de 11,9%. A opção “poderia conversar” concentra parcelas relevantes e bastante próximas entre as três categorias partidárias, correspondendo a aproximadamente 41,3% entre os ativos, 43,5% entre os inativos e 45,3% entre os não ativos, o que indica uma disposição potencial relativamente

homogênea para o diálogo político. Já a afirmação “nunca conversaria” apresenta maior incidência entre os não ativos, com cerca de 42,8%, seguida pelos inativos (36,9%) e pelos ativos (23,6%). Esses resultados sugerem que as diferenças entre as categorias se expressam sobretudo na experiência prévia de conversa política, enquanto a disposição potencial para esse tipo de interação se mantém amplamente compartilhada entre os grupos.

Bloco II - Comportamento

Gráfico 6 - Participação em manifestação pacífica entre os ativos, inativos e não ativo

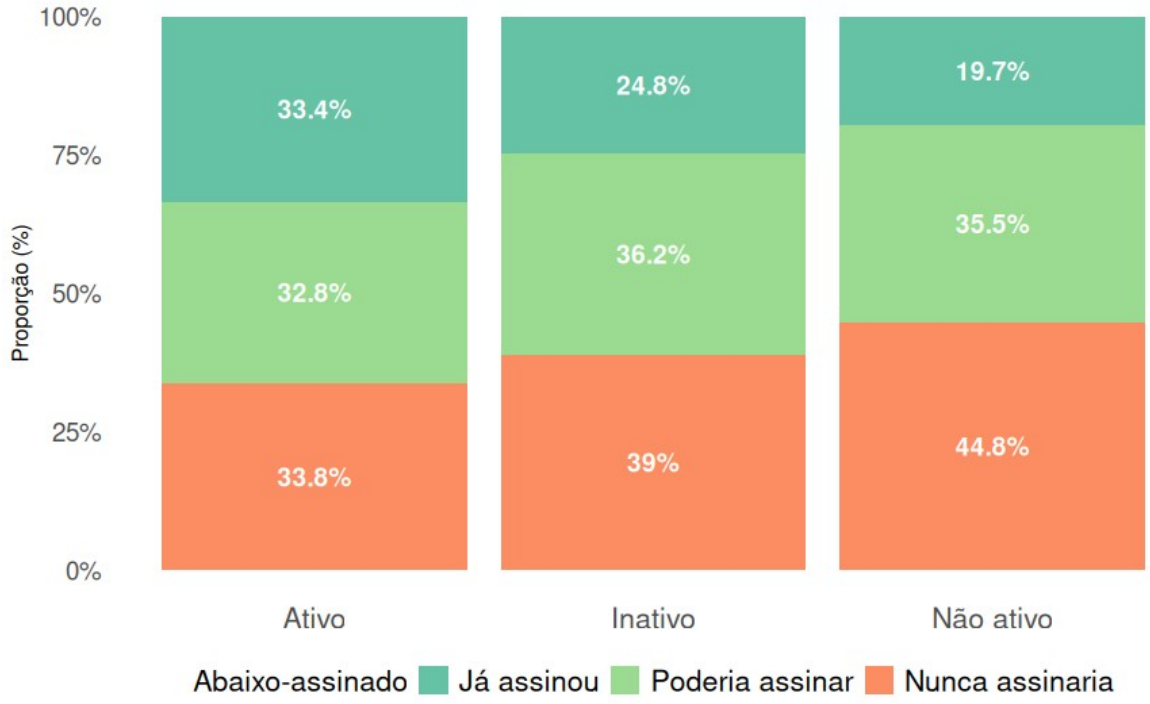


Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Quanto aos aspectos comportamentais, a variável de participação em manifestações pacíficas revela que os ativos concentram a maior proporção entre aqueles que afirmam já ter participado (36,2%), percentual superior ao registrado entre os inativos (18,4%) e os não ativos (14,9%). A categoria “poderia participar” apresenta uma distribuição maior entre os grupos entre os inativos (37,9%) e os não ativos (36,7%), enquanto os ativos apresentam 28,4%. Esse padrão sugere uma disposição potencial para a participação que não varia de forma acentuada segundo a categorização partidária, ainda que seja ligeiramente mais elevada entre os que não apresentaram ou apresentam vínculo atual. Já a opção “nunca participaria” concentra percentuais mais elevados entre os não ativos, atingindo 48,4%, seguida pelos

inativos (43,7%) e, em menor medida, pelos ativos (35,4%) - também bastante significativa para o grupo. Em conjunto, os resultados indicam que as diferenças entre as categorias se manifestam sobretudo na experiência efetiva de participação, enquanto a disposição potencial para engajamento em manifestações pacíficas apresenta variações mais moderadas entre os grupos.

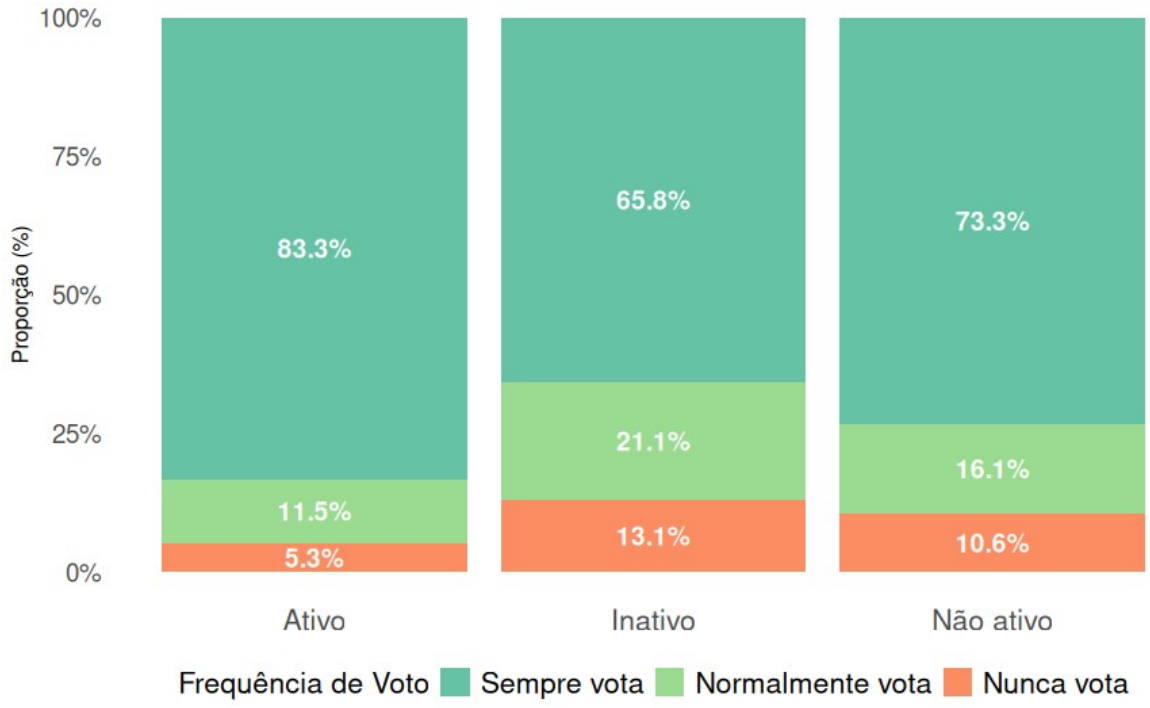
Gráfico 7 - Assinatura em abaixo-assinado entre ativos, inativos e não ativo



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Sobre à assinatura de abaixo-assinados, observa-se uma distribuição próxima entre as categorias partidárias. Entre os ativos, as respostas apresentam um padrão bastante equilibrado: aproximadamente 36,2% afirmam já ter assinado, 32,8% indicam que poderiam assinar e 35,5% declaram que nunca assinariam. Entre os inativos, nota-se uma leve redução da participação efetiva, com 24,8% declarando já ter assinado um abaixo-assinado. Em contrapartida, cresce tanto a rejeição (39,0% afirmam que nunca assinariam) quanto a disposição potencial (36,2% indicam que poderiam assinar). Já entre os não ativos, a opção "nunca assinaria" concentra a maior proporção, alcançando aproximadamente 44,8%, enquanto 19,7% relatam já ter assinado e 35,5% afirmam que poderiam assinar. Em conjunto, os resultados apontam diferenças graduais entre as categorias partidárias, mais evidentes na participação efetiva, enquanto a disposição potencial para assinar abaixo-assinados mantém níveis relativamente próximos entre os três grupos.

Gráfico 8 - Frequência de voto entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Em relação a frequência de voto, a análise revela uma predominância das respostas "sempre vota" e "normalmente vota", especialmente entre ativos (83,3%) que concentram os maiores índices de participação regular, seguido dos não ativos (73,3%) e inativos (65,8%). Em contraste, a recusa ao voto ("nunca vota") mantém percentuais baixos, com sua maior expressão entre os inativos que marcam 13,1%. A categoria de resposta “Normalmente vota” também tem o percentual destaque entre os inativos que marcam 21, 1%, seguido dos não ativos (13,1%) e ativos (11,5%) com percentuais próximos. Ressalta-se que esse padrão deve ser interpretado considerando a obrigatoriedade do voto na maioria dos países analisados – regra que não se aplica à Venezuela, Nicarágua, Colômbia e Chile, onde o comparecimento é facultativo.

De maneira geral, a leitura conjunta dos resultados desta subseção poderia levar, à primeira vista, à conclusão de que os não ativos apresentam menor interesse político, níveis mais baixos de participação e menor propensão ao engajamento quando comparados aos ativos. Embora essa interpretação encontre respaldo parcial em variáveis como o interesse declarado por política e a participação efetiva em manifestações ou abaixo-assinados, ela

tende a simplificar excessivamente um conjunto de comportamentos e atitudes que se mostram mais heterogêneos.

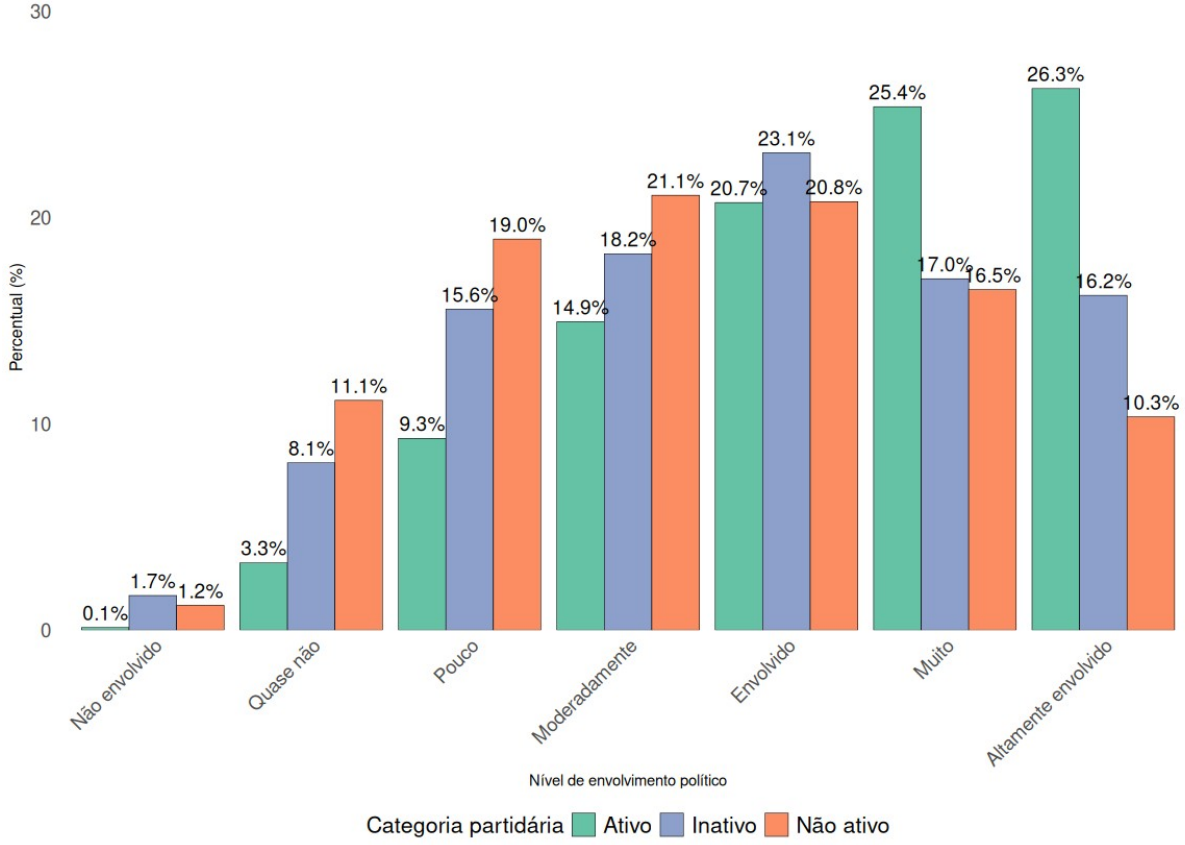
De fato, no que se refere ao interesse por política, os ativos se destacam de forma consistente, concentrando as maiores proporções nos níveis mais elevados de interesse. Contudo, ao ampliar a análise para outras dimensões atitudinais e comportamentais, como a busca por informação política, observa-se um padrão menos linear. Ativos, inativos e não ativos apresentam percentuais elevados e relativamente próximos de busca diária por informação, com destaque inclusive para os inativos, que, em alguns casos, superam os próprios ativos. Esse resultado sugere que a ausência de identificação partidária não implica, necessariamente, desinformação ou desatenção ao contexto político.

De modo semelhante, nas dimensões comportamentais, como a conversa sobre política, a participação em manifestações pacíficas e a assinatura de abaixo-assinados, as diferenças entre os grupos se manifestam sobretudo na experiência efetiva de participação, enquanto a disposição potencial para o engajamento tende a se distribuir de forma mais equilibrada entre as categorias. Em vários casos, os não ativos apresentam percentuais expressivos nas respostas intermediárias, como “poderia conversar”, “poderia participar” ou “poderia assinar”, indicando que o distanciamento observado não é absoluto, mas condicionado a contextos, oportunidades e formas específicas de envolvimento.

Esses achados reforçam a necessidade de cautela diante de interpretações que associam automaticamente o não partidarismo à apatia política. Assim como o partidarismo não garante, por si só, níveis elevados de engajamento em todas as dimensões analisadas, a ausência de vínculo partidário tampouco implica desinteresse generalizado. Ao contrário, os dados sugerem que indivíduos não alinhados a partidos podem manter práticas relevantes de acompanhamento e compreensão da política, ainda que essas não se expressem de maneira tradicional ou institucionalizada.

Em conjunto, as variáveis descritas acima sao incorporadas no índice de envolvimento político, desenvolvido para mensurar, de maneira sintética e comparativa, o grau de relacionamento político dos cidadãos latino-americanos. Conforme detalhado na seção metodológica, o índice classifica os indivíduos em sete níveis, que variam de altamente envolvido a não envolvido, a partir da soma das respostas positivas às seis dimensões. O gráfico abaixo explora as variações desse índice segundo as diferentes categorias partidárias (ativos, inativos e não ativos), oferecendo um panorama abrangente dos padrões de engajamento e da cultura política na região.

Gráfico 9 - Índice de envolvimento político entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

O gráfico evidencia que o envolvimento político varia de forma consistente entre as categorias, com padrões distintos de distribuição ao longo da escala.

Entre os ativos, a distribuição desloca-se fortemente para o topo da escala. Os maiores percentuais aparecem em “Altamente envolvido” (26,3%), “Muito envolvido” (25,4%) e “Envolvido” (20,7%). Em seguida surgem “Moderadamente envolvido” (14,9%), “Pouco envolvido” (9,3%), “Quase não envolvido” (3,3%) e “Não envolvido” (0,1%). A soma dos três níveis mais elevados (“Envolvido”, “Muito envolvido” e “Altamente envolvido”) alcança 72,4%, indicando forte concentração do grupo nos estratos superiores de envolvimento político. Quando se acrescenta “Moderadamente envolvido”, a concentração chega a 87,3%.

Os inativos apresentam uma distribuição mais equilibrada ao longo da escala. O maior percentual está em “Envolvido” (23,1%), seguido por “Moderadamente envolvido” (18,2%), “Muito envolvido” (17,0%) e “Altamente envolvido” (16,2%). Os níveis inferiores mantêm presença relevante: “Pouco envolvido” (15,6%), “Quase não envolvido” (8,1%) e “Não envolvido” (0,1%). A soma dos três níveis superiores atinge 56,3%, valor inferior ao

observado entre os ativos, mas ainda expressivo. Considerando também o nível moderado, a concentração sobe para 74,5%.

Entre os não ativos, a distribuição concentra-se mais nos níveis intermediários. Os maiores percentuais aparecem em “Moderadamente envolvido” (21,1%), “Envolvido” (20,8%) e “Pouco envolvido” (19,0%). Em seguida vêm “Muito envolvido” (16,5%), “Quase não envolvido” (11,1%), “Altamente envolvido” (10,3%) e “Não envolvido” (1,2%). A soma dos três níveis superiores totaliza 47,6%, a menor entre as categorias. Quando incluído o nível moderado, a concentração alcança 68,7%.

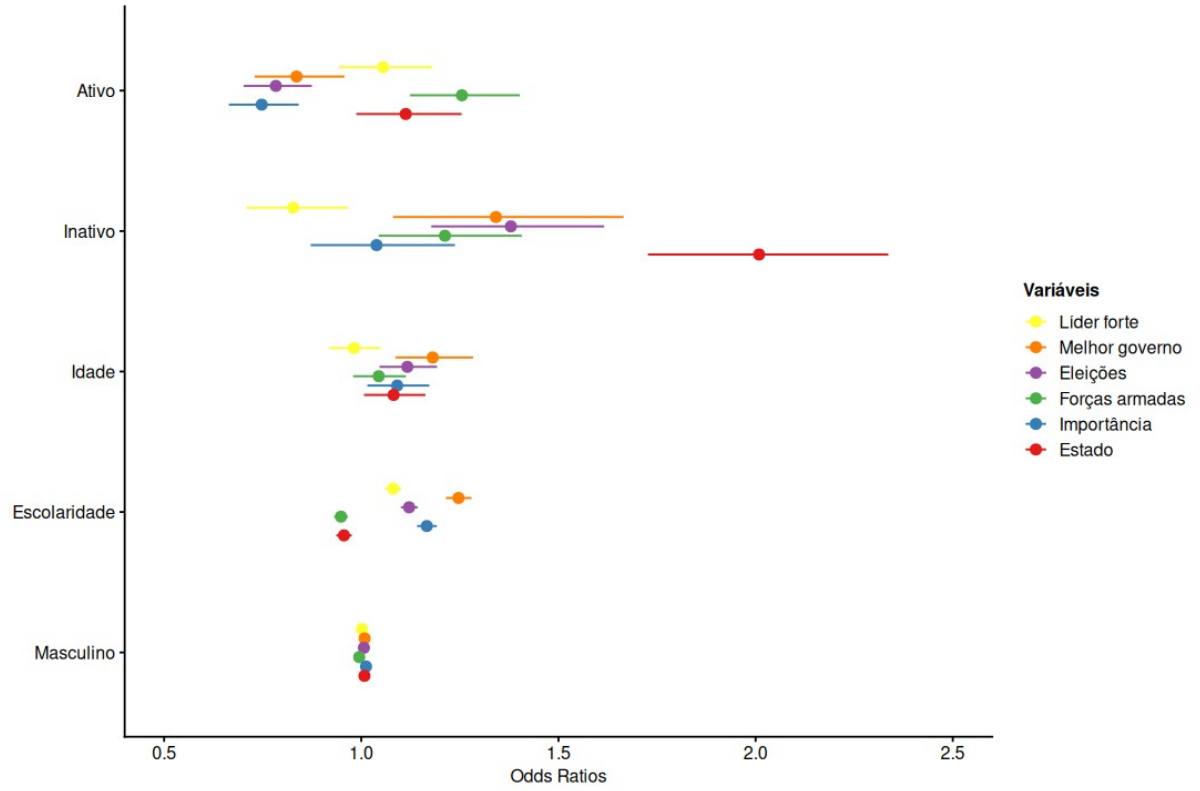
De maneira geral, os dados indicam que o envolvimento político é mais intenso entre os ativos, que concentram quase três quartos dos casos nos níveis mais elevados. Os inativos ocupam posição intermediária, enquanto os não ativos apresentam perfil mais moderado, com maior peso relativo nos níveis intermediários. Ainda assim, em todas as categorias observa-se predominância de indivíduos situados entre os níveis moderado e alto de envolvimento político.

A seguir testa-se estatisticamente esse índice e as variáveis descritas individualmente na subseção anterior.

2.3.2 Modelos de regressão

Esta subseção tem como objetivo submeter as variáveis analisadas separadamente e em conjunto (no índice de envolvimento) a modelos estatísticos, a fim de investigar o impacto das categorias partidárias e variáveis sociodemográficas sobre o envolvimento político. Os modelos de regressão foram estruturados para fornecer uma análise detalhada das relações entre as variáveis independentes (categorias) e as distintas dimensões de envolvimento político. Em particular, foram desenvolvidos seis modelos multiníveis referentes às seis variáveis de envolvimento político, com cada variável avaliada em um modelo separado (dependente), considerando o país como o nível. Para o modelo linear, foi utilizado o índice de envolvimento político como variável dependente, classificando os indivíduos desde o não envolvido até o altamente envolvido. Os resultados obtidos dos modelos são expressos nos gráficos 10 e 11 (tabelas em apêndice).

Gráfico 10 - Representação gráfica dos modelos multiníveis das variáveis de envolvimento político na América Latina (nível 1)



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Os modelos de envolvimento político indicam que a vinculação partidária exerce efeito positivo e estatisticamente significativo sobre praticamente todas as dimensões analisadas no nível individual. Os indivíduos partidariamente ativos apresentam níveis substancialmente mais elevados de engajamento político quando comparados ao grupo de referência (não ativos), sendo esse padrão consistente em quase todos os indicadores analisados.

Entre os ativos, observam-se maiores chances de demonstrar interesse por política (OR = 5,61; $p < 0,001$), buscar informação política (OR = 1,44; $p < 0,001$), conversar sobre política (OR = 2,25; $p < 0,001$), participar de atividades políticas (OR = 2,07; $p < 0,001$), assinar abaixo-assinados (OR = 1,87; $p < 0,001$) e votar regularmente (OR = 1,88; $p < 0,001$). Os resultados indicam que a vinculação partidária ativa está fortemente associada tanto às dimensões atitudinais quanto às formas mais concretas de participação política, sugerindo elevado grau de integração desses indivíduos à esfera política institucional e participativa.

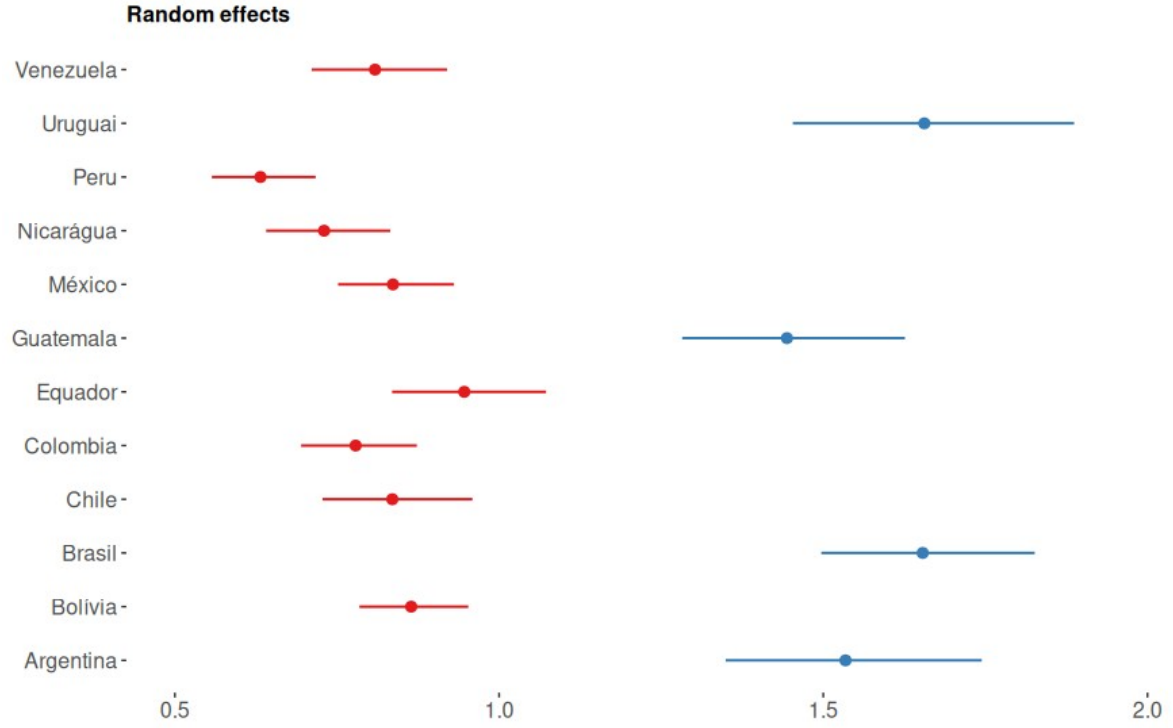
Os indivíduos partidariamente inativos também apresentam níveis mais elevados de envolvimento político em comparação aos não ativos, embora com magnitudes significativamente menores do que aquelas observadas entre os ativos. Esse padrão aparece

no interesse político (OR = 1,56; $p < 0,001$), busca de informação (OR = 1,17; $p = 0,020$), conversa sobre política (OR = 1,25; $p < 0,001$), participação política (OR = 1,31; $p < 0,001$) e assinatura de abaixo-assinados (OR = 1,36; $p < 0,001$). Na dimensão referente ao voto, contudo, o efeito não alcança significância estatística (OR = 0,92; $p = 0,297$), indicando que a frequência eleitoral entre os inativos não difere substancialmente daquela observada entre os não ativos. Esse resultado pode estar relacionado ao caráter mais universalizado do comparecimento eleitoral em muitos dos países analisados.

As variáveis sociodemográficas apresentam padrões consistentes ao longo dos modelos. A escolaridade exerce impacto positivo e estatisticamente significativo em todas as dimensões do envolvimento político, confirmando seu papel central como fator de mobilização e incorporação política. O sexo masculino também apresenta associação positiva e significativa na maioria dos indicadores, embora com magnitudes moderadas, não alcançando significância apenas no modelo referente ao voto. A idade, por sua vez, apresenta efeitos heterogêneos: observa-se associação negativa em algumas dimensões, como informação política, participação e assinatura, enquanto no voto o efeito é positivo e estatisticamente significativo (OR = 1,05; $p < 0,001$), indicando maior frequência eleitoral entre indivíduos mais velhos.

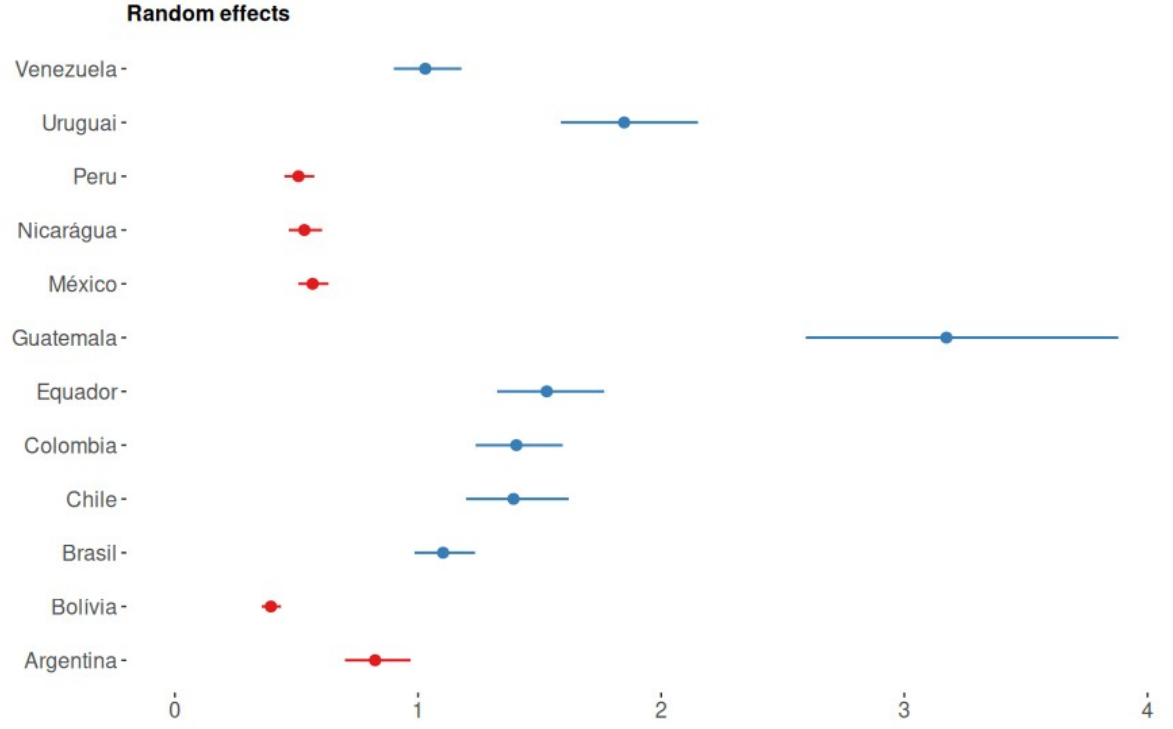
No plano contextual, os efeitos aleatórios revelam variação entre países em todas as dimensões analisadas, embora em intensidade moderada. Os valores de ICC variam entre aproximadamente 0,03 e 0,17, indicando que parte da variabilidade do envolvimento político decorre de diferenças contextuais nacionais. Esses resultados justificam a adoção da modelagem multinível e sugerem que, apesar das especificidades institucionais e políticas de cada país, os efeitos da vinculação partidária sobre o envolvimento político apresentam relativa estabilidade no contexto latino-americano.

Gráfico 11 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de interesse por política na América Latina



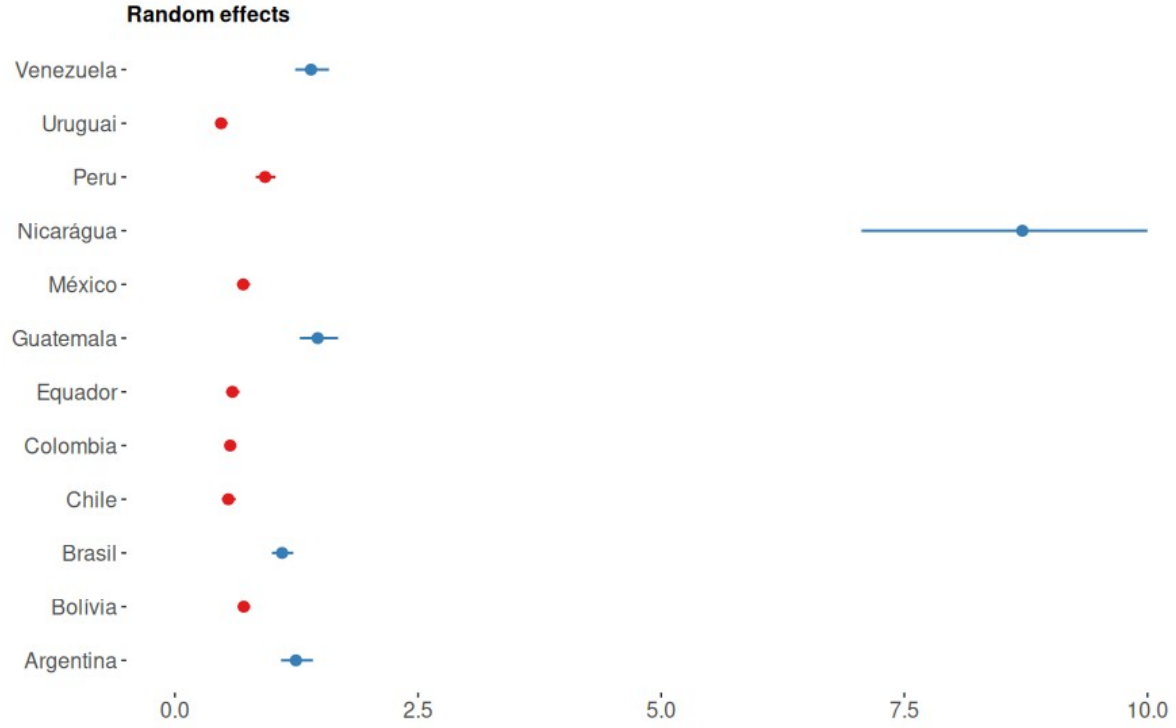
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 12 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de busca por informação na América Latina



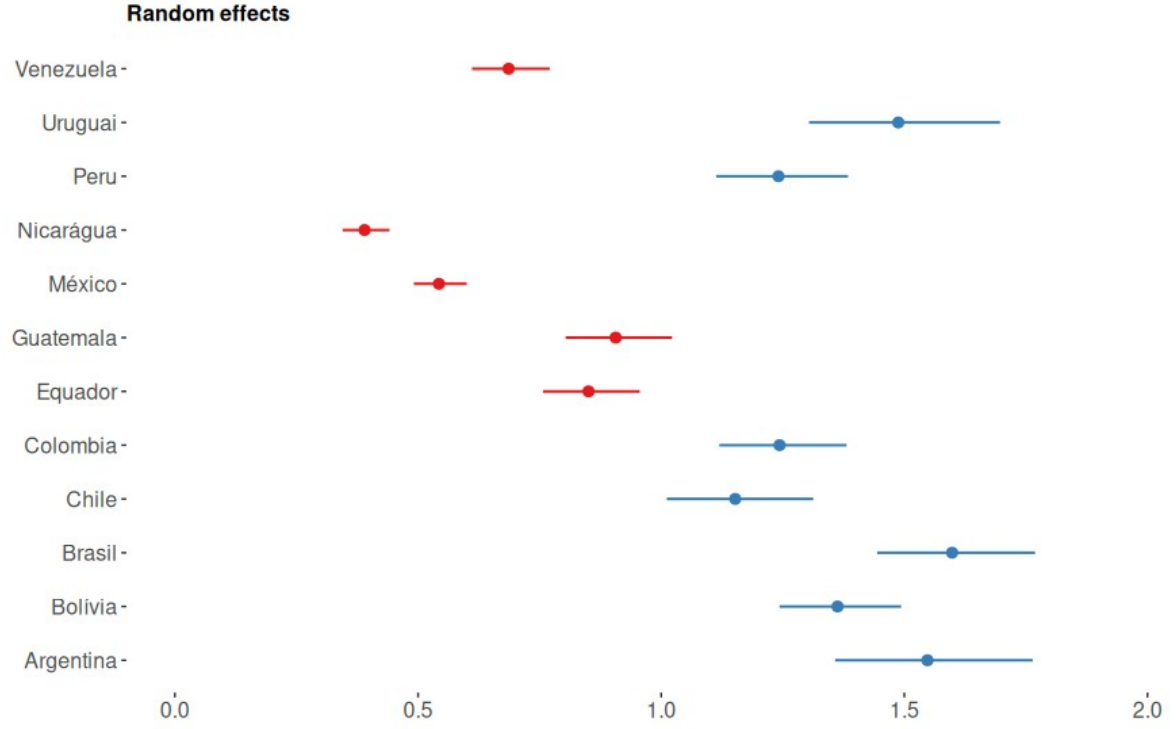
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 13 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de conversa sobre política na América Latina



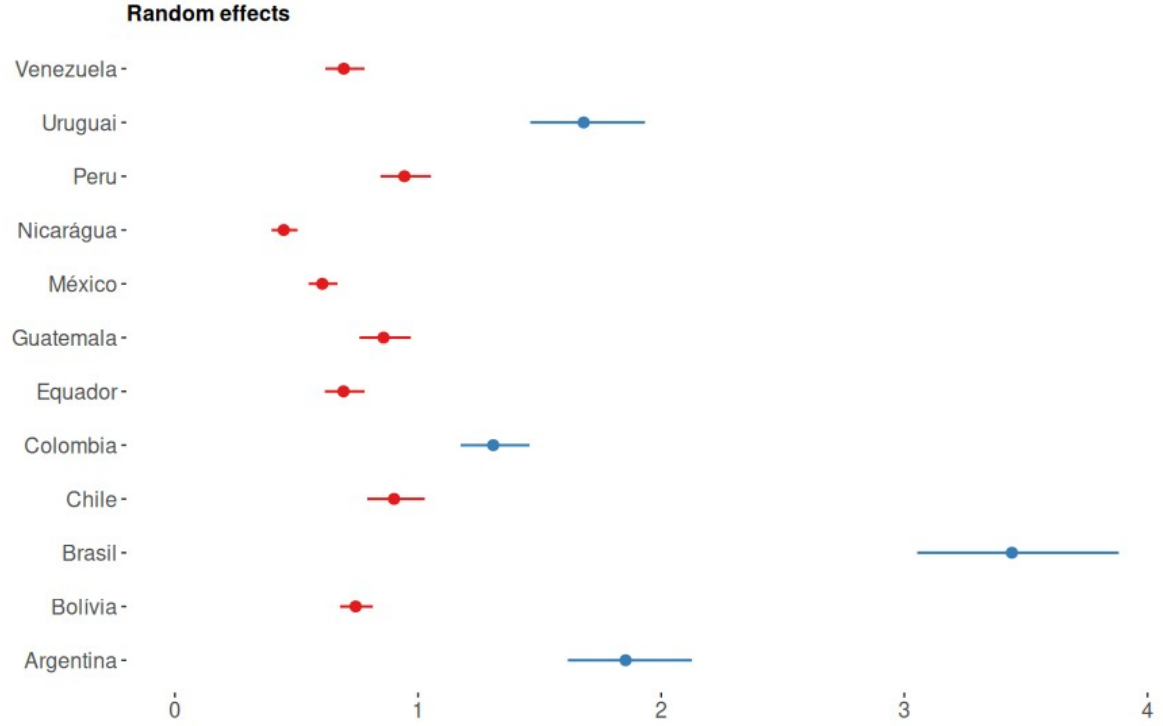
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 14 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de participação em manifestação pacífica na América Latina



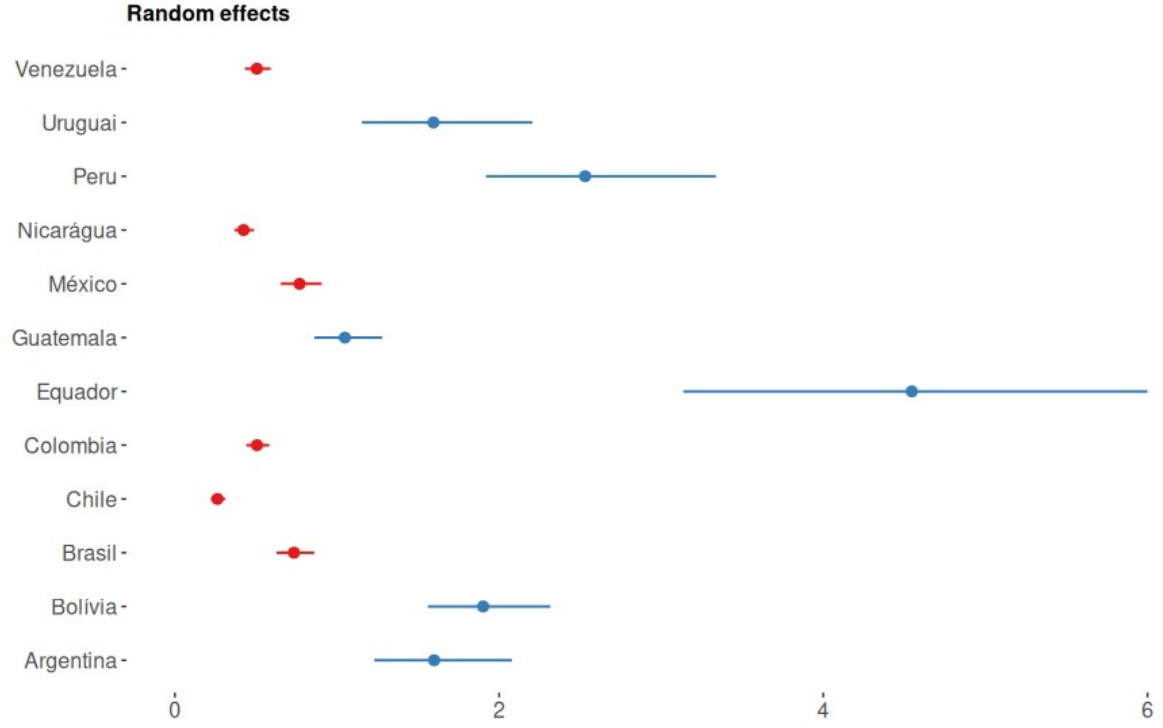
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 15 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de assinatura em abaixo assinado na América Latina



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 16 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de frequência de voto na América Latina



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Em relação ao nível 2, verifica-se quanto ao interesse por política (Gráfico 11), a variação entre países é relativamente reduzida (τ_{00} = 0,11; ICC = 0,03), indicando que essa dimensão é majoritariamente explicada por fatores individuais. Ainda assim, observam-se diferenças relevantes nos efeitos aleatórios: Uruguai (0,50), Brasil (0,50) e Argentina (0,43) apresentam níveis médios mais elevados de interesse político, enquanto Peru (−0,46), Nicarágua (−0,31) e Colômbia (−0,25) exibem efeitos negativos mais pronunciados, sugerindo contextos nacionais menos favoráveis ao interesse político médio.

Na busca por informação política (Gráfico 12), a heterogeneidade entre países é substancialmente maior (τ_{00} = 0,36; ICC = 0,10). Destaca-se a Guatemala, com um efeito positivo muito elevado (1,15), indicando um contexto fortemente propício à busca por informação política. Também apresentam efeitos positivos Uruguai (0,61), Equador (0,42), Colômbia (0,34) e Chile (0,33). Em contraste, Bolívia (−0,93), Peru (−0,68), Nicarágua (−0,63) e México (−0,57) concentram os efeitos negativos mais intensos, evidenciando contextos nacionais menos favoráveis a esse tipo de engajamento informacional.

No que se refere à conversa sobre política (Gráfico 13), observa-se um padrão particularmente assimétrico. A Nicarágua apresenta um efeito positivo extremamente elevado (2,16), destacando-se de forma significativa em relação aos demais países. Guatemala (0,38), Venezuela (0,34) e Argentina (0,22) também exibem efeitos positivos, ainda que de menor magnitude. Por outro lado, Uruguai (−0,75), Chile (−0,60), Colômbia (−0,56) e Equador (−0,53) apresentam efeitos negativos expressivos. A variância entre países é elevada (τ_{00} = 0,57; ICC = 0,15), reforçando que essa prática é fortemente condicionada pelo contexto nacional.

Na participação em manifestações pacíficas (Gráfico 14), a variação entre países é mais moderada (τ_{00} = 0,19; ICC = 0,05). Brasil (0,47), Argentina (0,44) e Uruguai (0,40)

apresentam os efeitos positivos mais elevados, seguidos por Bolívia (0,31), Colômbia (0,22) e Peru (0,22). Em sentido oposto, Nicarágua (−0,94) e México (−0,61) concentram os efeitos negativos mais acentuados, sugerindo contextos menos favoráveis à mobilização coletiva, ainda que a maior parte da variação permaneça associada ao nível individual.

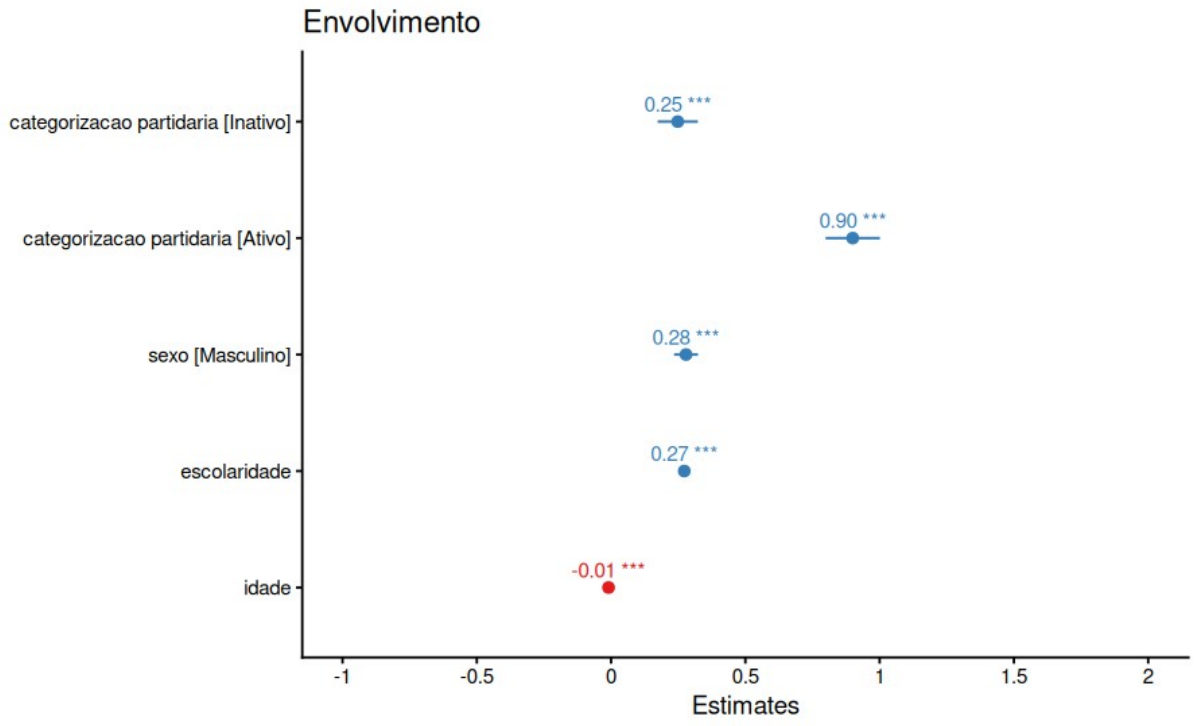
Quanto à assinatura de abaixo-assinados (Gráfico 15), a heterogeneidade entre países é intermediária (τ_{00} = 0,30; ICC = 0,08). O Brasil se destaca com um efeito positivo muito elevado (1,24), seguido por Argentina (0,62) e Uruguai (0,52), indicando maior propensão média a esse tipo de participação. Em contraste, Nicarágua (−0,80), México (−0,50), Equador (−0,37) e Venezuela (−0,36) apresentam efeitos negativos relevantes, refletindo contextos nacionais menos favoráveis à adesão a formas institucionais de participação.

Por fim, na frequência de voto (Gráfico 16), observa-se a maior dependência do contexto nacional entre todas as dimensões analisadas (τ_{00} = 0,66; ICC = 0,17). Equador (1,51), Peru (0,93) e Bolívia (0,64) exibem efeitos positivos expressivos, enquanto Chile (−1,34), Nicarágua (−0,86) e Venezuela (−0,68) apresentam efeitos negativos acentuados. Esses resultados refletem, em grande medida, diferenças institucionais, especialmente relacionadas à obrigatoriedade do voto, evidenciando que o comparecimento eleitoral é fortemente moldado pelas regras e estruturas nacionais.

Em conjunto, os resultados indicam que o peso do contexto nacional varia de forma conforme a dimensão do envolvimento político analisada: enquanto atitudes mais gerais, como o interesse por política, são menos sensíveis ao país, práticas específicas, sobretudo conversa política, busca por informação e frequência de voto.

De forma geral, os resultados corroboram a interpretação de que a vinculação partidária atua como um fator estruturante do envolvimento político, ainda que seus efeitos não sejam homogêneos em todas as dimensões. A exceção refere-se à frequência de voto, cujo padrão parece menos dependente da categorização partidária, possivelmente em função da obrigatoriedade eleitoral na maior parte dos países. Por fim, embora haja variação entre países, esta não altera substancialmente os padrões observados no nível individual.

Gráfico 17 - Representação gráfica do modelo linear multinível do índice de envolvimento político na América Latina (nível 1)



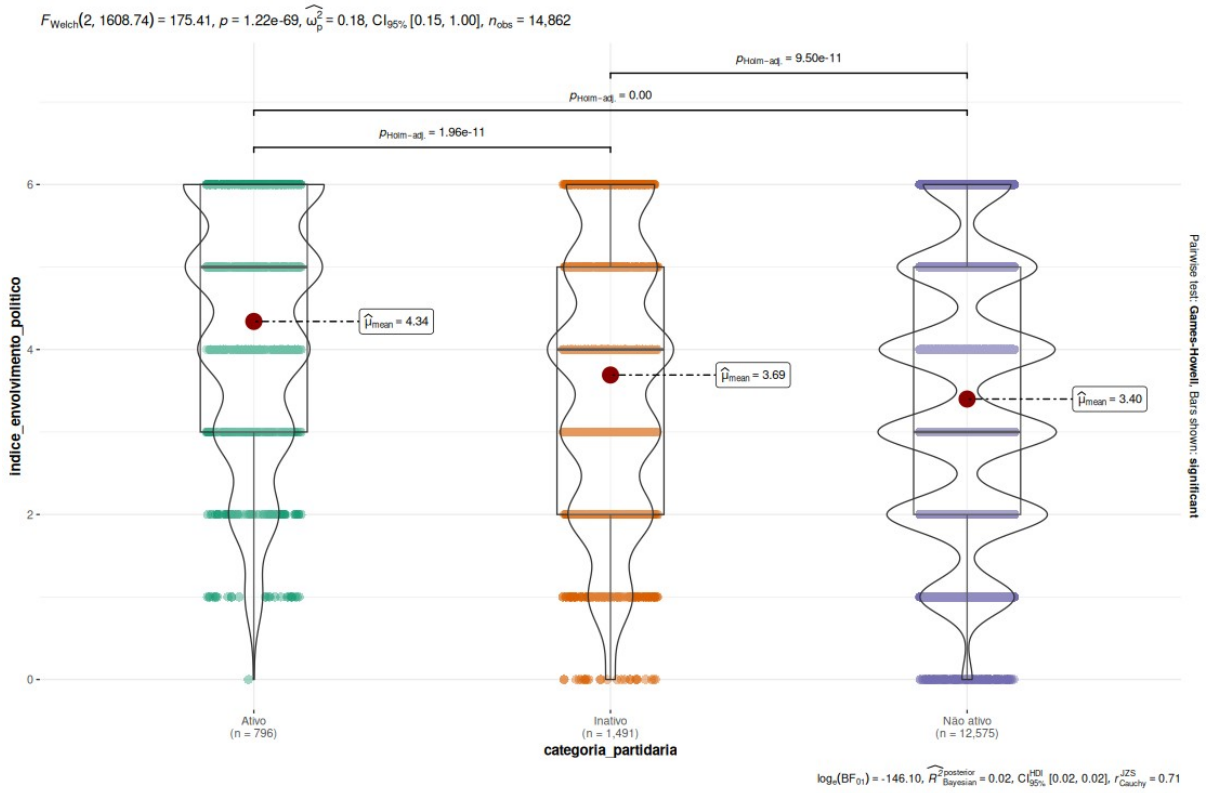
Fonte: WVS 2017-2022.

O modelo linear multinível para o índice de envolvimento político indica que os inativos apresentam um aumento modesto, porém significativo (β = 0,28; IC = 0,21–0,36), enquanto os ativos exibem um efeito substancialmente mais elevado (β = 0,93; IC = 0,83–1,03), em referência aos não ativos.

Entre as variáveis sociodemográficas, a escolaridade exerce um efeito positivo expressivo (β = 0,27; IC = 0,26–0,28), reforçando seu papel central como principal preditor do envolvimento político. O sexo masculino também apresenta associação positiva (β = 0,29; IC = 0,25–0,34), indicando níveis médios mais elevados de engajamento entre homens. Em contraste, a idade apresenta um efeito negativo de pequena magnitude (β = −0,01; IC = −0,01–−0,01), sugerindo uma leve redução do envolvimento político agregado à medida que a idade avança.

No plano contextual, a variância entre países é relativamente limitada (τ_{00} = 0,09), com um ICC de 0,04, indicando que apenas cerca de 4% da variação total do índice se deve a diferenças entre países.

Figura 1 - Distribuição do índice de envolvimento político por categorização partidária



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

No que se refere à dimensão do envolvimento político, a análise da distribuição do índice segundo a categorização partidária evidencia diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($p < 0,001$), indicando que o grau de vinculação partidária está associado a variações relevantes nos níveis de engajamento político.

A inspeção das médias revela um padrão claro e monotônico de crescimento do envolvimento político conforme aumenta o grau de inserção partidária. Indivíduos classificados como ativos apresentam o maior nível médio de envolvimento político ($M \approx 4,29$), seguidos pelos inativos ($M \approx 3,63$) e, por fim, pelos não ativos ($M \approx 3,39$). Esse gradiente indica que a proximidade com estruturas partidárias se associa positivamente a formas mais intensas de participação política.

As comparações entre grupos, ajustadas para múltiplos testes pelo método de Tukey, confirmam a robustez desse padrão, uma vez que todas as diferenças observadas são estatisticamente significativas ($p < 0,001$). Em termos substantivos, os resultados sugerem

que mesmo níveis intermediários de vinculação partidária, como no caso dos inativos, já se associam a níveis mais elevados de envolvimento político quando comparados aos indivíduos sem qualquer vínculo. Por sua vez, a participação ativa em estruturas partidárias está relacionada aos níveis mais elevados de engajamento observados.

Adicionalmente, a análise das médias ajustadas, estimadas a partir de modelo linear que controla por sexo, idade e escolaridade, reforça esse padrão ao evidenciar diferenças sistemáticas entre os grupos independentemente dessas características individuais.

Tabela 7 - Médias ajustadas e comparações entre categorias partidárias no envolvimento político

	Painel A – Médias ajustadas (EMMs)			
Categoria	**Média**	**EP**	**IC95%**	
Não ativo	3,39	0,0123	[3,36 ; 3,41]	
Inativo	3,63	0,0362	[3,56 ; 3,71]	
Ativo	4,29	0,0501	[4,19 ; 4,38]	
	Painel B – Comparações pareadas			
Categoria	**Diferenças**	**EP**	**t**	**p-valor**
Não ativo – Inativo	-0,248	0,0382	- 6,497	<0,001
Não ativo – Ativo	-0,900	0,0516	-17,444	<0,001
Inativo – Ativo	-0,652	0,0617	-10,552	<0,001

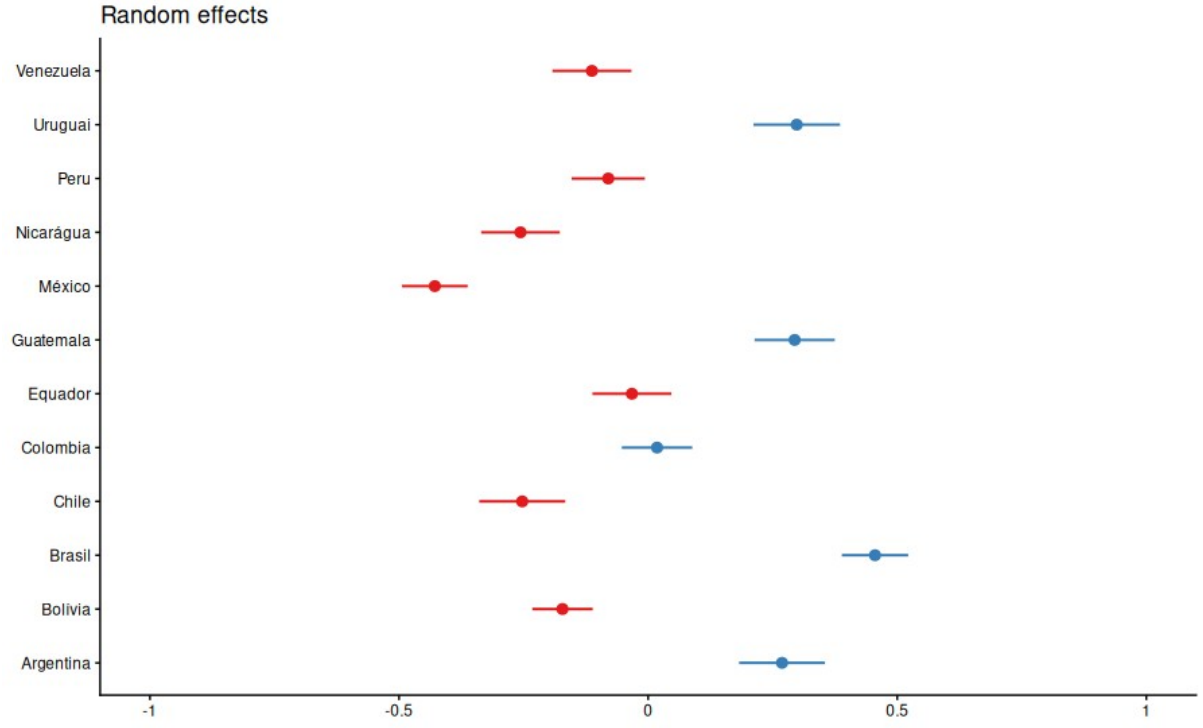
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Quanto às médias ajustadas e a comparação entre as categorias, as estimativas indicam um padrão monotônico de aumento do envolvimento político conforme o grau de vinculação partidária. Indivíduos ativos com o maior nivel medio de envolvimento político (M = 4,29; EP = 0,050; IC95% [4,19; 4,38]), seguido pelos inativos (M = 3,63; EP = 0,036; IC95% [3,56; 3,71]) e por último os não ativos (M = 3,39; EP = 0,012; IC95% [3,36; 3,41]. As comparações entre grupos confirmam que todas as diferenças são estatisticamente significativas ($p < 0,001$), mesmo após correção para múltiplos testes.

Especificamente, os não ativos apresentam níveis significativamente inferiores aos inativos (Δ ≈ -0,25) e, de forma mais acentuada, aos ativos (Δ ≈ -0,90). De mesma maneira, os inativos também apresentam menor envolvimento em comparação aos ativos (Δ ≈ -0,65).

Em termos substantivos, os resultados indicam a existência de um gradiente claro e cumulativo entre distanciamento partidário e envolvimento político. A vinculação partidária, mesmo quando não plenamente ativa, associa-se a níveis mais elevados de engajamento, enquanto a ausência de vínculos partidários corresponde ao menor nível de envolvimento observado. Esse padrão reforça a interpretação de que o partidarismo atua como um mecanismo estruturante do engajamento político no nível individual.

Gráfico 18 - Representação gráfica do modelo linear multinível do índice de envolvimento político na América Latina (nível 2)



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Ainda assim, os efeitos aleatórios por país revelam heterogeneidade sistemática nos níveis médios de adesão democrática. Observa-se efeitos positivos na Nicarágua (0,27), Colômbia (0,25) e Guatemala (0,19), indicando que, nesses países, o nível médio de envolvimento político é superior ao valor médio regional, mesmo após o controle pelas variáveis individuais e

pela categorização partidária. O Brasil (0,12) também apresenta efeito positivo, ainda que mais moderado, sugerindo um contexto relativamente mais propício ao engajamento político agregado. O México (0,02) situa-se muito próximo da média regional, enquanto Equador (−0,00) e Argentina (−0,02) exibem efeitos praticamente nulos, indicando níveis médios de envolvimento compatíveis com o padrão geral da região.

Por outro lado, efeitos negativos mais pronunciados são observados em Peru (−0,07), Venezuela (−0,08), Bolívia (−0,10) e Uruguai (−0,13), sugerindo contextos nacionais menos favoráveis ao envolvimento político médio. O caso mais extremo é o Chile (−0,44), que se destaca como o país com o menor nível médio de engajamento político no conjunto analisado, mesmo após o controle por fatores individuais e partidários.

2.4 Considerações parciais

Neste capítulo buscou-se explorar a relação entre categorias partidárias e o envolvimento político na América Latina, com foco no engajamento (atitudes) e na participação (comportamento).

Os resultados descritivos indicam que a associação entre vinculação partidária e envolvimento político não ocorre de forma unidimensional. Embora os indivíduos ativos se destaquem de maneira consistente em praticamente todas as dimensões analisadas, os grupos inativos e não ativos não podem ser interpretados simplesmente como politicamente apáticos. Em especial, os elevados percentuais de busca por informação política observados entre essas categorias demonstram que a ausência de vínculo partidário não implica, necessariamente, afastamento completo da esfera política.

Além disso, em diversas dimensões comportamentais (como conversa sobre política, participação em manifestações e assinatura de abaixo-assinados) as diferenças entre os grupos aparecem de forma mais acentuada na participação efetiva do que na disposição potencial para o engajamento. Em vários casos, indivíduos não ativos e inativos apresentam percentuais expressivos nas categorias intermediárias (“poderia participar”, “poderia conversar” ou “poderia assinar”), sugerindo que o distanciamento partidário não corresponde

a uma rejeição absoluta da política, mas a formas mais heterogêneas e menos institucionalizadas de envolvimento.

A construção do índice de envolvimento político reforça esse diagnóstico ao evidenciar diferenças graduais entre as categorias partidárias, mas ainda significativamente elevados e superiores à metade dos casos analisados. Os indivíduos ativos tendem a ser mais intensos no envolvimento político, os inativos apresentam uma menor intensidade e os não ativos relativamente mais moderados entre os não ativos. Ainda assim, em todas as categorias predomina a presença de indivíduos situados entre os níveis moderado de envolvimento político, reforçando a ideia de que a ausência de vínculo partidário não corresponde necessariamente a baixos níveis de engajamento.

As análises inferenciais corroboram esses achados de progressão. Os modelos multiníveis demonstram que a vinculação partidária ativa exerce efeito positivo e estatisticamente significativo sobre praticamente todas as dimensões do envolvimento político, mesmo após o controle por sexo, idade e escolaridade. Os indivíduos inativos também apresentam níveis mais elevados de engajamento em comparação aos não ativos, embora com magnitudes inferiores às observadas entre os ativos. Os resultados do índice agregado reforçam esse padrão ao revelar um crescimento monotônico do envolvimento político conforme aumenta o grau de vinculação partidária. Ao mesmo tempo, os efeitos contextuais mostram que a influência do país varia segundo a dimensão analisada. Enquanto atitudes mais gerais, como interesse por política, apresentam menor dependência contextual, práticas específicas (sobretudo conversa política, busca por informação e frequência de voto) mostram maior sensibilidade às características nacionais e institucionais. Ainda assim, os efeitos individuais da vinculação partidária permanecem relativamente estáveis entre os países analisados.

De modo geral, os resultados deste capítulo indicam que o partidarismo continua desempenhando papel relevante como mecanismo estruturante do envolvimento político na América Latina. Entretanto, os achados também demonstram que a ausência de vínculo partidário não deve ser automaticamente interpretada como sinônimo de apatia ou desengajamento. O envolvimento político revela-se multidimensional, heterogêneo e condicionado simultaneamente por fatores individuais e contextuais, reforçando a necessidade de abordagens analíticas capazes de superar dicotomias simplificadoras entre engajamento e afastamento político. Os próximos capítulos aprofundam essa discussão ao investigar como essas diferentes formas de vinculação partidária se relacionam com as atitudes democráticas e, posteriormente, eleitorais dos indivíduos latino-americanos.

Capítulo 3 - Relação entre partidarismo e atitudes democráticas na América Latina: dimensão democrática

Introdução

Este capítulo busca compreender a relação entre as categorias partidárias definidas anteriormente (ativo, inativo e não ativo) e as atitudes democráticas na América Latina. O objetivo central é investigar como essas categorias se relacionam com a democracia na região. O mesmo está dividido em três seções.

A primeira seção visita-se a literatura sobre adesão ao regime, abarcando perspectivas unidimensionais e multidimensionais dessa relação. Bem como, posteriormente, apresenta-se diagnósticos de crise da democracia representativa, desenvolvendo aspectos do declínio do partidarismo e da estabilidade democrática.

A segunda apresenta-se o desenho de pesquisa para tratamento do tema no capítulo. Especificamente com relação aos procedimentos, cruza-se as categorias partidárias com cada uma das seis variáveis selecionadas em cada país analisado. Em seguida, discrimina-se a construção do índice de democratismo, que classifica os indivíduos do maior ao menor nível de democratismo, com a somatória de todas as variáveis visitadas separadamente. E por fim, descreve-se os sete modelos de regressão desenvolvidos a partir das seguintes variáveis dependentes: seis modelos multiníveis (país), respectivos as variáveis de atitudes democráticas separadamente e, um último modelo linear com o índice, que engloba todas elas. Os sete modelos incluem as variáveis sexo, idade e escolaridade para controle.

E a terceira se dedica aos determinantes das atitudes democráticas nas categorias partidárias. Assim, a seção busca apresentar os resultados encontrados com o desenho de pesquisa exposto. Notadamente, apresenta-se a análise descritiva das variáveis de interesse, análise agregada dessas variáveis no índice e a análise estatística dos modelos de regressão. Acredita-se que as mesmas permite identificar os principais fatores que influenciam o nível de democratismo entre os eleitores na América Latina considerando as categorias partidárias.

3.1 Atitudes democráticas

Nesta seção pretende-se desenvolver as medidas de atitudes democráticas, indicadores atitudinais comparáveis de comprometimento com a democracia, utilizados no capítulo. Com

essa finalidade, visita-se as literaturas de adesão e crise do regime para compreensão da variedade de subdimensões do apoio (ou não em casos de crise).

3.1.1 Adesão à democracia: análises unidimensionais e multidimensionais

A literatura clássica de democracia apresentava uma visão unidimensional do tema, tendo como foco apenas a preferência dos cidadãos pelo regime (Dalton, 1999; Klingemann, 1999). No entanto, esses estudos já apresentavam fragilidades da medida, como no trabalho de Klingemann (1999) que apesar de identificar que a democracia é amplamente aceita como modo de governação (medida de preferência) e defender que não existe declínio no apoio ao regime, aponta também que existem níveis de descontentamento com a forma como o seu próprio sistema funciona.

Em sistematização da literatura sobre as medidas de democracia nos surveys, Rose (2002) aponta que a maioria das pesquisas medem a democracia a partir de questões diretas sobre a preferência do regime. Contudo, o autor identificou também que haveria distinção na formulação da questão, variando entre as democracias consolidadas e as jovens democracias. Enquanto a primeira, em que os cidadãos não têm experiências autoritárias, a questão infere sobre um apoio geral (ou não); a segunda, cujos cidadãos têm memórias recentes sobre, explora possíveis exceções e variações de preferência.

Outro autor que vai pensar sobre a forma de medir a democracia é o Inglehart (2003), que em investigação a países com distintas realidades democráticas[21], apontou que a maioria é favorável à democracia. Entretanto, o estudo também indica que parte significativa dos respondentes que preferem a democracia, igualmente são favoráveis à intervenção de líder forte para resolução de problemas. A partir dessas constatações o autor questiona essa medida, indicando que provavelmente as respostas que envolvam a palavra democracia terão apelo positivo. Carlin e Singer (2011) chegaram à mesma conclusão, embora por motivo distinto. No estudo os autores buscaram investigar como as pessoas entendem a democracia e concluem que as interpretações variam tanto que não é possível uma definição precisa.

Em trabalho posterior, Inglehart e Welzel (2003) demonstram que, embora uma proporção de entrevistados classifique um governo democrático como uma forma inadequada de governar, não foi demonstrado nenhum impacto significativo das preferências

[21] O autor utiliza dados da pesquisa World Values Survey (WVS), incluindo 10 países islâmicos, para investigar a afirmação de que a democracia nos países islâmicos parecem particularmente pobres, com alguns escritores argumentando que os valores básicos dos públicos islâmicos podem ser incompatíveis com a democracia liberal.

democráticas explícitas. Na verdade, os mesmos encontraram relevância no que chamaram de valores de “auto-expressão”de um país, que referem-se a um conjunto de crenças e atitudes que enfatizam a autonomia individual, a liberdade de expressão, a participação política e a valorização da diversidade.

Seguindo linha semelhante, de que não apenas a preferência pelo regime democrático, mas também as atitudes em relação aos princípios que o caracterizam, Schedler e Sarsfield (2007), ao investigar o México, identificam diferentes perfis de democratas, como aqueles que defendem a liberdade de organização e expressão, mas são menos receptivos à inclusão de minorias. Os autores sugerem que, assim como a democracia pode ser definida por múltiplos adjetivos (como procedimental, legal, participativa e etc), o apoio ao regime também é multifacetado, cunhando o termo "democratas com adjetivos" para descrever essas variações.

As limitações das medidas diretas de preferência pela democracia também são destacadas por Kiewit Jonge (2013), que aponta três dos principais desafios: i) a definição de “democracia” varia entre indivíduos e países; ii) trata-se de um termo essencialmente vago, com conotação positiva, o que pode introduzir viés nas respostas; e iii) os indivíduos tendem a ter dificuldades em julgar concepções abstratas e idealizadas. Diante disso, o autor apresenta a necessidade de medir esse apoio de maneira mais realista, incorporando a “preferência mais idealista pela democracia, bem como uma rejeição mais concreta de alternativas não democráticas na prática” (Jonge, 2013, p.121). Essa medida é conhecida como compromisso democrático, combinação entre adesão à democracia e rejeição a regimes autoritários.

No entanto, esse indicador também é apontado como ineficiente. De acordo com Booth e Seligson (2009), a alternativa a perguntas explícitas sobre preferência ou rejeição ao regime, são perguntas indiretas que correspondam a princípios essenciais da democracia. Para isso os autores utilizam seis medidas, cinco delas previamente exploradas por Easton (1965) e aprimoradas por Norris (1999; 2011) e Dalton (2004). Notadamente, trata-se das seguintes variáveis: existência de uma comunidade política, apoio às instituições do regime, desempenho do regime, apoio a atores e autoridades públicas, adicionando o apoio ao governo local. Os autores citados defendem que a adoção desses diferentes princípios associados ao regime democrático é uma medida mais significativa da presença de atitudes democráticas do que apenas expressar preferência pelo regime.

Com essas constatações, estudos posteriores têm empregado abordagens multidimensionais, que englobam medidas de preferência, rejeição ao regime, a combinação

delas (compromisso democratico) e variáveis atitudinais para analisar o regime na região. É o caso de Moisés (2008) que cria uma tipologia de três tipos baseados em duas variáveis de adesão normativa a regimes[22] e analisa esses tipos com relação a atitudes antidemocráticas[23], segmentando os eleitores da seguinte maneira: democratas, ambivalentes e autoritários. Seus achados revelam que 52,7%, poderia ser considerado democrata. Contudo, o autor aponta que alguns países, como o caso do Brasil, Equador e Peru, a maior parte do eleitorado é ambivalente.

Relacionado a essa inconsistência, os resultados encontrados por Carrión (2008) demonstram que entre aqueles que endossam a democracia na América, cerca de 17%, 40% e 45% declararam ser justificado apoio a golpe militar para enfrentar o alto desemprego, corrupção excessiva e combate a delinquência, respectivamente. Ademais, o autor emprega uma tipologia, que mescla preferência pela democracia com atitudes sobre como o poder político deve ser exercido (com restrições ou sem restrições), para oferecer uma análise mais robusta e encontra que dos 73% que declaram preferência pela democracia, apenas 61% pode ser classificados como democratas liberais, que seriam aqueles que além de preferirem a democracia, não estão dispostos a conceder poderes irrestritos a presidentes ou primeiros-ministros.

Outros estudos que empreendem a noção de atitudes democráticas a partir de variáveis de adesão à democracia, é o caso de Casalecchi, David e Quaresma (2013). Os autores investigam em que medida aqueles que dizem aderir à democracia têm, ou não atitudes democráticas segundo quatro variáveis: i) adesão aos procedimentos de escolha, ii) adesão normativa ao voto, iii) adesão ao princípio da participação política e iv) adesão ao princípio da representação política. Os resultados apontam que em situações sociais e econômicas adversas, parcela significativa dos “democratas” estão dispostos a abandonar sua posição. Posteriormente Fuks et al (2016) complementam esses resultados demonstrando que os brasileiros não aderem com a mesma intensidade às diferentes dimensões da democracia. No entanto, em análise mais ampla, o trabalho também apontou que os democratas brasileiros

[22] 1) “Você concorda muito, concorda, discorda ou discorda muito da seguinte afirmação: A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo” e 2) “Com qual das seguintes frases você concorda mais: A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo; em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível; A pessoas como eu, dá no mesmo um regime democrático ou um não democrático”.

[23] Sendo elas: “Governo militar pode solucionar mais problemas”, Apóia governo militar em caso de dificuldades”, “Apóia regime não-democrático para resolver problemas econômicos”, “Governo pode desrespeitar a lei para resolver problema difícil”, “Presidente não deve se limitar à lei em caso de dificuldades”, “Daria cheque em branco para líder salvador que resolvesse os problemas”, “melhor líder que tenha todo o poder que a democracia” e “País é democracia com grandes problemas ou não é uma democracia”.

apresentam atitudes mais democráticas do que os democratas dos outros países da América Latina e, surpreendentemente, próximos das atitudes dos norte-americanos.

Seguindo linha semelhante, com uma maior abrangência espacial e de variáveis, Casalecchi (2018) analisa cinco atitudes democráticas, sendo elas: adesão à democracia, compromisso democratico e outras três correspondentes às dimensões da democracia destacadas pelo autor. A primeira, é a dimensão procedimental, representada pela adesão dos eleitores a um governo que tenha sido eleito de acordo com as regras e procedimentos que regem a validade das eleições (adesão às eleições). A segunda, é a dimensão participativa, expressa em outras formas de participação para além do voto, no caso em questão, pela participação em manifestação permitida por lei (adesão a participação). E a terceira, é a dimensão liberal, com foco em testar a tolerância a partir da variável que questiona o fato das pessoas não terem a oportunidade de expor as suas decisões de forma igualitária (adesão a tolerância).

Os resultados encontrados por Casalecchi (2018) revelam que percentuais superiores a 75% de adesão à democracia e adesão às eleições. Entretanto, ao observar o compromisso democratico (42,3%), esses resultados podem ser questionados, à medida em que o dado revela que pouco mais da metade da região admite que a democracia pode não ser preferível ou que um golpe militar seja justificável, em cenários de muita corrupção e de muitos crimes. O percentual de apoio à participação (48,5%) também não alcança metade da população. Mas o dado mais alarmante é o de tolerância política (33,2%), indicando que quase 70% da população desaprova o direito de pessoas que falam mal da forma do governo votar. O autor ainda propõe uma tipologia de democratas[24], no qual a maioria é considerado um democrata instável (32,5%), que como o próprio nome sugere, em alguma medida demonstram-se autoritário.

Existem ainda estudos que relacionam as atitudes democráticas com o partidarismo, como o de Gimenes e Borba (2019). Os autores utilizaram as medidas de posição churchilliana[25], quatro dimensões de adesão[26] e outros dois indicadores de

[24] Os perfis democráticos são: i) Autoritários plenos (8,8%), rejeita todas as variáveis investigadas pró democracia; ii) Autoritário passivo (16,5%), apresenta médias baixas nas variáveis pró democracia; iii) Procedimentalista (13%), médias altas para compromisso democratico e para apoio a princípio democratico; iv) Democrata instável (32,5%), diferentes combinações entre as dimensões democráticas; v) Democrata intolerante (13,9%), todos os requisitos do democrata menos a tolerância e vi) Democrata Pleno (15,3%), apoio a todas as variáveis investigadas.

[25] Medida de adesão à democracia por meio de questão que opõe o referido regime ser a melhor forma de governo, a despeito de suas debilidades, a alternativas que destacam a preferência a regimes militares ou de manifestação de que “tanto faz” o regime político vigente.

[26] Procedimento de escolha, normativa do voto, participação política e princípio de representação, dimensões também usadas por Fuks et al (2016).

multidimensionalidade que somavam as variáveis apresentadas em medidas de 0 a 4 e 0 a 5 pontos. Ao contrário de visões pessimistas, apresentadas no capítulo 1, de que partidários têm maior adesão do que apartidários, os mesmos encontraram que o refinamento cognitivo (escolaridade e interesse por política) dos eleitores é mais relevante do que o partidarismo com relação ao apoio. Isso porque a diferença dos chamados partidários rituais e independentes apolíticos (partidários e não partidários de baixa mobilização cognitiva) é praticamente inexpressiva; enquanto que, inversamente, partidários cognitivos e apartidários (partidários e não partidários de alta mobilização cognitiva) apresentaram efeitos significativos de apoio.

Assim, a literatura discutida aqui sugere que o forte apoio (preferência) à democracia não impede atitudes antidemocráticas, bem como a simpatia partidária também não garante maior adesão a atitudes pró-democracia. Em meio a tais questões, discute-se na próxima subseção estudos que relacionam o afastamento dos eleitores com relação aos partidos a ideias de declínio e crise do regime.

3.1.2 Diagnósticos de crise da democracia representativa: declínio do partidarismo e estabilidade democrática

Como visto na subseção anterior, se a análise da adesão à democracia revela nuances entre o apoio normativo e a satisfação concreta com o regime, os diagnósticos contemporâneos sobre a crise da democracia representativa aprofundam esse debate ao relacionar transformações nas atitudes políticas (entre elas o declínio do partidarismo) à fragilização da estabilidade democrática.

Nesse sentido, nos últimos quinze anos, autores como Norris (1999) e Inglehart (1977), anteriormente associados a diagnósticos mais otimistas sobre o futuro da democracia, passaram a rever suas próprias interpretações. No livro *Cultural Backlash*, os autores formulam uma teoria geral para explicar a polarização em torno da clivagem cultural que opõe liberais e conservadores no eleitorado, bem como a forma pela qual esses valores se traduzem em apoio a partidos e lideranças autoritário-populistas nos Estados Unidos e na Europa. Segundo eles, o risco central reside no fato de que a retórica populista pode minar a confiança pública na legitimidade democrática, ao mesmo tempo em que valores autoritários corroem seus princípios e práticas institucionais.

Apesar dessa autocrítica, como aponta Mounk (2019), os cientistas políticos já vinham identificando há algum tempo o declínio da confiança nas instituições democráticas e

a crescente negatividade nas avaliações dirigidas aos políticos, indicando que tais transformações não surgem de forma abrupta, mas refletem processos cumulativos de desencanto político. Em uma análise mais estrutural do regime democrático, Przeworski (2016) identifica crises associadas à violação de critérios fundamentais propostos por Dahl (1997), como rupturas no Estado, perda de confiança institucional e colapso da ordem pública. Sua conclusão é que, ao não perceberem mudanças substantivas nos governos e nas alternativas eleitorais, os cidadãos passam a acreditar que o sistema está quebrado. Ainda assim, de forma paradoxal, após apresentar um diagnóstico profundamente pessimista, o autor sustenta que a democracia tende a se manter, mesmo na ausência de perspectivas concretas de superação da insatisfação.

A preocupação com a legitimidade democrática também orienta o trabalho de Ferrín e Kriesi (2016), que investigam como os europeus veem e avaliam a democracia a partir da premissa de que um regime democrático é considerado legítimo quando há correspondência entre opiniões normativas e avaliações empíricas sobre seu funcionamento. Em outras palavras, para os autores, a democracia pressupõe que as concepções sobre o que ela deveria ser estejam alinhadas às percepções sobre como ela efetivamente opera. Esses diagnósticos reforçam a ideia de que a erosão institucional pode ser simultaneamente causa e consequência do distanciamento dos cidadãos em relação às instituições políticas, especialmente aos partidos, reconhecidos como elementos centrais para a organização da competição política e para a mediação entre Estado e sociedade (Dalton, 2020).

As teorias variam entre análises otimistas e pessimistas. A primeira compreende que esse afastamento é resultado da sofisticação política do eleitor e, por este motivo, é benéfico à democracia, à medida em que qualifica criticamente o eleitor. Um dos pioneiros nessa linha é o Dalton (2013) que ao analisar o cenário político dos Estados Unidos e de parte da Europa, revelou que eleitores não partidários frequentemente possuem maiores recursos cognitivos, sugerindo um engajamento político mais sofisticado. Em estudo mais recente, o autor reconsidera suas conclusões iniciais e faz ponderações importantes, argumentando que "o partidarismo é mais um ponto positivo do que um ponto negativo" (Dalton, 2020, p. 12). Essa reflexão é ainda reforçada em colaboração com Berning, no qual ambos discutem a retomada do partidarismo impulsionada pelo surgimento de novas clivagens culturais, especialmente com o avanço da extrema direita (Dalton e Berning, 2021). Para os autores, apesar das críticas ao partidarismo, ele continua a desempenhar um papel vital na organização e estabilidade dos sistemas democráticos, especialmente em contextos marcados por polarizações culturais emergentes.

Já a perspectiva mais pessimista defende que os partidos são indispensáveis[27] para democracia e, portanto, o distanciamento é visto como um risco ao regime. Entre as análises que adotam essa perspectiva, destaca-se o trabalho de Mair (2013) que argumenta que a crescente desconexão entre os eleitores e os partidos políticos está levando à erosão das democracias ocidentais. O autor sustenta que essa alienação enfraquece a capacidade dos partidos de representar eficazmente os interesses dos cidadãos, resultando em uma diminuição da responsabilidade democrática e da responsividade das instituições políticas. Para ele essa desconexão contribui para a fragmentação e instabilidade política, dificultando a formação de governos estáveis e a implementação de políticas públicas eficazes. Além disso, alerta que a legitimidade das instituições democráticas está em risco, pois a participação ativa e o apoio dos cidadãos são fundamentais para sustentar a percepção de que o governo representa verdadeiramente a vontade do povo.

Contudo, essa relação - de declínio dos partidos e crise da democracia - já é bastante questionada. Desde o final dos anos 80, autores como Cavarozzi e Garreton (1989) argumentam que a força ou fraqueza de um sistema partidário não determina, por si só, a estabilidade democrática. Em suas palavras, “não se pode generalizar que um sistema de partidos fraco leve necessariamente a crise da democracia e que um sistema de partidos forte impeça essas crises ou sua derrubada”. Desta forma, os mesmos defendem que fatores mais complexos influenciam a crise ou a sustentação da democracia.

Na América Latina as análises sobre o declínio são contempladas em trabalhos como o de Baquero (2000), que estabelece uma distinção ao analisar o declínio partidário na região: trata-se primariamente de uma fragilidade estrutural das organizações partidárias, não apenas de avaliação negativa por parte dos cidadãos. Contudo, seu diagnóstico revela um paradoxo fundamental - embora os partidos permaneçam como atores insubstituíveis na política formal, seu papel como mediadores entre Estado e sociedade encontra-se em erosão. Essa contradição, segundo o autor, ameaça as "bases já precárias da institucionalidade democrática" (p. 174), especialmente quando a indiferença partidária se combina com o personalismo político, fenômeno que o autor identifica como crescente.

Em estudos posteriores, Baquero (2008) direciona-se a aspectos de adesão ao regime e cenários de crise no Brasil com comparação a outros países da região. Segundo o autor, ainda existem resquícios de autoritarismo em toda América Latina, em particular no Paraguai que chega a marca de 25%. Esses resultados apontam existência de i) gap entre as dimensões

[27] Segundo Carvalho (1990, p. 17), “os partidos são meios indispensáveis à formação da democracia”.

normativa e prática de apoio ao regime democrático, ii) incongruência entre a oferta institucional de democracia e a demanda cultural dos cidadãos pelo sistema e iii) déficits institucionais que afetam princípios básicos como a capacidade do sistema político de responder às expectativas dos cidadãos. Essa análise é complementada em Baquero e Gonzalez (2011), que demonstram como o personalismo eleitoral - onde candidatos superam em relevância seus próprios partidos - se tornou um traço estruturante das atitudes políticas na região, reconfigurando padrões de apoio e rejeição às opções políticas.

Uma visão mais otimista é apresentada por Booth e Seligson (2009) que ao investigarem a legitimidade democrática em oito países da América Latina, identificam que, apesar das insatisfações com o desempenho dos governos, os cidadãos não se afastam da política e nem optam por protestos que ameaçam a estabilidade democrática. Ao contrário, eles participam ativamente tanto na política convencional quanto em iniciativas comunitárias e organizações da sociedade civil, mantendo um apoio substancial à democracia. Os autores sugerem, portanto, que essa participação cívica, mesmo dos descontentes, tende a fortalecer os regimes democráticos, na medida em que as ações dos cidadãos podem compensar as deficiências governamentais e reforçar as bases democráticas.

Apesar das divergências teóricas, um consenso emerge ao analisar a América Latina: as instituições democráticas, especialmente os partidos políticos, enfrentam baixos níveis de confiança por parte do eleitorado nos países da América Latina. O próprio Baquero (2000), que apresenta uma visão mais pessimista, defende que a consolidação democrática não se restringe à existência de partidos políticos ou à força do sistema partidário, mas também a variáveis como desempenho econômico, cultura política e níveis de desigualdade social. Para ele, a centralidade conferida aos partidos se justifica por sua função insubstituível como eixo de representação política.

Nesse debate, torna-se fundamental problematizar a própria noção de crise democrática, compreendendo a relação histórica do partidarismo na região. Especificamente o estudo de Carreras, Morgenstern e Su (2015) se propõe a isso ao revelar que a suposta crise de representação assume contornos paradoxais: em muitos casos, a fragilidade partidária não corresponde a um colapso recente, mas sim à ausência histórica de alinhamento programático consistente entre eleitores e partidos. Essa perspectiva sugere que o que frequentemente se interpreta como 'declínio' pode representar, na verdade, a manifestação de déficits estruturais nunca adequadamente superados. Assim, o que poderia ser visto como uma crise aguda pode ser, na verdade, a expressão de falhas crônicas nos sistemas políticos da região.

Em análise empírica sobre o vínculo entre eleitores e partidos na América Latina, Gimenes (2015) busca entender em que medida esse afastamento pode trazer consequências negativas ou positivas ao regime e o quanto ser partidário colabora para o fortalecimento das democracias na região. Os resultados encontrados refutam que os partidos estão em crise, ainda que com especificidades, o autor indica que essas instituições nunca tiveram forte manifestação de sentimentos positivos na região. Além disso, ao empregar uma tipologia validada nas democracias consolidadas, o autor evidencia a baixa sofisticação dos cidadãos da região, tanto em se tratando de refinamento cognitivo (escolaridade e interesse por política) quanto em termos de laços partidários. Segundo Gimenes (2017, p. 183), "o problema residiria no alto percentual de indivíduos alienados dos processos políticos".

Existem também trabalhos como o de Silva (2018) que relaciona o personalismo à crise de representação na América Latina. O autor encontra que não há tendência de líder personalista que negue e questione as estruturas do Estado, mas um líder com tendências mais populistas, patriarcais e que apresente uma convergência entre a sua figura pessoal e o Estado. Além disso, sugere que essas condições, somadas a outros elementos da cultura política, podem facilitar o surgimento de governos autoritários com características populistas, ainda que o Estado preserve alguma robustez.

Recentemente, diversas obras têm buscado analisar diferentes compreensões sobre quais seriam os fatores que ameaçam a estabilidade e legitimidade desse regime. Levitsky e Ziblatt (2018), por exemplo, discutem como as democracias podem ser subvertidas por dentro, através do enfraquecimento gradual de instituições e normas democráticas por parte de lideranças autoritárias. Mounk (2018), por sua vez, enfatiza o declínio da confiança popular nas instituições, evidenciando como a insatisfação generalizada alimenta o apoio a movimentos populistas e extremistas. Já Przeworski (2019) explora a fragilidade da democracia ao discutir a perda de credibilidade na soberania popular e a crescente desilusão com a capacidade dos governos de representar os interesses públicos.

Na América latina, Botelho e Okado (2020) indicam um declínio da democracia latinoamericana, evidenciado pela queda de indicadores como apoio e satisfação com o regime, confiança nas instituições e Índice de Democracia Liberal, atingiram seus níveis mais baixos ou retornaram a patamares anteriores. Outro achado relevante é o perfil político da população latino-americana, caracterizado por uma postura ambivalente e traços autoritários, especialmente entre jovens com baixa escolaridade, desconfiança nas instituições e insatisfação com a democracia. Além disso, os dados sugerem que a longevidade e a

qualidade da democracia influenciam as atitudes individuais, reduzindo a predisposição a opções autoritárias.

Diante desse cenário, Mattes (2018) investiga a relação entre o apoio popular e a estabilidade democrática. Em estudo revisionista, o autor demonstra que, em nível micro, atitudes favoráveis à democracia correlacionam-se fortemente com comportamentos pró-democráticos. Contudo, em análises em nível macro, essa relação mostra-se mais complexa: valores liberais, uma compreensão crítica do desempenho democrático e até mesmo certos graus de insatisfação podem, paradoxalmente, fortalecer o regime. Sob essa constatacão, Mattes problematiza a nocão de "democracia ideal", argumentando que o fator crucial reside não no apoio incondicional, mas em sua amplitude - capaz de transcender divisões sociais, econômicas e partidárias. O autor ainda aponta, que em democracias emergentes, níveis moderados de apoio podem ser viáveis quando concentrados em segmentos politicamente ativos e influentes.

Em outra perspectiva, Welp (2022) escreve no texto intitulado “Sem partidos, a democracia não funciona; com estes partidos, tampouco” sobre a redução da responsabilidade dos governantes com os governados. Com esse trocadilho, a autora defende que embora os partidos sejam elementos centrais para a existência da democracia, os mesmos apresentam falhas na execução de suas funções fundamentais, como: legitimar, desenvolver e implementar políticas públicas. Segundo ela, esses problemas decorrem dos incentivos perversos que orientam os partidos a priorizar a manutenção do poder, muitas vezes em detrimento do bem comum, o que, por conseguinte, prejudica a legitimidade do sistema democrático. Além disso, Welp sugere que essa dinâmica contribui para a crescente desilusão pública com a política e reforça tendências autoritárias e de apatia política entre os cidadãos.

De maneira geral, os diagnósticos sobre a crise representativa na América Latina revelam uma tensão fundamental: o crescimento do apartidarismo coexiste com a dependência estrutural do sistema em relação aos partidos políticos. Essa contradição revela, de um lado, deficiências históricas não superadas (Carreras et al., 2015) e, de outro, desafios emergentes decorrentes do personalismo político (Silva, 2018) e da crescente polarização (Levitsky e Ziblatt, 2018).

Na subseção seguinte apresenta-se os dados utilizados para a escolha das variáveis e os procedimentos para analisar a relação entre apartidarismo e democracia.

3.2 Procedimentos metodológicos: gráficos e modelos

Os dados utilizados foram selecionados na pesquisa World Values Survey (WVS), na rodada sete, que marca o período de 2017 a 2022. Seguindo a perspectiva defendida no referencial teórico deste capítulo, faz-se uma análise multidimensional, que engloba que as seguintes variáveis: importância da democracia[28], melhor forma de governo[29], estado da democracia[30], livre escolha[31], líder forte[32] e forças armadas[33]. As mesmas são detalhadas individualmente entre as possibilidades de resposta na tabela abaixo.

Tabela 8 - Percentuais de resposta as variáveis da dimensão democrática na América Latina

Variável	**Possibilidades de resposta (%)**			
Importância da democracia	Muito importante (10 a 8)	Importante (7 a 5)	Pouco importante (4 e 3)	Nada importante (2 e 1)
	72,6%	18,9%	2,4%	3,7%
Melhor forma de governo	Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
	46,3%	35,6%	8,3%	5,5%
Estado da democracia	Totalmente democratico (10 a 8)	Democratico (7 a 5)	Pouco democratico (4 e 3)	Nada democratico (2 e 1)
	28,4%	36,8%	11,7%	20,0%
Livre escolha	É uma característica fundamental da	É importante (7 a 5)	Pouco importante (4 e 3)	Não é uma característica fundamental da

[28] Questão Q250: Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática? Nesta escala, em que 1 significa “nada importante” e 10 significa “totalmente importante”, que ponto o(a) Sr(a) escolheria?

[29] Questão Q238: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Q238. Ter um sistema político democrático.

[30] Questão Q251: Em que medida o país está sendo governado de maneira democrática hoje? Usando novamente a escala de 1 a 10, em que 1 significa “nada democrático” e 10 significa “totalmente democrático”, qual ponto o(a) Sr(a) escolheria?

[31] Questão Q243: Para a democracia muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são consideradas fundamentais. Para cada uma das afirmativas, diga em que medida o(a) Sr(a) acha que são características fundamentais da democracia. Use esta escala, em que 1 significa que “não é uma característica fundamental da democracia” e 10, que “é uma característica fundamental da democracia”. Q243. O povo escolhe seus líderes em eleições livres.

[32] Questão Q251: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Q235. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.

[33] Questão Q245: Para a democracia muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são consideradas fundamentais. Para cada uma das afirmativas, diga em que medida o(a) Sr(a) acha que são características fundamentais da democracia. Use esta escala, em que 1 significa que “não é uma característica fundamental da democracia” e 10, que “é uma característica fundamental da democracia”. Q245. As forças armadas assumem o governo quando ele for incompetente.

	democracia (10 a 8)			democracia (2 e 1)
	59,8%	22,3%	6,3%	4,7%
Líder forte	Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
	24,4%	35,6%	20,1%	13,7%
Forças armadas	É uma característica fundamental da democracia (10 a 8)	É importante (7 a 5)	Pouco importante (4 e 3)	Não é uma característica fundamental da democracia (2 e 1)
	59,8%	22,3%	6,3%	7,9%

Fonte: WVS 2017-2022.

A análise descritiva dos dados gerais do banco revela com relação a importância da democracia que 72,6% dos respondentes classificando-a como "muito importante", enquanto 18,9% a consideram "importante". Apenas uma pequena parcela (6,1%) vê a democracia como "pouco" ou "nada importante". No entanto, quando questionados sobre a forma de governo, 46,3% avaliam a democracia como "ótima" e 35,6% como "boa", mas 13,8% classificam-na como "ruim" ou "péssima", revelando uma insatisfação latente com a forma como a democracia é praticada.

Em relação ao estado da democracia no país, apenas 28,4% a consideram "totalmente democrática", enquanto 36,8% acreditam que é "democrática". Notavelmente, 31,7% dos respondentes veem o país como "pouco" ou "nada democrático", sugerindo um significativo ceticismo quanto à qualidade democrática. Esses resultados indicam um descompasso entre o valor atribuído à democracia e sua percepção prática.

No que diz respeito à liberdade de escolha, 59,8% a consideram uma característica fundamental da democracia, enquanto 22,3% a classificam como importante, mas não central. Por outro lado, 11% relativizam sua importância. A liderança forte, vista como uma ameaça à democracia, é apoiada por 24,4% dos entrevistados como "ótima" e por 35,6% como "boa", indicando uma inclinação por soluções autoritárias entre uma parte significativa da população.

Por fim, 59,8% dos respondentes veem as Forças Armadas como uma característica essencial da democracia, com 22,3% às considerando importantes. Embora 7,9% discordam dessa visão, os dados sugerem uma cultura política que valoriza a segurança e a ordem, mesmo dentro de regimes democráticos. Esses resultados demonstram um apoio ambíguo à

democracia, onde, apesar de seu valor intrínseco ser amplamente reconhecido, há uma abertura para soluções autoritárias e um ceticismo sobre a implementação prática das instituições democráticas.

De modo geral, os dados evidenciam que embora a maioria dos entrevistados reconheça a importância do regime democrático, a insatisfação com sua prática e a aceitação de elementos autoritários sugerem fragilidades institucionais e desafios na consolidação da cultura democrática.

Com a finalidade de analisar a relação entre essas variáveis e a categorização partidária foram realizados testes de qui-quadrado (independência). Esses testes permitem verificar se existe associação estatisticamente significativa entre variáveis categóricas, comparando as frequências observadas com aquelas que seriam esperadas caso não houvesse relação entre elas. A tabela abaixo apresenta os resultados desses cruzamentos, exibindo as frequências absolutas (n), as frequências relativas (%) e o valor de p correspondente a cada teste. As porcentagens foram calculadas por categoria partidária (percentuais por linha), de modo que o total em cada categoria corresponde a 100%, permitindo observar como se distribuem as respostas dentro de cada grupo.

Tabela 9 - Testes Qui quadrado com o cruzamento da categorização partidária com as variáveis dependentes

Categoria Partidária	**Variável**	**Possibilidades de resposta (%)**					**P - valor**
	Importância da democracia	**Muito importante**	**Importante**	**Pouco importante**	**Nada importante**		
Ativos		644 (77.1%)	120 (14.4%)	28 (3.4%)	43 (5.1%)		
Inativos		1076 (67.3%)	389 (24.3%)	61 (3.8%)	73 (4.6%)		
Não ativos		10082 (75.0%)	2560 (19.0%)	317 (2.4%)	491 (3.7%)		
Total (15.884)		11802	3069	406	607		χ^2 = 65.44) **3.51×10^{-12}**
	Melhor forma de governo	**Ótimo**	**Bom**	**Ruim**	**Péssimo**		

Ativos		470 (56,9%)	261 (31,6%)	64 (7,7%)	31 (3,8%)		
Inativos		761 (48,0%)	509 (32,1%)	169 (10,7%)	147 (9,3%)		
Não ativos		6.294 (47,9%)	5.012 (38,2%)	1.105 (8,4%)	721 (5,5 %)		
Total (15.544)		7.525	5.782	1.338	899		(χ^2 = 84,52) **0,001**
	Estado da democracia	**Totalmente democratico**	**Democratico**	**Pouco democratico**	**Nada democratico**		
Ativos		388 (46.5%)	246 (29.5%)	73 (8.8%)	127 (15.2%)		
Inativos		489 (30.7%)	628 (39.4%)	153 (9.6%)	325 (20.4%)		
Não ativos		5118 (38.3 %)	5118 (38.3%)	1689 (12.6%)	2813 (21.0%)		
Total (15806)		5.992	3265	1915	4634		(χ^2 = 140.92) **6.42×10^{-28}**
	Livre escolha	**É uma característica fundamental da democracia**	**É importante**	**Pouco importante**	**Não é uma característica fundamental da democracia**		
Ativos		574 (69.4%)	149 (18.0%)	44 (5.3%)	60 (7.3%)		
Inativos		845 (52.9%)	420 (26.3%)	142 (8.9%)	189 (11.8%)		
Não ativos		8324 (62.6%)	3064 (23.0%)	853 (6.4%)	1059 (8.0%)		
Total (15.723)		3633	9743	1308	1039		(χ^2 = 88.05) **7.68×10^{-17}**

	Líder forte	**Ótimo**	**Bom**	**Ruim**	**Péssimo**		
Ativos		269 (33,0 %)	276 (33,8 %)	136 (16,7 %)	135 (16,5 %)		
Inativos		462 (29,3 %)	512 (32,5 %)	349 (22,2 %)	252 (16,0 %)		
Não ativos		3.227 (25,1 %)	4.986 (38,9 %)	1.843 (14,4 %)	2.777 (21,6%)		
Total (15.224)		3.958	5.774	3.262	2.230		(χ^2 = 58,26) **0,001**
	Forças armadas	**É uma característica fundamental da democracia (10 a 8)**	**É importante (7 a 5)**	**Pouco importante (4 e 3)**	**Não é uma característica fundamental da democracia (2 e 1)**		
Ativos		248 (30.8%)	198 (24.6%)	75 (9.3%)	285 (35.4%)		
Inativos		427 (27.0%)	428 (27.1%)	202 (12.8%)	522 (33.1%)		
Não ativos		3254 (25.3%)	3448 (26.8%)	1628 (12.7%)	4528 (35.2%)		
Total (15.243)		3929	4074	1905	5335		(χ^2 = 20.27) **0.00248**

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Os resultados indicam que todas as variáveis analisadas apresentam associação significativa com a participação partidária. A importância da democracia mostra associação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 65.44$, $p = 3.51 \times 10^{-12}$), embora a maior concentração de respostas esteja na categoria “Muito importante” para ativos (77,1%), inativos (67,3%) e não ativos (75,0%), indicando consenso geral sobre a relevância da democracia. A avaliação sobre a melhor forma de governo também apresenta associação ($\chi^2 = 84.52$, $p = 0.001$), com predominância das respostas positivas “Ótimo” e “Bom” em todos os grupos, refletindo percepção favorável independente da participação partidária. No caso do estado da democracia, observa-se forte associação ($\chi^2 = 140.92$, $p = 6.42 \times 10^{-28}$), sendo que ativos

tendem a considerar a democracia “Totalmente democrática” (46,5%), enquanto inativos e não ativos distribuem-se mais amplamente, mas mantendo concentração nas categorias positivas. Quanto à percepção sobre a livre escolha, há associação significativa ($\chi^2 = 88.05$, $p = 7.68 \times 10^{-17}$), com maioria das respostas indicando que eleições livres são “uma característica fundamental da democracia” em todos os grupos. Sobre a avaliação de um líder forte, observa-se associação ($\chi^2 = 58.26$, $p = 0.001$), embora a distribuição seja mais heterogênea, concentrando-se nas categorias “Ótimo” e “Bom”, especialmente entre não ativos. Finalmente, em relação às Forças Armadas, a associação também é significativa ($\chi^2 = 20.27$, $p = 0.00248$), com maior concentração de respostas nas categorias “Não é uma característica fundamental da democracia” e “É uma característica fundamental da democracia”, indicando divisões perceptíveis, mas mantendo padrões semelhantes entre os grupos.

Em conjunto, todas as variáveis mostram diferenças estatisticamente significativas entre categorias partidárias, embora, na maioria dos casos, a percepção dominante permaneça concentrada nas respostas que refletem consenso, como a alta importância da democracia e das eleições livres.

Complementarmente aos testes de qui-quadrado, foi adotada uma abordagem descritiva por meio de gráficos para examinar a relação entre as variáveis de interesse e as categorias partidárias na América Latina. Foram elaborados seis gráficos, correspondentes às variáveis analisadas na tabela anterior, organizados segundo as três categorias partidárias. Cada gráfico apresenta a distribuição proporcional das respostas dentro de cada grupo, permitindo observar comparativamente os padrões de posicionamento político identificados nos testes estatísticos. Essa visualização facilita a identificação de tendências de consenso ou divergência, enquanto os gráficos detalhados por país, incluídos no apêndice, oferecem uma perspectiva mais granular das variações nacionais.

Depois desenvolve-se o índice de democratismo, com o objetivo de abranger diferentes níveis em uma análise geral do território, a partir da soma das respostas positivas, classificando os indivíduos do mais ao menos democráticos. Essa construção envolve a recategorização das seis variáveis de interesse no capítulo, diferenciando respostas "positivas" à democracia (valor 1) das "negativas" (valor 0). As respostas classificadas como "positivas" são aquelas que não rejeitam aspectos democráticos. Por exemplo, a variável de melhor forma de governo, composta por quatro opções de resposta (bom, ótimo, ruim e péssimo), no qual foi recodificada, atribuindo-se valor 1 às duas primeiras respostas e 0 às outras duas, que é considerada negativa. Assim, os níveis do índice foram definidos como: i)

Altamente democrático (seis respostas positivas); ii) Muito democrático (cinco respostas); iii) Democrático (quatro respostas); iv) Moderadamente democrático (três respostas); v) Pouco democrático (duas respostas); vi) Quase não democrático (uma resposta); e vii) Não democrático (nenhuma resposta positiva). Ou seja, um um sistema de sete pontos.

Além da justificativa teórica apresentada na seção anterior, que fundamenta a construção do índice como uma medida capaz de captar diferentes níveis de envolvimento político, buscou-se fortalecer sua credibilidade metodológica por meio de procedimentos de validação empírica. Para demonstrar que os itens selecionados refletem, de maneira coerente, múltiplas dimensões do envolvimento político, foram conduzidas análises de correlação entre itens (matriz de correlações), avaliação da consistência interna por meio do alfa de Cronbach e uma análise fatorial exploratória (FAE) destinada a verificar a coesão dos itens e a estrutura dimensional subjacente ao índice. Os resultados desses procedimentos são apresentados a seguir.

Tabela 10 – Correlação entre os itens do índice de democratismo na América Latina

Item	Líder forte	Melhor forma de governo	Livre escolha	Forças armadas	Importância da democracia	Estado da democracia
Líder forte	1.00	0.15	0.10	0.02	0.12	0.07
Melhor forma de governo	0.15	1.00	0.30	0.04	0.35	0.13
Livre escolha	0.10	0.30	1.00	0.10	0.33	0.17
Forças armadas	0.02	0,04	0.10	1.00	0.07	0.06
Importância da democracia	0.12	0.35	0.33	0.07	1.00	0.21
Estado da democracia	0.07	0.13	0.17	0.06	0.21	1.00

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

A matriz de correlação evidencia associações predominantemente fracas a moderadas entre os itens. As correlações mais elevadas concentram-se entre melhor forma de governo e importância da democracia ($r \approx 0,35$), bem como entre eleições livres e importância da democracia ($r \approx 0,33$),

indicando maior proximidade entre dimensões normativas centrais do apoio à democracia. Também se observa associação relevante entre melhor forma de governo e eleições livres (r ≈ 0,30). Em contraste, o item referente às forças armadas apresenta correlações muito baixas com os demais (até r ≈ 0,10), enquanto o apoio a líderes fortes também apresenta associações reduzidas (em geral abaixo de r ≈ 0,15), sugerindo relativa independência dessas dimensões. Esses resultados indicam que o democratismo é composto por atitudes relacionadas, porém não homogêneas.

Tabela 11 – Alfa de Cronbach do índice de democratismo na América Latina

Item	α se item removido	r.drop	Média	Desvio Padrão
Líder forte	0.45	0.14	2.04	1.26
Melhor forma de governo	0.41	0.34	3.10	1.21
Livre escolha	0.33	0.34	7.32	3.15
Forças armadas	0.51	0.11	4.45	3.45
Importância da democracia	0.33	0.36	8.16	2.65
Estado da democracia	0.42	0.22	5.39	3.10
Alfa total do índice	0.46	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

O índice apresentou consistência interna moderada-baixa (α ≈ 0,46; α padronizado ≈ 0,51), indicando coesão limitada entre os itens. Os coeficientes r.drop revelam que os itens mais consistentes são importância da democracia (r.drop ≈ 0,36), eleições livres (r.drop ≈ 0,34) e melhor forma de governo (r.drop ≈ 0,34), todos associados a dimensões normativas centrais. Em contraste, forças armadas (r.drop ≈ 0,11) e líder forte

(r.drop ≈ 0,14) apresentam baixa contribuição para a consistência interna. A exclusão do item forças armadas elevaria o alfa para aproximadamente 0,51, indicando que este é o item mais discrepante, embora o ganho seja limitado. Assim, a menor consistência reflete a natureza multidimensional do conceito.

Tabela 12 – Cargas fatoriais da Análise Fatorial Exploratória (1 fator) na América Latina

Item	Carga Fatorial	Comunalidade (h^2)	1 - h^2 (u^2)
Líder forte	0.21	0.05	0.95
Melhor forma de governo	0.55	0.30	0.70
Livre escolha	0.53	0.29	0.72
Forças armadas	0.13	0.02	0.98
Importância da democracia	0.63	0.40	0.60
Estado da democracia	0.30	0.09	0.91
SS loadings / Var. explicada	1.14	19%	-

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022

Os testes de adequação indicam que a análise fatorial é apropriada: o índice KMO apresenta valor aceitável (KMO = 0,69), enquanto o teste de esfericidade de Bartlett é estatisticamente significativo ($\chi^2 = 6374$, $p < 0,001$), confirmando a existência de correlações suficientes entre os itens. No entanto, a análise paralela sugere a presença de até quatro fatores, indicando forte evidência de multidimensionalidade no constructo.

A análise fatorial exploratória com extração de um único fator permite identificar qual dimensão comum ainda assim emerge dos dados. As cargas fatoriais revelam que esse fator é principalmente definido por itens normativos centrais, com destaque para importância da democracia (0,63), melhor forma de governo (0,55) e eleições livres (0,53). Em seguida, aparece o estado democrático percebido com carga moderada (0,30). Em contraste, líder forte (0,21) e forças armadas (0,13) apresentam baixa integração ao fator comum.

A variância explicada pelo fator único é de aproximadamente 19%, valor considerado baixo, o que indica limitação de uma solução unidimensional. Ainda assim, os indicadores de ajuste do modelo apontam boa qualidade: o RMSEA (0,03) encontra-se em nível adequado, o TLI (0,965) indica excelente ajuste e o RMSR (0,02) é bastante baixo. Embora o teste de qui-quadrado seja significativo ($p < 0,001$), esse resultado é esperado em amostras grandes e não compromete a interpretação geral do modelo.

A análise das comunalidades reforça essa leitura. Os itens centrais — importância da democracia, melhor forma de governo e eleições livres — apresentam maiores níveis de variância compartilhada (h^2 entre 0,29 e 0,40), enquanto estado democrático percebido apresenta valor reduzido ($\approx 0,09$), e os itens forças armadas ($\approx 0,02$) e líder forte ($\approx 0,05$) apresentam contribuição muito limitada.

Em conjunto, esses resultados indicam que o índice capta um fenômeno substantivo relacionado ao apoio à democracia, mas estruturado em múltiplas dimensões relativamente autônomas. O fator identificado representa principalmente a dimensão normativa do democratismo, enquanto dimensões ligadas à autoridade e à avaliação do regime apresentam menor integração. Assim, os resultados não invalidam o índice, mas indicam que ele deve ser interpretado como uma medida sintética e multidimensional de atitudes democráticas, e não como uma escala unidimensional estrita.

Por fim, analisa-se o impacto das categorias partidárias e das variáveis sociodemográficas sobre atitudes democráticas por meio de modelos de regressão multinível. Para esse fim, foram estimados sete modelos: seis modelos de regressão logística binária multinível, nos quais as atitudes democráticas são consideradas separadamente como variável dependente, e um modelo linear multinível em que essas dimensões são agregadas no índice de democratismo.

Nesta estrutura, a categorização partidária é incluída como principal variável explicativa, adotando-se os não ativos como categoria de referência. Essa opção se justifica pelo fato de que, em contraste com os ativos (que mantêm vínculos partidários correntes) e os inativos (que já apresentaram algum tipo de identificação ou apoio partidário), os não ativos representam o grupo mais distante da esfera partidária. Assim, a comparação com esse grupo permite avaliar em que medida a vinculação partidária, ainda que instável, se associa a diferentes níveis de envolvimento político, bem como se configura (ou não) como um fator

de proteção democrática frente aos riscos de um eleitorado estruturalmente desvinculado do sistema representativo.

Em todos os casos, os modelos são especificados em dois níveis hierárquicos. No nível 1 (individual), encontram-se as características dos respondentes, incluindo a categorização partidária e as variáveis sociodemográficas (sexo, idade e escolaridade). No nível 2 (contextual), os indivíduos estão aninhados nos países, sendo este nível operacionalizado por meio de efeitos aleatórios por país, os quais permitem captar a variação entre contextos nacionais em torno de uma média geral. Essa especificação possibilita verificar se os países diferem entre si quanto aos níveis médios dos desfechos analisados, Dessa forma, tanto os modelos estimados para cada item de democratismo quanto o modelo agregado no índice consideram simultaneamente efeitos individuais e variações entre países.

Adicionalmente, a análise empírica do índice foi conduzida em outras duas etapas complementares. Em um primeiro momento, com o objetivo de explorar diferenças entre grupos, realizou-se uma análise descritiva bivariada do índice de democratismo em função da categorização partidária. Para tanto, foram utilizadas visualizações que combinam representações de densidade e boxplots, acompanhadas de testes paramétricos de comparação de médias e de comparações múltiplas entre grupos. Esse procedimento permitiu examinar a distribuição dos dados, a tendência central e a variabilidade intra e intergrupos, bem como identificar diferenças estatisticamente significativas entre as categorias analisadas.

Em um segundo momento, visando controlar por potenciais fatores de confusão, foram estimadas médias ajustadas (estimated marginal means) para cada um dos índices, a partir de modelos lineares multivariados que incorporam variáveis sociodemográficas, como sexo, idade e escolaridade. Esse procedimento permite estimar os valores médios esperados dos índices para cada categoria partidária, mantendo constantes as demais covariáveis incluídas nos modelos. A partir dessas estimativas, foram realizadas comparações par a par entre os grupos, com ajuste para múltiplos testes pelo método de Tukey, possibilitando a identificação de diferenças estatisticamente significativas de forma controlada.

Em conjunto, essa estratégia analítica combina evidência descritiva e inferencial, permitindo examinar tanto a distribuição dos índices entre os grupos quanto às diferenças entre eles sob controle de características individuais, contribuindo para a consistência e robustez dos resultados.

A seguir apresenta-se a análise dos resultados obtidos neste capítulo.

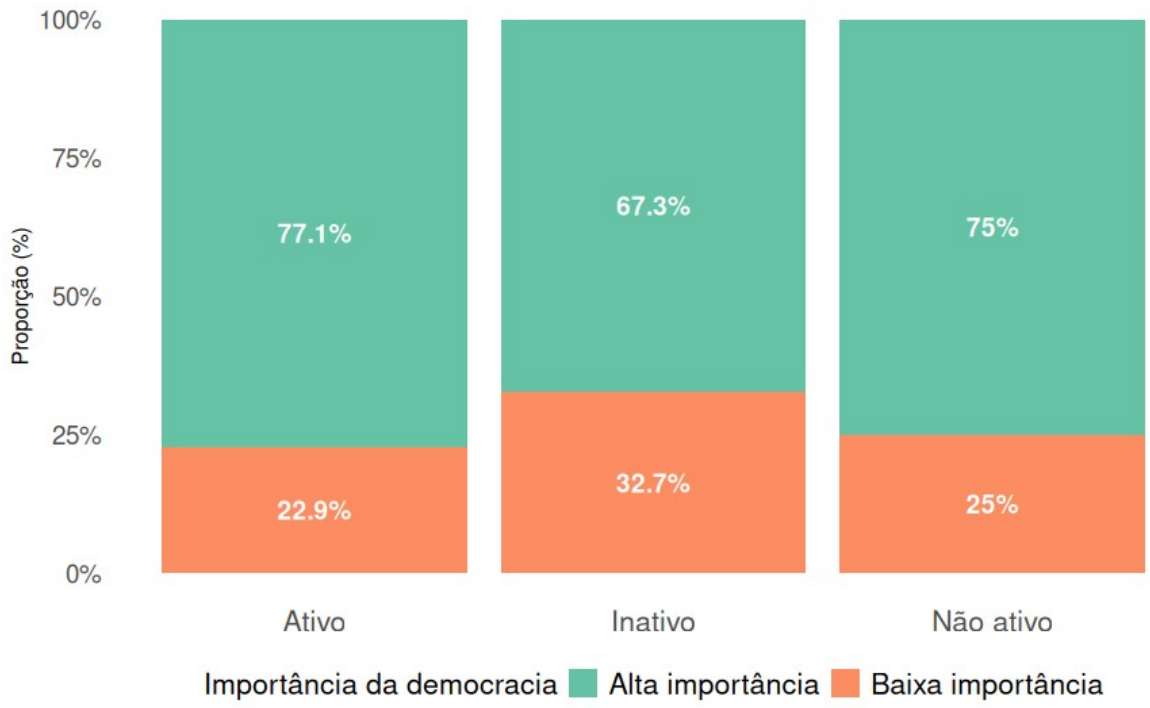
3.3 Determinantes das atitudes democráticas entre ativos, inativos e não ativos

A presente seção tem como objetivo apresentar os determinantes das atitudes democráticas. Notadamente a mesma é dividida em duas subseções, a saber: análise descritiva, formada pelo cruzamento das variáveis de interesse e as categorias partidárias, bem como a somatória delas em um índice e a análise estatística, por meio de modelos de regressão, submetendo as variáveis selecionadas a aspectos sociodemográficos.

3.3.1 Dados descritivos

Esta subseção visa demonstrar de maneira detalhada como encontra-se a dimensão democrática entre as categorias partidárias em todos os países da América Latina. Desta maneira, os gráficos apresentam a proporção de cada categoria partidária entre as possibilidades de resposta. Para tal, demonstra-se nos seis gráficos apresentados a seguir as proporções em cada variável de interesse. Especificamente, cada um deles contém uma faceta para cada categoria partidária e as cores representam possibilidade de resposta.

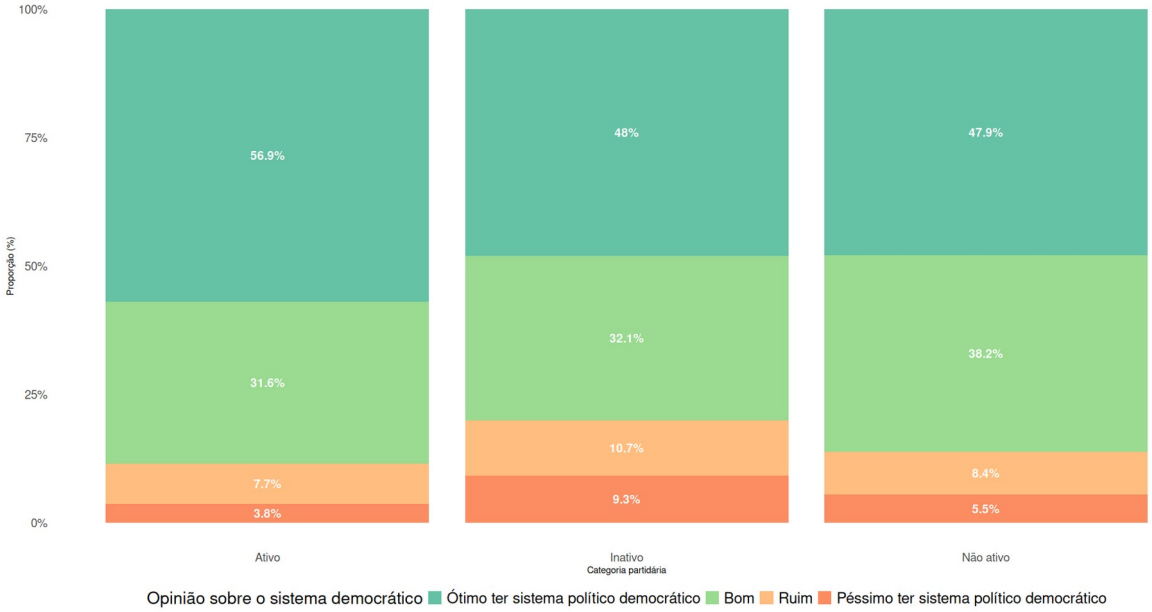
Gráfico 19 - Opinião sobre a importância da democracia entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Em se tratando dos percentuais de opinião sobre a importância da democracia, constatou-se apoio expressivo na opinião positiva, sobretudo entre ativos (77,1%) e não ativos (75%). Em contrapartida, a maior rejeição a esta afirmação foi verificada entre os inativos (32,7%) superando em quase 10% percentuais os ativos (22,9%) e não ativos (25%).

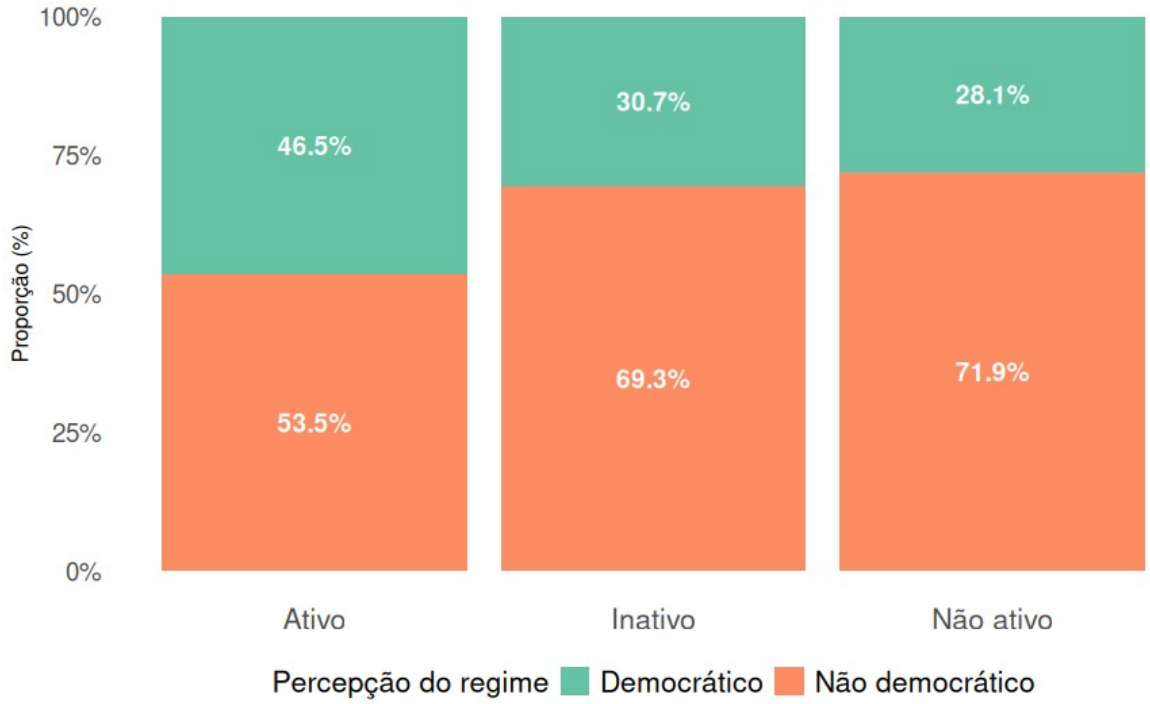
Gráfico 20 - Opinião sobre a melhor forma de governo entre os ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Quanto à opinião sobre a melhor forma de governo, observa-se a concentração de resposta entre as possibilidades de “ótimo” e “bom” em todas as três categorias partidárias, principalmente entre os ativos (88,6%) e não ativos (86,1%). Especificamente, 56,9% dos ativos consideram o sistema democratico a melhor forma de governo, e 31,6% consideram bom. Entre os não ativos, 47,9% consideram o sistema “Ótimo” e 38,2% “Bom”. As respostas opostas, “Ruim” e “Péssimo” aparecem com percentuais inferiores a 10%, com destaque aos percentuais dos inativos que marcaram 10,7% e 9,3% respectivamente.

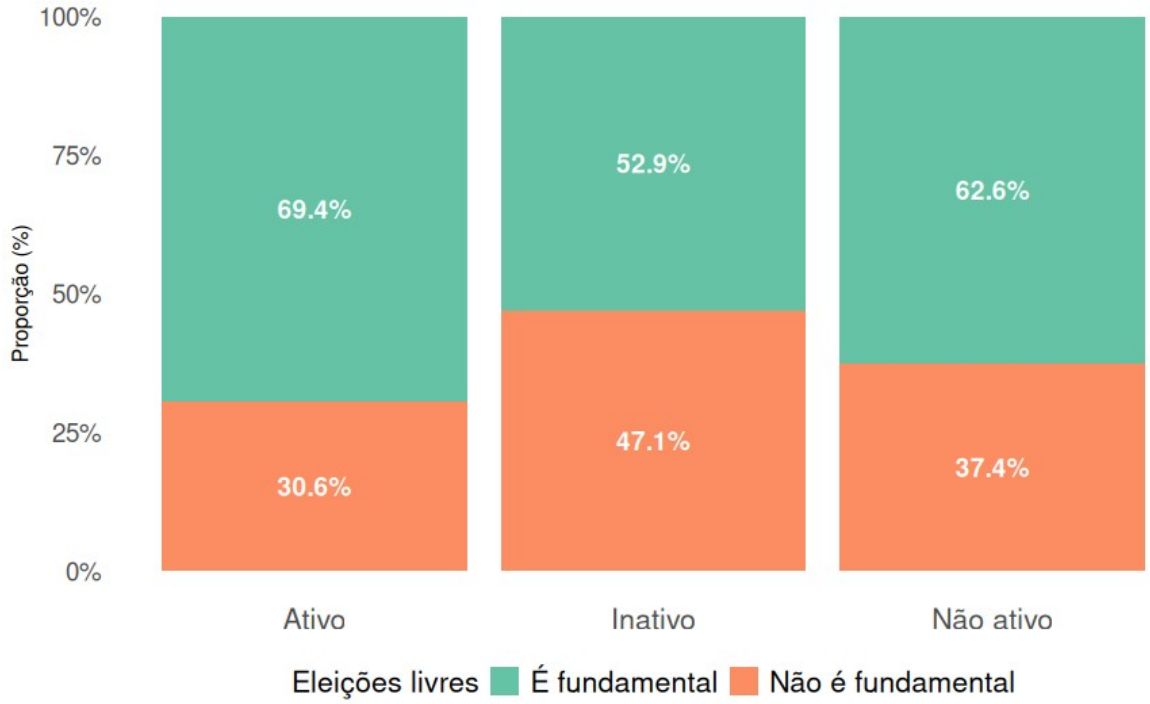
Gráfico 21 - Opinião sobre o estado da democracia entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Com relação à avaliação sobre o estado da democracia, observa-se um padrão geral de ceticismo em todas as três categorias analisadas. A proporção de respondentes que afirmam que o país está sendo governado de maneira democrática permanece relativamente baixa entre ativos, inativos e não ativos, ainda que apresente maior incidência entre os ativos (46,5%). Em sentido oposto, predominam as avaliações negativas, com percentuais superiores a 50% em todos os grupos, alcançando 53,3% entre os ativos, 69,3% entre os inativos e 71,9% entre os não ativos.

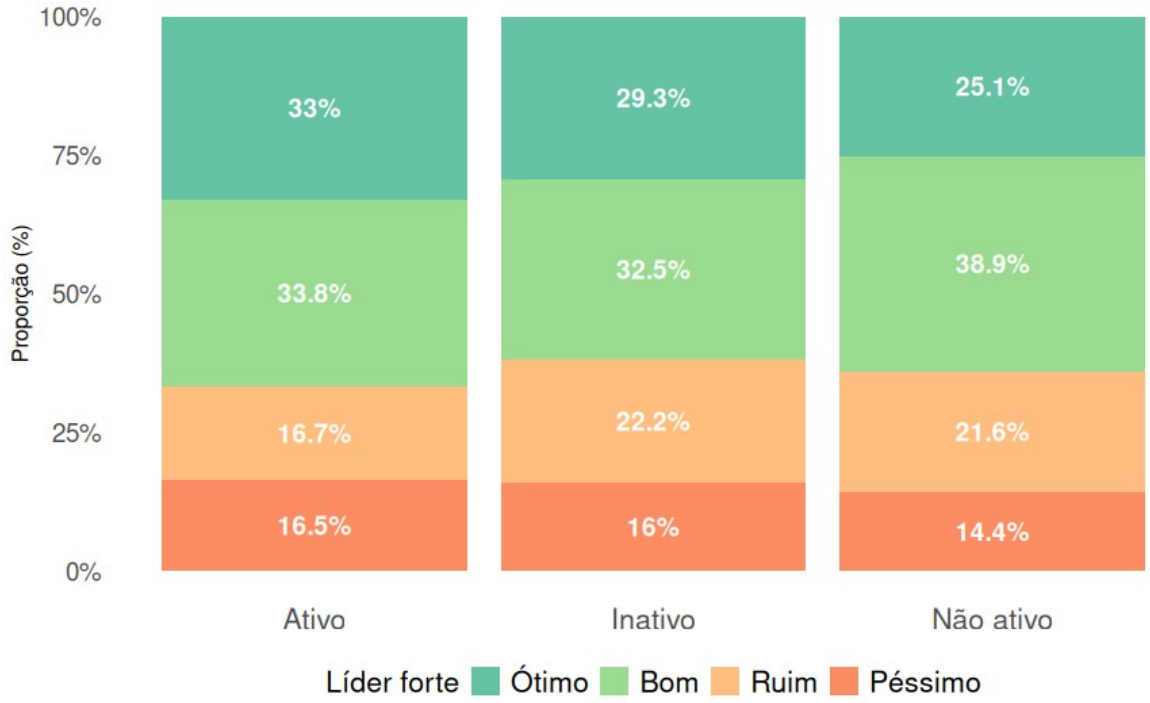
Gráfico 22 - Livre escolha entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Em relação à percepção de que o povo escolhe seus líderes em eleições livres é uma característica fundamental da democracia é majoritária nas três categorias partidárias, especialmente para ativos (69,4%) e não ativos (62,6%). Os inativos destacam-se na maior posição negativa, com 47,1% discordando que a livre escolha é uma característica fundamental.

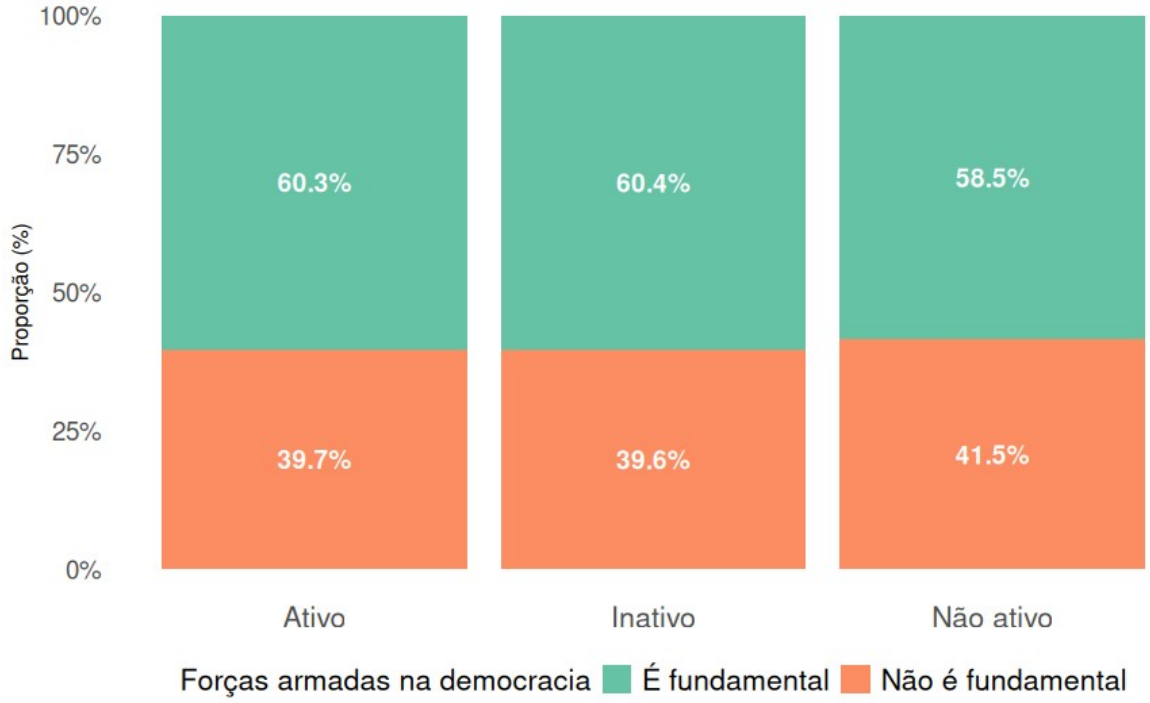
Gráfico 23 - Opinião a líder forte entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Sobre a percepção de um líder forte, observa-se uma maior concentração de respondentes entre as afirmações ("ótimo" e "bom"), com somas que ultrapassam os 60% da amostra em todas as categorias partidárias, notadamente: 66,6% ativos, 64% nao ativos e 61,8% inativos. Em particular, destaca-se os 33% de ativos que responderam ser otimo o

Gráfico 24 - Opinião a Forças Armadas assumirem o poder em caso de incompetência do governo entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Quanto à opinião favorável às forças armadas assumirem o poder em caso de incompetência do governo, observa-se que mais da metade das três categorias partidárias discorda dessa afirmação. Em específico, os não ativos apresentam maior percentual com 60,4% empatados na margem de erro de até 2 pontos percentuais com os ativos (60,3%) e inativos (58,5%). No entanto, é destacável os altos percentuais que concordam que esta seja uma característica fundamental do regime.

De forma sintética, os resultados descritivos indicam que a dimensão democrática apresenta um padrão ambivalente e internamente tensionado entre as categorias ativo, inativo e não ativo. Em termos normativos, observa-se amplo reconhecimento da importância da democracia e de sua superioridade como forma de governo, sobretudo entre os ativos e não ativos, enquanto os inativos concentram sistematicamente os maiores percentuais de rejeição a esses princípios. Contudo, esse apoio abstrato à democracia convive com avaliações predominantemente negativas sobre seu funcionamento concreto, uma vez que, nos três grupos, prevalece a percepção de que os países não estão sendo governados de maneira democrática, com níveis particularmente elevados de ceticismo entre inativos e não ativos.

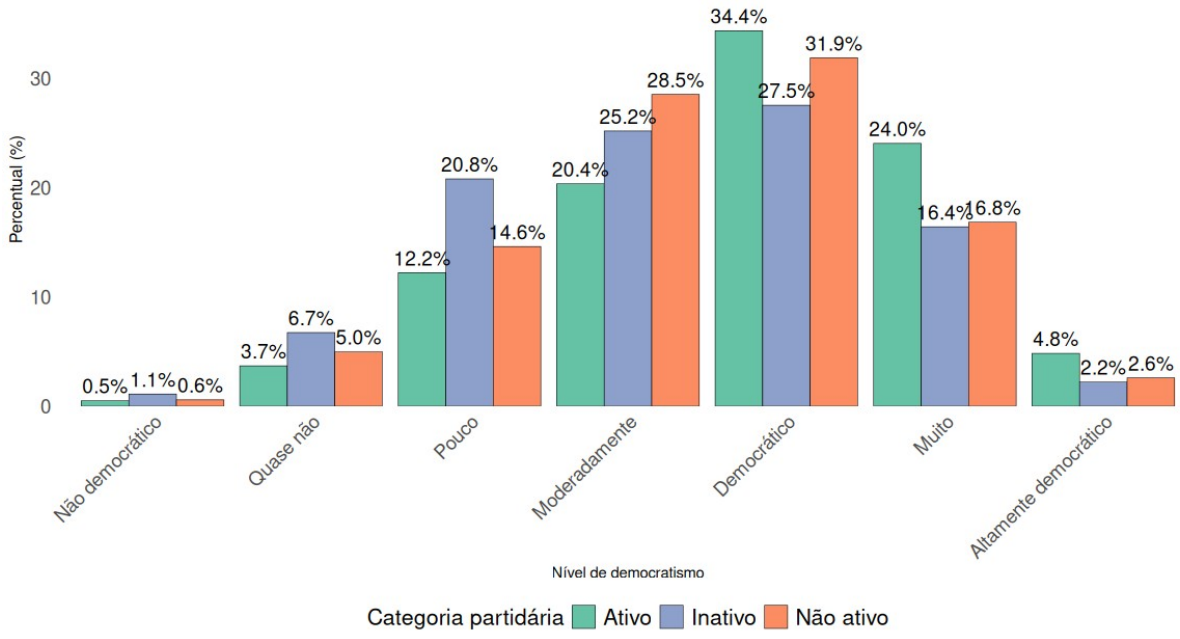
Além disso, embora a maioria reconheça a livre escolha como elemento fundamental da democracia, novamente os inativos se destacam por maior discordância. Esse padrão de

adesão normativa coexistente com insatisfação institucional se agrava quando se analisam atitudes potencialmente iliberais: em todas as categorias, há apoio expressivo à ideia de um líder forte, e uma parcela não desprezível manifesta concordância com a possibilidade de intervenção das forças armadas em contextos de incompetência governamental.

Em conjunto, os resultados sugerem que o engajamento partidário está associado a níveis mais elevados de adesão normativa à democracia, mas não elimina contradições centrais, revelando que mesmo entre os ativos persiste a convivência entre valores democráticos declarados e disposições favoráveis a soluções personalistas ou autoritárias, o que reforça a natureza complexa e não linear do democratismo na América Latina.

As variáveis descritas acima são incorporadas no índice de democratismo, desenvolvido para mensurar, de maneira sintética e comparativa, o grau de relacionamento com a democracia dos cidadãos latino-americanos. Conforme detalhado na seção metodológica, o índice classifica os indivíduos em sete níveis, que variam de altamente democratico a não democratico, a partir da soma das respostas positivas às seis dimensões. O gráfico abaixo explora as variações desse índice segundo as diferentes categorias partidárias (ativos, inativos e não ativos), oferecendo um panorama abrangente da cultura democrática na região.

Gráfico 25 - Índice de democratismo entre os ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

O gráfico apresenta uma distribuição concentrada nos níveis intermediários de avaliação do grau de democratismo, com destaque para “Moderadamente democrático” e, principalmente, “Democrático” em todas as categorias partidárias.

Entre os ativos, observa-se um padrão claramente ascendente dos níveis mais baixos até o pico em “Democrático” (34,4%), o maior valor entre todos os grupos e categorias. Em seguida, há redução em “Muito democrático” (24,0%) e queda mais acentuada em “Altamente democrático” (4,8%). Os níveis intermediários e superiores (“Moderadamente”, “Democrático” e “Muito”) concentram 79,2%, indicando forte adesão ao campo democrático. Os níveis críticos (“Pouco” e “Quase não democrático”) somam 18,9%.

Os não ativos apresentam distribuição mais equilibrada, com valores próximos em “Moderadamente democrático” (28,5%) e “Democrático” (27,5%), formando o núcleo da distribuição. O nível “Muito democrático” (16,4%) é significativamente inferior ao dos ativos, e “Altamente democrático” (2,2%) permanece residual. A soma dos níveis intermediários e superiores alcança 72,4%, enquanto os níveis críticos totalizam 19,6%, valor bastante próximo ao dos ativos.

Entre os inativos, o padrão é menos concentrado no topo e mais disperso. Embora “Democrático” (25,2%) e “Moderadamente democrático” (20,4%) ainda sejam os pontos centrais, destaca-se a maior proporção em “Pouco democrático” (20,8%), a mais elevada entre os grupos. O nível “Muito democrático” (16,4%) é inferior ao dos ativos, e “Altamente democrático” (2,2%) também é baixo. Os níveis críticos somam 27,5%, evidenciando maior presença de avaliações menos favoráveis à democracia. Já os níveis intermediários e superiores atingem 62,0%, o menor valor entre as categorias.

De forma geral, o padrão indica que os ativos concentram maior intensidade de apoio democrático, com maior presença no nível “Democrático” e nos níveis superiores. Os não ativos apresentam perfil próximo, embora com menor intensidade nos níveis mais elevados. Já os inativos se distinguem por maior dispersão e maior peso relativo nos níveis críticos, configurando o grupo com menor adesão relativa ao campo democrático.

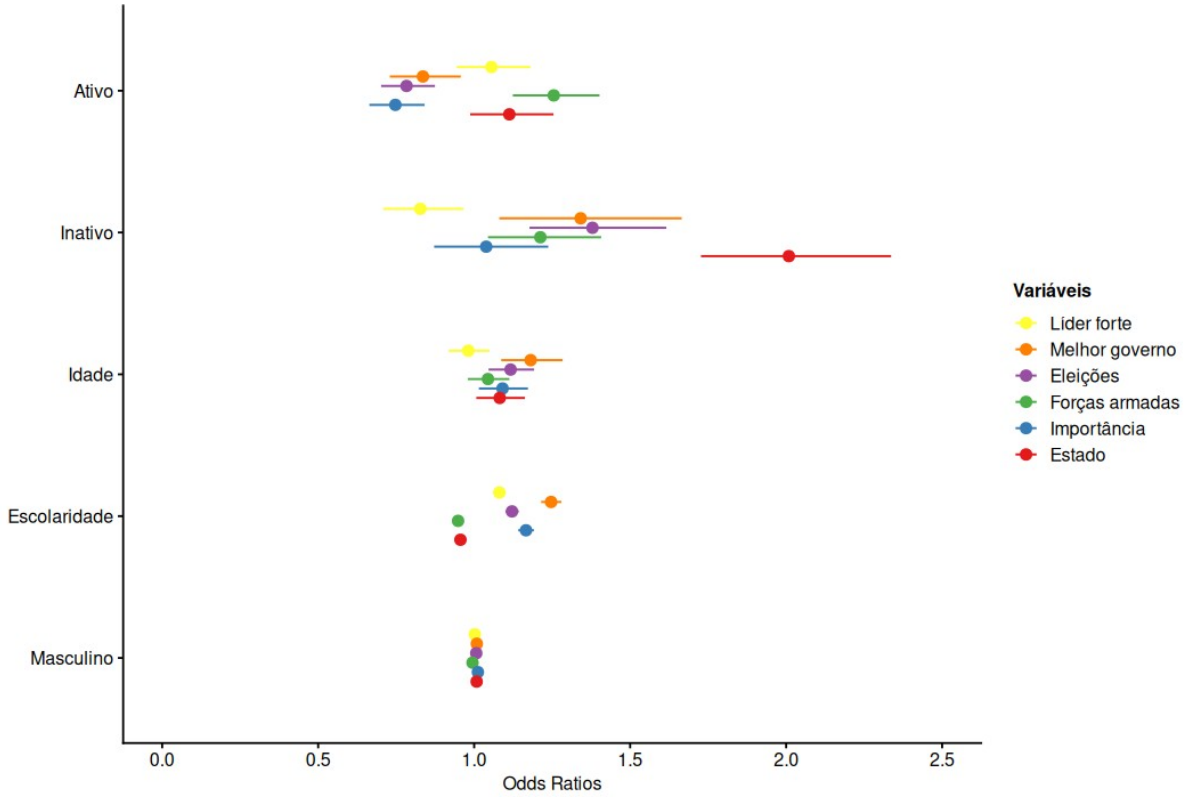
A seguir testa-se estatisticamente esse índice (tabela 7) e as variáveis descritas individualmente na subseção anterior (tabela 6).

3.3.2 Modelos de regressão

Esta subseção tem como objetivo submeter as variáveis analisadas separadamente e em conjunto (no índice de democratismo) a modelos estatísticos, a fim de investigar o

impacto das categorias partidárias e variáveis sociodemográficas sobre o relacionamento democratico. Os modelos de regressão foram estruturados para fornecer uma análise detalhada das relações entre as variáveis independentes (categorias) e as distintas dimensões de atitudes democráticas. Em particular, foram desenvolvidos seis modelos multiníveis referentes às seis variáveis relacionadas à democracia, com cada variável avaliada em um modelo separado (dependente), considerando o país como o nível. Para o modelo linear, foi utilizado o índice de democratismo como variável dependente, classificando os indivíduos desde o não envolvido até o altamente envolvido. Os resultados obtidos dos modelos são expressos nos gráficos abaixo (tabelas em apêndice).

Gráfico 26 - Representação gráfica dos modelos multiníveis das variáveis de democratismo na América Latina (nível 1)



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Os modelos de democratismo indicam que a vinculação partidária produz efeitos distintos sobre as diferentes dimensões das atitudes democráticas. De maneira geral, a participação partidária ativa associa-se mais consistentemente a posições favoráveis ao funcionamento das instituições democráticas, embora os efeitos variem conforme o indicador analisado.

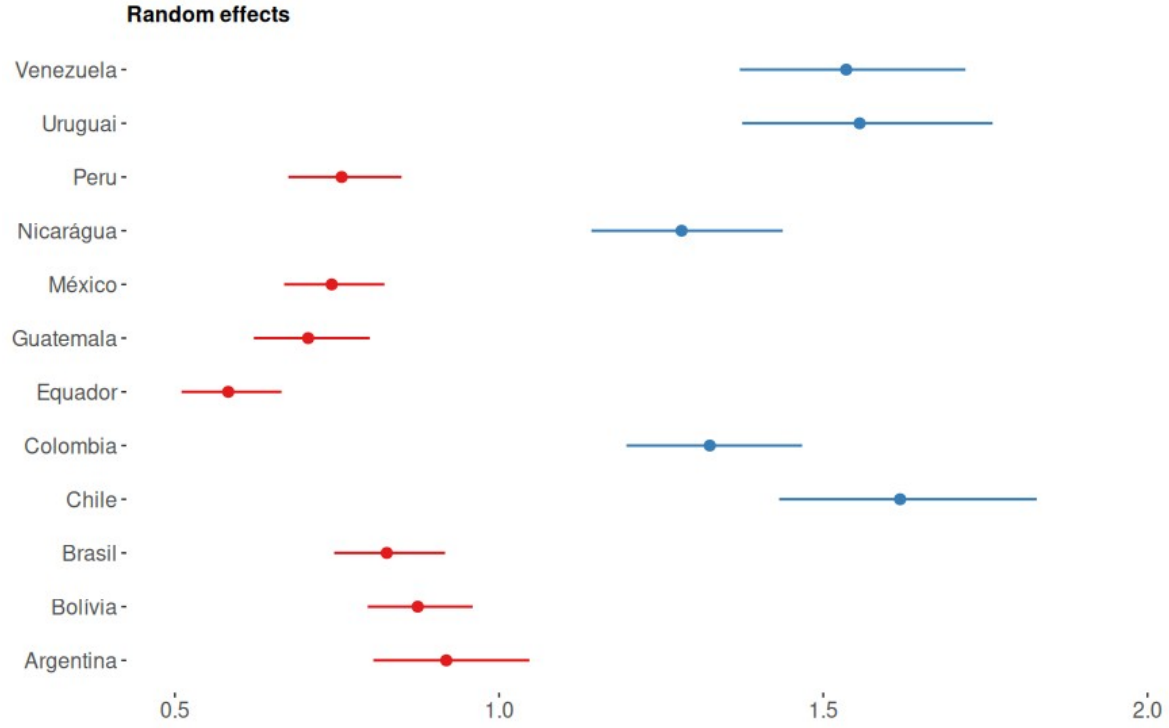
No caso dos indivíduos com vinculação partidária ativa, observa-se menor propensão ao apoio à ideia de um líder forte (OR = 0,83; p = 0,017), resultado que sugere menor adesão a alternativas de caráter mais personalista ou autoritário quando comparados ao grupo de referência. Em contrapartida, os ativos apresentam maiores chances de avaliar positivamente dimensões centrais da democracia representativa, como a percepção de melhor forma de governo (OR = 1,34; p = 0,008), a garantia de eleições livres (OR = 1,38; p < 0,001), a avaliação relacionada às forças armadas (OR = 1,21; p = 0,011) e o papel do Estado (OR = 2,01; p < 0,001). Na dimensão referente à importância da democracia, contudo, o efeito não alcança significância estatística (OR = 1,04; p = 0,671), indicando ausência de associação robusta nesse aspecto específico.

Entre os indivíduos partidariamente inativos, os resultados revelam um padrão mais ambivalente. Não há associação estatisticamente significativa com o apoio à ideia de um líder forte (OR = 1,06; p = 0,345) nem com a dimensão relacionada ao papel do Estado (OR = 1,11; p = 0,080). Entretanto, os inativos apresentam menor probabilidade de avaliações positivas acerca da democracia em algumas dimensões substantivas, como melhor forma de governo (OR = 0,84; p = 0,010), eleições livres (OR = 0,78; p < 0,001) e importância da democracia (OR = 0,75; p < 0,001). Por outro lado, há associação positiva com a dimensão referente às forças armadas (OR = 1,26; p < 0,001), sugerindo maior predisposição a avaliações favoráveis desse papel institucional.

No que se refere às variáveis sociodemográficas, a escolaridade apresenta o padrão mais consistente dos modelos. Em praticamente todas as dimensões, níveis mais elevados de escolarização estão associados a maior adesão a valores democráticos e avaliações mais positivas do regime, com coeficientes estatisticamente significativos. A idade também demonstra associações significativas em diversos modelos, embora com magnitudes reduzidas. Já o sexo apresenta efeitos mais limitados e menos consistentes entre as dimensões analisadas.

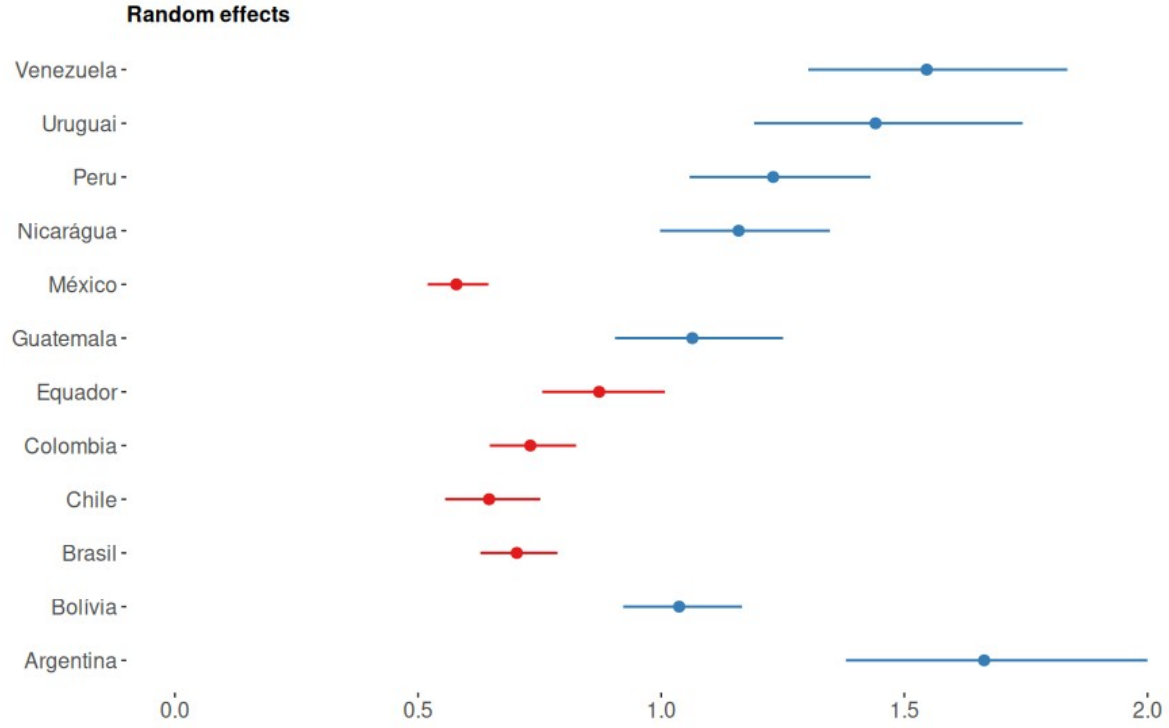
No plano contextual, os efeitos aleatórios indicam variação entre países nas atitudes relacionadas ao democratismo, ainda que em magnitude moderada. Os valores do ICC variam aproximadamente entre 0,04 e 0,11, sugerindo que parte da variabilidade das atitudes democráticas decorre de diferenças contextuais entre os países analisados. Esse resultado justifica a utilização da modelagem multinível, ao evidenciar que os padrões individuais de adesão democrática são parcialmente condicionados pelo contexto nacional.

Gráfico 27 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de líder forte na América Latina



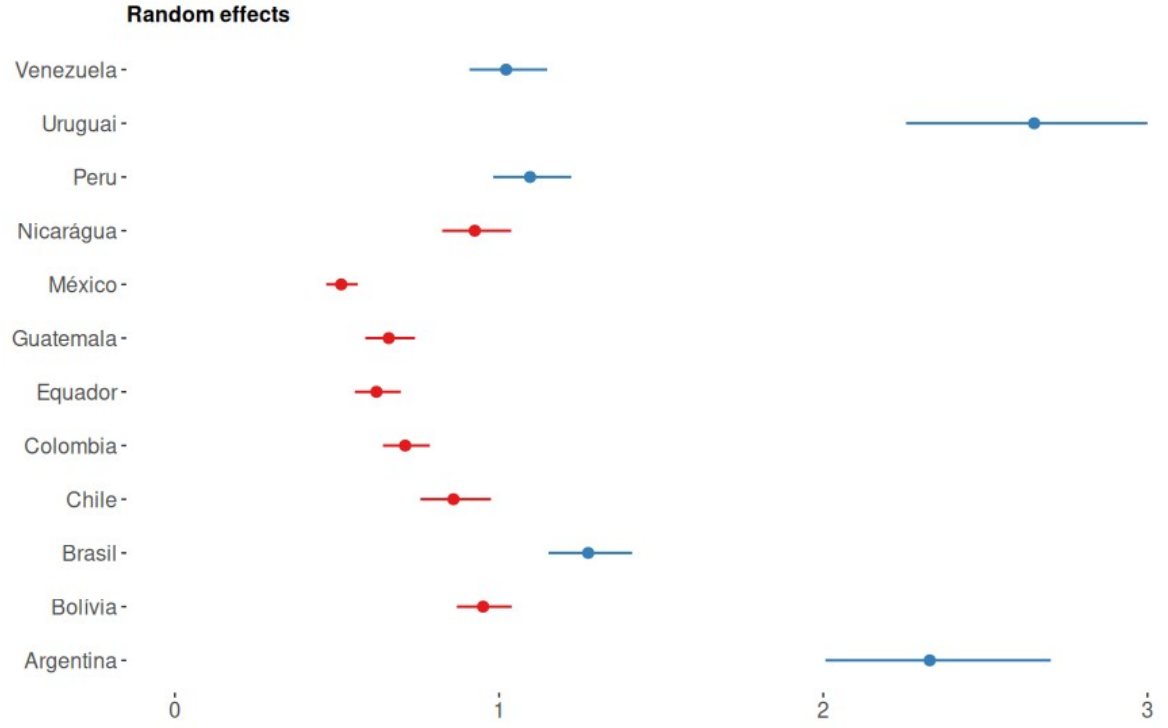
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 28 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de melhor forma de governo na América Latina



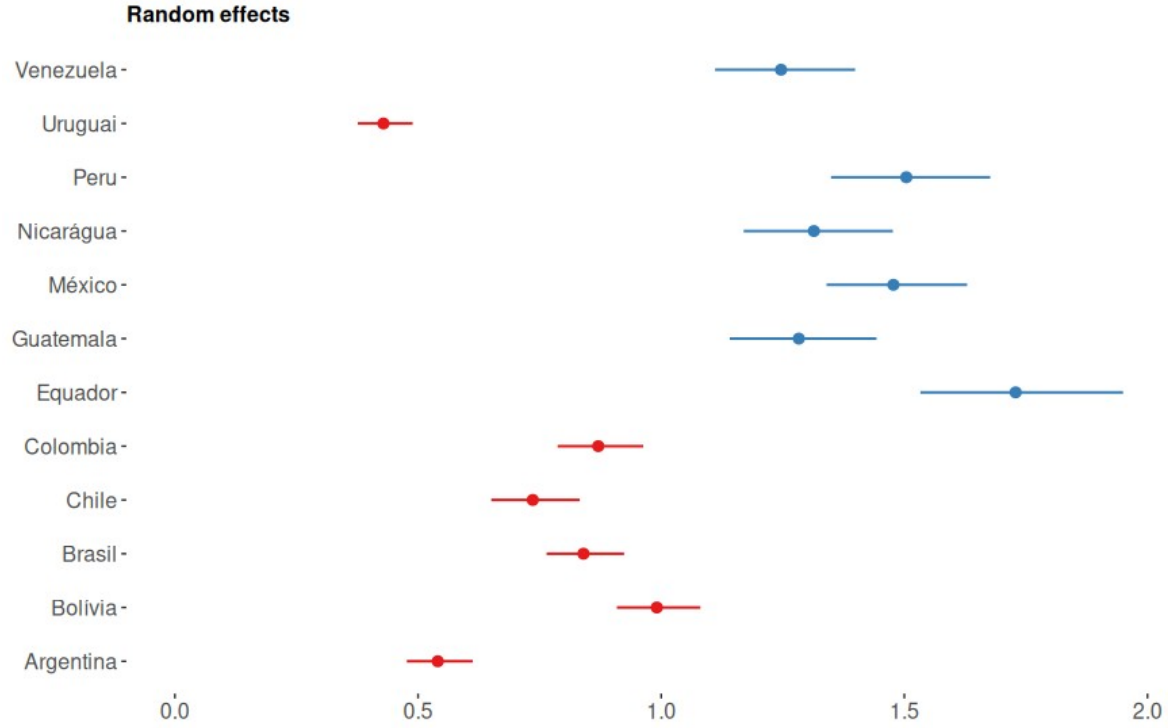
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 29 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de livre escolha/eleições livres na América Latina



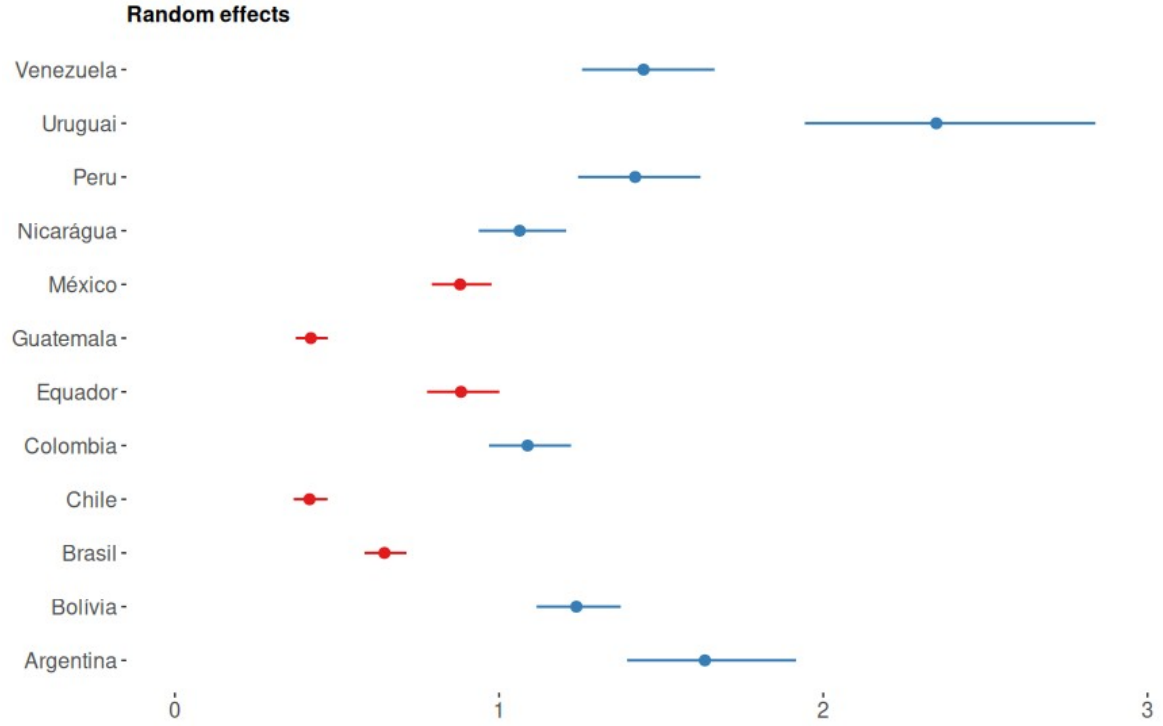
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 30 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de forças armadas na América Latina



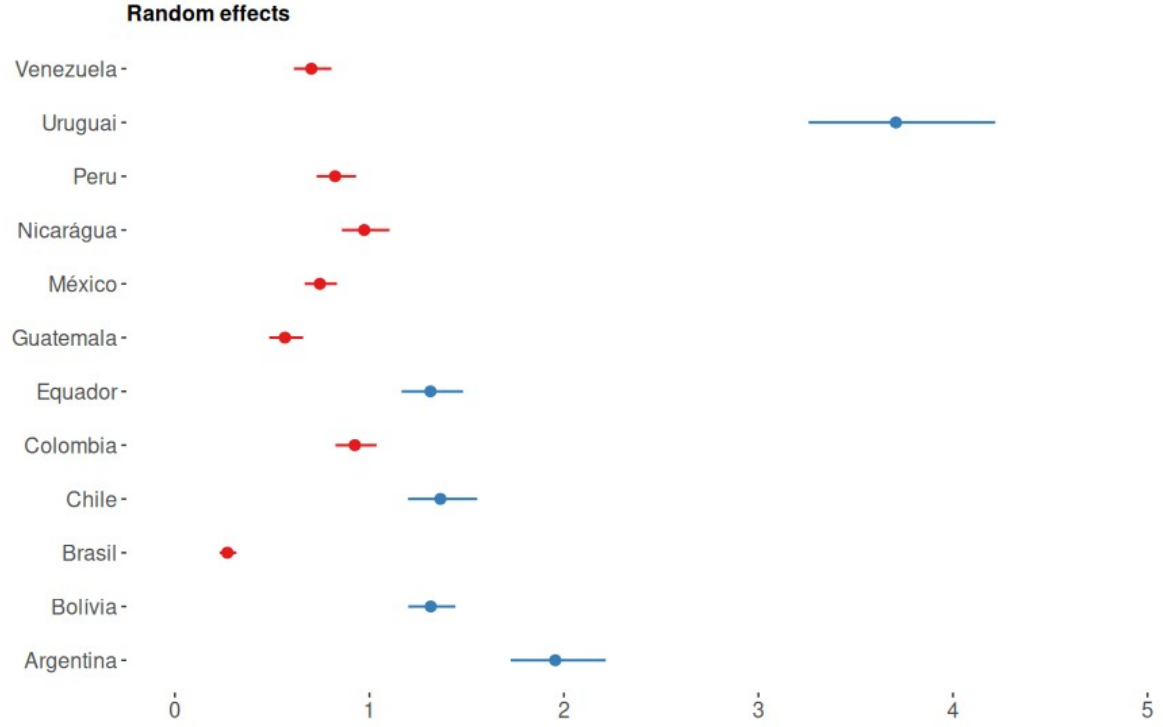
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 31 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de importância da democracia na América Latina



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 32 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de estado da democracia na América Latina



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

No que se refere ao nível 2 verifica-se quanto ao apoio à ideia de um líder forte (Gráfico 27), a variação entre países é relativamente limitada (τ_{00} = 0,15; ICC = 0,04), indicando que essa atitude é majoritariamente explicada por fatores individuais, com menor dependência do contexto nacional. Ainda assim, observa-se uma distribuição assimétrica dos efeitos aleatórios: Chile (0,71) e Uruguai (0,58) apresentam os efeitos positivos mais elevados, seguidos por Venezuela (0,33), Colômbia (0,18) e Nicarágua (0,15), indicando maior aceitação relativa dessa alternativa autoritária. Em sentido oposto, Equador (−0,61) destaca-se com o efeito negativo mais intenso, seguido por Guatemala (−0,43), México (−0,37), Peru (−0,29), Brasil (−0,10) e Bolívia (−0,11), sugerindo rejeição mais consistente à concentração personalista de poder nesses contextos.

Em relação à percepção da democracia como melhor forma de governo (Gráfico 28), a variação entre países é moderada (τ_{00} = 0,19; ICC = 0,06), indicando que o contexto nacional exerce influência não desprezível sobre essa avaliação normativa. Uruguai apresenta um efeito positivo extremamente elevado (0,85), seguido por Argentina (0,51) e Peru (0,29), reforçando um forte compromisso democrático nesses países. Brasil (0,14), Venezuela (0,16) e Bolívia (0,10) também exibem efeitos positivos mais modestos. Em contraste, México (−0,76) e Colômbia (−0,59) concentram os efeitos negativos mais pronunciados, acompanhados por Equador (−0,26), Guatemala (−0,18), Chile (−0,17) e Nicarágua (−0,14), indicando maior ceticismo quanto à superioridade da democracia nesses contextos.

Quanto à percepção de eleições livres (Gráfico 29), observa-se uma das maiores variações entre países entre as dimensões analisadas (τ_{00} = 0,41; ICC = 0,11), evidenciando forte dependência do contexto nacional. Colômbia apresenta um efeito positivo muito elevado (0,97), seguida por México (0,83), Nicarágua (0,56), Equador (0,42) e Guatemala (0,33), sugerindo maior percepção de autonomia e liberdade política. Em sentido oposto, Argentina (−1,21) destaca-se como o caso mais negativo, seguida por Uruguai (−0,91) e Chile (−0,36), além de Brasil (−0,16) e Peru (−0,23), indicando percepções mais restritivas quanto à capacidade de escolha política nesses países.

No que refere-se à confiança ou valorização das forças armadas (Gráfico 30), a variação entre países é mais contida (τ_{00} = 0,18; ICC = 0,05), sugerindo maior homogeneidade regional nessa dimensão. Ainda assim, Uruguai apresenta o maior efeito positivo (0,84), seguido por Argentina (0,71), Colômbia (0,27) e Chile (0,26), indicando maior legitimidade institucional das forças militares nesses contextos. Em contraste, Equador (−0,51) e Peru (−0,46) concentram os efeitos negativos mais intensos, seguidos por México (−0,34), Venezuela (−0,33) e Nicarágua (−0,21), apontando maior desconfiança ou rejeição ao papel político das forças armadas.

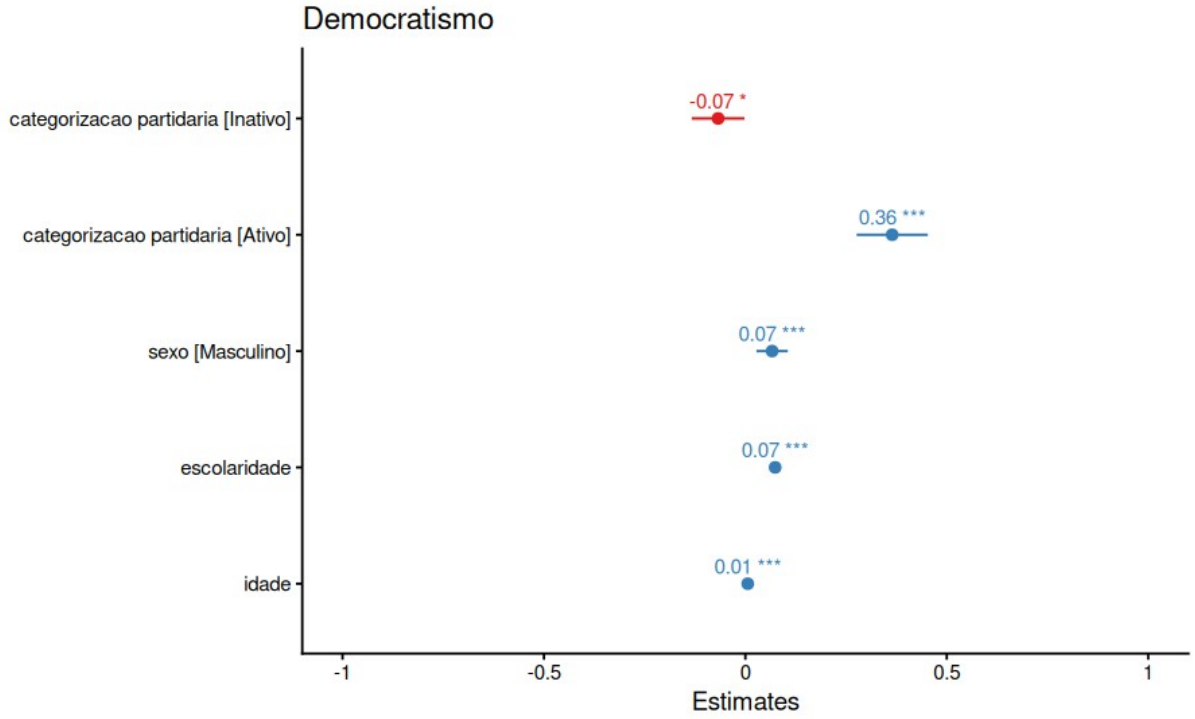
Sobre à importância atribuída à democracia (Gráfico 31), a variação entre países é moderada (τ_{00} = 0,26; ICC = 0,07), indicando que o apoio normativo ao regime democrático é sensível às especificidades nacionais. Uruguai apresenta um efeito positivo extremamente elevado (0,99), destacando-se de forma clara dos demais países. Argentina (0,48), Peru (0,34), Venezuela (0,30) e Bolívia (0,21) também exibem efeitos positivos relevantes. Em contrapartida, Guatemala (−0,89) e Chile (−0,85) concentram os efeitos negativos mais expressivos, seguidos por Brasil (−0,25), México (−0,19) e Equador (−0,17), sugerindo maior fragilidade normativa no apoio à democracia nesses contextos.

Por fim, na avaliação do estado atual da democracia (Gráfico 32), observa-se novamente elevada heterogeneidade entre países (τ_{00} = 0,41; ICC = 0,11), uma das mais altas entre os modelos estimados. Uruguai apresenta um efeito positivo muito elevado (1,37), seguido por Argentina (0,66), Chile (0,36), Bolívia (0,29) e Equador (0,26), indicando avaliações mais favoráveis do funcionamento democrático. Em contraste, Brasil destaca-se com o efeito negativo mais intenso (−1,26), seguido por Guatemala (−0,58), Venezuela (−0,39), México (−0,32) e Peru (−0,20), evidenciando percepções particularmente críticas sobre a qualidade da democracia nesses países.

Em conjunto, os resultados revelam padrões consistentes: o Uruguai emerge como o caso mais sistematicamente pró-democracia, combinando rejeição relativa a alternativas autoritárias e avaliações altamente positivas do regime, enquanto países como Guatemala, México e Brasil concentram avaliações mais críticas ou ambivalentes em diferentes dimensões.

De maneira geral, os modelos evidenciam que a vinculação partidária ativa está associada a atitudes mais favoráveis à democracia representativa, ainda que seus efeitos sejam moderados e variem conforme a dimensão analisada. Ao mesmo tempo, a ausência de efeitos consistentes no apoio a um líder forte sugere que o afastamento partidário não implica, automaticamente, adesão a alternativas autoritárias. A variação entre países, embora presente, não altera substancialmente os padrões individuais observados.

Gráfico 33 - Representação gráfica do modelo linear do índice de democratismo na América Latina (nível 1)



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

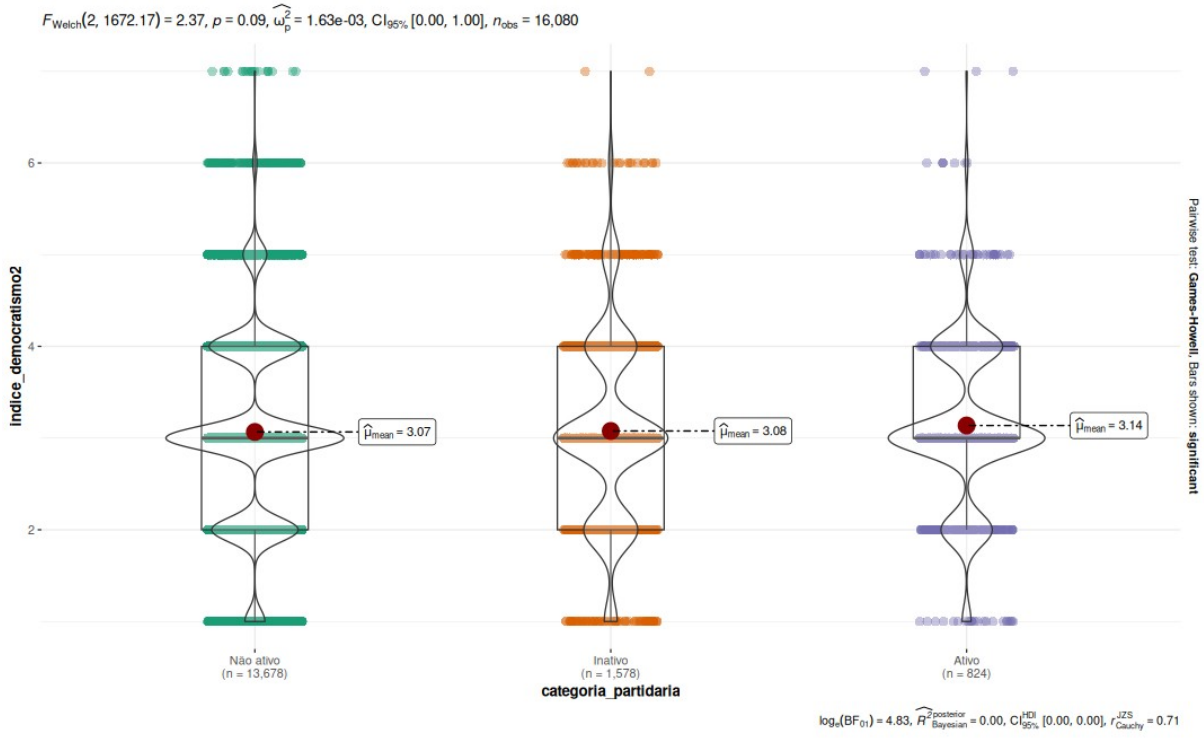
A análise do modelo multinível do índice de democratismo indica que, diferentemente do observado para o envolvimento político, a categorização partidária não exerce efeito estatisticamente significativo sobre o nível agregado de adesão a valores democráticos. Tanto os inativos ($\beta = -0{,}04$; $p = 0{,}108$) quanto os ativos ($\beta = 0{,}02$; $p = 0{,}648$) não se distinguem de forma robusta dos não ativos, sugerindo que, quando as diferentes dimensões atitudinais da democracia são agregadas em um único índice, a vinculação partidária, por si só, não é um fator determinante do democratismo médio.

Em contraste, as variáveis sociodemográficas apresentam efeitos consistentes e estatisticamente significativos. O sexo masculino associa-se positivamente ao índice de

democratismo (β = 0,07; p < 0,001), indicando maior adesão média a valores democráticos entre homens. A idade, embora com coeficiente de magnitude muito reduzida, apresenta efeito positivo e significativo (p < 0,001), enquanto a escolaridade emerge como o preditor mais substantivo entre os controles (β = 0,04; p < 0,001), reforçando seu papel central na internalização de normas e valores democráticos.

No plano contextual, a variância entre países é relativamente limitada (τ_{00} = 0,04), com um ICC de 0,04, indicando que apenas cerca de 4% da variação total do índice se deve a diferenças entre países.

Figura 2 - Distribuição de democratismo por categorização partidária



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

No que diz respeito às diferenças no índice de democratismo entre as categorias de vinculação partidária, os resultados apresentados indicam um padrão de baixa magnitude e ausência de significância estatística robusta. A análise das médias revela um padrão parcialmente monotônico. Indivíduos classificados como ativos apresentam o maior nível médio de democratismo (M ≈ 3,69), enquanto os não ativos (M ≈ 3,33) e os inativos (M ≈ 3,26)

exibem níveis mais baixos e relativamente próximos entre si. Diferentemente do observado na dimensão de envolvimento político, não há um aumento progressivo claro entre todas as categorias, especialmente devido à proximidade entre não ativos e inativos.

As comparações entre grupos, ajustadas pelo método de Tukey, confirmam esse padrão. As diferenças entre ativos e os demais grupos são estatisticamente significativas ($p < 0,001$), indicando que indivíduos com participação partidária ativa apresentam níveis mais elevados de adesão a valores democráticos. Por outro lado, a diferença entre não ativos e inativos não atinge significância estatística ($p \approx 0,106$), sugerindo que esses dois grupos apresentam níveis semelhantes de democratismo.

Adicionalmente, a análise das médias ajustadas, estimadas a partir de modelo linear com controle para sexo, idade e escolaridade, reforça essa interpretação ao evidenciar que o efeito da vinculação partidária se concentra principalmente na distinção entre ativos e não ativos.

Tabela 13 - Médias ajustadas e comparações entre categorias partidárias nas atitudes democráticas

	Painel A – Médias ajustadas (EMMs)			
Categoria	**Média**	**EP**	**IC95%**	
Não ativo	3,33	0,0107	[3,30 ; 3,35]	
Inativo	3,26	0,0316	[3,20 ; 3,32]	
Ativo	3,69	0,0438	[3,60 ; 3,78]	
	Painel B – Comparações pareadas			
Categoria	**Diferenças**	**EP**	**t**	**p-valor**
Não ativo – Inativo	0,0677	0,0334	2,027	0,1058
Não ativo – Ativo	-0,3645	0,0451	-8,088	< 0,001
Inativo – Ativo	-0,4322	0,0539	-8,011	< 0,001

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

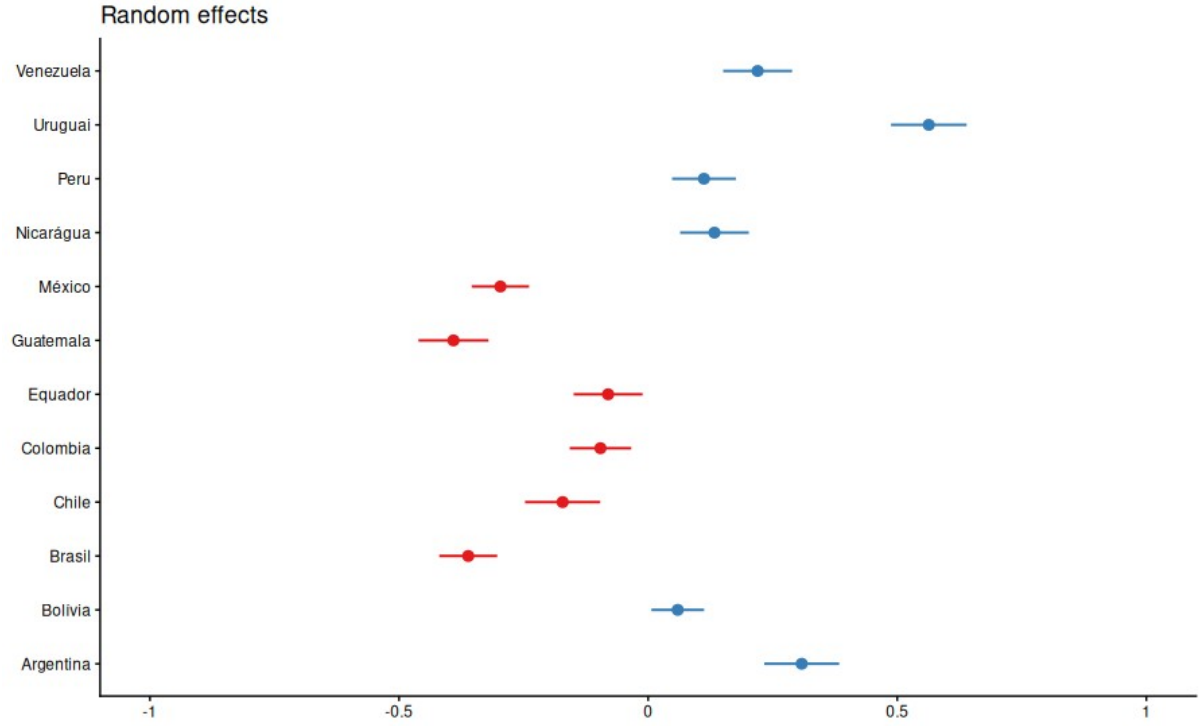
Quanto às médias ajustadas e à comparação entre as categorias, as estimativas indicam a presença de um padrão monotônico claro no índice eleitoral conforme o grau de vinculação partidária. Indivíduos ativos apresentam o maior valor médio (M = 3,42; EP = 0,039; IC95% [3,35; 3,50]), seguidos pelos inativos (M = 2,89; EP = 0,028; IC95% [2,83; 2,95]) e pelos não ativos (M = 2,73; EP = 0,010; IC95% [2,71; 2,75]). Diferentemente do observado na dimensão de democratismo, nota-se aqui uma separação mais nítida entre os grupos, com menor sobreposição dos intervalos de confiança, especialmente entre ativos e as demais categorias.

As comparações pareadas evidenciam que todas as diferenças entre os grupos são estatisticamente significativas ($p < 0,001$). Especificamente, os não ativos apresentam níveis inferiores aos inativos ($\Delta \approx -0,16$; $p < 0,001$) e, de forma mais acentuada, aos ativos ($\Delta \approx -0,69$; $p < 0,001$), enquanto os inativos também apresentam valores significativamente menores do que os ativos ($\Delta \approx -0,53$; $p < 0,001$).

Em termos substantivos, os resultados indicam que o efeito da vinculação partidária sobre o engajamento eleitoral se distribui de forma gradual e cumulativa. Cada nível adicional de inserção partidária está associado a um aumento consistente no índice eleitoral, sugerindo que a proximidade com estruturas partidárias amplia progressivamente a participação e a integração dos indivíduos nas dinâmicas eleitorais.

Em conjunto, esses achados sugerem que, de maneira semelhante ao envolvimento político, mas de forma ainda mais linear, o comportamento eleitoral segue um padrão de estratificação contínua, no qual o distanciamento partidário está diretamente associado a menores níveis de engajamento, demonstrando que o índice eleitoral opera como um continuum, refletindo graus crescentes de inserção política conforme a vinculação partidária se intensifica.

Gráfico 34 - Representação gráfica do modelo linear do índice de democratismo na América Latina (nível 2)



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Ainda assim, os efeitos aleatórios por país revelam heterogeneidade relevante nos níveis médios de adesão democrática entre os contextos nacionais analisados. O Uruguai (0,56) destaca-se como o país com o maior efeito positivo, indicando um nível médio de democratismo substancialmente superior à média regional, mesmo após o controle pelas características individuais e pela categorização partidária. Também apresentam efeitos positivos relevantes Argentina (0,31), Venezuela (0,22), Nicarágua (0,13) e Peru (0,11), sugerindo contextos relativamente mais favoráveis à adesão a valores democráticos. Bolívia (0,06) apresenta efeito positivo mais moderado, situando-se próxima da média regional.

Por outro lado, efeitos negativos são observados em Equador (−0,08), Colômbia (−0,10) e Chile (−0,17), indicando níveis médios de democratismo inferiores ao padrão regional. Os efeitos negativos mais pronunciados concentram-se em México (−0,30), Brasil (−0,36) e Guatemala (−0,39), sugerindo contextos nacionais menos favoráveis à adesão democrática média, mesmo após o controle pelas variáveis individuais incluídas no modelo.

Em termos substantivos, os resultados indicam que o democratismo apresenta sensível variação contextual entre os países latino-americanos, evidenciando que atitudes democráticas não dependem exclusivamente das características individuais ou da vinculação partidária, mas também do ambiente político e institucional em que os indivíduos estão inseridos. Países com efeitos positivos mais elevados tendem a apresentar contextos relativamente mais propícios à legitimação de valores democráticos e institucionais, enquanto efeitos negativos sugerem ambientes marcados por maior ceticismo democrático ou menor adesão normativa às instituições representativas.

Diferentemente do observado no índice de envolvimento político, os efeitos contextuais do democratismo mostram uma distribuição menos concentrada e mais heterogênea entre os países. Isso sugere que a adesão democrática é influenciada de maneira mais difusa por fatores históricos, institucionais e culturais específicos de cada contexto nacional. Além disso, a presença de efeitos positivos e negativos relativamente equilibrados reforça a interpretação de que o democratismo constitui uma dimensão menos diretamente associada ao engajamento partidário e mais dependente das trajetórias políticas nacionais e dos níveis de confiança nas instituições democráticas.

3.4 Considerações parciais

Este capítulo buscou analisar os determinantes das atitudes democráticas entre ativos, inativos e não ativos na América Latina, examinando tanto dimensões normativas, relacionadas à valorização da democracia, quanto dimensões atitudinais associadas às percepções sobre instituições, lideranças e funcionamento do regime democrático.

A análise descritiva demonstrou que embora os ativos apresentem, de modo geral, maior adesão aos valores democráticos, com destaque para a valorização da democracia e avaliação mais favorável do estado da democracia, também concentram os maiores percentuais de apoio a lideranças fortes e, em alguns casos, à intervenção militar, evidenciando ambivalências dentro do grupo. Os não ativos, por sua vez, oscilam entre altos níveis de valorização da democracia e da livre escolha (com percentuais similares ou até superiores aos dos partidários em vários países) e níveis intermediários de avaliação da governabilidade democrática. Já os inativos se destacam como o grupo mais crítico e cético, com menor apoio aos princípios democráticos e maior incidência de respostas negativas em variáveis como estado da democracia e livre escolha.

A análise do índice de democratismo reforça essa leitura ao revelar que, embora os ativos apresentem maior concentração nos níveis mais elevados de adesão democrática, as diferenças em relação aos não ativos são menos acentuadas do que a literatura tradicional sugere. Quando considerados conjuntamente os níveis intermediários e superiores do índice, observa-se uma convergência expressiva entre ativos e não ativos, enquanto os inativos se destacam como o grupo com menor adesão média. Esses resultados relativizam a associação direta entre ausência de vinculação partidária e déficit democrático, sugerindo que a desconexão com partidos não implica, necessariamente, menor compromisso com valores democráticos.

Os modelos de regressão multiníveis adicionam complexidade a esse quadro. Embora a vinculação partidária ativa esteja associada a atitudes mais favoráveis à democracia em dimensões específicas — como valorização do regime democrático, percepção de eleições livres e avaliação da democracia como melhor forma de governo —, seus efeitos são moderados e variam conforme a dimensão analisada. Além disso, o modelo agregado do índice de democratismo revela efeitos reduzidos da categorização partidária sobre o democratismo médio, indicando que, quando as diferentes atitudes democráticas são consideradas de forma integrada, a vinculação partidária perde parte de seu poder explicativo. Ainda assim, as comparações ajustadas demonstram que os indivíduos ativos continuam se distinguindo dos demais grupos por níveis relativamente mais elevados de adesão democrática, enquanto não ativos e inativos apresentam padrões bastante próximos entre si.

Os resultados também demonstram que as atitudes democráticas são parcialmente condicionadas pelos contextos nacionais. Embora a variância entre países seja moderada, os efeitos aleatórios evidenciam diferenças relevantes entre os contextos latino-americanos, especialmente em dimensões relacionadas à percepção do funcionamento democrático, eleições livres e legitimidade institucional. Países como Uruguai e Argentina tendem a apresentar contextos mais favoráveis à adesão democrática média, enquanto Brasil, Guatemala e México concentram efeitos mais críticos ou ambivalentes em distintas dimensões. Esses achados reforçam que o democratismo não depende exclusivamente de características individuais ou da vinculação partidária, sendo também influenciado por trajetórias históricas, níveis de confiança institucional e dinâmicas políticas nacionais.

Em síntese, os resultados deste capítulo indicam que o partidarismo está associado a atitudes relativamente mais alinhadas aos princípios democráticos, mas essa relação é marcada por ambiguidades substantivas. O alinhamento partidário não constitui garantia automática de coerência democrática, assim como a ausência de vínculo partidário não se

traduz necessariamente em rejeição à democracia. O democratismo na América Latina mostra-se multidimensional e atravessado por tensões entre apoio normativo ao regime, avaliações críticas sobre seu funcionamento e tolerância a alternativas de caráter personalista ou autoritário. Esses achados reforçam a necessidade de abordagens analíticas capazes de captar a complexidade da cultura democrática na região, perspectiva que será aprofundada no capítulo seguinte, dedicado à análise da dimensão eleitoral entre ativos, inativos e não ativos.

Capítulo 4 - Relação entre partidarismo e voto na América Latina: dimensão eleitoral

Introdução

Este capítulo busca compreender a relação entre as categorias partidárias da pesquisa (ativos, inativos e não ativos) e o comportamento eleitoral na América Latiba, seguindo a mesma estrutura dos capítulos anteriores, dividindo-se em três partes principais. O objetivo central é investigar como essas categorias se relacionam com aspectos eleitorais na região. O mesmo está dividido em três seções.

A primeira seção consiste na revisão da literatura, que está subdividida em dois eixos analíticos. O primeiro aborda a produção acadêmica sobre o comportamento eleitoral, examinando tanto as abordagens que tratam do processo decisório de forma isolada (voto) quanto aquelas que o relacionam com outras variáveis (como partidarismo, ideologia e etc) e estudos específicos da América Latina. O segundo eixo concentra-se na análise contextual das eleições presidenciais ocorridas no recorte temporal da pesquisa (2017-2022), fornecendo as bases para a avaliação do comportamento eleitoral no segundo turno ou, nos casos de turno único, entre os dois candidatos mais votados.

Na segunda apresenta-se o desenho de pesquisa para tratamento do tema no capítulo. Especificamente com relação aos procedimentos, cruza-se as categorias partidárias com cada uma das seis variáveis selecionadas em cada país analisado. Em seguida, discrimina-se a construção do índice eleitoral, que classifica os indivíduos do maior ao menor nível de envolvimento, com a somatória de todas as variáveis visitadas separadamente. E por fim, descreve-se os seis modelos multiníveis (país), respectivos as variáveis de comportamento eleitoral separadamente com o controle das variáveis sexo, idade e escolaridade.

E a terceira seção dedica-se aos determinantes do comportamento eleitoral nas categorias partidárias. Assim, a seção busca apresentar os resultados encontrados com o desenho de pesquisa exposto. Notadamente, apresenta-se a análise descritiva das variáveis de interesse, análise agregada dessas variáveis no índice e a análise estatística dos modelos de regressão. Acredita-se que as mesmas permitem identificar os principais fatores que influenciam o comportamento eleitoral dos eleitores na América Latina considerando as categorias partidárias.

4.1 Comportamento eleitoral

Nesta seção pretende-se desenvolver as medidas de comportamento eleitoral utilizados no capítulo. Com essa finalidade, visita-se as literaturas da área com foco em estudos específicos da América Latina e em seguida, concentra-se na descrição do contexto eleitoral contemplado na pesquisa em cada um dos países selecionados.

4.1.1 Teorias clássicas e evidências empíricas

A literatura clássica sobre comportamento eleitoral desenvolveu diferentes modelos explicativos que, embora variem em suas ênfases, compartilham a preocupação em identificar quais conjuntos de fatores são mais relevantes para compreender a decisão do voto. Isso se justifica pelo fato de que, nas democracias representativas, as eleições constituem o "método" por meio do qual a democracia se realiza, sendo o principal mecanismo de tradução das preferências dos cidadãos em autoridade política (Casalecchi, 2018, p. 62). Neste sentido, os estudos sobre comportamento eleitoral buscam compreender por que os eleitores votam, como fazem suas escolhas e quais fatores influenciam essas decisões, reconhecendo que as explicações sobre a decisão de voto variam entre abordagens que privilegiam determinados tipos de variáveis (sociais, psicológicas ou instrumentais) como centrais para a formação das preferências políticas. Entre as principais tradições estão a teoria do modelo sociológico, a teoria psicossociológica e a teoria da escolha racional.

O modelo sociológico, desenvolvido na Universidade de Columbia na década de 1930, parte do pressuposto de que as preferências políticas dos indivíduos estão profundamente enraizadas em suas posições sociais. Essa abordagem entende que fatores como classe e origem social exercem influência decisiva sobre o comportamento político. A premissa central do modelo é a de que a estrutura social molda a forma como os indivíduos percebem e se posicionam politicamente, sustentando a ideia de que o modo de pensar politicamente está condicionado ao lugar que se ocupa na sociedade (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1944).

A abordagem psicossociológica do voto, que emergiu na Universidade de Michigan nos anos 1960, ampliou o escopo da análise ao incorporar fatores psicológicos e individuais às explicações tradicionais centradas em variáveis sociais. Essa perspectiva destaca a importância de elementos como valores, atitudes, identificação partidária e motivações pessoais na formação das preferências eleitorais, reconhecendo que as escolhas nas urnas não são apenas reflexo da posição social, mas também do modo como os indivíduos percebem e se relacionam subjetivamente com o universo político (Campbell et al., 1960). Já a teoria da

escolha racional surge entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 como uma crítica aos modelos anteriores, propondo uma abordagem inspirada na lógica econômica. A proposta de Downs (1957) aplica princípios da economia à análise da participação política, com ênfase na racionalidade como premissa central. Segundo essa abordagem, os eleitores agem de forma racional ao tomar decisões de voto, buscando maximizar sua utilidade individual. As preferências políticas, portanto, seriam formadas com base em uma avaliação dos custos e benefícios esperados, levando os indivíduos a escolherem a opção que lhes proporcione maior retorno subjetivo.

Apesar das diferenças entre essas tradições, todas compartilham a tentativa de organizar a explicação do voto a partir de conjuntos relativamente coerentes de premissas teóricas sobre como os indivíduos se relacionam com a política. Nesse sentido, como sintetizam Uninter e Simoni (2021), essas teorias não devem ser compreendidas como excludentes, mas como complementares, apontando para múltiplos determinantes do voto. Assim, a análise volta-se tanto para a manifestação mais tradicional da participação política, como o voto (Milbrath, 1965), quanto para os determinantes do comportamento eleitoral.

Em específico na América Latina, a década de 1980 marcou uma virada decisiva, como destacam Mainwaring e Scully (1994). Segundo os autores, foi nesse período que as eleições passaram a se firmar como o principal mecanismo de acesso ao poder na maior parte dos países da região. Esse processo, no entanto, não foi homogêneo: em alguns casos, como Costa Rica, Venezuela e Colômbia, tratou-se mais de uma continuidade de trajetórias eleitorais já consolidadas; em outros, como Uruguai e Chile, significou a recuperação de tradições democráticas interrompidas por regimes autoritários; e, em países como Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, México e Peru (até o início dos anos 1990), representou a abertura de um novo ciclo de institucionalização democrática. Em todos esses cenários, a legitimação das eleições como via central de disputa pelo poder reforçou o papel dos partidos como mediadores fundamentais entre sociedade e Estado, tornando os sistemas partidários peça-chave para entender a estabilidade, a representação e o funcionamento das democracias na região.

Esse destaque ao papel dos partidos na orientação do comportamento político gerou interpretações tanto otimistas quanto pessimistas sobre o processo de tomada de decisão dos eleitores, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de fazer “boas escolhas” nas eleições. Nessa linha, Druckman e Lupia (2000) defendem que os cidadãos recorrem a “atalhos cognitivos” em vez de processar todo o conjunto de informações disponíveis no ambiente político. Para os autores, esse recurso não representa necessariamente

irracionalidade, mas sim uma adaptação eficiente às limitações de tempo, informação e capacidade cognitiva. Ao utilizar sinais como a identificação partidária, a posição de lideranças ou o endosso de grupos de confiança, os eleitores conseguiriam formar preferências políticas de maneira suficientemente consistentes com seus interesses e valores.

Em contrapartida, abordagens mais céticas enfatizam os riscos associados a esse mesmo processo. Sob essa perspectiva, a dependência excessiva de atalhos informacionais pode tornar os eleitores mais vulneráveis à desinformação, a apelos emocionais e a lideranças personalistas, reduzindo a qualidade das decisões políticas. Além disso, quando os partidos são fracos, pouco programáticos ou percebidos como pouco confiáveis, cenário comum em diversos países da América Latina, esses atalhos podem se tornar menos informativos e mais distorcivos. Assim, em vez de facilitar escolhas coerentes, eles podem reforçar vieses, polarização e decisões baseadas em impressões superficiais, comprometendo a capacidade do eleitorado de avaliar propostas e desempenhos de forma mais substantiva.

Desse modo, o debate sobre o papel dos partidos e dos atalhos cognitivos não se resume à existência ou não de racionalidade no eleitorado, mas à qualidade dos sinais disponíveis no sistema político. É nesse ponto que o contexto institucional e partidário de cada país se torna central para compreender em que medida esses atalhos contribuem para decisões eleitorais informadas ou, ao contrário, ampliam as limitações do processo democrático.

Empiricamente, a qualidade desses sinais partidários tem sido analisada a partir dos níveis de volatilidade eleitoral que, no contexto latino-americano, são frequentemente apontados como elevados e interpretados como reflexo do frágil enraizamento dos partidos. Em estudo comparativo, Peres (2002) identifica que, entre as décadas de 1980 e 1990, o Brasil apresentou alta volatilidade quando comparado aos países europeus e níveis intermediários em relação aos demais países latino-americanos. O caso brasileiro também é analisado por Bohn (2009), que observa um declínio da volatilidade ao longo do tempo. Ainda assim, essa tendência não foi acompanhada por melhora nos níveis de satisfação dos brasileiros com os partidos nem por um aumento consistente das taxas de identificação partidária.

Segundo Rodríguez (2013), a oferta partidária estrutura o comportamento eleitoral na na região a medida em que a forma como os partidos se organizam, se apresentam e competem no sistema político influencia diretamente os vínculos estabelecidos pelos eleitores. Para o autor, ainda que a região seja frequentemente caracterizada por baixos níveis de identificação partidária, isso não implica ausência total de mediação partidária no processo

decisório do voto. Ao contrário, a existência contribui para organizar as preferências políticas e reduzir a incerteza no momento da escolha eleitoral. Assim, a oferta partidária funciona como um elemento estruturante do voto ao fornecer referências programáticas, identidades políticas e sinais informacionais que orientam o eleitor

Outra dimensão a ser analisada neste estudo é o comparecimento eleitoral. Ribeiro, Borba e Silva (2015) demonstram que a participação nas eleições é condicionada tanto por características institucionais, como a compulsoriedade do voto e a adoção de sistemas unicamerais, quanto por fatores contextuais, sendo, em média, mais elevada em países com menor PIB per capita e menor efetividade governamental. No plano individual, os autores identificam maior propensão ao comparecimento entre eleitores com níveis mais elevados de escolaridade, maior idade, maior integração social, confiança na lisura do sistema político e adesão aos valores democráticos.

Ainda no que se refere às características individuais do comparecimento eleitoral latino-americano, Ribeiro e Borba (2019) observam a relevância da dimensão psicológica para a participação, com impactos distintos em contextos de voto facultativo e obrigatório. Os autores confirmam que indivíduos com pontuações elevadas em extroversão e conscienciosidade apresentam maior probabilidade de comparecimento, sendo esses efeitos mais pronunciados em sistemas de voto facultativo. Acerca especificamente do voto enquanto dimensão de apoio ao regime, Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2014), Fuks et al. (2016) e Gimenes e Borba (2017) o tratam como uma entre quatro dimensões centrais, ao lado da adesão aos procedimentos de escolha, da participação política e da representação.

Apesar disso, sob o escopo da América Latina, Gimenes (2017) aponta que não há homogeneidade entre o comparecimento eleitoral e as manifestações de adesão normativa à democracia eleitoral. O autor identifica uma contradição recorrente: na maioria dos países, os eleitores tendem a valorizar o voto em maior medida do que efetivamente comparecem às urnas, com poucas exceções.

Em contrapartida, Silva (2016) demonstra que comportamentos como a abstenção, voto em branco e voto nulo estão associados a motivações e disposições atitudinais distintas. No caso da abstenção, o autor identifica que o eleitor tende a não comparecer às urnas por não perceber eficácia no voto e por demonstrar indiferença em relação a quem governa o país, avaliando que o custo do comparecimento não é compensado por resultados concretos capazes de impactar sua vida. Esse padrão revela um baixo nível de envolvimento político, que contribui para o isolamento do eleitor e, consequentemente, para sua exclusão do processo eleitoral. Já os votos em branco e nulo têm como base motivacional central a

insatisfação, tanto com as alternativas eleitorais disponíveis, quanto com o próprio processo de escolha, funcionando como uma forma de não legitimar a transferência de poder a um dos concorrentes. Por fim, ao simular um contexto de voto não obrigatório, observa que variáveis como nutrir sentimentos partidários, apoiar difusamente a democracia e estar satisfeito com o funcionamento do regime aumentam a propensão à abstenção, indicando que, na ausência da compulsoriedade, mesmo eleitores com atitudes normativamente favoráveis à democracia e aos partidos podem optar por não votar.

Em estudo que combina comparecimento às urnas e a adesão normativa do voto na América Latina, Gimenes (2017) demonstra que esses fatores estão fortemente associados aos níveis de engajamento político e sofisticação dos indivíduos. No que se refere à participação eleitoral efetiva, eleitores que possuem algum tipo de recurso político, como mobilização cognitiva e/ou simpatia partidária, apresentam probabilidade significativamente maior de votar do que os independentes apolíticos. Os efeitos são particularmente intensos entre os chamados partidários cognitivos e partidários rituais, indicando que tanto o envolvimento informacional quanto os vínculos partidários funcionam como importantes incentivos à participação. Padrão semelhante é observado na adesão ao voto como princípio democrático: indivíduos com maior mobilização cognitiva e aqueles que mantêm algum tipo de identificação partidária demonstram maior apoio à ideia de que a democracia eleitoral é preferível a alternativas autoritárias. Assim, o estudo evidencia que, na região, o comparecimento e a valorização do voto estão menos ligados a um eleitor “desvinculado” e mais associados a diferentes formas de integração política e cognitiva dos cidadãos.

Mais recentemente, Gimenes (2023) observa as dimensões eleitorais e chama atenção para um descompasso recorrente nas democracias latino-americanas entre o apoio normativo às eleições e o comportamento efetivo de comparecimento às urnas. Seus achados indicam que declarar o voto como um valor importante não se traduz automaticamente em participação eleitoral concreta, revelando que a adesão simbólica à democracia eleitoral é mais difundida do que o engajamento prático. Ao mesmo tempo, o autor mostra que essa relação não é uniforme na região: embora em muitos países os cidadãos valorizem o voto em maior medida do que participam, há contextos em que essa distância é menor, sugerindo que fatores institucionais, políticos e contextuais modulam a conversão de atitudes em ação.

Desta maneira, torna-se fundamental considerar as especificidades institucionais e políticas de cada país, razão pela qual a próxima subseção apresenta o contexto eleitoral das unidades analisadas.

4.1.2 Contexto eleitoral do período

Esta subseção tem como objetivo contextualizar empiricamente os padrões de comportamento eleitoral observados na América Latina, articulando três dimensões centrais: os níveis de vínculo partidário, o comparecimento eleitoral e o contexto político-eleitoral de cada país analisado. Para cada caso nacional, são apresentados, em primeiro lugar, os dados da presente pesquisa referentes à intensidade e ao tipo de relação dos eleitores com os partidos (ativos, inativos e não ativos), bem como suas taxas declaradas de participação eleitoral. Em seguida, esses padrões são situados à luz das eleições presidenciais realizadas no mesmo ano da coleta dos dados em cada país ou com uma defasagem de, no máximo, um ano para mais ou para menos. As exceções a esse critério são os casos do Uruguai e da Venezuela, nos quais as eleições consideradas ocorreram, respectivamente, dois anos após e dois anos antes da coleta. Ao longo da análise, destacam-se os principais elementos do contexto político, institucional e competitivo dos pleitos, assim como seus resultados. Essa estratégia permite relacionar características do sistema partidário e do engajamento individual com as dinâmicas concretas das disputas eleitorais, oferecendo uma base comparativa para compreender como diferentes arranjos institucionais e trajetórias políticas moldam o comportamento dos eleitores na região.

Argentina

Segundo a presente base de dados, o contexto argentino caracteriza-se pela baixa vinculação partidária, com ampla predominância de eleitores não ativos (90,9%), seguidos pelos inativos (6,7%) e por uma parcela bastante reduzida de ativos (2,4%). De forma contraintuitiva, são os não ativos que apresentam o maior percentual de comparecimento eleitoral, com 86% declarando que sempre votam (ver gráfico no Apêndice), enquanto entre os partidários ativos esse percentual é de 81,8%, caindo de maneira expressiva entre os inativos, que registram apenas 71,9%.

Em se tratando das eleições presidenciais de 2019 ocorressem em meio a uma profunda crise econômica e social, que moldou decisivamente o ambiente da disputa. A inflação havia ultrapassado 54% nos doze meses anteriores ao pleito e acumulava mais de 200% ao longo do mandato de Mauricio Macri (PRO), cujo governo enfrentava forte desgaste[34]. Macri concorreu à reeleição ao lado do senador peronista Miguel Ángel Pichetto,

[34] Fonte: Argentine : le retour de la faim dans la sixième puissance agricole mondiale». *Le Vent Se Lève* (em francês). 14 de outubro de 2019. Consultado em 29 de abril de 2026. Acesse: https://lvsl.fr/argentine-le-retour-

em uma tentativa de ampliar sua base e reduzir o isolamento político do macrismo. A oposição, por sua vez, articulou uma ampla coalizão entre setores peronistas e kirchneristas na Frente de Todos, lançando Alberto Fernández (ex-chefe de gabinete de Cristina Kirchner) como candidato à presidência, com a própria Cristina como vice. A chapa venceu em turno único, com 47,65% dos votos, contra 40,28% de Macri.

Bolívia

No caso da Bolívia, identifica-se igualmente um padrão de baixa vinculação partidária, com predominância de não ativos (90,1%), com a segunda maior marca, seguidos por inativos (5,7%) e ativos (4,2%). Quanto ao comparecimento eleitoral, mantém-se o padrão esperado, no qual os indivíduos ativos apresentam a maior frequência de voto (95,3%), seguidos pelos inativos (92,4%), enquanto os não ativos registram o menor percentual (87,8%), ainda assim em patamar elevado.

Em específico, nas eleições de 2019, o cenário político foi marcado pela permanência de Evo que já acumulava 13 anos no poder. Isso só foi possível após o Tribunal Constitucional Plurinacional invalidar, em 2017, o resultado do referendo realizado no ano anterior, no qual a maioria da população havia rejeitado a possibilidade de nova reeleição. A partir disso, Morales foi autorizado a concorrer novamente sob o argumento de que o direito de “eleger e ser eleito” constitui um direito humano fundamental. Esse episódio aprofundou a polarização política e alimentou questionamentos sobre a legitimidade das regras do jogo democrático. O principal opositor, Carlos Mesa (Comunidad Ciudadana), foi derrotado ao obter 36,51% dos votos, frente aos 47,08% de Morales. O processo eleitoral, entretanto, tornou-se altamente controverso devido à suspensão da divulgação rápida dos resultados, à não realização do segundo turno e às divergências entre os sistemas de apuração, o que intensificou protestos em diversas regiões do país e culminou na renúncia de Morales no mês seguinte.

Brasil

Com relação ao Brasil, observa-se o maior nível de não vinculação partidária da região, alcançando 96,1% dos respondentes, enquanto a inatividade corresponde a 2,4% e a atividade a apenas 1,6%. No que se refere ao comparecimento eleitoral, 84,4% dos indivíduos

---

de-la-faim-dans-la-sixieme-puissance-agricole-mondiale/

ativos afirmam votar com frequência, proporção superior à observada entre os não ativos (75,9%) e os inativos (73,7%).

As eleições de 2018 foram realizadas em um cenário de forte instabilidade, marcado pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 (primeiro desde a redemocratização), por uma grave crise econômica e pelos desdobramentos da Operação Lava Jato. As disputas inicialmente organizadas em torno de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ex-presidente e líder nas pesquisas, e Jair Bolsonaro (então no PSL), deputado federal com trajetória marcada por posições conservadoras e discurso antissistêmico. A inelegibilidade de Lula, decorrente de sua prisão, alterou o curso da disputa e levou o PT a lançar Fernando Haddad como substituto. Apesar da transferência parcial de apoio, Haddad não conseguiu herdar integralmente o capital político de Lula e foi derrotado por Bolsonaro no segundo turno, que venceu com 55,13% dos votos, contra 44,87% do candidato petista. Em termos analíticos, a eleição foi marcada por forte polarização e por questionamentos sobre normas e instituições democráticas no debate público.

Chile

No caso do Chile, a maioria da amostra é composta por indivíduos com vínculo partidário não ativo (84,5%), com percentual expressivo entre os classificados como inativos (13,9%) e apenas 1,65% entre os ativos. No que se refere ao comparecimento eleitoral, observa-se uma das maiores disparidades da região: 87,5% dos indivíduos ativos afirmam sempre frequentar às urnas, ao passo que essa proporção tem sua menor marca na região entre entre os não ativos (49,4%) e os inativos (47,4%).

Em específico, as eleições presidenciais de 2021 no Chile ocorreram em um contexto de elevada fragmentação política e forte polarização ideológica, refletindo os efeitos do estallido social de 2019 e do processo constituinte em curso. A disputa central opôs Gabriel Boric, candidato da coalizão de esquerda Apruebo Dignidad, e José Antonio Kast, representante da direita radical, com agendas claramente antagônicas em temas como direitos sociais, papel do Estado e ordem pública. Após um primeiro turno marcado pela dispersão do voto e pela liderança inicial de Kast, Boric avançou ao segundo turno em segundo lugar e obteve ampla vitória, conquistando 55,9% dos votos válidos, contra 44,1% de Kast. O resultado foi historicamente relevante, pois representou a primeira vez, desde a redemocratização do país, que um candidato que não havia liderado o primeiro turno venceu a eleição presidencial, além de sinalizar uma reconfiguração do sistema político chileno em meio às demandas por mudança institucional e social.

Colômbia

A Colômbia apresenta o menor percentual de não partidarismo da região (71,1%) e, simultaneamente, o maior nível de inatividade (23,5%), além de registrar 5,6% de indivíduos classificados como ativos. Em contrapartida, o país também se destaca por apresentar um dos menores percentuais de resposta sobre frequências de voto entre os não ativos (57,1%) e inativos (55,7%), ao passo que os indivíduos ativos exibem uma taxa de comparecimento significativamente mais elevada (82,7%), evidenciando uma acentuada discrepância entre esses grupos.

Em se tratando das eleições presidenciais de 2018 na Colômbia, o pleito ocorreu em um contexto fortemente marcado pelos desdobramentos do acordo de paz firmado em 2016 entre o governo de Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), tema que estruturou o debate político e polarizou a disputa eleitoral. O governo Santos enfrentava elevados índices de impopularidade, associados tanto à implementação do acordo quanto a dificuldades econômicas e à percepção de insegurança. Nesse cenário, o candidato governista Humberto de la Calle, principal negociador da paz, obteve desempenho eleitoral limitado. A disputa central se deu entre Iván Duque, do partido Centro Democrático (apoiado pelo ex-presidente Álvaro Uribe e crítico de pontos centrais do acordo), e Gustavo Petro, ex-prefeito de Bogotá e representante de uma coalizão de esquerda. No primeiro turno, Duque obteve 39,1% dos votos, enquanto Petro alcançou 25,1%, avançando ambos para o segundo turno. Na etapa final, Duque saiu vitorioso com 54,0% dos votos, contra 41,8% de Petro, consolidando a volta da direita ao poder e sinalizando uma reorientação da agenda governamental, especialmente no que se refere à política de paz.

Equador

O caso equatoriano também se caracteriza por elevados níveis de não vinculação partidária, que alcançam 88,5% dos respondentes, enquanto 7% se classificam como inativos e 4,6% como ativos. Ainda assim, o comparecimento eleitoral é elevado e bastante homogêneo entre os três grupos, com mais de 90% dos entrevistados declarando que sempre votam: 92,7% entre os ativos, 90,4% entre os inativos e 90,6% entre os não ativos.

Em se tratando das eleições presidenciais do Equador, realizadas em 2017 e que definiram o governo iniciado em 2018, o pleito ocorreu em um contexto de continuidade política, mas também de crescente desgaste do projeto correísta após uma década no poder. O então vice-presidente Lenín Moreno concorreu pela Alianza PAIS como candidato governista

e herdeiro político de Rafael Correa, defendendo inicialmente a manutenção das principais diretrizes do modelo anterior. A oposição se organizou em torno de Guillermo Lasso, ex-banqueiro e candidato do movimento CREO-SUMA, que apresentou uma agenda liberal, crítica à forte intervenção estatal e ao legado correísta. No primeiro turno, Moreno obteve 39,4% dos votos, contra 28,1% de Lasso, resultado que levou a disputa para o segundo turno. Na etapa final, Moreno foi eleito presidente com 51,2% dos votos, frente a 48,8% de Lasso, em uma eleição marcada por acusações de irregularidades por parte da oposição e por elevada polarização política, que antecipou as tensões e rupturas entre o novo governo e o correísmo ao longo do mandato.

Guatemala

Na Guatemala, 80,7% dos respondentes se classificam como não ativos, enquanto o percentual de inativos é relativamente elevado em comparação aos demais países, alcançando 15,2%, e apenas 4,1% se identificam como ativos. No que se refere ao comparecimento eleitoral, as respostas indicando maior frequência de voto foram mais expressivas entre os não ativos (66,7%), ao passo que ativos (57,1%) e inativos (55,7%) apresentam percentuais inferiores.

Na eleição geral de 2019 na Guatemala, marcada por descontentamento popular com a política tradicional e alta abstenção, o país realizou primeiro turno em 16 de junho para escolher presidente, Congresso e autoridades municipais, com necessidade de segundo turno para a presidência devido à ausência de maioria absoluta de votos no primeiro turno. No confronto decisivo em 11 de agosto, o candidato conservador Alejandro Giammattei, do partido Vamos, saiu vitorioso com cerca de 58% dos votos, derrotando a candidata de centro-esquerda Sandra Torres, da Unidade Nacional da Esperança (UNE), que obteve aproximadamente 41%, em um pleito caracterizado por baixa participação eleitoral, reflexo do desencanto e da descrença dos eleitores nas opções partidárias disponíveis.

México

No caso mexicano, 83,1% dos respondentes se declaram não ativos partidariamente, enquanto 11,7% se classificam como inativos e 5,2% como ativos. Quanto à frequência de voto, os percentuais mostram-se relativamente semelhantes entre as três categorias, situando-se em torno de 60% das respostas “sempre votam”, com valores de 63,2% entre os ativos, 66,1% entre os inativos e 65,1% entre os não ativos.

Em específico, as eleições presidenciais realizadas em 2019 ocorreu em um contexto de forte desconfiança institucional, desgaste das elites políticas tradicionais e encerramento do mandato da Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), fator central no debate público. A disputa foi marcada pela exclusão de diversos candidatos relevantes por decisões judiciais, o que restringiu a oferta eleitoral. No primeiro turno, Sandra Torres, da Unidad Nacional de la Esperanza (UNE), obteve 25,5% dos votos, enquanto Alejandro Giammattei, do partido Vamos, alcançou 13,9%, levando ambos ao segundo turno. Na etapa decisiva, Giammattei venceu com 57,9% dos votos, contra 42,1% de Torres, conquistando a presidência com um discurso centrado na segurança pública, no combate ao crime e na promessa de estabilidade política. O resultado consolidou a alternância de poder, mas também refletiu a fragilidade do sistema partidário guatemalteco e os elevados níveis de abstenção e ceticismo da população em relação ao processo democrático.

Nicarágua

A Nicarágua apresenta um dos menores percentuais de não ativismo partidário da região (71,2%), ao mesmo tempo em que registra o maior contingente de vínculos ativos (13,9%) e um dos maiores percentuais de inatividade (14,8%). No que se refere ao comparecimento eleitoral, observa-se uma clara diferenciação entre os grupos: os indivíduos com vínculo ativo concentram-se majoritariamente na resposta de que sempre votam (83,2%), enquanto os não ativos ocupam o extremo oposto, com apenas 42,8% afirmando a mesma posição. Os inativos, por sua vez, situam-se em uma posição intermediária com 54,5%.

Nas eleições gerais realizadas em 2021 na Nicarágua, o presidente Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), foi reeleito com cerca de 75% dos votos para um novo mandato de cinco anos, em um pleito que também definiu a composição da Assembleia Nacional e dos representantes no Parlamento Centro-Americano. No entanto, o processo eleitoral foi amplamente contestado por organismos internacionais e observadores por falta de condições democráticas genuínas, uma vez que diversos líderes e potenciais candidatos da oposição foram presos, partidos foram desqualificados e houve restrições à participação política e à liberdade de expressão, o que levou a críticas de que a competição foi artificialmente limitada e a vitória de Ortega garantida antecipadamente por meio de repressão e exclusão dos adversários.

Peru

No Peru, observa-se um dos maiores percentuais de não vinculação partidária da região (95,2%), ficando atrás apenas do Brasil, com proporções bastante reduzidas de eleitores ativos (2,7%) e inativos (2,2%). No que diz respeito à frequência de voto, destaca-se um padrão atípico: os inativos apresentam o maior percentual de respondentes que afirmam sempre comparecer às eleições (96,4%), seguidos pelos não ativos (88,2%), enquanto os ativos registram o menor índice entre os três grupos (82,9%).

As eleições gerais peruanas de 2020 ocorreram em 2021, num contexto de elevada instabilidade política e forte fragmentação partidária, refletida tanto no grande número de candidaturas quanto na dinâmica competitiva do pleito. No primeiro turno presidencial, concorreram dezoito candidatos (o maior número desde 2006), evidenciando a debilidade das forças políticas tradicionais e a dispersão do eleitorado. A ausência de maioria absoluta levou à realização de um segundo turno entre Pedro Castillo e Keiko Fujimori, marcado por elevada polarização e intensa judicialização do processo. Após a análise de recursos que buscavam a anulação de votos, Pedro Castillo foi declarado vencedor em 19 de julho de 2021, com aproximadamente 50,12% dos votos válidos, assumindo a presidência em 28 de julho.

Uruguai

O Uruguai apresenta um dos menores percentuais de não ativismo partidário da região (75,3%), ao mesmo tempo em que registra níveis mais expressivos de atividade (13,7%) e inatividade partidária (11%). No que se refere ao comparecimento eleitoral, observa-se um padrão bastante homogêneo e elevado entre as três categorias, com percentuais superiores a 90% de adesão: 96,3% entre os inativos, 92,5% entre os ativos e 91,9% entre os não ativos.

Nas eleições gerais de 2024, os eleitores foram às urnas para escolher o presidente, o vice-presidente e os membros do Legislativo em um pleito que contou com alta participação (superior a 89% do eleitorado) refletindo a tradição de forte engajamento cívico do país. Como nenhum candidato presidencial alcançou maioria absoluta no primeiro turno, a disputa foi para um segundo turno, no qual Yamandú Orsi, da coalizão de centro-esquerda Frente Ampla, derrotou Álvaro Delgado, da coalizão oficialista de centro-direita, com cerca de 49,8% dos votos contra 45,9%, marcando o retorno da Frente Ampla ao governo após cinco anos de administração do Partido Nacional.

Venezuela

No caso venezuelano, observa-se um predomínio da não vinculação partidária, que alcança 85,8% dos respondentes, enquanto 8,4% se classificam como inativos e 5,8% como

ativos. Em relação à frequência de voto, os partidários ativos apresentam os níveis mais elevados de comparecimento (75,4%), contrastando com percentuais significativamente mais baixos entre os inativos (51%) e, sobretudo, entre os não ativos (49,1%).

Nas eleições presidenciais venezuelanas de 2018, o presidente Nicolás Maduro foi reeleito para um novo mandato de seis anos, obtendo oficialmente cerca de 67–68 % dos votos válidos, segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). O principal adversário, Henri Falcón, alcançou cerca de 21 % dos votos, com outros candidatos dividindo o restante das preferências eleitorais. A participação oficial foi relativamente baixa, em torno de 46 % do eleitorado, a menor em mais de duas décadas de eleições presidenciais no país, embora estimativas da oposição sugerissem um comparecimento ainda menor. O pleito foi amplamente contestado tanto internamente quanto pela comunidade internacional, com críticas apontando irregularidades no processo, restrições à participação de opositores e alegações de falta de legitimidade, levando alguns partidos e observadores externos a não reconhecerem os resultados.

Em conjunto, a análise dos países latino-americanos evidencia, em primeiro lugar, um padrão amplamente disseminado de frágil vinculação partidária, com predomínio dos não ativos - como verificado no capítulo 1. Mesmo em contextos historicamente mais institucionalizados, como no Uruguai, a presença de vínculos partidários ativos é minoritária. Ainda assim, os dados revelam que a relação entre partidarismo e comportamento eleitoral é heterogênea: em alguns países, indivíduos com vínculo partidário ativo tendem a apresentar níveis mais elevados de comparecimento às urnas, enquanto em outros o voto frequente também é observado entre eleitores sem vínculos partidários consistentes. Esse padrão sugere que o comparecimento eleitoral como princípio democrático não depende exclusivamente da força dos laços partidários, mas também de questões contextuais e individuais.

4.2 Procedimentos metodológicos: gráficos e modelos

Os dados utilizados foram selecionados na pesquisa World Values Survey (WVS), na rodada sete, que marca o período de 2017 a 2022. Seguindo a perspectiva defendida no referencial teórico deste capítulo, faz-se uma análise multidimensional, que engloba as seguintes variáveis: voto por partido, convencimento de voto[35], ser governado por leis

[35] E com relação a essas formas de ação política e ativismo social que as pessoas podem fazer? Por favor, diga para cada uma delas se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca em nenhuma situação (leia e assinale uma resposta para cada afirmação) Q216. Incentivar outros a votarem

religiosas[36], satisfação com o sistema político[37], confiança nas eleições[38] e confiança nos partidos[39].

Em específico, com relação a variável de voto por partido optou-se por uma classificação referente ao peso eleitoral dos partidos apontados na resposta. Assim, os partidos políticos foram classificados, dentro de cada país, segundo seu peso eleitoral relativo observado na amostra. Para tanto, calculou-se a proporção de respondentes que declararam voto em cada partido, considerando apenas respostas válidas. Partidos que concentraram ao menos 20% das menções em seu respectivo país foram classificados como "partidos com peso eleitoral", enquanto os demais foram agrupados na categoria "partidos pequenos". Esse ponto de corte é amplamente utilizado por sintetizar a capacidade de agregação eleitoral substantiva sem restringir a análise a sistemas bipolares. Desta forma, a estratégia permite captar diferenças substantivas na orientação eleitoral dos respondentes, preservando a comparabilidade entre países com distintos níveis de fragmentação partidária e evitando que sistemas altamente pulverizados distorçam as análises agregadas.

A tabela abaixo expressa os percentuais de resposta às variáveis associadas à dimensão eleitoral na América Latina.

[36] Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? (leia e assinale uma resposta para cada item) Q239. Ter um sistema governado por leis religiosas
em que não há partidos ou eleições

[37] Em uma escala de 1 a 10 em que "1" é "Completamente insatisfeito" e "10" é "Completamente satisfeito", em que medida o(a) Sr(a) está satisfeita com o sistema político em funcionamento no país hoje?

[38] Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? (leia e assinale uma resposta para cada item) Q76. Eleições

[39] Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? (leia e assinale uma resposta para cada item) Q72. Partidos políticos

Tabela 14 - Percentuais de resposta as variáveis da dimensão eleitoral na América Latina

Variável	**Possibilidades de resposta (%)**				
Convencimento do voto (Q216)	Já incentivou	Poderia incentivar	Nunca incentivaria	-	-
	20,1%	28,5%	48,9%	-	-
Ser governado por leis religiosas (Q239)	Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo	-
	11,1%	21,7%	30,2%	29.0%	-
Satisfação com o sistema político (Q252)	Completamente insatisfeito (1-2)	Insatisfeito (3-5)	Satisfeito (6-8)	Completamente satisfeito (9-10)	-
	32,5%	14,7%	34,9%	17,6%	-
Confiança nas eleições (Q76)	Confia totalmente	Confia em partes	Confia pouco	Nao confia	-
	9,2%	18,1%	37,3%	34,0%	-
Confiança nos partidos (Q72)	Confia totalmente (1 e 2)	Confia em partes	Confia pouco	Nao confia (9 e 10)	-
	2,1%	9,1%	36,0%	51,5%	-
Voto no partido (Q223)	Votou em partido com peso eleitoral (>=20%)	Não votou em partido com peso eleitoral (<20%)			
	59,3%	40,7%			

Fonte: WVS 2017-2022.

No que se refere ao voto no partido, 58,3% dos respondentes indicaram votar em partidos que concentram mais de 20% dos votos e 40,7% em partidos menores. Quanto ao convencimento do voto, observa-se que 48,9% dos respondentes afirmam nunca ter incentivado o voto de terceiros, enquanto 28,5% poderiam incentivar e apenas 20,1% já o fizeram. Em relação à percepção sobre ser governado por leis religiosas revela que embora a maioria rejeite essa ideia, classificando como ruim (30,2%) e péssimo (29,0%), mais de 30% dos respondentes consideram a ideia boa (21,7%) e otima (11,1%). A satisfação com o sistema político apresenta uma distribuição fragmentada, com 32,5% completamente insatisfeitos e 34,9% expressando satisfação intermediária, enquanto apenas 17,6% demonstram satisfação plena.

No tocante à confiança nas eleições, 34,0% dos respondentes afirmam não confiar no processo eleitoral, enquanto 37,3% confiam pouco e apenas 9,2% expressam confiança total. Por fim, a confiança nos partidos políticos é a dimensão mais crítica, com 51,5% declarando não confiar nas siglas e apenas 2,1% manifestando confiança total. De maneira geral, os resultados indicam desafios estruturais para o fortalecimento da democracia na América Latina.

Com a finalidade de analisar a relação entre essas variáveis e a categorização partidária foram realizados testes de qui-quadrado (independência). Esses testes permitem verificar se existe associação estatisticamente significativa entre variáveis categóricas, comparando as frequências observadas com aquelas que seriam esperadas caso não houvesse relação entre elas. A tabela abaixo apresenta os resultados desses cruzamentos, exibindo as frequências absolutas (n), as frequências relativas (%) e o valor de p correspondente a cada teste. As porcentagens foram calculadas por categoria partidária (percentuais por linha), de modo que o total em cada categoria corresponde a 100%, permitindo observar como se distribuem as respostas dentro de cada grupo.

Tabela 15 - Testes Qui quadrado com o cruzamento da categorização partidária com as variáveis dependentes

Categoria Partidária	**Variável**	**Possibilidades de resposta (%)**				**P - valor**
	Peso eleitoral do partido	**Partido < 20% dos votos n (%)**	**Partido ≥ 20% dos votos n (%)**			
Ativos		292 (34,9%)	545 (65,1%)			
Inativos		705 (43,8%)	904 (56,2%)			
Não ativos		5600 (40,7%)	8152 (59,3%)			
Total (16198)		6597 (40,7%)	9601 (59,3%)			(χ^2 = 18,19) **0,00011**
	Convencimento de voto	**Já convence**	**Poderia conventiv**	**Nunca convence**		

		u	**ar**	**ntivaria**		
Ativos		413 (49,9%)	200 (24,2%)	215 (26,0%)		
Inativos		458 (28,9%)	535 (33,8%)	590 (37,3%)		
Não ativos		2396 (17,8%)	3906 (29,1%)	7134 (53,1%)		
Total (15847)		3267 (20,6%)	4641 (29,3%)	7939 (50,1%)		
	Ser regido por leis religiosas ao inves de partidos/ eleições	**Bom**	**Ótimo**	**Péssimo**	**Ruim**	
Ativos		142 (17,4%)	149 (18,3%)	304 (37,3%)	219 (26,9%)	
Inativos		358 (23,0%)	265 (17,1%)	467 (30,1%)	464 (29,9%)	
Não ativos		3034 (24,1%)	1396 (11,1%)	3944 (31,3%)	4218 (33,5%)	
Total (14960)		3534 (23,6%)	1810 (12,1%)	4715 (31,5%)	4901 (32,8%)	(χ^2 = 107,26) **$7{,}65 \times 10^{-21}$**
	Satisfação com o sistema político	**Completamente satisfeito**	**Satisfeito**	**Insatisfeito**	**Completamente insatisfeito**	
Ativos		178 (21,4%)	199 (24,0%)	225 (27,1%)	228 (27,5%)	
Inativos		463 (29,0%)	483 (30,2%)	464 (29,0%)	188 (11,8%)	
Não ativos		4559 (33,7%)	4155 (30,7%)	3658 (27,0%)	1154 (8,5%)	
Total (15954)		5200 (32,6%)	4837 (30,3%)	4347 (27,2%)		(χ^2 = 348,71) **< 0,001**
	Confiança	**Confia**	**Confia**	**Confia**	**Não**	

	nos partidos	muito		pouco	confia	
Ativos		110 (13,3%)	152 (18,3%)	340 (41,0%)	227 (27,4%)	
Inativos		51 (3,2%)	196 (12,3%)	773 (48,5%)	575 (36,1%)	
Não ativos		214 (1,6%)	1132 (8,3%)	4723 (34,7%)	7546 (55,4%)	
Total (16039)		375 (2,3%)	1480 (9,2%)	5836 (36,4%)	8348 (52,0%)	(χ^2 = 850,65) **< 0,001**
	Confiança nas eleições	**Confia muito**	**Confia**	**Confia pouco**	**Não confia**	
Ativos		251 (30,1%)	181 (21,7%)	256 (30,7%)	146 (17,5%)	
Inativos		192 (12,0%)	277 (17,3%)	729 (45,5%)	405 (25,3%)	
Não ativos		1049 (7,7%)	2477 (18,3%)	5068 (37,4%)	4965 (36,6%)	
Total (15996)		1492 (9,3%)	2935 (18,3%)	6053 (37,8%)	5516 (34,5%)	(χ^2 = 604,54) **< 0,001**

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Os resultados indicam que todas as variáveis analisadas apresentam associação significativa com a categoria partidária. O peso eleitoral do partido apresenta associação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 18,19$; $p = 0,00011$), com predominância de partidos com mais de 20% dos votos em todos os grupos. O convencimento de voto também apresenta associação significativa, observando-se maior engajamento entre os ativos, dos quais 49,9% afirmam já ter convencido alguém a votar, enquanto entre não ativos predomina a resposta “nunca convenceria” (53,1%). Quanto à percepção de ser regido por leis religiosas ao inves de partidos/eleições apresenta associação significativa ($\chi^2 = 107,26$; $p < 0,001$). Eleitores ativos rejeitam mais a ideia (“Péssimo” 37,3%; “Ruim” 26,9%). Não ativos mostram respostas mais heterogêneas, com maior presença de “Bom” (24,1%). Em relação à satisfação com o sistema político, também há associação significativa ($\chi^2 = 141,14$; $p < 0,001$). As respostas distribuem-se entre satisfação e insatisfação nos três grupos, embora ativos apresentem proporções mais elevadas nas categorias “insatisfeito” e “completamente

insatisfeito". A confiança nos partidos apresenta associação significativa ($\chi^2 = 850,65$; $p < 0,001$), com predominância das categorias "confia pouco" e "não confia" em todos os grupos, especialmente entre não ativos (55,4%). Por fim, a confiança nas eleições também mostra associação significativa ($\chi^2 = 604,54$; $p < 0,001$). Entre os ativos, observa-se maior presença das respostas "confia muito" (30,1%) e "confia pouco"(30,1%), entre inativos e não ativos predominam "confia pouco" e "não confia".

Em conjunto, os resultados indicam que a categoria partidária está associada a diferentes percepções e níveis de engajamento político. Eleitores ativos tendem a participar mais ativamente da política e a rejeitar mais fortemente a ideia de serem regidos por leis religiosas. Inativos e não ativos mostram menor engajamento e atitudes mais heterogêneas em relação à religião e à política. A satisfação com o sistema político é variada: ativos apresentam avaliações mais críticas, inativos se situam entre satisfação e insatisfação, e não ativos demonstram maior satisfação parcial, mas ainda com críticas relevantes. A confiança nos partidos e nas eleições é geralmente baixa, especialmente entre não ativos, enquanto ativos mantêm níveis relativamente maiores de confiança. Esses resultados apontam para um cenário de participação desigual, marcado por engajamento diferenciado e percepção crítica das instituições, mas com alguns aspectos relativamente compartilhados entre os grupos.

Complementarmente aos testes de qui-quadrado, foi adotada uma abordagem descritiva por meio de gráficos para examinar a relação entre as variáveis de interesse e as categorias partidárias na América Latina. Foram elaborados seis gráficos, correspondentes às variáveis analisadas na tabela anterior, organizados segundo as três categorias partidárias. Cada gráfico apresenta a distribuição proporcional das respostas dentro de cada grupo, permitindo observar comparativamente os padrões de posicionamento político identificados nos testes estatísticos. Essa visualização facilita a identificação de tendências de consenso ou divergência, enquanto os gráficos detalhados por país, incluídos no apêndice, oferecem uma perspectiva mais granular das variações nacionais.

Depois desenvolve-se o índice de envolvimento político, com o objetivo de abranger diferentes níveis em uma análise geral do território, a partir da soma das respostas positivas, classificando os indivíduos do mais ao menos envolvidos. Essa construção envolve a recategorização de seis variáveis de interesse no capítulo, diferenciando respostas "positivas" ao envolvimento (valor 1) das "negativas" (valor 0). As respostas classificadas como "positivas" são aquelas que não rejeitam aspectos democráticos. Por exemplo, a variável de participação em manifestação, composta por três opções (Já participou, Poderia participar, Nunca participaria), foi recodificada, atribuindo-se valor 1 às duas primeiras respostas e 0 à

última, que é a única considerada negativa. Assim, os níveis do índice foram definidos como: i) Altamente envolvido (seis respostas positivas); ii) Muito envolvido (cinco respostas); iii) Envolvido (quatro respostas); iv) Moderadamente envolvido (três respostas); v) Pouco envolvido (duas respostas); vi) Quase não envolvido (uma resposta); e vii) Não envolvido (nenhuma resposta positiva). Ou seja, um um sistema de sete pontos.

Além da justificativa teórica apresentada na seção anterior que fundamenta a construção do índice como uma medida capaz de captar diferentes níveis de envolvimento político, buscou-se fortalecer sua credibilidade metodológica por meio de procedimentos de validação empírica. Notadamente, realizou-se análises de correlação entre itens (matriz de correlações), avaliação da consistência interna por meio do alfa de Cronbach e uma análise fatorial exploratória (FAE) destinada a verificar a coesão dos itens e a estrutura dimensional subjacente ao índice. Os resultados desses procedimentos são apresentados a seguir.

Tabela 16 – Correlação entre os itens do índice de envolvimento eleitoral na América Latina

Item	**Convencimento do voto**	**Leis religiosas**	**Satisfação com o sistema político**	**Confiança nas eleições**	**Confiança nos partidos**	**Voto por partido**
Convencimento do voto	1.00	-0.02	-0.03	0.11	0.08	-0.04
Leis religiosas	-0.02	1.00	-0.01	-0.04	0.03	-0.04
Satisfação com o sistema político	-0.03	-0.01	1.00	-0.20	-0.17	-0.08
Confiança nas eleições	0.11	-0.04	-0.20	1.00	0.41	0.06
Confiança nos partidos	0.08	0.03	-0.17	0.41	1.00	0.03
Voto por partido	-0.04	-0.04	-0.08	0.06	0.03	1.00

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

A matriz de correlação evidencia associações predominantemente muito fracas entre os itens, com diversos coeficientes próximos de zero e

alguns negativos. Destaca-se apenas a correlação entre confiança eleitoral e confiança partidária (r ≈ 0,41), indicando um núcleo institucional relativamente coeso. Por outro lado, variáveis como satisfação com o voto apresentam correlações negativas com itens institucionais (r ≈ -0,20 com confiança eleitoral e r ≈ -0,17 com confiança partidária), sugerindo direções distintas. De modo geral, o padrão indica baixa integração entre os itens e ausência de uma estrutura correlacional consistente, sugerindo que o índice agrega dimensões heterogêneas do comportamento eleitoral.

Tabela 17 – Alfa de Cronbach do índice de envolvimento eleitoral na América Latina

Item	α se item removido	r.drop	Média	Desvio Padrão
Convencimento do voto	0.00	0.03	0.53	0.50
Liberdade de escolha dos eleitores	0.01	-0.05	0.37	0.48
Satisfação com o sistema político	0.05	-0.19	0.81	0.39
Confiança nas eleições	-0.02	0.13	0.27	0.45
Confiança nos partidos	-0.03	0.19	0.12	0.33
Voto por partido	0.01	-0.04	0.63	0.48
Alfa total do índice	0.03	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

A análise de consistência interna revela um alfa de Cronbach extremamente baixo (α ≈ 0,03), indicando ausência de confiabilidade do índice. Os coeficientes r.drop são, em

sua maioria, muito baixos ou negativos, especialmente para satisfação com o voto (r.drop ≈ -0,19) e lealdade partidária (r.drop ≈ -0,05), sugerindo inconsistência na direção das variáveis ou fraca relação com o construto comum. O próprio diagnóstico aponta a necessidade de inversão de alguns itens, indicando problemas de padronização. Ainda que confiança eleitoral e partidária apresentem correlações mais elevadas com o conjunto, isso não é suficiente para sustentar a consistência do índice. Em termos substantivos, os resultados indicam que os itens não formam uma escala confiável.

Tabela 18 – Cargas fatoriais da Análise Fatorial Exploratória (1 fator) na América Latina

Item	Carga Fatorial	Comunalidade (h^2)	1 - h^2 (u^2)
Convencimento do voto	0.14	0.02	0.98
Liberdade de escolha dos eleitores	-0.02	0.00	1.00
Satisfação com o sistema político	-0.28	0.08	0.92
Confiança nas eleições	0.72	0.53	0.47
Confiança nos partidos	0.57	0.32	0.68
Voto por partido	0.08	0.01	0.99
SS loadings / Var. explicada	0.95	16%	-

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022

A análise fatorial exploratória com extração de um único fator revela que a estrutura do índice é fortemente concentrada em dois itens: confiança eleitoral (0,72) e confiança partidária (0,57), indicando que o fator identificado está essencialmente associado à dimensão de confiança institucional. Os demais itens apresentam cargas muito baixas ou negativas, como satisfação com o voto (-0,28), lealdade partidária (-0,02) e voto programático (0,08),

evidenciando fraca contribuição para o fator comum. As comunalidades reforçam esse padrão: enquanto os itens institucionais apresentam valores mais elevados, os demais possuem comunalidades próximas de zero, indicando baixa participação na variância compartilhada.

A variância explicada pelo fator único é de aproximadamente 16%, valor considerado baixo, o que indica limitação de uma solução unidimensional. Esse resultado é coerente com a análise paralela, que não identificou fatores relevantes, reforçando a ausência de uma estrutura latente consistente.

Os indicadores de ajuste do modelo apresentam valores aparentemente adequados — RMSEA (0,037), TLI (0,924) e RMSR (0,03) — sugerindo bom ajuste estatístico. No entanto, esse resultado deve ser interpretado com cautela, pois decorre de uma estrutura fatorial fraca e pouco informativa, com baixa variância explicada e cargas concentradas em poucos itens. Além disso, o teste de qui-quadrado é estatisticamente significativo ($p < 0,001$), indicando discrepância entre o modelo e os dados.

Em conjunto, os resultados indicam que o índice eleitoral não apresenta coesão interna nem estrutura dimensional clara. Diferentemente do índice de envolvimento político, que evidenciou multidimensionalidade, aqui observa-se uma fragmentação mais acentuada, sem suporte empírico para a existência de um fator comum. O único núcleo relativamente consistente refere-se à dimensão de confiança institucional, enquanto os demais itens operam de forma independente. Dessa forma, o índice deve ser interpretado como uma medida composta por dimensões heterogêneas do comportamento eleitoral, e não como uma escala unidimensional, exigindo cautela analítica em sua utilização e interpretação.

Por fim, analisa-se o impacto das categorias partidárias e das variáveis sociodemográficas sobre o envolvimento eleitoral por meio de modelos de regressão multinível. Para esse fim, foram estimados seis modelos de regressão logística binária multinível, nos quais cada dimensão do envolvimento eleitoral é considerada separadamente como variável dependente.

Nessa estrutura, a categorização partidária é incluída como principal variável explicativa, adotando-se os não ativos como categoria de referência. Essa opção se justifica pelo fato de que, em contraste com os ativos (que mantêm vínculos partidários correntes) e os inativos (que já apresentaram algum tipo de identificação ou apoio partidário), os não ativos representam o grupo mais distante da esfera partidária. Assim, a comparação com esse grupo permite avaliar em que medida a vinculação partidária, ainda que instável, se associa a diferentes níveis de envolvimento eleitoral, bem como se configura (ou não) como um fator

de proteção democrática frente aos riscos de um eleitorado estruturalmente desvinculado do sistema representativo.

Em todos os casos, os modelos são especificados em dois níveis hierárquicos. No nível 1 (individual), encontram-se as características dos respondentes, incluindo a categorização partidária e as variáveis sociodemográficas (sexo, idade e escolaridade). No nível 2 (contextual), os indivíduos estão aninhados nos países, sendo este nível operacionalizado por meio de efeitos aleatórios por país, os quais permitem captar a variação entre contextos nacionais em torno de uma média geral. Essa especificação possibilita verificar se os países diferem entre si quanto aos níveis médios dos desfechos analisados, bem como controlar a dependência intragrupo decorrente da estrutura comparativa dos dados. Dessa forma, considera-se tanto os efeitos individuais, quanto as variações entre os países analisados.

Adicionalmente, a análise empírica do índice foi conduzida em outras duas etapas complementares. Em um primeiro momento, com o objetivo de explorar diferenças entre grupos, realizou-se uma análise descritiva bivariada do índice eleitoral em função da categorização partidária. Para tanto, foram utilizadas visualizações que combinam representações de densidade e boxplots, acompanhadas de testes paramétricos de comparação de médias e de comparações múltiplas entre grupos. Esse procedimento permitiu examinar a distribuição dos dados, a tendência central e a variabilidade intra e intergrupos, bem como identificar diferenças estatisticamente significativas entre as categorias analisadas.

Em um segundo momento, visando controlar por potenciais fatores de confusão, foram estimadas médias ajustadas (estimated marginal means) para cada um dos índices, a partir de modelos lineares multivariados que incorporam variáveis sociodemográficas, como sexo, idade e escolaridade. Esse procedimento permite estimar os valores médios esperados dos índices para cada categoria partidária, mantendo constantes as demais covariáveis incluídas nos modelos. A partir dessas estimativas, foram realizadas comparações par a par entre os grupos, com ajuste para múltiplos testes pelo método de Tukey, possibilitando a identificação de diferenças estatisticamente significativas de forma controlada.

Em conjunto, essa estratégia analítica combina evidência descritiva e inferencial, permitindo examinar tanto a distribuição dos índices entre os grupos quanto às diferenças entre eles sob controle de características individuais, contribuindo para a consistência e robustez dos resultados.

A seguir apresenta-se a análise dos resultados obtidos neste capítulo.

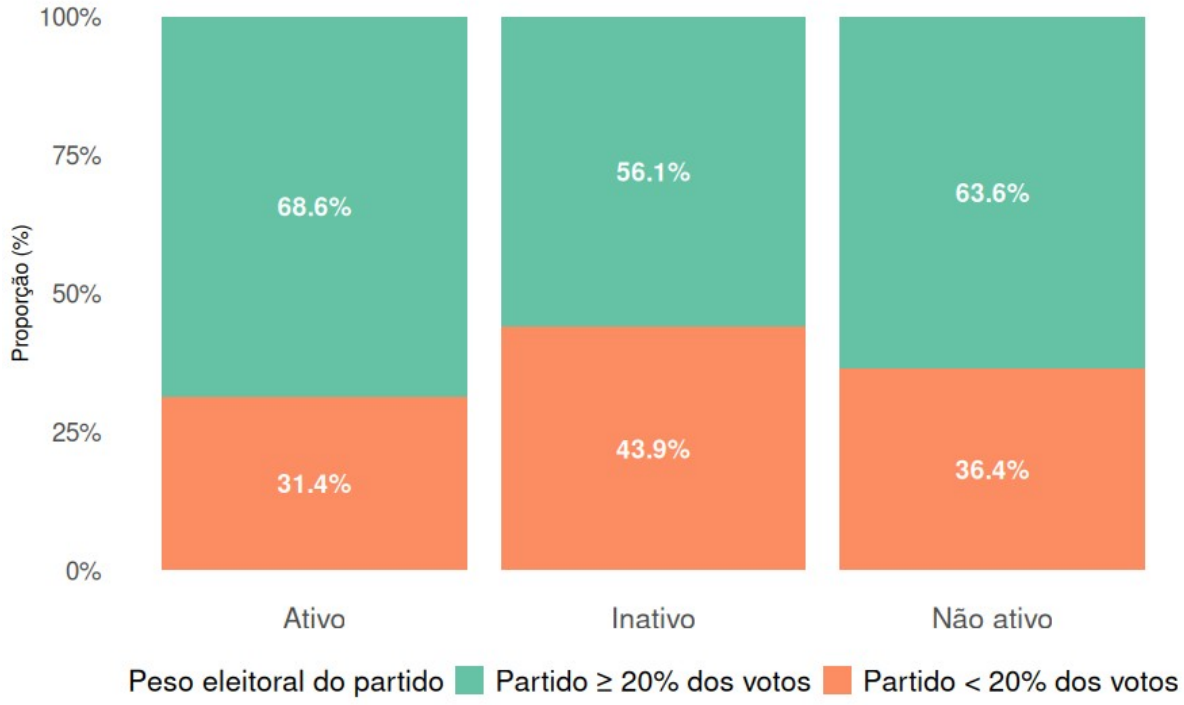
4.3 Determinantes do comportamento eleitoral entre ativos, inativos e não ativos

A presente seção tem como objetivo apresentar os determinantes do comportamento eleitoral. Notadamente a mesma é dividida em duas subseções, a saber: análise descritiva, formada pelo cruzamento das variáveis de interesse e as categorias partidárias, bem como a somatória delas em um índice e a análise estatística, por meio de modelos de regressão, submetendo as variáveis selecionadas a aspectos sociodemográficos.

4.3.1 Dados descritivos

Esta subseção visa demonstrar de maneira detalhada como encontra-se a dimensão democrática entre as categorias partidárias em todos os países da América Latina. Desta maneira, os gráficos apresentam a proporção de cada categoria partidária entre as possibilidades de resposta. Para tal, demonstra-se nos seis gráficos apresentados a seguir as proporções em cada variável de interesse. Especificamente, cada um deles contém uma faceta para cada categoria partidária e as cores representam possibilidade de resposta.

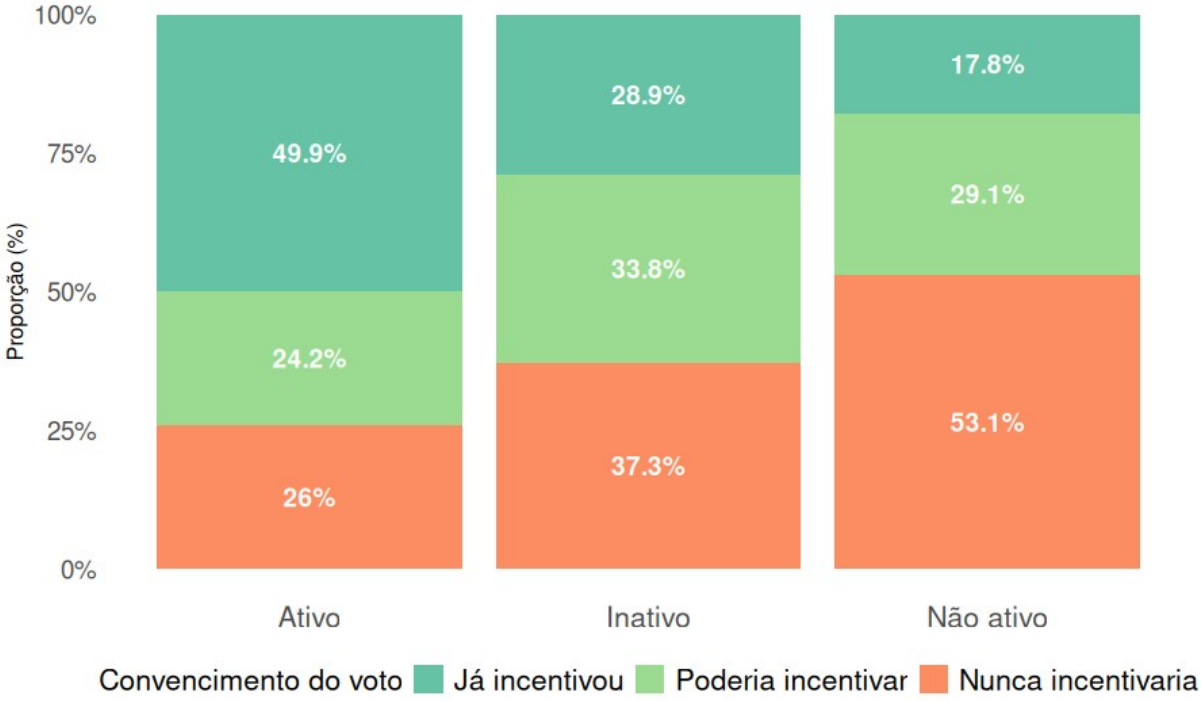
Gráfico 35 - Peso eleitoral do partido entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Em relação ao peso eleitoral do partido, observa-se que as categorias partidárias concentram majoritariamente voto em partidos que reúnem mais de 20% dos votos. Esse resultado era esperado a medida em que partidos que recebem mais votos tendem a ter uma distribuição relevante entre as categorias. Seguindo a mesma lógica destaca-se os ativos, entre os quais 65,1% se inserem nessa condição. Esse resultado é consistente com a própria definição do grupo, uma vez que indivíduos com vínculos diretos estão concentrados em siglas com maior capacidade de agregação de apoiadores. Na sequência, aparecem os não ativos, com 59,3% concentrados em partidos de maior peso eleitoral, indicando que, mesmo na ausência de engajamento partidário direto, há uma inclinação relevante para apoiar legendas mais competitivas. Por último, aparece os inativos com a maior proporção de votos a partidos com peso eleitoral inferior a 20% (43,8%), o que pode ser interpretado como reflexo de uma relação mais crítica às siglas dominantes, bem como de uma maior abertura a partidos menores ou menos consolidados no cenário eleitoral.

Gráfico 36 - Convencimento do voto entre ativos, inativos e não ativos

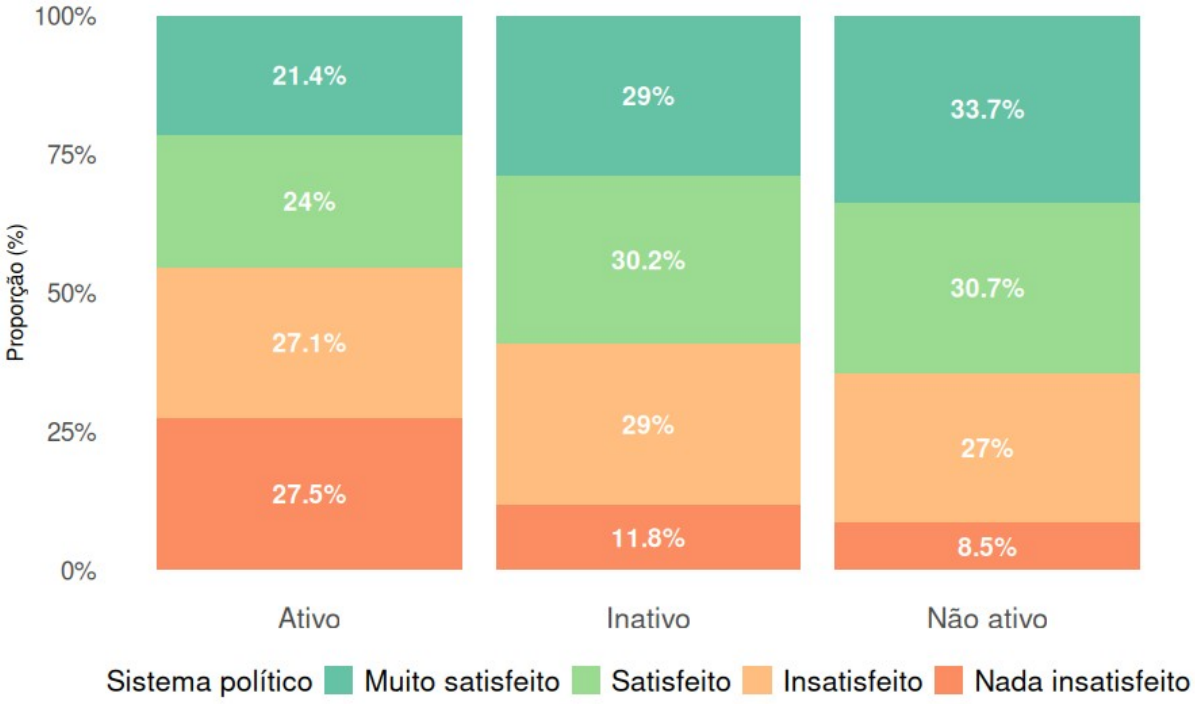


Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Quanto ao convencimento do voto, o gráfico revela diferenças gradual entre ativos, inativos e não ativos, indicando que o grau de vinculação partidária está associado à disposição de influenciar o voto de terceiros. Entre os ativos, observa-se uma distribuição

relativamente com predomínio daqueles que afirmam já ter convencido alguém a votar (49,9%), seguidos pelos que declaram que poderiam convencer (24,2%) e por uma parcela menor que afirma que nunca convenceria (26,0%). Entre os inativos, o perfil se desloca para posições intermediárias. A maior proporção concentra-se na categoria “nunca convenceria” (37,3%), seguida por “poderia convencer” (33,8%) e, por fim, “já convenceu” (28,9%). Os não ativos seguem o mesmo padrão com predomina ainda mais expressiva da resposta “nunca convenceria”, que atinge 53,1% dos entrevistados, enquanto 29,1% afirmam que poderiam convencer e apenas 17,8% declaram já ter convencido alguém a votar.

Gráfico 37 - Satisfação com o sistema político entre ativos, inativos e não ativos

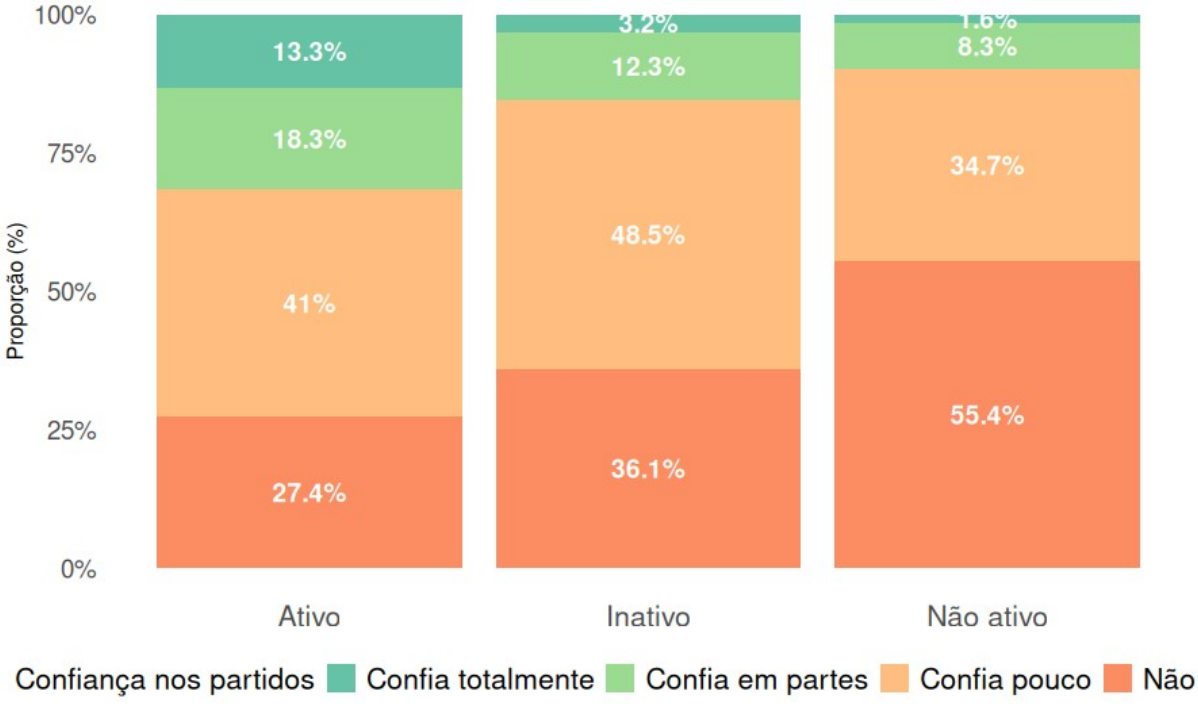


Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

Sobre à satisfação com o sistema político, o gráfico chama atenção para o fato de que os ativos concentram os maiores percentuais de insatisfação. Notadamente, 27,1% se declaram insatisfeitos e 27,6% completamente insatisfeitos. Entre as avaliações positivas, 21,4% declara-se completamente satisfeitos e 24,0% satisfeitos. No caso dos inativos, 29,0% afirmam estar completamente satisfeitos, 30,2% satisfeitos e 29,0% insatisfeitos, com apenas 11,8% considerando-se completamente insatisfeito. Já entre os não ativos, observa-se o maior nível de satisfação relativa e o menor de insatisfação. Nesse grupo, 33,7% se declaram

completamente satisfeitos e 30,7% satisfeitos, enquanto 27,0% consideram-se insatisfeitos e 8,5% completamente insatisfeitos.

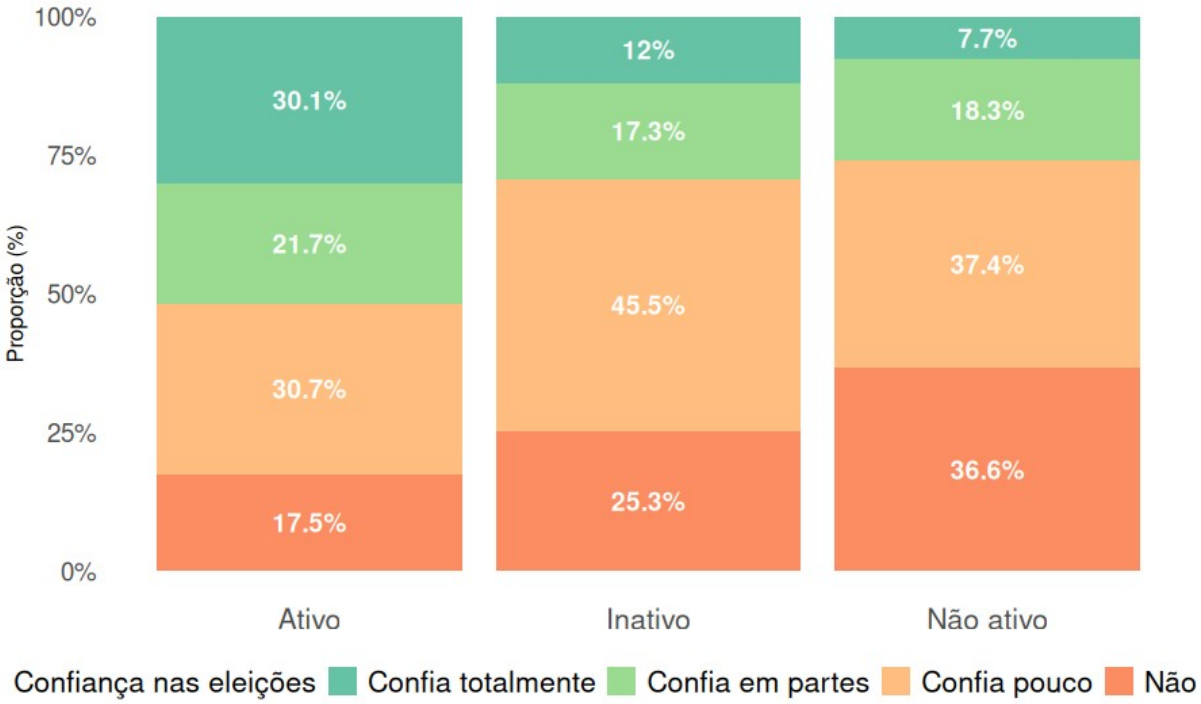
Gráfico 38 - Confiança nos partidos entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Em relação à confiança nos partidos políticos, o gráfico evidencia um padrão claro de variação associado ao grau de vinculação partidária, marcado por um gradiente crescente de desconfiança à medida que o envolvimento com partidos se enfraquece. Entre os ativos, observa-se uma distribuição relativamente mais equilibrada, ainda que as avaliações negativas sejam majoritárias. Aproximadamente 41,0% afirmam confiar pouco nos partidos e 27,4% declaram não confiar. Por outro lado, 18,3% dizem confiar em partes e 13,3% afirmam confiar totalmente. Entre os inativos, o padrão torna-se mais crítico. A proporção dos que não confiam sobe para 36,1%, enquanto 48,5% afirmam confiar pouco. As categorias positivas tornam-se residuais: 12,3% declaram confiar em partes e apenas 3,2% afirmam confiar totalmente. Já entre os não ativos, a desconfiança atinge seu ponto máximo. Nesse grupo, 55,4% declaram não confiar nos partidos e 34,7% afirmam confiar pouco, o que corresponde a cerca de 90,1% de avaliações negativas. As avaliações positivas são praticamente marginais, com 8,3% confiando em partes e apenas 1,6% confiando totalmente.

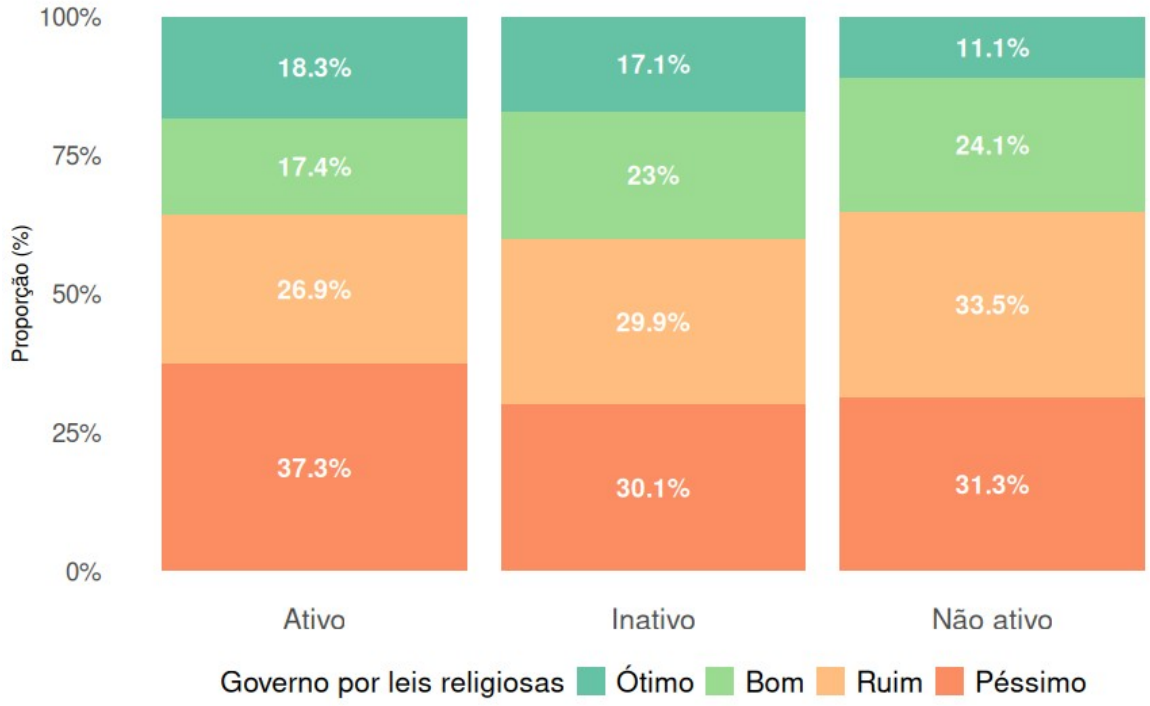
Gráfico 39 - Confiança nas eleições entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

No tocante à confiança nas eleições, o gráfico evidencia diferenças consistentes entre ativos, inativos e não ativos, indicando que o grau de vinculação partidária está associado a distintas avaliações sobre a credibilidade do processo eleitoral. Entre os ativos, 30,1% declaram confiar totalmente nas eleições e 21,7% afirmam confiar em partes. As avaliações negativas registram 30,7% que confiam pouco e 17,5% que não confiam. Entre os inativos, o padrão se desloca de forma clara para posições mais críticas. Nesse grupo, 45,5% afirmam confiar pouco e 25,3% declaram não confiar, somando cerca de 70,8% de avaliações negativas. As avaliações positivas tornam-se minoritárias, com 17,3% confiando em partes e apenas 12,0% confiando totalmente. Já entre os não ativos, a desconfiança se aprofunda. Nesse grupo, 37,4% declaram confiar pouco e 35,6% afirmam não confiar, totalizando aproximadamente 73,0% de avaliações negativas. As avaliações positivas são residuais, com 18,3% confiando em partes e apenas 7,7% confiando totalmente.

Gráfico 40 - Ser governado por leis religiosas entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

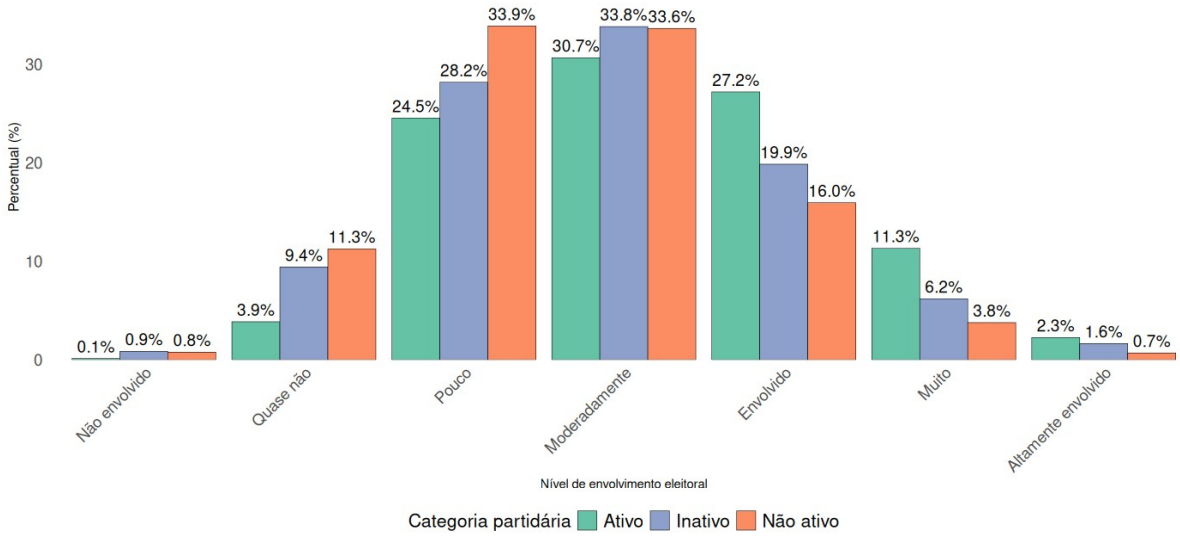
Quanto a ser governado por leis religiosas em que não há partidos e eleições, o gráfico revela que a rejeição é dominante, sendo mais de 60% de avaliações negativas em todos os grupos. Especificamente entre os ativos, 37,3% consideram essa forma de governo “péssima” e 26,9% “ruim”, somando 64,2% de rejeição, enquanto 17,4% avaliam como “bom” e 18,3% como “ótimo”. Entre os inativos, observa-se um leve deslocamento em direção a posições menos críticas: 30,1% classificam como “péssimo” e 29,9% como “ruim” (60,0% de avaliações negativas), ao passo que 23,0% consideram “bom” e 17,1% “ótimo”. Já entre os não ativos, a rejeição continua majoritária: 31,3% julgam “péssimo” e 33,5% “ruim”, totalizando 64,8% de avaliações negativas, enquanto 24,1% avaliam como “bom” e 11,1% como “ótimo”.

De forma geral, os dados da dimensão democrática indicam que o vínculo partidário organiza diferenças nas formas de inserção e percepção do sistema político, mas não estabelece uma clivagem simples entre “engajados” e “desengajados”. Os ativos se destacam por maior centralidade na dinâmica eleitoral (seja pelo peso dos partidos que apoiam, seja pela maior disposição em influenciar o voto) e por níveis relativamente mais altos de confiança nas eleições, o que sugere maior proximidade com as engrenagens formais da competição política. Ainda assim, esse grupo não é o mais satisfeito com o funcionamento do

sistema político, revelando que maior envolvimento não implica necessariamente avaliações mais positivas do regime. Os inativos, por sua vez, apresentam um perfil intermediário e heterogêneo, combinando distanciamento organizacional dos partidos com percepções que oscilam entre a crítica institucional e níveis moderados de confiança. Já os não ativos, embora menos mobilizados em práticas eleitorais e mais desconfiados dos partidos, não se mostram alheios aos valores democráticos: exibem níveis relevantes de satisfação com o sistema e, assim como os demais grupos, rejeitam majoritariamente alternativas não democráticas, como um governo baseado em leis religiosas sem partidos ou eleições.

Em conjunto, as variáveis descritas acima são incorporadas no índice de envolvimento eleitoral desenvolvido para mensurar, de maneira sintética e comparativa, o grau de relacionamento político dos cidadãos latino-americanos. Conforme detalhado na seção metodológica, o índice classifica os indivíduos em sete níveis, que variam de altamente envolvido eleitoralmente a não envolvido eleitoralmente, a partir da soma das respostas positivas às seis dimensões. O gráfico abaixo explora as variações desse índice segundo as diferentes categorias partidárias (ativos, inativos e não ativos), oferecendo um panorama abrangente dos padrões de engajamento eleitoral na região.

Gráfico 41 - Índice de envolvimento eleitoral entre ativos, inativos e não ativos



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do WVS 2017-2022.

O gráfico apresenta concentração do envolvimento eleitoral nos níveis intermediários, sobretudo em “Moderadamente envolvido”, com redução progressiva nos extremos em todas as categorias.

Entre os ativos, observa-se crescimento contínuo dos níveis mais baixos até o pico em “Moderadamente envolvido” (30,7%), os níveis intermediários, “Pouco” (24,5%), “Moderadamente” e “Envolvido” (27,4%), concentram 82,4% dos respondentes da categoria. Os níveis mais altos apresentam queda, com 11,3% em “Muito envolvido” e 2,3% em “Altamente envolvido”. Os níveis mais baixos são residuais (0,1% “Não envolvido” e 3,9% “Quase não envolvido”), indicando baixa presença de completa apatia.

Os inativos apresentam padrão semelhante, com maior concentração em “Moderadamente envolvido” (33,8%). Em seguida aparecem “Pouco envolvido” (28,2%) e “Envolvido” (19,9%). Essas três categorias correspondem a 81,9% da amostra. Os níveis superiores são mais reduzidos (6,2% “Muito envolvido” e 1,6% “Altamente envolvido”), enquanto os níveis baixos somam 10,3% (“Não” + “Quase não”), valor superior ao dos ativos.

Já os não ativos apresentam empate entre as categorias “Pouco envolvido” (33,9%) e “Moderadamente envolvido” (33,6%). O nível “Envolvido” (16,0%) é mais baixo que nos demais grupos. Apesar disso, a soma dos três níveis supera as demais categorias, seja por sua posição mais concentrada, ou seja pela sua presença menos expressiva nos níveis superiores (3,8% em “Muito envolvido” e em 0,7% “Altamente envolvido”. Os níveis baixos (0,8% “Não envolvido” e 11,3% “Quase não envolvido”) somam 12,1%, o maior entre as categorias, mais que o dobro nas demais categorias partidárias.

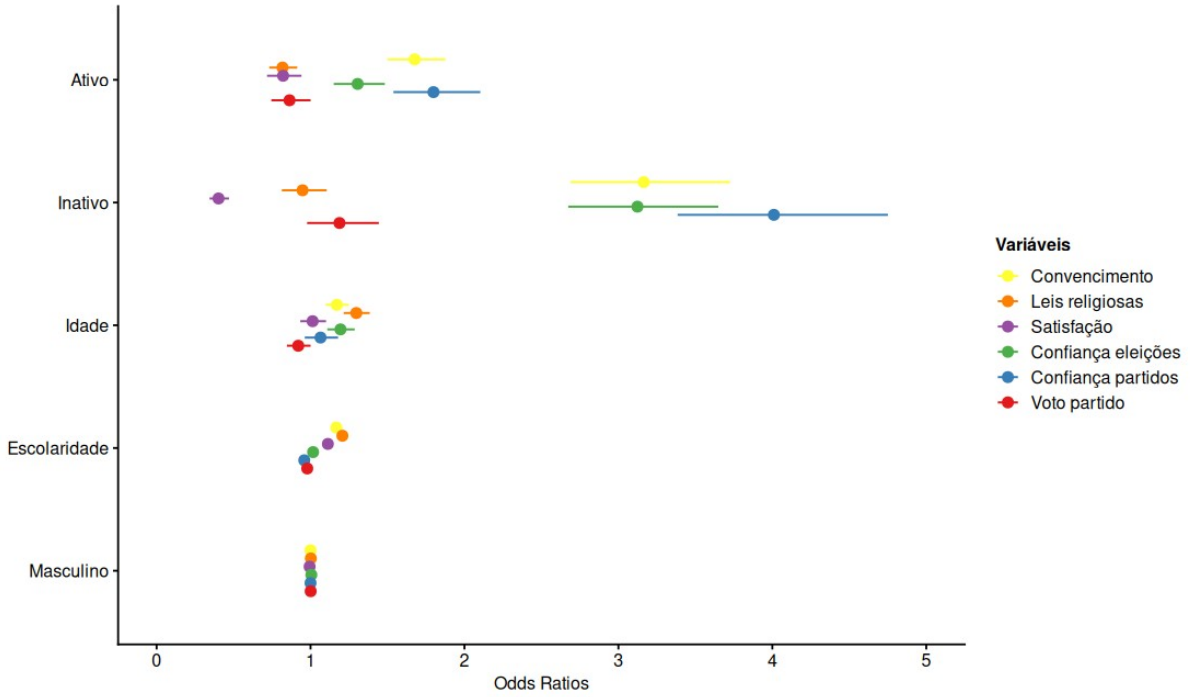
De forma geral, o envolvimento eleitoral distribui-se predominantemente em níveis intermediários em todos os grupos, com diferenças de intensidade. Os ativos apresentam maior presença relativa nos níveis mais elevados de envolvimento, enquanto os inativos seguem o padrão com menor intensidade. Os não ativos, por sua vez, destacam-se pela maior concentração em níveis intermediários e baixos, ainda que na zona de maior concentração nos níveis intermediários até ultrapasse as demais categorias. Esse padrão indica variações na intensidade do engajamento eleitoral conforme o vínculo com a atividade política, mantendo-se, contudo, uma estrutura centrada em níveis moderados de envolvimento.

4.3.2 Modelos de regressão

Esta subseção tem como objetivo submeter as variáveis analisadas na seção anterior a modelos estatísticos, a fim de investigar o impacto das categorias partidárias e variáveis sociodemográficas sobre o relacionamento eleitoral. Os modelos de regressão foram estruturados para fornecer uma análise detalhada das relações entre as variáveis

independentes (categorias) e as distintas dimensões eleitorais. Em particular, foram desenvolvidos seis modelos multiníveis referentes às seis variáveis de interesse, com cada variável avaliada em um modelo separado (dependente), considerando o país como o nível. Os resultados obtidos dos modelos são expressos nos gráficos que constam no apêndice.

Gráfico 42 - Representação gráfica dos modelos multiníveis das variáveis eleitorais na América Latina (nível 1)



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Os modelos das variáveis eleitorais indicam que a vinculação partidária ativa permanece associada, de maneira consistente, a atitudes mais favoráveis ao funcionamento do sistema político e eleitoral. Em comparação aos indivíduos não ativos, os partidariamente ativos apresentam chances substancialmente maiores de demonstrar maior convencimento em relação ao voto (OR = 3,16; $p < 0,001$), bem como níveis mais elevados de confiança nas eleições (OR = 3,12; $p < 0,001$) e confiança nos partidos políticos (OR = 4,01; $p < 0,001$). Esses resultados sugerem maior integração subjetiva ao sistema representativo e às instituições eleitorais.

Por outro lado, os ativos apresentam menor probabilidade de expressar satisfação com o funcionamento do sistema político (OR = 0,40; $p < 0,001$), indicando que o maior envolvimento partidário não necessariamente se traduz em avaliações positivas sobre o desempenho do sistema. No modelo referente à aceitação de governo baseado em leis

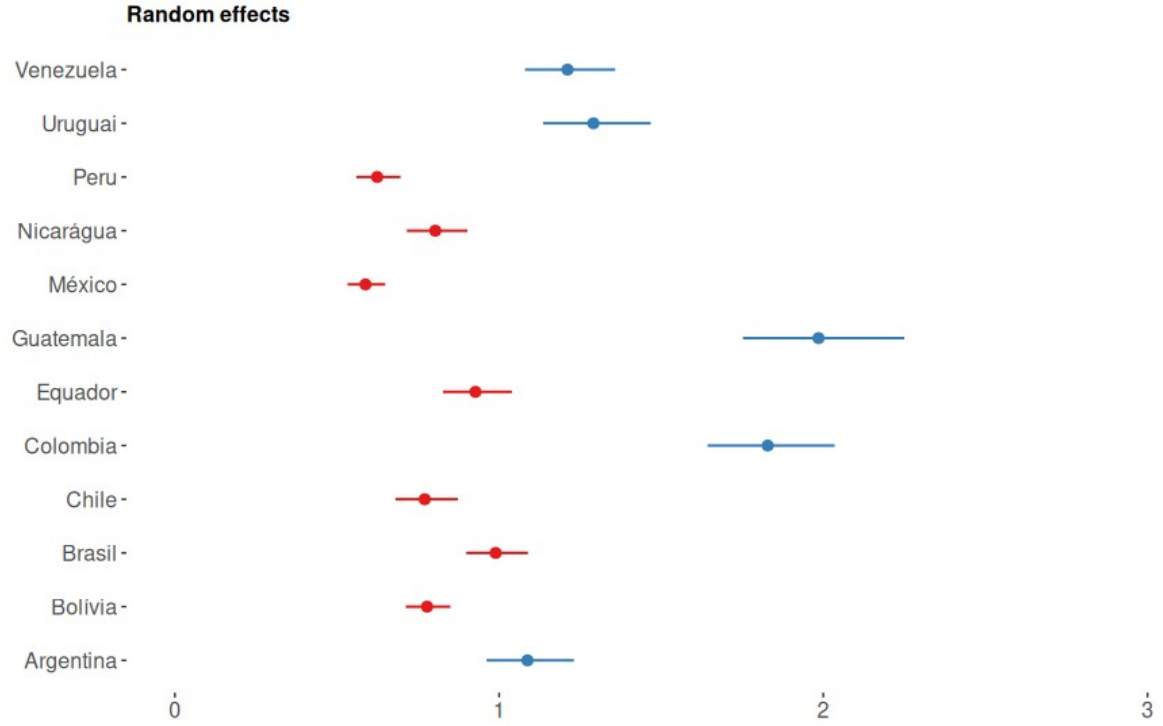
religiosas em substituição a partidos e eleições, o coeficiente dos ativos não alcança significância estatística (OR = 0,95; p = 0,497), sugerindo ausência de associação robusta nessa dimensão específica. Da mesma forma, no indicador relacionado ao voto partidário, o efeito também não é estatisticamente significativo (OR = 1,19; p = 0,083).

Entre os indivíduos partidariamente inativos, observa-se um padrão mais moderado, embora ainda associado a algumas atitudes pró-sistêmicas. Em comparação aos não ativos, os inativos apresentam maiores chances de demonstrar convencimento do voto (OR = 1,68; p < 0,001), confiança nas eleições (OR = 1,31; p < 0,001) e confiança nos partidos políticos (OR = 1,80; p < 0,001). Em contrapartida, apresentam menores probabilidades de apoiar a adoção de leis religiosas em substituição aos mecanismos partidários e eleitorais (OR = 0,82; p < 0,001), bem como menores níveis de satisfação com o sistema político (OR = 0,82; p = 0,005). No caso do voto partidário, o coeficiente encontra-se em nível limítrofe de significância estatística (OR = 0,86; p = 0,051), não permitindo afirmar associação robusta entre inatividade partidária e esse comportamento eleitoral.

No que se refere às variáveis sociodemográficas, a escolaridade apresenta efeito positivo e estatisticamente significativo em diversas dimensões, especialmente no convencimento do voto, rejeição a alternativas não eleitorais e satisfação com o sistema político. Entretanto, seus efeitos não se mostram homogêneos em todos os modelos, deixando de alcançar significância estatística em confiança nas eleições (p = 0,130) e voto partidário (p = 0,083). O sexo masculino apresenta efeitos positivos em algumas dimensões, como convencimento do voto, aceitação de leis religiosas e confiança nas eleições, embora não mantenha significância em todos os modelos. Já a idade apresenta efeitos mais limitados e substantivamente reduzidos, alcançando significância apenas em dimensões específicas, como satisfação com o sistema político e confiança nas eleições.

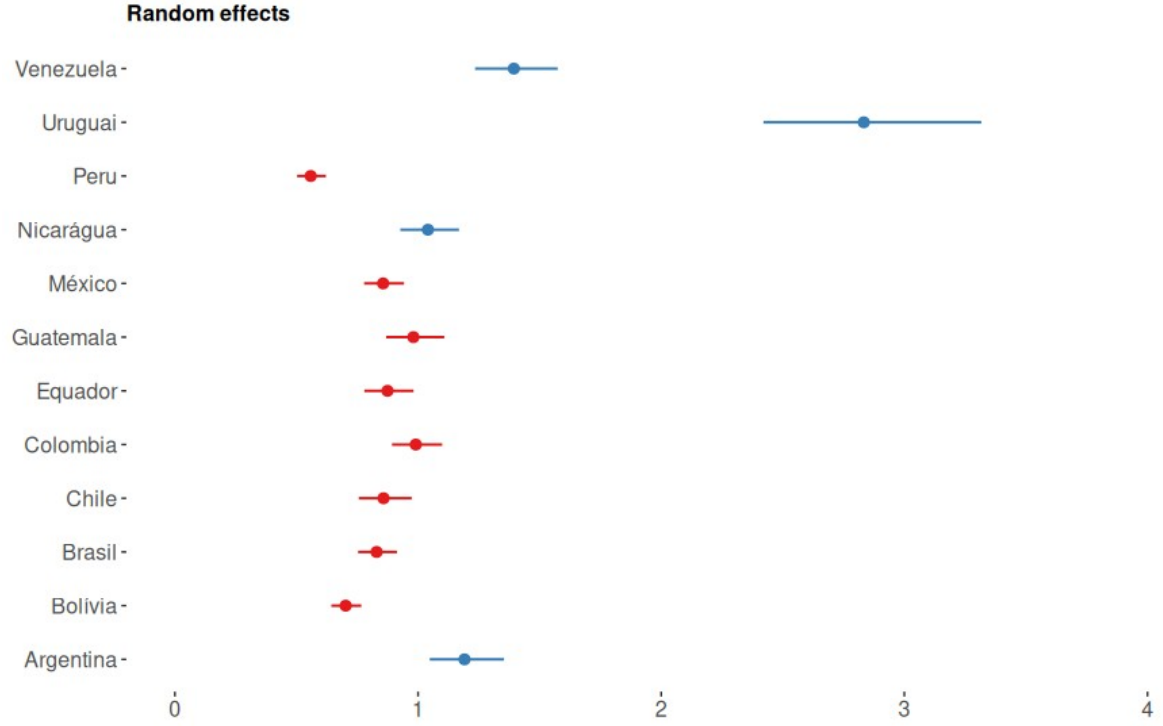
No plano contextual, os modelos multiníveis indicam variação entre países nas atitudes eleitorais analisadas. Em geral, os valores de ICC permanecem moderados, variando entre 0,04 e 0,15 na maior parte dos modelos, o que justifica a utilização da modelagem multinível. Contudo, o modelo referente ao voto partidário apresenta um ICC substancialmente elevado (0,62), indicando forte concentração da variabilidade entre países e sugerindo que esse comportamento eleitoral depende mais intensamente de características contextuais e institucionais nacionais do que as demais dimensões analisadas.

Gráfico 43 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de convencimento de voto na América Latina



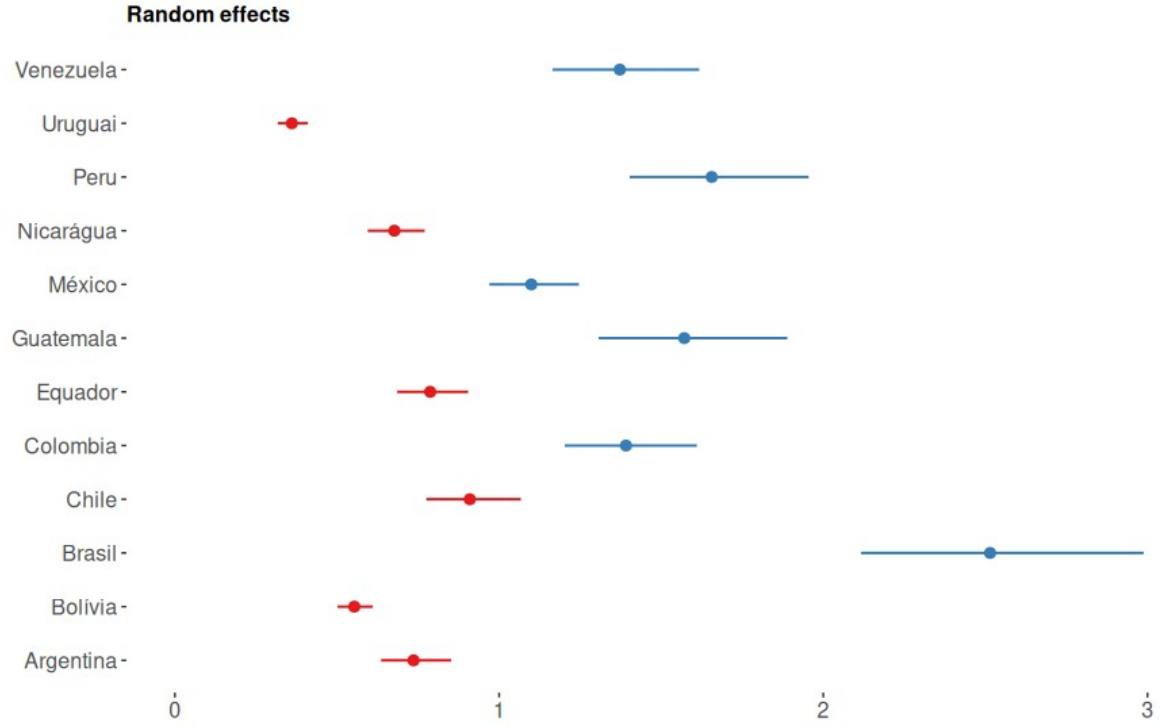
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 44 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de ser governado por leis religiosas na América Latina



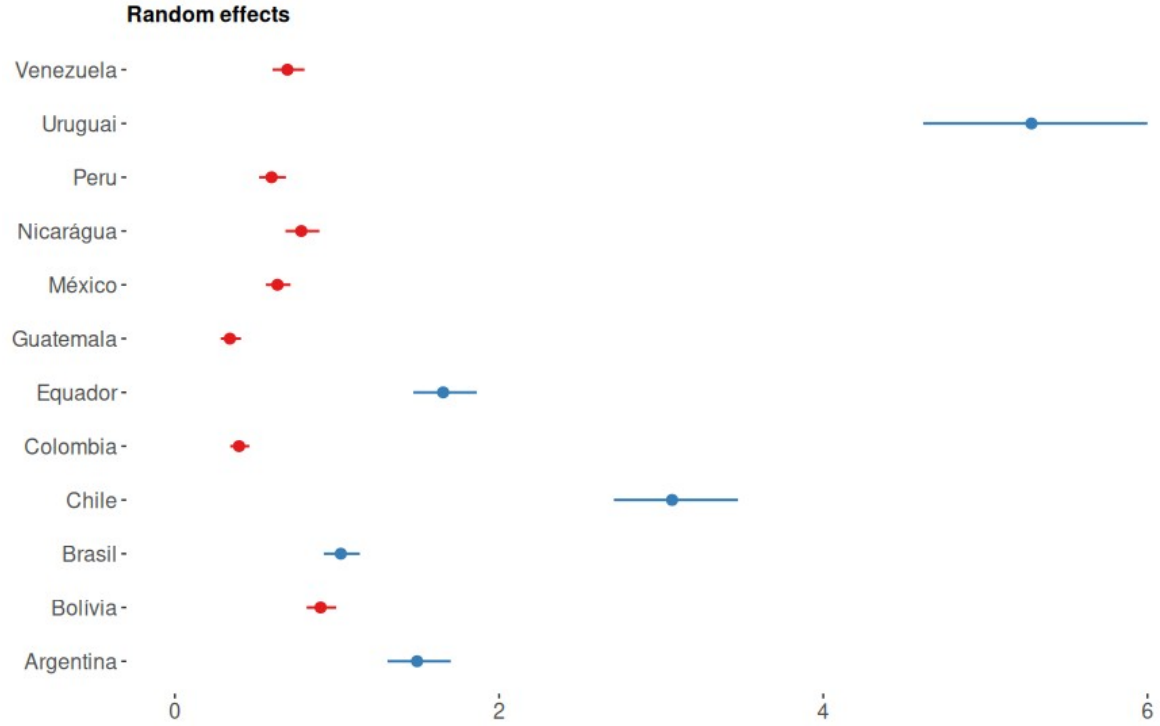
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 45 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis satisfação com o sistema político na América Latina



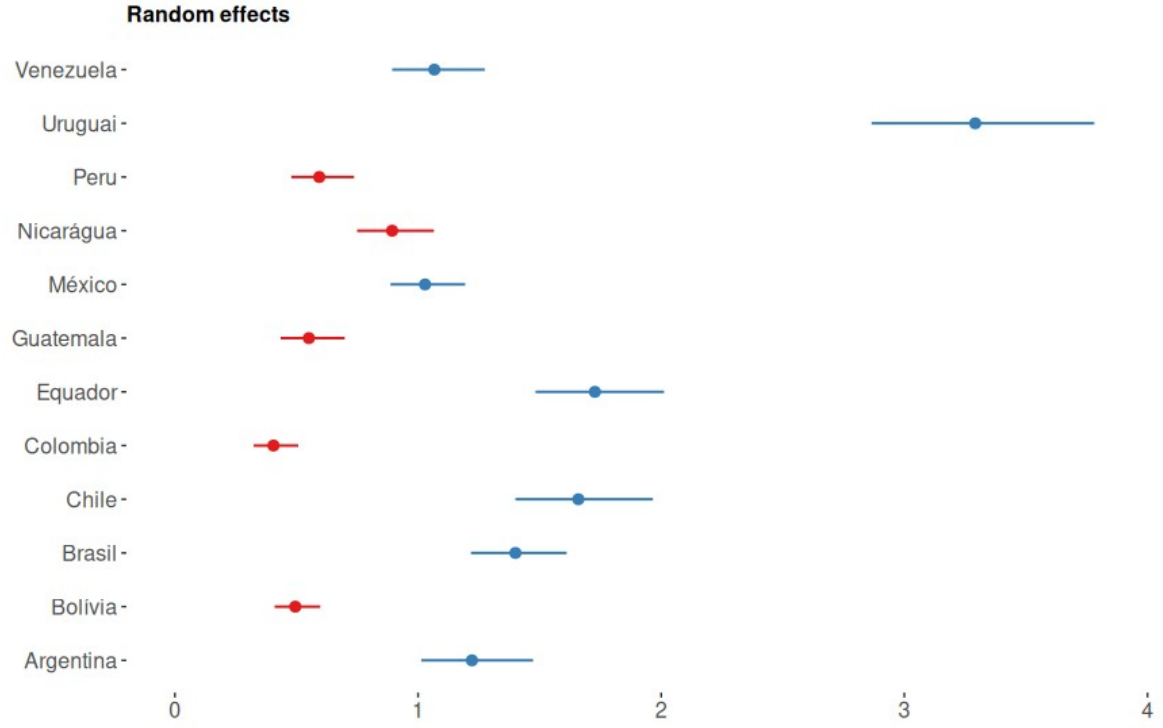
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 46 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de confiança nas eleições na América Latina



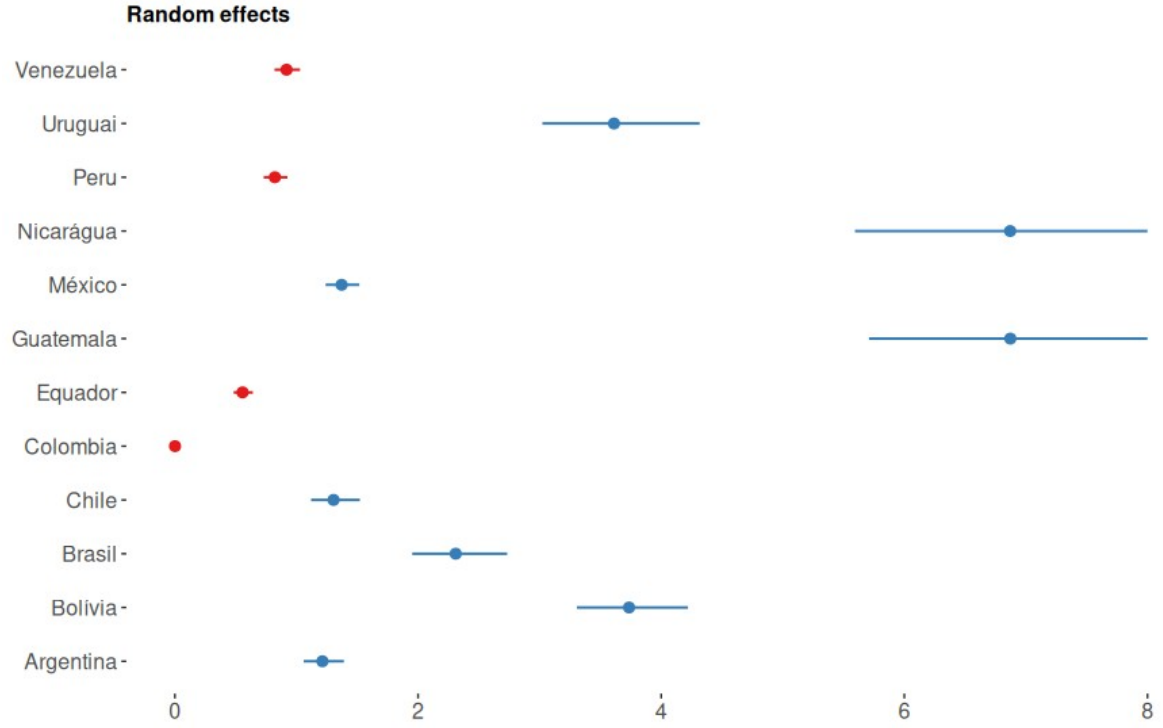
Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 47 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de confiança nos partidos na América Latina



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Gráfico 48 - Efeitos aleatórios por país (nível 2) nos modelos multiníveis de voto por partido na América Latina



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

No que se refere ao nível 2 verifica-se quanto às dimensões ligadas ao convencimento de voto (Gráfico 43), atitudes procedimentais e confiança institucional revelam um quadro heterogêneo, no qual o contexto nacional exerce influência substantiva, ainda que variável, sobre as disposições políticas dos indivíduos. No que se refere ao convencimento de voto, observa-se uma distribuição assimétrica dos efeitos aleatórios entre países, indicando que essa dimensão é sensível a dinâmicas nacionais específicas: Guatemala (0,70) e Colômbia (0,56) apresentam os efeitos positivos mais elevados, sugerindo maior propensão contextual ao convencimento eleitoral, seguidos por Uruguai (0,23), Argentina (0,19) e Venezuela (0,15). Em contraste, México (−0,56), Peru (−0,46), Bolívia (−0,27) e Nicarágua (−0,27) concentram os efeitos negativos mais intensos, apontando ambientes menos favoráveis à mobilização ou persuasão eleitoral, enquanto Brasil (0,03) ocupa posição praticamente neutra, indicando baixo efeito contextual específico.

Quanto à possibilidade de ser governado por leis religiosas e não por paratodos e eleições (Gráfico 44), os efeitos estimados revelam uma clivagem regional igualmente expressiva, ainda que com sinalizações normativas distintas. O Uruguai destaca-se de forma contundente com o maior efeito negativo (−1,38). Em posição também negativa, ainda que menos intensa, situam-se Argentina (−0,49), Chile (−0,15), Brasil (−0,09) e Venezuela (−0,09), sugerindo resistência moderada à incorporação de princípios religiosos na esfera governamental. Em contraste, Peru apresenta o efeito positivo mais elevado (0,61), seguido por Bolívia (0,37), México (0,32), Equador (0,24), Colômbia (0,24), Guatemala (0,23) e Nicarágua (0,20), sinalizando maior aceitação (ou menor rejeição) à ideia de governos orientados por escolhas religiosas nesses contextos.

Na satisfação com o sistema político (Gráfico 45), a heterogeneidade entre países permanece elevada, mas com um padrão distinto das dimensões normativas. Brasil apresenta um efeito positivo muito elevado (1,15), seguido por Peru (0,54) e Guatemala (0,43), sugerindo avaliações relativamente mais favoráveis do funcionamento do sistema político nesses contextos. Em contraste, Uruguai (−1,05) destaca-se como o caso mais negativo, seguido por Bolívia (−0,58), Nicarágua (−0,49) e Argentina (−0,34), indicando níveis mais críticos de satisfação, o que reforça a ideia de que avaliações do desempenho institucional não se alinham automaticamente a atitudes normativas pró-democracia.

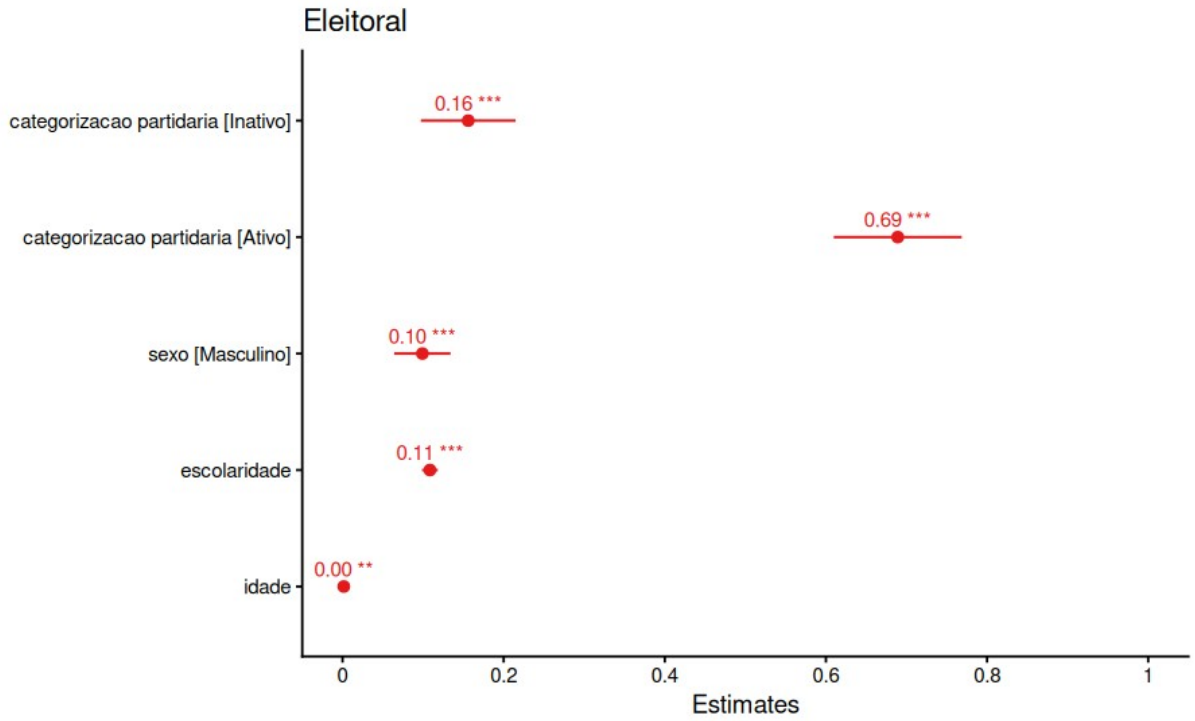
No que diz respeito à confiança nas eleições (Gráfico 46), observa-se novamente elevada dispersão dos efeitos aleatórios. Uruguai (1,69) e Chile (1,13) apresentam os efeitos positivos mais intensos, seguidos por Equador (0,49) e Argentina (0,47), indicando maior legitimidade percebida dos processos eleitorais. Em contrapartida, Guatemala (−1,10) e Colômbia (−0,95) concentram os efeitos negativos mais pronunciados, acompanhados por Peru (−0,51), México (−0,47) e Venezuela (−0,39), sugerindo contextos marcados por desconfiança eleitoral mais persistente.

A confiança nos partidos políticos (Gráfico 47) também revela forte variação contextual. Uruguai apresenta novamente o maior efeito positivo (1,22), seguido por Equador (0,54), Chile (0,51) e Brasil (0,34), sugerindo maior legitimidade partidária nesses países. Em sentido oposto, Colômbia (−0,92), Bolívia (−0,70), Guatemala (−0,61) e Peru (−0,52) exibem efeitos negativos expressivos, indicando sistemas partidários percebidos como menos confiáveis, enquanto México (0,01) e Venezuela (0,05) ocupam posições praticamente neutras.

Por fim, no peso eleitoral do partido (Gráfico 48), os efeitos são particularmente polarizados. Guatemala destaca-se com um efeito positivo elevado (1,63), seguido por Brasil (0,82), Chile (0,54) e Nicarágua (0,43), sugerindo maior centralidade contextual dos partidos na decisão do voto. Em contraste, Colômbia (−1,38) e Bolívia (−1,22) concentram os efeitos negativos mais intensos, acompanhadas por Argentina (−0,42), Venezuela (−0,38) e México (−0,15), indicando menor relevância percebida dos partidos como âncoras eleitorais nesses contextos.

Em conjunto, os resultados apontam para um padrão coerente com os modelos anteriores: Uruguai emerge como um caso de alta confiança institucional e forte percepção de liberdade política, ainda que combinado a avaliações críticas do sistema político, enquanto Guatemala apresenta forte centralidade do partido e do convencimento eleitoral, mas avaliações negativas em dimensões normativas e procedimentais. Países como México, Colômbia e Bolívia concentram déficits recorrentes de confiança e legitimidade, ao passo que o Brasil ocupa posição ambivalente, combinando alta satisfação com o sistema político e peso partidário elevado, mas resultados menos consistentes em dimensões normativas e de confiança institucional.

Gráfico 49 - Representação gráfica do modelo linear do índice eleitoral na América Latina (nível 1)



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

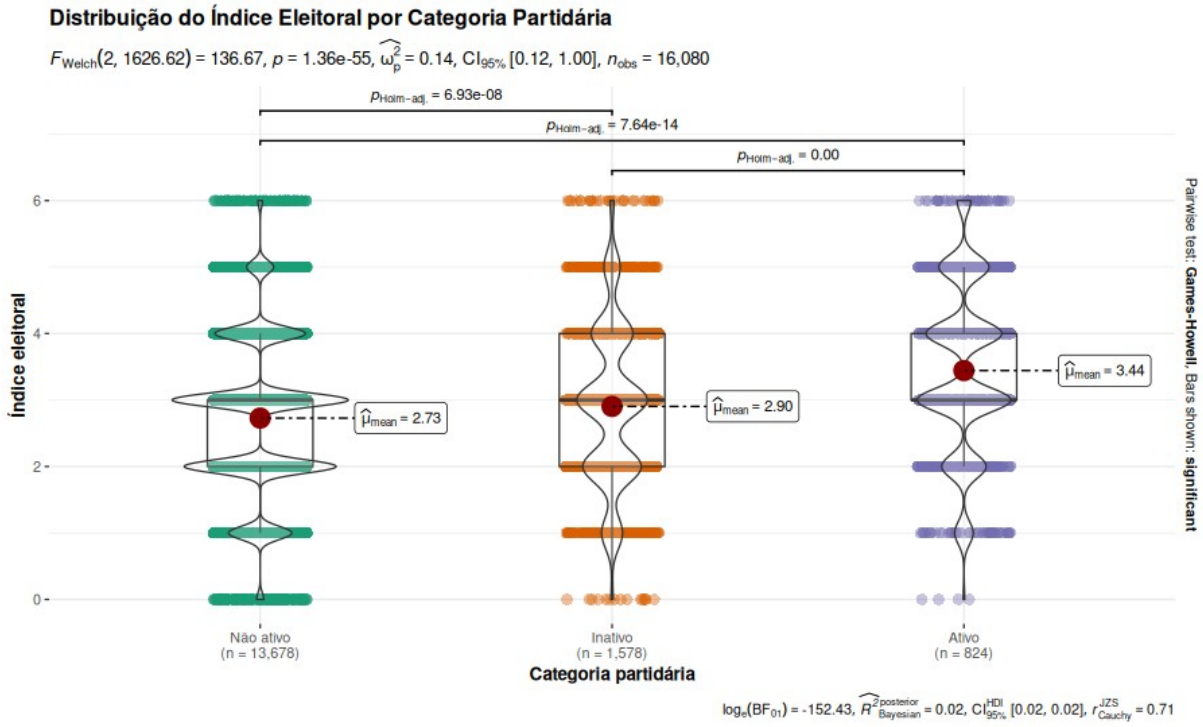
A análise do modelo do índice eleitoral demonstra que a categorização partidária exerce efeito positivo e estatisticamente significativo sobre o nível agregado de participação eleitoral. Em comparação aos indivíduos sem vínculo partidário, os inativos apresentam aumento médio no índice eleitoral ($\beta = 0{,}16$; $p < 0{,}001$), enquanto os ativos registram um efeito substancialmente mais elevado ($\beta = 0{,}69$; $p < 0{,}001$). Os resultados indicam que a inserção partidária, sobretudo em sua forma ativa, constitui um importante fator associado ao engajamento eleitoral, reforçando a centralidade das organizações partidárias na mobilização política dos indivíduos.

As variáveis sociodemográficas também apresentam efeitos consistentes e estatisticamente significativos. O sexo masculino associa-se positivamente ao índice eleitoral ($\beta = 0{,}10$; $p < 0{,}001$), sugerindo maior participação eleitoral média entre homens. A escolaridade emerge como um dos principais preditores do modelo ($\beta = 0{,}11$; $p < 0{,}001$), evidenciando que níveis mais elevados de instrução favorecem maiores níveis de engajamento eleitoral. A idade, embora apresente coeficiente de magnitude reduzida,

mantém efeito positivo e significativo (β ≈ 0,00; p = 0,005), indicando incremento discreto da participação eleitoral ao longo do ciclo de vida.

De maneira geral, os resultados sugerem que o comportamento eleitoral é fortemente influenciado pela integração partidária e pelos recursos individuais associados à participação política, especialmente escolaridade. A magnitude mais elevada do coeficiente dos indivíduos partidariamente ativos evidencia que formas mais intensas de inserção organizacional estão associadas a níveis superiores de envolvimento eleitoral.

Figura 3 - Distribuição do índice eleitoral por categorização partidária



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

No que se refere à dimensão eleitoral, a análise das médias revela um padrão claro e monotônico, semelhante ao observado na dimensão de envolvimento político. Indivíduos classificados como ativos apresentam o maior nível médio no índice eleitoral (M ≈ 3,42), seguidos pelos inativos (M ≈ 2,89) e, por fim, pelos não ativos (M ≈ 2,73). Esse gradiente indica que a inserção em estruturas partidárias está positivamente associada à participação e às atitudes relacionadas ao processo eleitoral.

As comparações entre grupos, ajustadas pelo método de Tukey, confirmam a robustez desse padrão, uma vez que todas as diferenças observadas são estatisticamente significativas ($p < 0,001$). Em termos substantivos, os resultados indicam que mesmo níveis intermediários de vinculação partidária já se associam a maior engajamento eleitoral quando comparados aos indivíduos sem vínculo, enquanto a participação ativa está relacionada aos níveis mais elevados de envolvimento.

Adicionalmente, a análise das médias ajustadas, estimadas a partir de modelo linear que controla por sexo, idade e escolaridade, reforça esse padrão ao evidenciar diferenças consistentes entre os grupos independentemente dessas características individuais.

Tabela 19 - Médias ajustadas e comparações entre categorias partidárias no envolvimento eleitoral

	Painel A – Médias ajustadas (EMMs)			
Categoria	**Média**	**EP**	**IC95%**	
Não ativo	2,73	0,0097	[2,71 ; 2,75]	
Inativo	2,89	0,0284	[2,83 ; 2,95]	
Ativo	3,42	0,0393	[3,35 ; 3,50]	
	Painel B – Comparações pareadas			
Categoria	**Diferenças**	**EP**	**t**	**p-valor**
Não ativo – Inativo	-0,156	0,0300	-5,200	< 0,001
Não ativo – Ativo	-0,689	0,0405	-17,012	< 0,001
Inativo – Ativo	-0,533	0,0485	-10,994	< 0,001

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

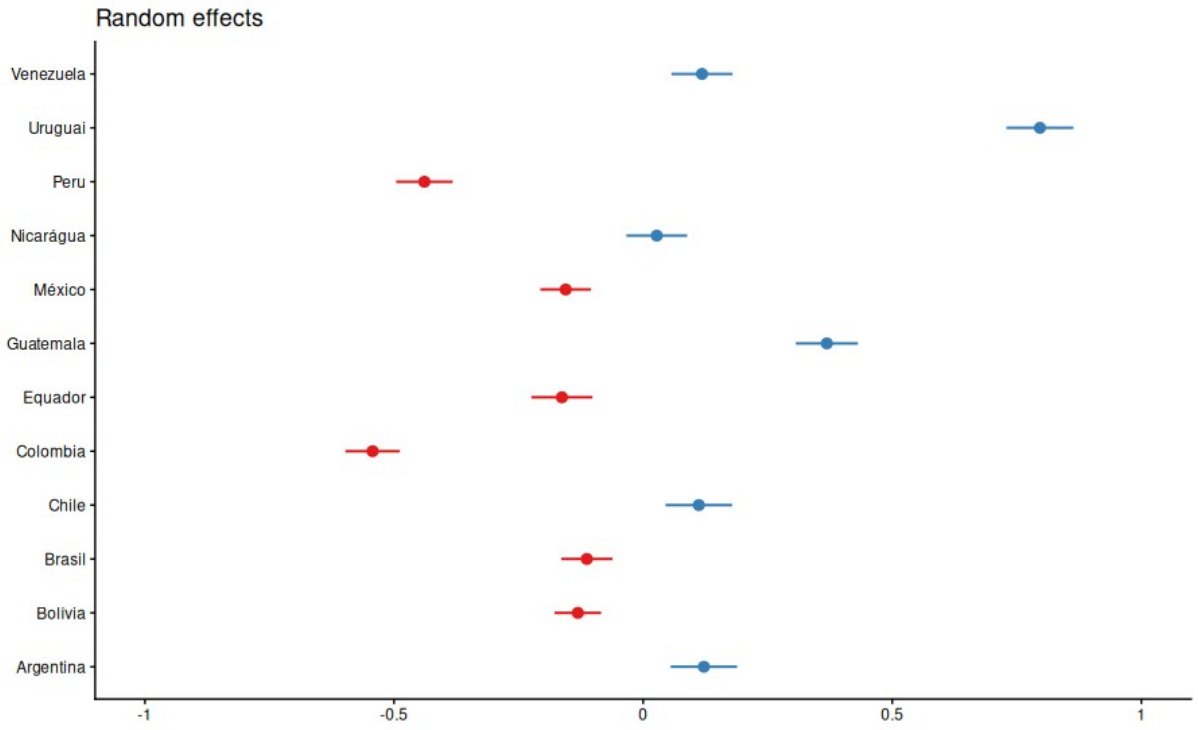
As estimativas indicam que indivíduos não ativos apresentam o menor nível médio ajustado no índice eleitoral (M = 2,73; EP = 0,0097; IC95% [2,71; 2,75]), seguidos pelos inativos (M = 2,89; EP = 0,0284; IC95% [2,83; 2,95]) e pelos ativos (M = 3,42; EP = 0,0393; IC95% [3,35; 3,50]).

As comparações pareadas evidenciam que todas as diferenças entre os grupos são estatisticamente significativas ($p < 0,001$). Especificamente, os não ativos apresentam

níveis significativamente inferiores aos inativos (Δ ≈ −0,16) e, de forma mais acentuada, aos ativos (Δ ≈ −0,69), enquanto os inativos também apresentam menor nível de envolvimento eleitoral em comparação aos ativos (Δ ≈ −0,53).

Em termos substantivos, os resultados indicam a existência de um gradiente consistente entre vinculação partidária e engajamento eleitoral, no qual o afastamento das estruturas partidárias está associado a níveis progressivamente menores de participação e integração no processo eleitoral. A diferença mais expressiva entre não ativos e ativos sugere que a participação partidária desempenha papel central na mobilização eleitoral, ampliando tanto a propensão à participação quanto a adesão a práticas relacionadas ao sistema representativo.

Em conjunto, os achados reforçam a interpretação de que o partidarismo constitui um fator estruturante não apenas do envolvimento político geral, mas também das dinâmicas específicas do comportamento eleitoral, contribuindo para a organização e intensidade da participação dos indivíduos no processo democrático.



Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa WVS 2017-2022.

Ainda assim, os efeitos aleatórios por país revelam heterogeneidade sistemática nos níveis médios de envolvimento eleitoral entre os contextos nacionais analisados. Observam-

se efeitos positivos mais expressivos no Uruguai (0,80) e na Guatemala (0,37), indicando que, nesses países, o nível médio do índice eleitoral é substancialmente superior à média regional, mesmo após o controle pelas variáveis individuais e pela categorização partidária. Argentina (0,12), Venezuela (0,12), Chile (0,11) e Nicarágua (0,03) também apresentam efeitos positivos, embora mais moderados, sugerindo contextos relativamente mais favoráveis ao envolvimento eleitoral agregado.

Por outro lado, efeitos negativos são observados em México (−0,16), Equador (−0,16), Brasil (−0,11) e Bolívia (−0,13), indicando níveis médios de envolvimento eleitoral inferiores ao padrão regional. Os efeitos negativos mais pronunciados concentram-se em Peru (−0,44) e Colômbia (−0,54), sugerindo que esses países apresentam contextos particularmente menos favoráveis ao envolvimento eleitoral médio, mesmo após o controle pelos fatores individuais e partidários incluídos no modelo.

Em termos substantivos, os resultados sugerem que o envolvimento eleitoral não depende exclusivamente das características individuais dos respondentes ou de sua vinculação partidária, mas também do contexto político-institucional dos países. A presença de efeitos positivos em países como Uruguai e Guatemala indica que determinados ambientes nacionais podem favorecer níveis mais elevados de confiança, participação e inserção eleitoral. Em contraste, os efeitos negativos observados sobretudo em Colômbia e Peru apontam para contextos nos quais o engajamento eleitoral agregado tende a ser mais reduzido, refletindo possíveis diferenças institucionais, históricas ou de confiança no sistema político.

De maneira geral, os resultados reforçam a importância da dimensão contextual na compreensão do envolvimento eleitoral na América Latina, evidenciando que os países não apenas diferem entre si em termos médios, mas também condicionam de forma distinta os níveis de engajamento eleitoral observados entre os indivíduos.

4.4 Considerações parciais

Este capítulo teve como objetivo analisar os determinantes do comportamento eleitoral entre ativos, inativos e não ativos na América Latina, a partir de uma abordagem multidimensional que articulou práticas eleitorais, avaliações institucionais e disposições

normativas em relação ao regime democrático. Ao explorar padrões descritivos e modelos de regressão multinível, buscou-se compreender em que medida a vinculação partidária estrutura distintas formas de inserção dos cidadãos na política institucional, bem como seus limites explicativos em contextos marcados por desconfiança e fragilidade representativa.

A análise descritiva revelou que a vinculação partidária organiza diferenças nas formas de inserção eleitoral, mas não produz clivagens rígidas ou dicotômicas entre engajamento e distanciamento. Os ativos se destacam por maior centralidade na dinâmica eleitoral, expressa tanto na maior probabilidade de votar em partidos com peso eleitoral quanto na maior disposição para convencer terceiros e em níveis relativamente mais altos de confiança nas eleições. Ainda assim, também concentram percentuais elevados de insatisfação com o sistema político. Os inativos ocupam uma posição intermediária, combinando menor mobilização eleitoral com percepções heterogêneas sobre o sistema político, enquanto os não ativos, embora mais desconfiados dos partidos e menos envolvidos em práticas eleitorais, rejeitam majoritariamente alternativas não democráticas e exibem níveis relevantes de satisfação com o sistema.

Os modelos de regressão multinível aprofundam essa leitura ao demonstrar que a vinculação partidária ativa está associada a atitudes mais favoráveis ao funcionamento do sistema eleitoral e às instituições representativas, especialmente no que se refere ao convencimento do voto, à confiança nas eleições e à confiança nos partidos políticos. Em comparação aos não ativos, os ativos apresentam efeitos positivos e robustos na maioria das dimensões analisadas, enquanto os inativos exibem efeitos mais modestos, instáveis ou, em alguns casos negativos, como na avaliação do sistema político. Contudo, também verificou-se consideráveis impactos decorrentes dos contextos nacionais. Assim, embora o envolvimento partidário se configure como um fator relevante para compreender o comportamento eleitoral, seus efeitos não são universais nem lineares, reforçando a necessidade de análises que articulem disposições individuais e estruturas institucionais para compreender os padrões de relacionamento eleitoral na América Latina.

De modo geral, os resultados apresentados neste capítulo indicam que longe de produzir alinhamentos homogêneos, o engajamento partidário se articula a trajetórias diferenciadas de comportamento político. A coexistência de envolvimento eleitoral e insatisfação institucional, assim como a adesão majoritária ao regime democrático entre os não ativos, sugere que o distanciamento em relação aos partidos não implica, necessariamente, rejeição à democracia. Esses achados reforçam a ideia de que o comportamento eleitoral na região é marcado por ambivalências e condicionamentos

contextuais, nos quais a fragilidade representativa, a desconfiança institucional e as especificidades nacionais modulam os efeitos da vinculação partidária. Dessa forma, compreender a relação entre cidadãos e política institucional na América Latina requer ir além das categorias tradicionais de engajamento, incorporando as múltiplas dimensões, individuais e estruturais, que informam as práticas e percepções eleitorais.

A seguir, as considerações finais retomam essas três dimensões de forma integrada, articulando os principais resultados empíricos e suas implicações para a compreensão do comportamento eleitoral na região.

Conclusões: discussão sobre os riscos da não vinculação partidária para a democracia

A presente tese buscou responder a uma questão central no debate contemporâneo sobre democracia na América Latina: em que medida o apartidarismo constitui um risco para a estabilidade democrática na região. A literatura internacional oferece interpretações divergentes sobre o fenômeno do declínio do partidarismo. De um lado, perspectivas pessimistas argumentam que o enfraquecimento dos vínculos entre eleitores e partidos representa um risco para a democracia, pois comprometeria mecanismos fundamentais de representação, participação e accountability (Putnam, 2002; Mair, 2013; Przeworski, 2019; Levitsky e Ziblatt, 2018). De outro, abordagens mais otimistas sugerem que esse processo pode refletir transformações estruturais das sociedades contemporâneas, especialmente o aumento da mobilização cognitiva dos eleitores, que se tornariam mais autônomos, críticos e menos dependentes de lealdades partidárias tradicionais (Dalton, 2013).

No caso da América Latina, esse debate assume particular relevância. Diferentemente de algumas democracias europeias, marcadas por fortes vínculos organizacionais entre partidos e sociedade, os laços partidários na região historicamente nunca foram particularmente densos ou institucionalizados. Ao mesmo tempo em que suas democracias continuam organizadas e operando por meio de instituições representativas estruturadas em torno de partidos políticos (Mainwaring, 1999). Essa coexistência entre democracias formalmente partidarizadas e eleitorados amplamente apartidários constitui um aparente paradoxo que motiva a investigação desenvolvida nesta tese.

Do ponto de vista teórico, o problema dialoga com duas grandes tradições explicativas da estabilidade democrática. A primeira, de natureza culturalista, enfatiza o papel das atitudes políticas, da cultura cívica e da integração dos cidadãos às instituições democráticas. Nessa perspectiva, desenvolvida em trabalhos clássicos como *The Civic Culture* de Almond e Verba, a sobrevivência das democracias depende da existência de cidadãos que valorizem o regime, participem da vida pública e mantenham vínculos com instituições representativas. Os partidos políticos ocupam papel central nesse processo, funcionando como mecanismos de socialização política, agregação de interesses e mediação entre sociedade e Estado. Em contextos nos quais esses vínculos se enfraquecem, a democracia tenderia a se tornar mais vulnerável a processos de deslegitimação institucional ou erosão política.

A segunda tradição enfatiza fatores estruturais e socioeconômicos. Nesse campo, autores como Adam Przeworski argumentam que a estabilidade democrática está fortemente

associada ao nível de desenvolvimento econômico. Sociedades mais ricas tendem a apresentar democracias mais duráveis porque os custos de rupturas institucionais tornam-se mais elevados para atores políticos e sociais. A democracia, nesse sentido, não se sustenta apenas por valores ou atitudes, mas também por condições estruturais que reduzem os incentivos para sua ruptura.

Grande parte da literatura contemporânea investiga o declínio do partidarismo a partir da tradição culturalista, ao interpretar o afastamento entre eleitores e partidos como um possível indicador de enfraquecimento da cultura democrática e das bases sociais da representação política. Nesse contexto, o apartidarismo frequentemente aparece associado a diagnósticos mais amplos de crise da representação (Mair, 2013), de deterioração institucional (Baquero, 2012) ou mesmo de vulnerabilidade democrática (Przeworski, 2019).

A presente tese dialoga diretamente com esse debate, mas o faz a partir de uma estratégia analítica específica. Em vez de utilizar medidas tradicionais de identificação partidária, propôs-se uma categorização baseada exclusivamente no vínculo entre eleitores e partidos, classificando-os em três categorias: ativos, inativos e não ativos. Essa distinção permite observar de forma mais precisa o grau de proximidade organizacional entre cidadãos e partidos, isolando esse fator de outras dimensões frequentemente associadas ao partidarismo, como ideologia, preferência eleitoral ou simpatia política.

É importante, contudo, explicitar uma escolha teórica e metodológica realizada ao longo da pesquisa. Embora a variável central da tese procure apreender uma dimensão organizacional do vínculo partidário, parte significativa da literatura mobilizada está vinculada à tradição dos estudos sobre identificação partidária, de caráter predominantemente cultural e atitudinal. Essa opção decorre, em grande medida, da própria natureza dos dados disponíveis, que não contemplam a variavel padão de simpatia e identificacao partidaria. A medida é mensurada tradicionalmente por meio da autodeclaração dos indivíduos em pesquisas de opinião, enquanto a filiação partidária tende a ser operacionalizada a partir de registros institucionais do número de filiados. No presente estudo, optou-se por interpretar a autodeclaração referente ao vínculo, atuação partidária, como uma medida potencialmente mais próxima da experiência efetiva de envolvimento dos indivíduos com as organizações partidárias, uma vez que o simples registro formal de filiação não permite necessariamente distinguir entre uma vinculação meramente formal e uma participação efetivamente ativa. Dessa forma, a maior aproximação com a literatura de identificação partidária não significa a equiparação conceitual entre identificação e filiação, mas resulta da necessidade de dialogar

com a tradição empírica que dispõe de medidas individuais de autodeclaração e que permite analisar atitudes e comportamentos relacionados aos vínculos partidários.

Os resultados obtidos revelam, em primeiro lugar, que o afastamento partidário na América Latina é ainda mais profundo do que normalmente indicado por medidas tradicionais de identificação partidária. Em praticamente todos os países analisados, a categoria predominante é a de eleitores não ativos, frequentemente ultrapassando três quartos do eleitorado e alcançando níveis superiores a 90% em alguns casos. Em contraste, os eleitores efetivamente ativos partidariamente constituem uma minoria extremamente reduzida, raramente superando 10% do eleitorado.

Esse dado reforça diagnósticos recorrentes sobre a fragilidade do partidarismo na região. Contudo, ele também coloca um problema analítico relevante: se os vínculos partidários são tão limitados, como explicar a persistência das democracias latino-americanas ao longo das últimas décadas?

A resposta a essa questão emerge da análise multidimensional desenvolvida ao longo da tese.

Na dimensão política, os resultados confirmam que a vinculação partidária está associada a níveis mais elevados de envolvimento político. Eleitores ativos demonstram maior interesse por política, maior frequência de conversas sobre temas políticos, maior busca por informação e maior participação em formas de engajamento coletivo, como manifestações e abaixo-assinados. Os modelos estatísticos reforçam esse padrão, indicando que a vinculação partidária ativa aumenta significativamente as chances de participação em praticamente todas as formas de envolvimento analisadas. Esse resultado confirma parcialmente as expectativas da tradição culturalista: os partidos continuam desempenhando um papel relevante como agentes de mobilização e socialização política. A participação partidária parece intensificar o engajamento político e fortalecer a inserção dos cidadãos na esfera pública.

Entretanto, a análise também revela que o afastamento partidário não implica necessariamente apatia política. Os eleitores não ativos apresentam níveis expressivos de busca por informação política e disposição potencial para participar de atividades políticas em determinados contextos. Em outras palavras, embora a participação partidária intensifique o engajamento político, sua ausência não se traduz automaticamente em desinteresse ou alienação.

Na dimensão democrática, os resultados desafiam ainda mais diretamente as interpretações pessimistas. O apoio normativo à democracia permanece elevado entre todos

os grupos analisados, incluindo os eleitores sem qualquer vínculo partidário. A maioria dos respondentes, independentemente de sua categoria partidária, considera a democracia importante, reconhece sua superioridade como forma de governo e valoriza o princípio da livre escolha eleitoral. Esse resultado sugere que os valores democráticos estão relativamente difundidos no eleitorado latino-americano, independentemente da integração partidária. O compromisso democrático não parece depender exclusivamente da participação em estruturas partidárias formais.

Contudo, essa adesão normativa convive com avaliações críticas sobre o funcionamento concreto das democracias da região. Em todos os grupos analisados, observa-se insatisfação significativa com o desempenho do sistema político e presença não desprezível de atitudes potencialmente iliberais, como apoio à ideia de um líder forte ou à intervenção militar em situações de crise. Esse padrão revela uma característica recorrente das democracias latino-americanas: a coexistência entre apoio abstrato ao regime e desconfiança em relação às suas instituições.

Os resultados também demonstram que os indivíduos inativos (isto é, aqueles que já mantiveram algum vínculo partidário, mas se afastaram das organizações políticas) frequentemente apresentam padrões mais críticos, ambivalentes ou desconfiados do que os próprios não ativos. Esse achado sugere que trajetórias de desengajamento político podem produzir efeitos distintos da simples ausência histórica de vínculo partidário, constituindo uma agenda promissora para pesquisas futuras.

É na dimensão eleitoral, entretanto, que as diferenças entre as categorias partidárias se tornam mais evidentes. Os eleitores ativos demonstram maior confiança nas eleições, maior confiança nos partidos, maior disposição para influenciar o voto de outros cidadãos e maior inserção na dinâmica da competição eleitoral. Já os eleitores não ativos apresentam níveis mais elevados de desconfiança em relação aos partidos e menor disposição para se engajar diretamente nas disputas eleitorais. Esse resultado sugere que o apartidarismo não implica necessariamente rejeição à democracia, mas está associado a uma relação mais distante e menos institucionalizada com o processo político. A democracia continua sendo valorizada como ideal normativo, mas os vínculos que sustentam sua operacionalização cotidiana — especialmente a confiança em partidos e eleições — tornam-se mais frágeis.

A partir desses achados, torna-se possível propor uma interpretação mais ampla sobre o papel do partidarismo na democracia latino-americana.

Os resultados indicam que a vinculação partidária funciona como um mecanismo de fortalecimento de determinadas dimensões da vida democrática, particularmente aquelas

relacionadas ao envolvimento político e à inserção eleitoral. Nesse sentido, os partidos continuam exercendo funções importantes na mobilização e organização da participação política. Entretanto, seus efeitos são parciais e limitados. Mesmo entre os eleitores mais ativos, persistem avaliações críticas sobre o funcionamento da democracia e ambivalências em relação a valores democráticos fundamentais. Além disso, um agravante importante a ser considerado é que o contingente de cidadãos efetivamente integrados às estruturas partidárias é extremamente reduzido.

Uma forma heurística de interpretar esse resultado é considerar a participação partidária como um mecanismo de reforço — mas não de sustentação exclusiva — da democracia. A vinculação partidária tende a favorecer determinadas práticas e atitudes democráticas, mas não constitui uma condição necessária para a existência de valores democráticos no eleitorado. Nesse sentido, o afastamento dos partidos não se traduz automaticamente em ameaça à democracia (como na visão pessimista), mas tampouco pode ser interpretado como sinal de modernização democrática baseada em eleitores mais autônomos e politicamente sofisticados (como na visão otimista).

A realidade latino-americana parece situar-se em um ponto intermediário: uma democracia amplamente aceita como princípio normativo, mas sustentada por vínculos políticos frágeis, desigualdades nos padrões de participação e confiança institucional limitada. Os achados sugerem que a não vinculação partidária não opera como causa direta ou automática de erosão democrática. Seu impacto depende das condições institucionais e contextuais nas quais se desenvolve. Em sistemas marcados por baixa confiança institucional, fraca representação e limitada capacidade de mediação partidária, a ausência de vínculos organizacionais tende a se combinar com outras fragilidades estruturais, ampliando vulnerabilidades democráticas já existentes.

Nesse sentido, o principal desafio para a democracia na região não reside simplesmente no elevado número de eleitores apartidários, mas na presença mais ampla de relações frágeis e instrumentais com a política. Tais resultados permitem confirmar parcialmente a hipótese de que o apartidarismo representa um risco para a democracia. Embora a ausência de vínculos partidários não implique necessariamente rejeição ao regime democrático ou desengajamento político preponderante e ou absoluto, ela está associada a formas mais frágeis de envolvimento político, democratico e eleitoral.

Assim, os resultados desta tese sugerem que o apartidarismo, isoladamente, não constitui uma ameaça imediata à democracia latino-americana. Em sentido análogo ao argumento de Braga e Pimentel (2011), do mesmo modo como a baixa identificação

partidária não implica irrelevância dos partidos para a estruturação do voto, a não vinculação partidária, não se traduz automaticamente em vulnerabilidade democrática. A questão para a democracia na região não é o alto número de eleitores apartidários, mas o predomínio contextual de fraco envolvimento político, baixo apego democrático e relação instrumental com o processo eleitoral. Em contextos historicamente marcados pelo predomínio de partidos frágeis, desconfiança institucional e desempenho limitado da representação, a não vinculação partidária tende a se somar a outras fragilidades estruturais, aprofundando as vulnerabilidades do regime democrático na região.

Dessa forma, a tese buscou contribuir para o debate sobre partidarismo e democracia na América Latina ao propor uma abordagem analítica distinta da literatura tradicional. Em vez de utilizar medidas clássicas de identificação partidária, o estudo adota uma tipologia baseada no grau de vínculo organizacional entre eleitores e partidos, distinguindo entre eleitores ativos, inativos e não ativos. Essa estratégia permite isolar a dimensão propriamente organizacional da relação entre cidadãos e partidos de outros fatores frequentemente associados ao partidarismo, como mobilização cognitiva, preferências ideológicas ou adesão normativa à democracia. Os resultados indicam que a vinculação partidária continua desempenhando um papel relevante na intensificação do engajamento político e na inserção dos cidadãos na dinâmica eleitoral. Ao mesmo tempo, a pesquisa qualifica o debate sobre os efeitos do apartidarismo ao demonstrar que, em um contexto caracterizado não tanto por um processo recente de afastamento, mas por historicamente baixos níveis de vinculação partidária, o apartidarismo não implica necessariamente rejeição à democracia ou desinteresse político. Assim, os achados apontam para uma interpretação intermediária no debate teórico: nas democracias latino-americanas, o apoio normativo ao regime permanece relativamente elevado mesmo entre eleitores apartidários, enquanto problemas mais amplos, como o baixo envolvimento político, a fragilidade do apego democrático e a limitada participação eleitoral, aparecem como desafios mais gerais e potencialmente mais preocupantes para o funcionamento do regime.

Cabe, por fim, reconhecer algumas limitações decorrentes dos dados utilizados. A disponibilidade das variáveis nos bancos analisados condicionou a seleção dos indicadores empregados para testar as relações propostas pela tese. Isso significa que algumas dimensões teoricamente relevantes não puderam ser incorporadas à análise, ainda que pudessem oferecer medidas mais diretamente relacionadas às hipóteses formuladas. Um exemplo particularmente importante encontra-se no capítulo 4: seria teoricamente mais adequado, para a análise da relação entre atitudes democráticas e resultados eleitorais adversos, utilizar uma

variável que perguntasse se, diante da derrota eleitoral de seu candidato ou grupo político, o indivíduo seria mais ou menos favorável a um golpe, em vez da variável relacionada ao voto efetivamente utilizada. Essa medida, contudo, não estava disponível no banco de dados empregado. A escolha realizada, portanto, deve ser compreendida à luz das restrições impostas pelos dados disponíveis e não como a inexistência de outras possibilidades de operacionalização do fenômeno.

Essa limitação também aponta para uma agenda importante de pesquisas futuras: a utilização de bases que disponham de indicadores mais diretamente relacionados às atitudes diante da ruptura democrática, especialmente em situações de derrota eleitoral, pode permitir testar de maneira mais profunda os mecanismos examinados.

Por fim, os resultados apresentados também abrem um conjunto de possibilidades para pesquisas futuras. Uma primeira agenda de investigação envolve o aprofundamento das diferenças nacionais no interior da própria América Latina, através de estudos comparativos entre países que apresentaram padrões significativamente distintos ao longo da pesquisa, como Brasil e Uruguai. Comparações dessa natureza podem contribuir para compreender de forma mais precisa como diferentes graus de institucionalização partidária, desempenho democrático e trajetórias políticas nacionais condicionam as relações entre cidadãos, partidos e democracia na região. De maneira semelhante, considera-se pertinente análises mais detalhadas de casos que chamam a atenção como o da Nicarágua.

Uma segunda agenda consiste no aprofundamento das questões trabalhadas nesta tese, deslocando o foco dos impactos do apartidarismo sobre a integração democrática para sua possível relação com predisposições autoritárias. Essa estratégia permitiria investigar em que medida a fragilidade dos vínculos partidários favorece valores, atitudes e disposições autoritárias nas democracias latino-americanas contemporâneas.

Em síntese, a tese demonstra que a democracia latino-americana não depende exclusivamente da existência de eleitorados fortemente partidarizados para sobreviver, embora esse fator desempenhe papel importante para a democracia. Assim, compreender os desafios contemporâneos da democracia na América Latina exige ir além da simples identificação da presença ou ausência de vínculos partidários, demandando uma análise mais ampla da qualidade das relações estabelecidas entre cidadãos, partidos e instituições políticas.

5. Referências Bibliográficas

ALBALA, A.; VIEIRA, S. M. ¿Crises de los partidos en América Latina? El papel de los partidos políticos latinoamericanos en el escenario reciente. *Política – Revista de Ciência Política*, v. 52, n. 1, p. 145-170, 2014.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little Brown e Co., 1963.

BAKKER, Ryan; JOLLY, Seth; POLK, Jonathan. Multidimensional incongruence, political disaffection, and support for anti-establishment parties. *Journal of European Public Policy*, v. 27, p. 292-309, 2020.

BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

BAQUERO, Marcello. Quando a instabilidade se torna estável: poliarquia, desigualdade social e cultura política na América Latina. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 48-69, jul./dez. 2008.

BAQUERO, Marcello; GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 369-399, 2015.

BAQUERO, M.; VASCONCELOS, C. Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil. *Anais do V Congresso da Compolítica*. Curitiba, 2013.

BOOTH, J.; SELIGSON, M. A. *The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations*. New York: Cambridge University Press, 2009.

BONIFÁCIO, R.; FUKS, M. Desvendando a relação entre corrupção e participação política na América Latina: diagnósticos e impactos da exposição a atos corruptos sobre a participação política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, 2017.

BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, 2012.

BORBA, J.; GIMENES, É. R.; RIBEIRO, E. A. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 101, p. 27-55, 2015.

BOTELHO, João Carlos Amoroso; OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo. O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos. *Revista de Estudios Sociales*, 2020.

BRADY, H. Political participation. In: ROBINSON, J. (ed.). *Measures of Political Attitudes*. San Diego: Academic Press, 1999.

BRAGA, Maria do Socorro Souza; PIMENTEL JÚNIOR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? In: *ENCONTRO DA ABCP*, 8., São Paulo: Associação Brasileira de Ciência Política, 2011.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip; MILLER, Warren; STOKES, Donald. *The American Voter: An Abridgement*. New York: John Wiley & Sons, 1967 [1960].

CARLIN, R.; SINGER, M. Support for polyarchy in the Americas. *Comparative Political Studies*, v. 44, n. 11, p. 1500-1526, 2011.

CARRERAS, M.; MORGENSTERN, S.; SU, Y.-P. Refining the theory of partisan alignments: evidence from Latin America. *Party Politics*, v. 21, n. 5, 2015.

CARRIÓN, J. F. Illiberal democracy and normative democracy: how is democracy defined in the Americas? In: SELIGSON, M. (ed.). *Challenges to democracy in Latin America and the Caribbean: evidence from the Americas Barometer*. Nashville: USAID/LAPOP, 2008.

CASALECCHI, G. *Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais*. Curitiba: UFPR, 2018.

CASALECCHI, G. Á.; DAVID, F.; QUARESMA, G. Quão democráticos são os democratas brasileiros? In: *CONGRESSO DA COMPOLÍTICA*, 5., Curitiba. Anais... Curitiba: Compolítica, 2013.

CASTRO, Mônica Matta Machado de. *Teorias sobre o comportamento político*. In: *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVAROZZI, Marcelo; GARRETON, Manuel Antonio. *Muerte e ressureicion: los partidos políticos en el autoritarismo y la transición del Cone Sul*. Chile: FLACSO, 1989.

DAHL, Robert Alan. *A preface to democratic theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

DAHL, Robert Alan. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DAHL, Robert Alan. *La igualdad política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2008.

DALTON, Russell J. Political support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 57-77.

DALTON, R.; BERNING, C. The resurgence of partisanship: new cultural cleavages and the rise of the far right. *Journal of Political Studies*, v. 45, n. 3, p. 555-577, 2021.

DALTON, R. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage, 2013.

DALTON, Russell. The blinders of partisanship. In: OSCARSSON, Henrik; HOLMBERG, Soren (ed.). *Research handbook on political partisanship*. London: Routledge, 2020.

DIAS, A. K. M. Sentimentos antipartidários e seus determinantes na América Latina em 2012. *Revista Teoria & Pesquisa*, v. 27, n. 2, 2018.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EdUSP, 1999 [1957].

DRUCKMAN, J. N.; LUPIA, A. Preference formation. *Annual Review of Political Science*, v. 3, p. 1-24, 2000.

DUVERGER, Maurice. *Political parties: their organization and activity in the modern state*. London: Methuen, 1954.

EASTON, David. *A system analysis of political life*. New York: Wiley, 1995.

EPSTEIN, Leon D. *Political parties in Western democracies*. New York: Praeger Publishers, 1980.

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. Á.; QUARESMA, G.; DAVID, F. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 19, p. 143-169, jan./abr. 2016.

FUKS, M.; RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Antipartidarismo e tolerância política no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, v. 28, n. 76, 2020.

GIMENES, É. R. *A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina*. 2015. 240 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GIMENES, É. R. *Eleitores e partidos políticos na América Latina*. Curitiba: Apris, 2017.

GIMENES, É. R. et al. Evolução dos determinantes do partidarismo na América Latina. *Revista Debates*, v. 13, n. 2, 2019.

GIMENES, É. R. et al. Partidarismo no Brasil: análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). *Revista Debates*, v. 10, n. 2, 2016.

GIMENES, É. R.; BORBA, J. Adesão à democracia e apartidarismo na América Latina: análise multidimensional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 3, p. 167, 2019.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Forense Universitária/EdUSP, 1975.

HUNTINGTON, Samuel P. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

HUNTINGTON, S. P.; NELSON, J. *No easy choice: political participation in developing countries*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. Political culture and democracy: analyzing cross-level linkage. *Comparative Politics*, v. 36, n. 1, p. 61-80, 2003.

INGLEHART, Ronald. How solid is mass support for democracy – and how can we measure it? *Political Science and Politics*, v. 36, n. 1, p. 51-57, 2003.

JAEGER, R. *Apartidarismo ou apolítica (2002-2018): uma análise sobre o comportamento e as atitudes dos eleitores não partidários*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2022.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party Politics*, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KIEWIET DE JONGE, C. P. *Political learning and democratic commitment in new democracies*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – University of Notre Dame, Notre Dame, 2013.

KLINGEMANN, H. D. Mapping political support in the 1990s: a global analysis. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. New York: Oxford University Press, 1999. p. 31-56.

LAZARSFELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. *The People's Choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. 3. ed. New York: Columbia University Press, 1968 [1944].

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How democracies die*. New York: Crown, 2018.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein (eds.). *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York: Free Press, 1967.

LUPU, Noam. Partisanship in Latin America. In: CARLIN, Ryan E.; SINGER, Matthew M.; ZECHMEISTER, Elizabeth J. (eds.). *The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: Michigan University, 2015. p. 226-245.

MCADAM, D. Conceptual origins, current problems, future directions. In: MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. (eds.). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MAINWARING, Scott. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

MAIR, Peter. *Ruling the void: the hollowing of Western democracy*. London: Verso, 2013.

MATTES, Robert. *Oxfordre Politics*. School of Government and Public Policy, University of Strathclyde, 25 jun. 2018.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e democracia no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-44, 2008.

MORENO, A. Partidarismo e ideologia nos eleitorados latino-americanos. In: *Voto e estratégias de comunicação política na América Latina*. Curitiba: Appris, 2015. p. 41-59.

MOUNK, Yascha. *The people vs. democracy: why our freedom is in danger and how to save it*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

NORRIS, P. *Democratic phoenix: reinventing political activism*. New York: Cambridge University Press, 2002.

PERES, Paulo Sérgio. Sistema partidário e instabilidade eleitoral no Brasil. In: PINTO, Celi Regina Jardim; SANTOS, André Marenco dos (org.). *Partidos do Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 13-46.

POGUNTKE, T.; SCARROW, S. The politics of anti-party sentiment: introduction. *European Journal of Political Research*, v. 29, n. 3, 1996.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PUTNAM, R. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, R. *Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

RENNO, L. R. et al. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. *Participação política na América Latina*. Maringá: EdUEM, 2015.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 28-63, jun. 2010.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 18-38, jan./abr. 2015.

RODRÍGUEZ, L. M. R. Oferta partidária e comportamento eleitoral na América Latina. In: TELLES, H.; MORENO, A. (org.). *Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 25-52.

ROSE, Richard. Medidas de democracia em survey. *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 1-29, maio 2002.

SARTORI, Giovanni. *Parties and party systems: a framework for analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *The semi-sovereign people: a realist's view of democracy in America*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

SCHEDLER, A.; SARSFIELD, R. Democrats with adjectives: linking direct and indirect measures of democratic support. *European Journal of Political Research*, v. 46, n. 5, p. 637-659, 2007.

SILVA, J. S. Valores e crise da representação na América Latina: podemos antever um personalismo político? *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 25, 2018.

SOLT, Frederick. Economic inequality and democratic political engagement. *American Journal of Political Science*, Washington, D.C., v. 52, n. 1, p. 48-60, jan. 2008.

VEIGA, L. F.; GIMENES, É. R.; RIBEIRO, E. A. O voto econômico em democracias recentes: determinantes do comportamento eleitoral na América Latina. In: *Comportamento político e opinião pública: estudos sobre Brasil e América Latina*.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

6. Apêndices

Apêndice das tabelas descritivas das categorias partidárias nos bancos do LAPOP e WVS

Categorias partidárias (wvs)			
País	**Não ativo**	**Inativo**	**Ativo**
Argentina	90.92722	6.679960	2.392822
Bolívia	90.08264	5.736510	4.180846
Brasil	96.05110	2.380952	1.567944
Chile	84.50000	13.900000	1.600000
Colômbia	71.11842	23.486842	5.394737
Equador	88.34870	7.041073	4.610226
Guatemala	80.68562	15.217391	4.096990
México	83.10345	11.724138	5.172414
Nicarágua	71.25000	14.833333	13.916667
Peru	95.17986	2.158273	2.661871
Uruguai	75.27862	11.043566	13.677812
Venezuela	85.79832	8.403361	5.798319

Categorias partidárias (Lapop)		
País	Não (não simpatiza)	Sim (tem simpatia)
Argentina	77.03947	22.96053
Bolívia	81.26492	18.73508
Brasil	76.57718	23.42282
Chile	89.28353	10.71647
Colômbia	73.94196	26.05804
Costa Rica	80.06689	19.93311
El Salvador	63.90927	36.09073
Equador	77.11475	22.88525
Guatemala	89.74198	10.25802
Honduras	72.92070	27.07930
México	80.22886	19..77114
Nicarágua	72.97120	27.02880
Panamá	68.43811	31.56189
Paraguai	64.58333	35.41667
Peru	89.21053	10.78947
República Dominicana	63.78270	36.21730
Uruguai	52.24936	47.75064

Apêndice das variáveis selecionadas no WVS

Tabela 1: Disposição das variáveis selecionadas

Variáveis	Pergunta (código)	Respostas	Recodificação
Independente (explicativa): Perfis	Agora vou ler uma lista de organizações voluntárias. Para cada organização, você poderia me dizer se é um membro ativo, um membro inativo ou não é membro desse tipo de organização? Q98 Partidos Políticos	2 Ativo 1 Inativo 0 Não ativo	
Dependente (explicada): Interesse por política	Q199. Quão interessado você diria que está em política? Você é	1 Muito interessado 2 Um pouco interessado 3 Não está muito interessado 4 Nem um pouco interessado	1 Muito 2 Algo 3 Pouco 4 Nada
Dependente (explicada): Conversa com amigos	Q200. Quando você conversa com seus amigos, você diria que vocês discutem assuntos sobre política frequentemente, de vez em quando ou nunca?	1 Frequentemente 2 De vez em quando 3 Nunca	
Dependente (explicada): Busca por informação (redes sociais)	As pessoas aprendem o que está acontecendo neste país e no mundo através de várias fontes. Para cada uma das seguintes fontes, indique se você a utiliza para obter informações diariamente, semanalmente, mensalmente, menos que mensalmente ou nunca Q207. Redes sociais (Facebook, Twitter, etc.)	1 Diariamente 2 Semanalmente 3 Mensalmente 4 Menos que mensalmente 5 Nunca	
Dependente (explicada): Assinatura de abaixo-assinado	Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca. Q209. Assinar um abaixo-assinado	1 Já fez 2 Poderia fazer 3 Nunca faria	
Dependente (explicada): Participação em manifestação pacífica	Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca. Q211. Participar de manifestações pacíficas	1 Já fez 2 Poderia fazer 3 Nunca faria	
Dependente (explicada): Frequência do voto	Quando acontecem eleições, você vota sempre, normalmente ou nunca? (Q222 nacional)	1 Sempre 2 Normalmente 3 Nunca	1 Vota sempre 2 Normalmente vota 3 Nunca vota
Dependente (explicada): Voto	Q223. Se amanhã houvesse eleições nacionais, em qual partido desta lista você votaria?	1 Partido 1 2 Partido 2 3 Partido 3 4 etc	Partidos com mais de 20% dos votos Partidos com menos de 20% dos votos
Dependente (explicada): Convencimento no voto	E quanto a essas formas de ação política e de ativismo social que as pessoas podem adotar? Por favor, diga-me para cada uma delas se você fez alguma dessas coisas, se você poderia fazê-lo ou nunca o faria em nenhuma circunstância Q216. Incentivar outros a votar	1 Já fez 2 Poderia fazer 3 Nunca faria	
Dependente	Vou descrever vários tipos de sistemas políticos e	1 Muito bom	

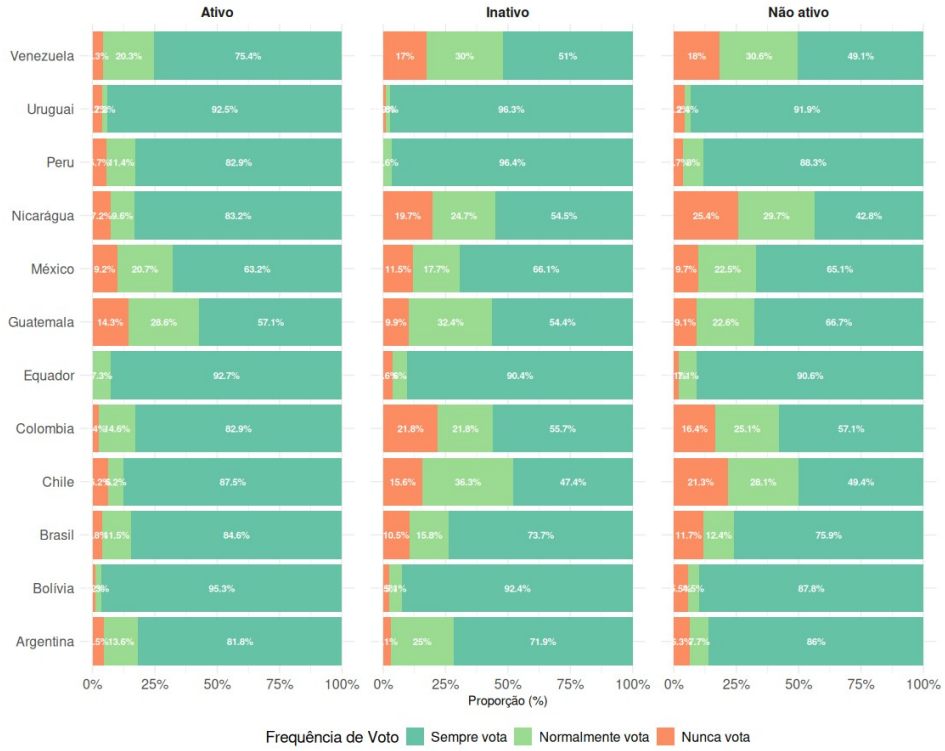
(explicada): Satisfação com o sistema	perguntar o que você pensa sobre cada um deles como forma de governar este país. Para cada uma delas, diria que é uma forma muito boa, bastante boa, bastante má ou muito má de governar este país? Q239. Ter um sistema regido pela lei religiosa em que não há partidos políticos ou eleições	2 Bom 3 Ruim 4 Muito ruim	
Dependente (explicada): Melhor forma de governo - democracia	Vou descrever vários tipos de sistemas políticos e perguntar o que você pensa sobre cada um deles como forma de governar este país. Para cada uma delas, diria que é uma forma muito boa, bastante boa, bastante má ou muito má de governar este país? Q238 Ter um sistema político democrático	1 Muito bom 2 Bom 3 Ruim 4 Muito ruim	
Dependente (explicada): Satisfação com o regime	Quão satisfeito você está com o seguinte? MN10 A forma como a democracia se desenvolvendo nosso país	1 Completamente satisfeito 2 Bastante Satisfeito 3 Bastante Insatisfeito 4 Completamente insatisfeito	
Dependente (explicada): líder forte	Q235. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	Ótimo Bom Ruim Péssimo	
Dependente (explicada): Importância da democracia	Q250. Quão importante é para você viver em um país governado democraticamente? Nesta escala onde 1 significa “nada importante” e 10 significa “absolutamente importante” que posição você escolheria?	1 Importante (Escala) 10 Absolutamente importante	
Dependente (explicada): Direito à livre escolha	Muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são características essenciais da democracia. Por favor, diga-me, para cada uma das seguintes coisas, quão essencial você acha que isso é uma característica da democracia. Utilize esta escala onde 1 significa “não é de todo uma característica essencial da democracia” e 10 significa que é definitivamente “uma característica essencial da democracia” Q243 As pessoas escolhem os seus líderes em eleições livres	1 Não é essencial característica da democracia (Escala) 10 é uma característica essencial da democracia	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 Não é essencial característica da democracia 9 e 10 é uma característica essencial da democracia
Controle: Sexo	Q260. Sexo do entrevistado (Codifique o sexo do entrevistado por observação, não pergunte sobre isso!):	1 Macho 2 Femea	Banco com problema
Controle: Idade	Q262. Isso significa que você tem _____ anos.	Anos de idade	Continua
Controle: Escolaridade	Q275. Qual é o nível educacional mais elevado que você alcançou?	0 Educação na primeira infância/ sem escolaridade 1 Ensino primário 2 Ensino secundário inferior 3 Ensino secundário superior 4 Ensino pós-secundário não superior 5 Ensino superior de ciclo curto 6 Licenciatura ou equivalente 7 Mestrado ou equivalente 8 Doutoramento ou	Continua

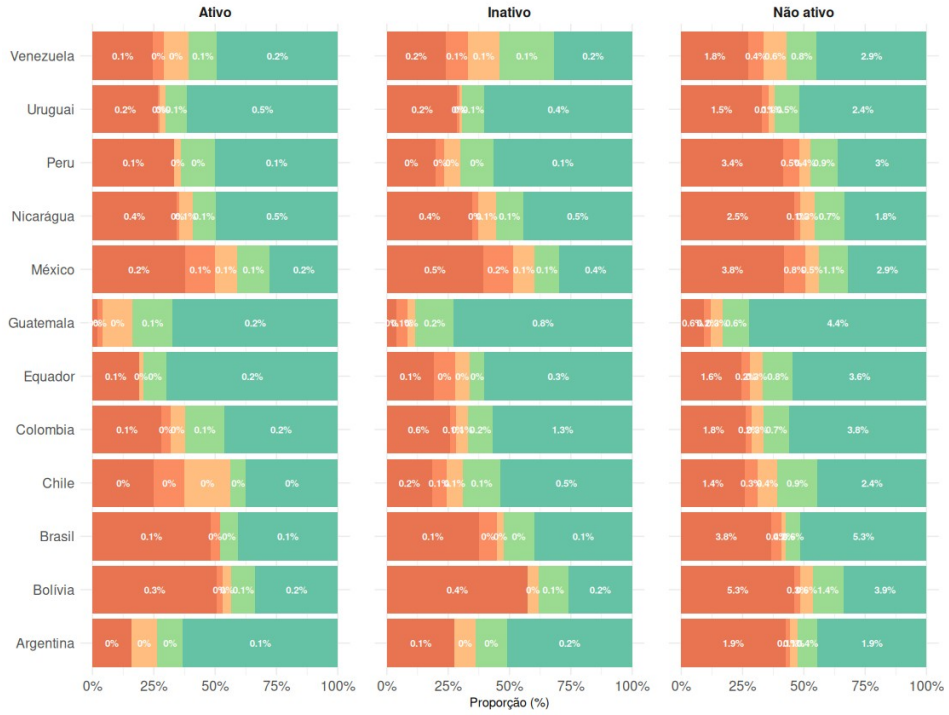
		equivalente	

Fonte: World Values Survey (WVS), na rodada de 2017 a 2022.

Apêndice dos gráficos descritivos por país

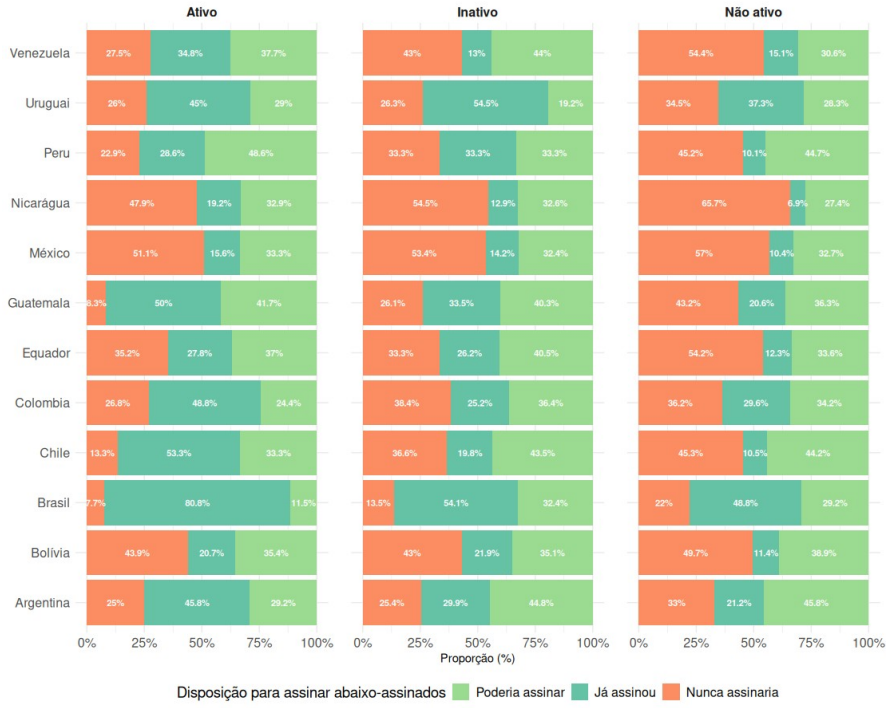
Capítulo 2

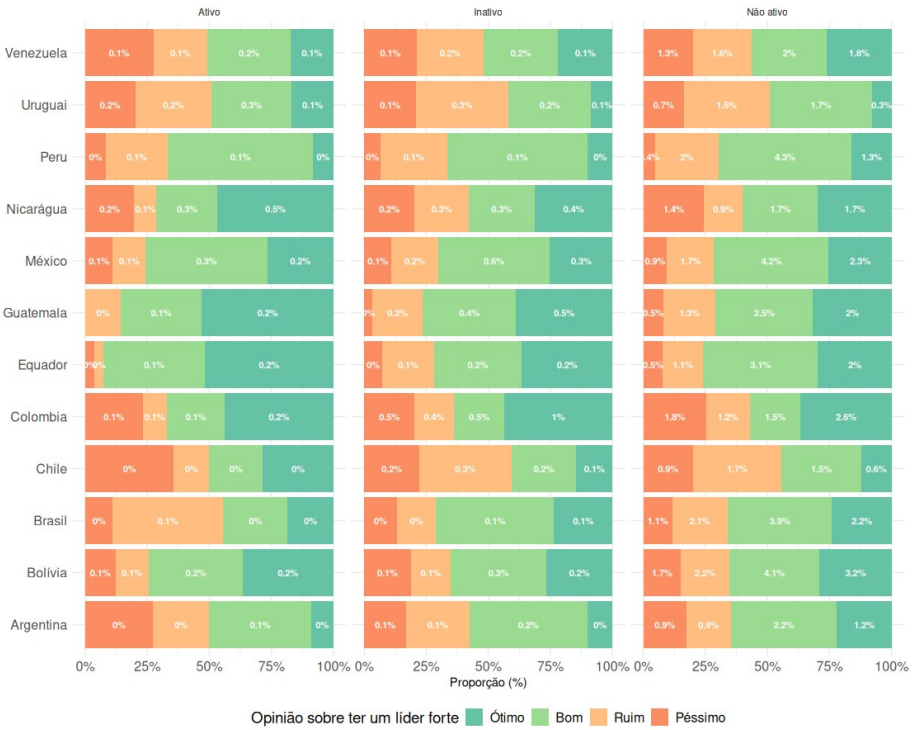



Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
0%
25%
50%
75%
100%
Proporção (%)
Busca por Informação
Diariamente
Semanalmente
Mensalmente
Menos que mensalmente
Nunca


Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
0%
25%
50%
75%
100%
Proporção (%)
Disposição para conversa política
Poderia conversar
Já conversou
Nunca conversaria


Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
0%
25%
50%
75%
100%
Proporção (%)
Disposição para participação
Poderia participar
Já participou
Nunca participaria


Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
0%
25%
50%
75%
100%
Proporção (%)
Disposição para assinar abaixo-assinados
Poderia assinar
Já assinou
Nunca assinaria


Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
0%
25%
50%
75%
100%
Proporção (%)
Opinião sobre ter um líder forte
Ótimo
Bom
Ruim
Péssimo

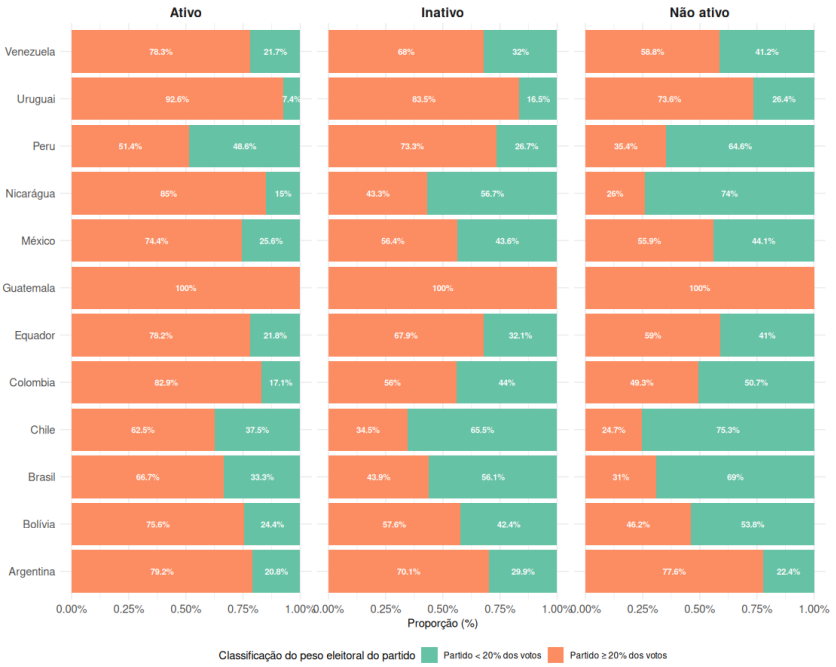

Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
0.00%
0.25%
0.50%
0.75%
1.00%
Proporção (%)
Opinião sobre democracia melhor forma de governo
Ótimo
Bom
Ruim
Péssimo


Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
100%
0%
25%
50%
75%
Proporção (%)
Forças Armadas assumirem o poder em caso de incapacidade
Característica fundamental da democracia
Não é uma característica fundamental


Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
0.00%
0.25%
0.50%
0.75%
1.00%
Proporção (%)
Opinião sobre democracia melhor forma de governo
Ótimo
Bom
Ruim
Péssimo


Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela 24.6% 75.4% 33% 67% 38.9% 61.1%
Uruguai 12.2% 87.8% 17.6% 82.4% 13.4% 86.6%
Peru 36.1% 63.9% 40% 60% 33.5% 66.5%
Nicarágua 22.8% 77.2% 46.6% 53.4% 43.7% 56.3%
México 48.3% 51.7% 60.3% 39.7% 52.9% 47.1%
Guatemala 63.3% 36.7% 64.1% 35.9% 43% 57%
Equador 47.3% 52.7% 44% 56% 49.8% 50.2%
Colombia 39% 61% 51% 49% 47.6% 52.4%
Chile 20% 80% 43.7% 56.3% 34.9% 65.1%
Brasil 28% 72% 35.9% 64.1% 26.1% 73.9%
Bolívia 25.9% 74.1% 43.9% 56.1% 37% 63%
Argentina 20.8% 79.2% 34.8% 65.2% 19.1% 80.9%
0% 25% 50% 75% 100%
Proporção (%)
O povo escolhe seus líderes em eleições livres
É uma característica fundamental da democracia
Não é uma característica fundamental da d


Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela 15.9% 84.1% 25% 75% 20% 80%
Uruguai .9% 94.1% 13.8% 86.2% 9.4% 90.6%
Peru 16.2% 83.8% 10% 90% 18.5% 81.5%
Nicarágua 21% 79% 32.6% 67.4% 28% 72%
México 37.8% 62.2% 36% 64% 26.1% 73.9%
Guatemala 51% 49% 59.1% 40.9% 41% 59%
Equador 27.8% 72.2% 29.8% 70.2% 27.8% 72.2%
Colombia 23.2% 76.8% 25.8% 74.2% 26.3% 73.7%
Chile 40% 60% 42.2% 57.8% 40% 60%
Brasil 25.9% 74.1% 48.7% 51.3% 28.9% 71.1%
Bolívia 20.9% 79.1% 13.7% 86.3% 21.4% 78.6%
Argentina 29.2% 70.8% 50% 50% 14.2% 85.8%
0% 25% 50% 75% 100%
Proporção (%)
Opinião sobre a importancia de viver em uma democracia
Totalmente importante
Não é tão importante

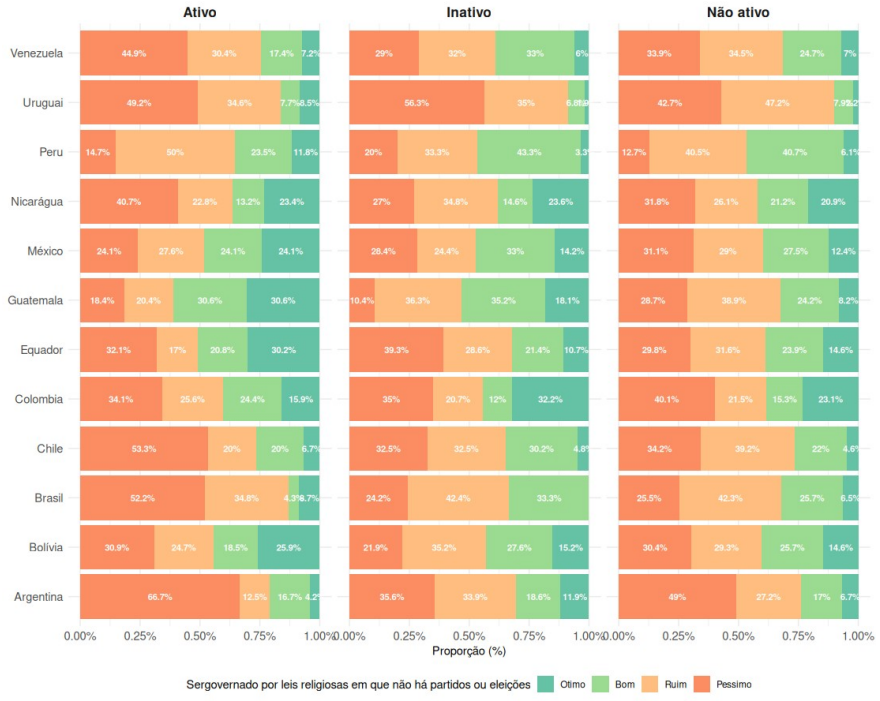

Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
78.3% 21.7%
92.6% 7.4%
51.4% 48.6%
85% 15%
74.4% 25.6%
100%
78.2% 21.8%
82.9% 17.1%
62.5% 37.5%
66.7% 33.3%
75.6% 24.4%
79.2% 20.8%
68% 32%
83.5% 16.5%
73.3% 26.7%
43.3% 56.7%
56.4% 43.6%
100%
67.9% 32.1%
56% 44%
34.5% 65.5%
43.9% 56.1%
57.6% 42.4%
70.1% 29.9%
58.8% 41.2%
73.6% 26.4%
35.4% 64.6%
26% 74%
55.9% 44.1%
100%
59% 41%
49.3% 50.7%
24.7% 75.3%
31% 69%
46.2% 53.8%
77.6% 22.4%
0.00% 0.25% 0.50% 0.75% 1.00%
Proporção (%)
Classificação do peso eleitoral do partido
Partido < 20% dos votos
Partido ≥ 20% dos votos


Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
7.2% 17.4% 24.6% 50.7%
8% 0.5% 16.5% 69.2%
8.3% 44.4% 38.9% 8.3%
9% 12.6% 10.2% 68.3%
10.1% 25.8% 30.3% 33.7%
1% 16.3% 40.8% 36.7%
7% 11.1% 25.9% 59.3%
1% 24.4% 22% 47.6%
7% 33.3% 20% 40%
7% 25.9% 29.6% 40.7%
11% 11% 24.4% 53.7%
26% 29.2% 45.8%
11% 27% 36% 26%
8% 13.1% 22.4% 61.7%
10% 43.3% 30% 16.7%
16.9% 27% 19.1% 37.1%
21.1% 24.1% 19.6% 35.2%
9.3% 25.3% 42.3% 23.1%
6% 23.8% 32.1% 38.1%
12.3% 21% 18.5% 48.2%
10.4% 25.4% 42.5% 21.6%
10.3% 33.3% 38.5% 17.9%
3% 19.8% 38.8% 37.1%
11.1% 23.8% 42.9% 22.2%
14% 29.2% 28.8% 28.1%
3% 8.4% 21.7% 66.9%
10.1% 42% 39.1% 8.8%
23.3% 29.7% 20.4% 26.7%
19.3% 25.4% 24.3% 30.9%
19.4% 31.8% 28.6% 20.2%
3.6% 23.5% 35.9% 34%
14.2% 22.6% 20.3% 43%
6.7% 14.1% 31.3% 45.8%
5% 18.6% 44.2% 32.7%
9.3% 23.2% 31.4% 36.2%
3% 12.1% 46.1% 36.6%
0.00% 0.25% 0.50% 0.75% 1.00%
Proporção (%)
Liberdade de escolha dos eleitores
Muito frequente
Frequente
Pouco frequente
Nada frequente


Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
0.00%
0.25%
0.50%
0.75%
1.00%
Proporção (%)
Satisfação com o sistema político
Completamente satisfeito
Satisfeito
Insatisfeito
Completamente insatisfeito


Ativo
Inativo
Não ativo
Venezuela
Uruguai
Peru
Nicarágua
México
Guatemala
Equador
Colombia
Chile
Brasil
Bolívia
Argentina
0.00%
0.25%
0.50%
0.75%
1.00%
Proporção (%)
Confiança nos partidos
Confia totalmente
Confia em partes
Confia pouco
Não confia





Apêndice das tabelas dos modelos de regressão

Tabela referente ao gráfico 10: resultados dos modelos multiníveis das variáveis de envolvimento político na América Latina

Modelos - Dimensão Politica

	Interesse				Informação				Conversa				Participação				Assinatura				Voto			
Predictors	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*
(Intercept)	0.19	0.02	0.00 – Inf	**<0.001**	4.49	0.86	0.00 – Inf	**<0.001**	0.48	0.11	0.00 – Inf	**0.001**	0.78	0.10	0.00 – Inf	0.064	0.72	0.11	0.00 – Inf	**0.031**	0.68	0.16	0.00 – Inf	0.102
categorizacao partidaria [Inativo]	1.56	0.09	0.00 – Inf	**<0.001**	1.17	0.08	0.00 – Inf	**0.020**	1.25	0.07	0.00 – Inf	**<0.001**	1.31	0.08	0.00 – Inf	**<0.001**	1.36	0.08	0.00 – Inf	**<0.001**	0.92	0.07	0.00 – Inf	0.297
categorizacao partidaria [Ativo]	5.61	0.45	0.00 – Inf	**<0.001**	1.44	0.13	0.00 – Inf	**<0.001**	2.25	0.20	0.00 – Inf	**<0.001**	2.07	0.17	0.00 – Inf	**<0.001**	1.87	0.15	0.00 – Inf	**<0.001**	1.88	0.27	0.00 – Inf	**<0.001**
sexo [Masculino]	1.42	0.05	0.00 – Inf	**<0.001**	1.15	0.04	0.00 – Inf	**<0.001**	1.59	0.05	0.00 – Inf	**<0.001**	1.27	0.04	0.00 – Inf	**<0.001**	1.27	0.04	0.00 – Inf	**<0.001**	1.02	0.05	0.00 – Inf	0.722
escolaridade	1.22	0.01	0.00 – Inf	**<0.001**	1.46	0.02	0.00 – Inf	**<0.001**	1.26	0.01	0.00 – Inf	**<0.001**	1.22	0.01	0.00 – Inf	**<0.001**	1.26	0.01	0.00 – Inf	**<0.001**	1.20	0.02	0.00 – Inf	**<0.001**
idade	1.00	0.00	0.00 – Inf	0.188	0.95	0.00	0.00 – Inf	**<0.001**	1.00	0.00	0.00 – Inf	**<0.001**	0.99	0.00	0.00 – Inf	**<0.001**	0.99	0.00	0.00 – Inf	**<0.001**	1.05	0.00	0.00 – Inf	**<0.001**
Random Effects																								
σ^2	3.29				3.29				3.29				3.29				3.29				3.29			
τ_{00}	0.11 País				0.38 País				0.57 País				0.16 País				0.24 País				0.55 País			
ICC	0.03				0.10				0.15				0.05				0.07				0.14			
N	12 País				12 País				12 País				12 País				12 País				12 País			
Observations	16080				16080				16080				16080				16080				16080			
Marginal R^2 / Conditional R^2	0.090 / 0.120				0.301 / 0.373				0.066 / 0.204				0.073 / 0.116				0.075 / 0.137				0.154 / 0.275			

Categorias de referencia: categorizacao partidaria (nao ativo), categoria sexo (feminino), escolaridade (ordinal) e idade (ordinal).
Legenda de significância: p<0.001p < 0.001p<0.001 é indicado por ***, p<0.01p < 0.01p<0.01 por **, p<0.05p < 0.05p<0.05 por *, e p>0.05p > 0.05p>0.05 não possui asterisco
Fonte: WVS 2017-2022.

Tabela referente aos gráficos 11: resultados do modelo linear do índice de envolvimento político na América Latina

	indice envolvimento politico num		
Predictors	*Estimates*	*CI*	*p*
(Intercept)	3.72	3.53 – 3.90	**<0.001**
categorizacao partidaria [Inativo]	0.28	0.21 – 0.36	**<0.001**
categorizacao partidaria [Ativo]	0.93	0.83 – 1.03	**<0.001**
sexo [Masculino]	0.29	0.25 – 0.34	**<0.001**
idade	-0.01	-0.01 – -0.01	**<0.001**
escolaridade	0.27	0.26 – 0.28	**<0.001**
Random Effects			
σ^2	2.00		
$\tau_{00\ País}$	0.09		
ICC	0.04		
$N_{\ País}$	12		
Observations	16080		
Marginal R^2 / Conditional R^2	0.159 / 0.194		

Efeitos aleatórios por país (segundo nível)	
Pais	*efeito_pais*
Argentina	-0.02
Bolívia	-0.10
Brasil	0.12
Chile	-0.44
Colombia	0.25
Equador	-0.00
Guatemala	0.19
México	0.02
Nicarágua	0.27
Peru	-0.07
Uruguai	-0.13
Venezuela	-0.08

Categorias de referencia: categorizacao partidaria (nao ativo), categoria sexo (feminino), escolaridade (ordinal) e idade (ordinal).
Legenda de significância: p<0.001p < 0.001p<0.001 é indicado por ***, p<0.01p < 0.01p<0.01 por **, p<0.05p < 0.05p<0.05 por *, e p>0.05p > 0.05p>0.05 não possui asterisco
Fonte: WVS 2017-2022.

Tabela referente ao gráfico 19: resultados dos modelos multiníveis das variáveis de democratismo na América Latina

Modelos - Dimensão Democracia

	Líder forte				Melhor governo				Eleições				Forças armadas				Importância				Estado			
Predictors	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*	*Odds Ratios*	*std. Error*	*CI*	*p*
(Intercept)	0.38	0.04	0.00 – Inf	**<0.001**	1.71	0.22	0.00 – Inf	**<0.001**	0.83	0.13	0.00 – Inf	0.209	1.68	0.23	0.00 – Inf	**<0.001**	1.08	0.18	0.00 – Inf	0.640	0.30	0.06	0.00 – Inf	**<0.001**
categorizacao partidaria [Inativo]	1.06	0.06	0.00 – Inf	0.345	0.84	0.06	0.00 – Inf	**0.010**	0.78	0.04	0.00 – Inf	**<0.001**	1.26	0.07	0.00 – Inf	**<0.001**	0.75	0.05	0.00 – Inf	**<0.001**	1.11	0.07	0.00 – Inf	0.080
categorizacao partidaria [Ativo]	0.83	0.07	0.00 – Inf	**0.017**	1.34	0.15	0.00 – Inf	**0.008**	1.38	0.11	0.00 – Inf	**<0.001**	1.21	0.09	0.00 – Inf	**0.011**	1.04	0.09	0.00 – Inf	0.671	2.01	0.15	0.00 – Inf	**<0.001**
sexo [Masculino]	0.98	0.03	0.00 – Inf	0.580	1.18	0.05	0.00 – Inf	**<0.001**	1.12	0.04	0.00 – Inf	**0.001**	1.04	0.03	0.00 – Inf	0.184	1.09	0.04	0.00 – Inf	**0.018**	1.08	0.04	0.00 – Inf	**0.032**
escolaridade	1.08	0.01	0.00 – Inf	**<0.001**	1.25	0.02	0.00 – Inf	**<0.001**	1.12	0.01	0.00 – Inf	**<0.001**	0.95	0.01	0.00 – Inf	**<0.001**	1.17	0.01	0.00 – Inf	**<0.001**	0.96	0.01	0.00 – Inf	**<0.001**
idade	1.00	0.00	0.00 – Inf	0.058	1.01	0.00	0.00 – Inf	**<0.001**	1.01	0.00	0.00 – Inf	**<0.001**	0.99	0.00	0.00 – Inf	**<0.001**	1.01	0.00	0.00 – Inf	**<0.001**	1.01	0.00	0.00 – Inf	**<0.001**
Random Effects																								
σ^2	3.29				3.29				3.29				3.29				3.29				3.29			
τ_{00}	0.12 País				0.12 País				0.23 País				0.17 País				0.26 País				0.40 País			
ICC	0.04				0.04				0.07				0.05				0.07				0.11			
N	12 País				12 País				12 País				12 País				12 País				12 País			
Observations	16080				16080				16080				16080				16080				16080			
Marginal R^2 / Conditional R^2	0.006 / 0.041				0.048 / 0.082				0.017 / 0.081				0.005 / 0.055				0.028 / 0.098				0.015 / 0.121			

Categorias de referencia: categorizacao partidaria (nao ativo), categoria sexo (feminino), escolaridade (ordinal) e idade (ordinal).
Legenda de significância: p<0.001p < 0.001p<0.001 é indicado por ***, p<0.01p < 0.01p<0.01 por **, p<0.05p < 0.05p<0.05 por *, e p>0.05p > 0.05p>0.05 não possui asterisco
Fonte: WVS 2017-2022.

Tabela referente ao gráfico 20: resultados do modelo linear do índice de democratismo na América Latina

	indice democratismo 2 num		
Predictors	*Estimates*	*CI*	*p*
(Intercept)	2.82	2.70 – 2.95	**<0.001**
categorizacao partidaria [Inativo]	-0.04	-0.09 – 0.01	0.108
categorizacao partidaria [Ativo]	0.02	-0.05 – 0.09	0.648
sexo [Masculino]	0.07	0.04 – 0.10	**<0.001**
idade	0.00	0.00 – 0.00	**<0.001**
escolaridade	0.04	0.03 – 0.05	**<0.001**
Random Effects			
σ^2	0.94		
$\tau_{00\ País}$	0.04		
ICC	0.04		
$N_{\ País}$	12		
Observations	16080		
Marginal R^2 / Conditional R^2	0.007 / 0.046		

Efeitos aleatórios por país (segundo nível)

Pais	*efeito_pais*
Nicarágua	0.27
Colombia	0.25
Guatemala	0.19
Brasil	0.12
México	0.02
Equador	-0.00
Argentina	-0.02
Peru	-0.07
Venezuela	-0.08
Bolívia	-0.10
Uruguai	-0.13
Chile	-0.44

Categorias de referencia: categorizacao partidaria (nao ativo), categoria sexo (feminino), escolaridade (ordinal) e idade (ordinal).
Legenda de significância: p<0.001p < 0.001p<0.001 é indicado por ***, p<0.01p < 0.01p<0.01 por **, p<0.05p < 0.05p<0.05 por *, e p>0.05p > 0.05p>0.05 não possui asterisco
Fonte: WVS 2017-2022.

Tabela referente aos gráficos x: resultados do modelo linear do índice eleitoral na América Latina

	indice eleitoral		
Predictors	*Estimates*	*CI*	*p*
(Intercept)	2.27	2.21 – 2.34	**<0.001**
categorizacao partidaria [Inativo]	0.16	0.10 – 0.21	**<0.001**
categorizacao partidaria [Ativo]	0.69	0.61 – 0.77	**<0.001**
sexo [Masculino]	0.10	0.06 – 0.13	**<0.001**
escolaridade	0.11	0.10 – 0.12	**<0.001**
idade	0.00	0.00 – 0.00	**0.005**
Observations	16080		
R^2 / R^2 adjusted	0.050 / 0.050		

Categorias de referencia: categorizacao partidaria (nao ativo), categoria sexo (feminino), escolaridade (ordinal) e idade (ordinal).
Legenda de significância: p<0.001p < 0.001p<0.001 é indicado por ***, p<0.01p < 0.01p<0.01 por **, p<0.05p < 0.05p<0.05 por *, e p>0.05p > 0.05p>0.05 não possui asterisco
Fonte: WVS 2017-2022.

Tabela referente ao gráfico X: resultados dos modelos multiníveis das variáveis eleitorais na América Latina
Categorias de referencia: categorizacao partidaria (nao ativo), categoria sexo (feminino), escolaridade (ordinal) e idade (ordinal).

Legenda de significância: p<0.001p < 0.001p<0.001 é indicado por ***, p<0.01p < 0.01p<0.01 por **, p<0.05p < 0.05p<0.05 por *, e p>0.05p > 0.05p>0.05 não possui asterisco
Fonte: WVS 2017-2022.